A AMÉRICA LATINA: males de origem

Manoel Bomfim

centro edelstein de pesquisas sociais
www.centroedelstein.org.br

Manoel Bomfim

A AMÉRICA LATINA: males de origem

Rio de Janeiro
2008

Centro Edelstein de Pesquisas Sociais
www.centroedelstein.org.br
Rua Visconde de Pirajá, 330/1205
Ipanema - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22410-000. Brasil
Contato: bvce@centroedelstein.org.br

SUMÁRIO

ADVERTÊNCIA 1
PRIMEIRA PARTE
A AMÉRICA LATINA ESTUDO DE PARASITISMO SOCIAL
A Europa e a América Latina: a opinião corrente 4
Conseqüências da malevolência Européia 10
SEGUNDA PARTE
PARASITISMO E DEGENERAÇÃO
Organismos Biológicos e Organismos Sociais 17
Causa da Degeneração 24
TERCEIRA PARTE
AS NAÇÕES COLONIZADORAS DA AMÉRICA DO SUL
A Educação Guerreira e Depredadora 31
Parasitismo heróico: o "pensamento ibérico" 43
Transformação sedentária; degeneração 63
QUARTA PARTE
EFEITOS DO PARASITISMO SOBRE AS NOVAS SOCIEDADES
SEÇÃO A – EFEITOS GERAIS
Natureza desses efeitos 81
Expressão desses efeitos na vida econômica, política, intelectual e moral 86
SEÇÃO B – EFEITOS ESPECIAIS
Preliminares: hereditariedade psicológica e social 111
Efeitos da hereditariedade e da educação 115
Efeitos devidos à tradição e à imitação 141
Reação contra o Estado-metrópole 157
Remanescentes da metrópole 163
QUINTA PARTE
AS NOVAS SOCIEDADES
Elementos essenciais do caráter; raças colonizadoras; efeito do cruzamento 181
Revivescência das lutas anteriores 215
A perspectiva da agressão – resistência 228
As nações sul-americanas em face à civilização e ao progresso 242
RESUMO E CONCLUSÃO 263

ADVERTÊNCIA

Um livro deve explicar-se por si mesmo; preliminares, prólogos, introduções, prefácios e outros antelóquios explicativos são geralmente ou excessivos, ou incompletos. Todavia, há, muitas vezes, por fora do livro, nos motivos psicológicos da sua concepção, na história das idéias que ali se harmonizam, mais de uma advertência oportuna ao leitor, principalmente se trata de criticar e julgar gentes e fatos.

Este livro formou-se espontaneamente. Pois não é um sentimento natural, doce e confortante, esse amor ao solo natal, às paisagens que nos revelaram a natureza, às coisas que nos ensinaram a vida?.. Certamente, a expansão de afetos, no homem, não se limita simplesmente às terras que o nutrem, e às populações que lhe dão convívio e assistência; nos que são capazes de amar alguma coisa além da própria personalidade, o sentimento irradia-se, busca a beleza e a bondade onde quer que existam, alcança tudo que sente, sorri para todas as alegrias, e sofre de todas as dores. Mas é legítimo, é fatal, que essa necessidade de amar a natureza, as gentes, a vida, se concretize nas coisas entre as quais existimos, que os nossos afetos vão ter aos filhos dessa mesma terra onde nascemos, cujas idéias e sentimentos se acordam com os nossos, cujos costumes e linguagem evocam, para cada um, a própria história, os gozos passados, as dificuldades vencidas, o crescer da inteligência por entre os fatos, o agitar do coração, tentado, absorvido pela vida ambiente. As dores que vemos mais nos impressionam, os males que nos rodeiam mais estimulam a compaixão; é natural, pois, que o fervor e a paixão de solidariedade humana se exerçam entre aqueles de cujas tristezas e necessidades sabemos, que elas nos interessem especialmente, porque as compreendemos e avaliamos. Hoje conhecemos toda a humanidade, e toda ela nos interessa; vê-la solidária, unida, aliviada de toda opressão, aproveitando em comum, segundo as necessidades de cada grupo, os recursos que a ciência tem revelado, é o ideal de todos que têm um ideal; mas, na hora da ação, é forçoso que a atividade se aplique à sociedade a que pertencemos. Isto é patriotismo; e, assim, tal sentimento é nobre e digno, desde que não pretenda manter domínios. É nobre e humano, desde que, pugnando pelos interesses e necessidades de um povo, não busque resolvê-los em oposição aos interesses gerais da espécie, desde que, nos choques provocados pelos egoísmos em fúria, cada patriota se limite a

defender seu ideal, a repelir as agressões injustas, e a rebater as explorações e privilégios; a lutar pelo progresso moral da nacionalidade, e a anular as influências contrárias a esse progresso. É esse o meio de trabalhar eficazmente pela civilização e pelo bem geral. A pátria é um sentimento e é um fato; pois que nos sentimos fazer parte de um meio social, temos uma pátria, fora de qualquer pensamento exclusivista, fora de qualquer preocupação agressiva.

Este livro deriva diretamente do amor de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano pela América. Começou no momento indeterminado em que nasceram esses sentimentos; exprime um pouco o desejo de ver esta pátria feliz, próspera, adiantada e livre. Foram esses sentimentos que me arrastaram o espírito para refletir sobre essas coisas, e o fizeram trabalhar essas idéias – o desejo vivo de conhecer os motivos dos males de que nos queixamos todos. Desse modo, as notações, as analogias, as observações, as reflexões se acumularam.

A idéia de incorporá-las num volume veio, talvez, há dez anos, ao ler o livro de Bagehot – Physic and politic. Que é que há de comum entre estas páginas e a obra substanciosa do sociólogo inglês? Nada. Nem a tenho presente, agora, ao dar forma definitiva a este trabalho; nem mesmo tenho nenhum dos livros que me inspiraram. Aqui, onde, forasteiro, escrevo, disponho apenas de notas, reunidas durante nove anos – senão, talvez fosse outra a forma que tivera este trabalho; não variariam, porém, as idéias. Essas mesmas, agora desenvolvidas, já as apresentei, em parte, resumidamente num parecer, prefácio à excelente História da América, livro didático do Sr.. Rocha Pombo,[1] parecer que deriva justamente dessa preocupação, já antiga. Em 1897, quando o diretor geral de Instrução Pública fez anunciar o concurso de um compêndio de História da América, solicitei a honra de, na qualidade de membro do Conselho Superior de Instrução Pública, dar o parecer sobre as obras que se apresentassem: tal era o interesse que esse assunto apresentava para mim; e só assim se explica essa pretensão de tratar de matéria fora da minha especialidade, e à qual não podia apresentar nenhum título de competência oficial.

As notas se amontoam, o livro se forma a pouco e pouco – observações e reflexões, colhidas em cada uma das crises, desalentos, dúvidas e entusiasmos da vida que, entre dificuldades, vamos vivendo. Chegando aqui, à Europa, não só a natural saudade daqueles céus americanos, como a apreciação direta dessa reputação perversamente malévola de que é vítima a América do Sul, provocaram a reação afetiva que se traduz na publicação destas páginas. Fora daí, elas não viriam, talvez, à luz.

É um livro nascido, animado, alimentado e divulgado pelo sentimento; não o sentimento dos interesses pessoais, que obscurecem a razão e pervertem o julgamento, mas um sentimento que só aspira alcançar a verdade – a causa efetiva desses males, dentro dos quais somos todos infelizes; o desejo de subir à civilização, à justiça, a todos os progressos.

Vem aqui a exposição de uma teoria, construída com os fatos e as deduções como no-los apresenta a ciência; a linguagem geral do livro, porém, certos comentários, parecerão descabidos ou impróprios a uma demonstração que assim se fundamente. Seria preciso, acreditam certos críticos, uma forma impassível, fria e impessoal; para tais gentes, todo o argumento perde o caráter científico sem esse verniz de impassibilidade; em compensação, bastaria afetar imparcialidade para ter direito a ser proclamado – rigorosamente científico. Pobres almas!... Como seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas, destemperando a linguagem e moldando a forma à hipócrita imparcialidade, exigi da pelos críticos de curta vista!... Não; prefiro dizer o que penso, com a paixão que o assunto me inspira; paixão nem sempre é cegueira, nem impede o rigor da lógica. Demais, é bem fácil a cada leitor julgar por si do valor dessas demonstrações, e da lógica das conclusões; elas se fundamentam em fatos universalmente reconhecidos. Toda doutrina que se apóia sobre a observação e a teologia, e se acorda com as leis gerais do universo, deve ser tida como verdadeira até prova do contrário. A paixão da linguagem, aqui não dissimulada, traduz a sinceridade com que essas coisas foram pensadas e escritas.

Manoel Bomfim
Paris, março de 1903

[1] É momento, aqui, de dizer o prazer que senti ao verificar que o escritor (único a apresentar-se) cujo livro relatei, se bem que estudasse apenas os fatos históricos, e do ponto de vista didático, chegara a essa conclusão: que os males atuais da América Latina não são mais que o peso de um passado funesto, conclusão que ora demonstro e documento, quando estudo os efeitos do *parasitismo das metrópoles,* a que já me referia no *parecer.*

PRIMEIRA PARTE

A AMÉRICA LATINA ESTUDO DE PARASITISMO SOCIAL

A Europa e a América Latina: a opinião corrente

> Os Estados procedem, uns quanto aos outros, como hordas de selvagens; não os retém nenhuma lei moral, nenhum dever moral; só os embarga o medo que lhes inspira o mais forte; e o mais forte não conhece nem direito, nem lei, nem tratado, nem aliança, quando espera servir utilmente à sua causa e aos seus interesses. Eis o que é, sem dúvida, universalmente admitido. *L. Cumplowicz*
>
> Le faible atire les coups. *Demongeot*

I

A opinião pública européia sabe que existe a América Latina... e sabe mais: que é um pedaço de continente muito extenso, povoado por gentes espanholas, continente riquíssimo, e cujas populações revoltam-se freqüentemente. Essas coisas, porém, já lhe aparecem num vago mal limitado; riquezas, terras vastas, revoluções e povos, tudo se confunde para formar um mundo lendário, de lendas sem grande encanto porque lhes falta o prestígio da ancianidade. Onde estão essas riquezas, o que valem; como se fazem as revoluções, quem as faz, onde as fazem: são questões que se não definem, sequer, no obscuro longínquo desta visão única – a América do Sul... É dela que se fala. Mesmo quando venham nomes particularizados – Peru, Venezuela, Uruguai... não importa: o que está ali, a imagem que se tem na mente é a da América do Sul. No entanto, se a Europa ignora o que é este pedaço de Ocidente, nem por isso esquece que ele existe; e, nos últimos tempos, lhe tem dedicado, mesmo, uma atenção especial. Não que lhe dê o espaço e a importância consagrada aos Bálcãs, Macedônia, Ásia Menor, África ou Extremo Oriente, porque, em suma, ali, ela se ocupa do que já lhe pertence. Todavia, as nações latinas do Novo Mundo não se podem queixar de deslembradas. Cada incidente, ainda sem grande relevo, encontra repercussão na imprensa européia. Não aparecem, é verdade, nenhuns

desses longos estudos, circunstanciados e sábios, onde os mestres em assuntos internacionais dizem o que sabem sobre a história política, social e econômica do país de que se ocupam, para daí deduzirem os seus juízos. Não; como de costume, sempre que se trata das repúblicas latino-americanas, os doutores e publicistas da política mundial se limitam a lavrar sentenças – invariáveis e condenatórias. A ouvi-los, não há salvação possível para tais nacionalidades. É, esta, uma opinião profundamente, absolutamente arraigada no ânimo dos governos, sociólogos e economistas europeus. Como variantes a essas sentenças, eles se limitam a ditar, de tempos em tempos, uns tantos conselhos axiomáticos; mas os ditam da ponta dos lábios, no tom em que o mestre-escola repete ao aluno indisciplinado e relapso: "Se você me ouvisse, se não fosse um malandro, faria isto e mais isto e isto...; mas você não presta para nada!... Nunca fará nada! Nunca saberá nada! Nunca será nada!...".

Nesse modo somos tratados, e, enquanto isto, a América do Sul mantém a reputação de ser "o continente mais rico do globo", onde correm todos os Pactolos – a Eldorado, terras que têm em si, acumuladas, todas as riquezas, esperando, apenas, que homens dignos, laboriosos e sábios venham ocupá-las para fazer valer tudo isto. E a Europa, que já não comporta o número de habitantes, e cuja avidez e ganância mais se acendem à proporção que a população se engrossa – a Europa não tira os olhos do continente legendário. Condenando as sociedades que vivem sobre ele, os porta-vozes das opiniões correntes no Velho Mundo não conseguem ocultar os seus sentimentos quanto ao futuro que aspiram para as nações sul-americanas. Alguns mais desabusados o dizem sem rebuço; outros – os que sabem fazer as coisas – velam um pouco o pensamento; mas quem queira ler nas entrelinhas, aí achará o reflexo deste conceito geral: "É lastimável e irritante que, enquanto a Europa, sábia, civilizada, laboriosa e rica, se contorce comprimida nestas terras estreitas, alguns milhões de preguiçosos, mestiços degenerados, bulhentos e bárbaros, se digam senhores de imensos e ricos territórios, dando-se ao rastaqüerismo de considerar-se nações. Está verificado que eles são incapazes de organizar verdadeiras nacionalidades; o que a Europa tem a fazer é deixar-se de idiotas contemplações e contemporizações...".

Este é o sentir geral que traduz não só um juízo categoricamente desfavorável a nosso respeito como certa má vontade de quem vê nas atuais nações sul-americanas o obstáculo à posse e ao gozo de uma riqueza

apetecida[2]. Por vezes, esta má vontade faz explosão; os apetites retidos vêm à luz sob a forma de reclamações, às quais já se teria seguido a investida formal, se não fossem os Estados Unidos; já este continente estaria infinitamente mais ensangüentado, mais barbarizado do que atualmente.

II

Esse estado de espírito, esse modo de ver mantém-se também pela absoluta ignorância dos publicistas e sociólogos europeus sobre a América Latina. Pode-se dizer que essa condenação tem uma dupla causa: a causa afetiva, interesseira; e uma causa intelectual – a inteira ignorância das nossas condições e da nossa história social e política, no passado e no presente. Esta é uma verdade que se reflete em cada conceito com que se nos acabrunham.

Da nossa vida política, eles só vêem os sucessos extremos, as crises violentas, as lutas armadas; e os vêem em grosso, sobre esse cenário indeciso e único – a América do Sul... Toda a análise que fazem dos sucessos e de suas causas consiste em contar e somar:

[2] Não há nenhum exagero, nem falsa apreciação em falar de *má vontade* nestes termos. Ela aí está patente. Basta ler a imprensa européia – qualquer que seja – e refletir sobre o seu modo de encarar os atos das nações sul-americanas. Ainda há pouco, no conflito anglogermano-venezuelano, havia dois fatos a considerar e a julgar: a vida política da Venezuela, o modo pelo qual ela, representada pelo seu governo, se conduz, e o procedimento das nações bloqueantes. Bem, quanto ao primeiro caso, os jornais todos: franceses, alemães, italianos, austríacos, ingleses; todos – ultramontanos, reacionários, imperialistas, conservadores, moderados, liberais, republicanos, radicais, socialistas, anarquistas – todos, mesmo esses jornais que se contrariam e divergem até na afirmação de fatos materiais, e basta que um diga – *choveu,* para que o outro o contradiga – *não choveu* -; todos, inclusive estes, foram acordes em condenar a pobre Venezuela. Quanto ao proceder dos ingleses, alemães e italianos, os juízos variavam: uns louvavam, outros justificavam, outros censuravam, outros condenavam, segundo as suas tendências ou rancores patrióticos. A unanimidade contra a república sul-americana foi, porém, sublime de perfeita. E ninguém se demorava em dar os motivos dessa condenação: é uma *república sul-americana* – isto vale um libelo. São nações que não podem ter razão. Foi de notar que, nos últimos dias, a heróica e digna resistência dos venezuelanos em face dos ataques brutais dos navios alemães comovesse um pouco as folhas humanitárias – tão somente estas – e algumas linhas aparecessem falando pela Venezuela, mas em nome da sua fraqueza; não se lhe reconheciam outros títulos, outras razões de justiça em prol do seu direito, senão o ser fraca.

"Num ano, houve tantas revoluções na América do Sul", ou em fazer este cálculo rudimentar: "A Venezuela, em tantos anos, tem tido tantos governos e adotou tantas constituições..." Imagine-se que um sociólogo qualquer aplicava este processo sumário... à França, por exemplo! No entanto, a isto se resumem as suas críticas; e, feito o cálculo, sentenciam desembaraçadamente: "Nunca será uma nação; um tal povo é incapaz de governar-se".

Quando, por acaso, se adiantam um pouco em analisar os motivos das lutas, e pretendem dar as razões dos seus juízos categóricos, são até grotescos, pelos disparates dos conceitos, pelo absurdo das apreciações, firmadas nas mais ligeiras aparências.

Que é que eles vêem da América do Sul?...

Preparam-se levantes, fazem-se revoluções, substituem-se governos amiudadamente; os partidos políticos lutam freqüentemente à mão armada, em guerras encarniçadas, que duram anos, às vezes. Estes homens têm naturalmente os seus chefes, que os levam à batalha, e esses chefes, por analogia com as outras guerras, recebem o nome de generais; por vezes, os generais pertencem efetivamente às milícias que têm o nome de exército; mas, neste caso, o general é um caudilho, possuído pela paixão política, feito dos mesmos sentimentos que os outros políticos; não há, na sua psicologia, nenhum dos traços que caracterizam o tipo do cesariana europeu; ele pertence ao exército, como pertenceria ao clero (no México e no Brasil, muitos dos antigos caudilhos e revolucionários eram padres), ou como pertenceria a qualquer uma das outras classes ou profissões. O fato é que destas guerras quase toda gente participa, e os caudilhos que as dirigem vêm de todas as categorias sociais; todavia, pois que eles tomam o título de generais, quando as agências anunciam os resultados das lutas, lá vem a nota – GENERAL: "Em... o general X depôs o general Z... As tropas do general F foram batidas pelo general Y... ". Eis o bastante para que os liberais do Velho Mundo proclamem que as repúblicas sul-americanas "são afetadas de cesarismo crônico"; e estão por isto perdidas.

Ora, quem conhece, um pouco que seja, as condições e o estado de espírito dos que fazem essas revoluções – de um lado ou de outro – sabe que: não há nada menos parecido com o cesarismo europeu do que o caudilhismo sul-americano; não há indivíduo menos possuído de espírito militar do que o caudilho. É preciso não confundir: espírito militar e

inclinações cesarianas, com instintos guerreiros e caráter de rebeldia; são coisas até antagônicas, numa certa medida. O espírito militar se caracteriza pela sede de conquistas, no exterior; e, no interior, pela tendência dos corpos armados a organizarem-se em classes fechadas, dominando o resto da sociedade. Na América do Sul, o hábito de rebeldia, comum a todas as classes, é mesmo incompatível com o espírito militar; das repúblicas sul-americanas se pode dizer que são nações que têm tanto de guerreiras quão pouco de militares. Note-se mais que, de todas elas, as mais militares e conquistadoras são exatamente aquelas onde o caudilhismo não existe quase.

Uma prova desse exagero de malevolência – e, agora, bem expressivo – é o juízo que fazem todos da honestidade pessoal dos políticos sul-americanos.[3]

Vieram ter à Europa três ou quatro políticos sul-americanos, acusados de peculatários, e com a fama de ricos – foi o bastante; ninguém indagou do conceito em que esses indivíduos eram tidos na sua pátria, quando se descobriram os seus crimes; se indagassem, verificariam que eles se expatriaram, justamente, porque a opinião pública, lá, os condena de tal

[3] Eis a opinião do mais rubro socialista entre os grandes diários parisienses – *L'Aurore*:... As repúblicas sul-americanas, *regularmente* saqueadas pelos seus salvadores providenciais..... Compare-se este conceito ao do mais anti-socialista dos filósofos franceses – o sr. Le Bon – externa do num espesso volume, de 500 páginas, destinado a provar que os socialistas são, ou ineptos e imbecis, ou grandes invejosos e pérfidos, meros especuladores:... Elas – as repúblicas sul-americanas – todas, sem uma só exceção... vivem de empréstimos europeus, que bandos de políticos velhacos dividem entre si... Nessas desgraçadas repúblicas, a pilhagem é geral... os presidentes *são regularmente* assassinados, a fim de permitir a um novo partido o chegar ao poder, e por sua vez enriquecer... Ora, para que espíritos, incompatíveis entre si quanto a questões sociais e políticas, cheguem a este acordo assim absoluto no julgamento de fatos políticos e sociais, é preciso que tal julgamento não seja mais do que o reflexo de um conceito geral. Parece, até, que o socialista *copiou* o anti-socialista. Não. Estou certo de que, no momento de escrever este ultraje aos políticos da América do Sul. O jornalista não refletiu absolutamente sobre a possibilidade de ser falso o seu juízo, que não é seu, é de todo o mundo; ele não sabia, talvez, que esta era, também, a opinião do seu irredutível adversário; mas se lho disserem, não lhe parecerá estranho. Nem a ninguém surpreenderá essa unanimidade de opinião, quando se sabe que ela repousa sobre uma malevolência instintiva, inconsciente talvez, e que leva os indivíduos, mesmo os mais humanos, a aceitar como verdadeiras todas as informações pessimistas a nosso respeito, e a generalizar por todas as classes e gerações o proceder suspeito ou desonesto de um ou outro político (Fevereiro de 1903).

forma que os torna incompatíveis com a sociedade. Ninguém se informou, para saber que esses peculatários formam exceção. Apareceram três ou quatro casos, tanto bastou para concluírem: todo político sul-americano é um ladrão. Que importa que haja países como o Brasil, onde, dentre todos os presidentes de conselho, não houve um só que não fosse considerado e reconhecido como um homem probo e limpo, vivendo dos seus recursos próprios, e todos geralmente pobres?...Que importa que, de todos os presidentes da República – em épocas agitadas, em que todos eles dispuseram discricionariamente do poder – que não haja um só desses homens que não seja universalmente considerado como rigorosamente, escrupulosamente honesto, sob o ponto de vista de interesses pecuniários, saindo cada um deles do governo tão pouco milionário como entrara?!...

Isto de nada vale à pobre América do Sul; ela está julgada e condenada pela Europa, em razão da desonestidade dos seus estadistas – por essa Europa!...cujos escândalos neste assunto rebentam por toda parte, e tanto se generalizam que se fizeram normais. É tão monstruoso este modo de julgar, tão estúpida a injúria que, apesar da malevolência, ela não se teria generalizado se não fora a ignorância, que em todos se acusa, das coisas sul-americanas.

Para prova, veja-se como essa ignorância se patenteia mesmo nos trabalhos e livros imparciais por natureza.[4]

[4] Um exemplo típico é o dessas trinta e poucas linhas, que se lêem na *História da civilização* de Seignobos, e que representam tudo quanto ele julgou necessário dizer sobre o Brasil. Elas são feitas de afirmações como estas: "... Os *paulistas* formavam, no século XVIII, um povo independente... O Brasil tornou-se um Estado independente, mas sem perturbações. O regente, irmão do rei de Portugal. tomou o título de imperador do Brasil em 1826..." É completo, não é?!... Note-se que este Seignobos é figura proeminente no ensino superior, em Paris, professor entre os professores, consultor universal sobre história contemporânea e civilizações modernas, distribuindo diariamente lições e julgamentos à direita e à esquerda.

Conseqüências da malevolência Européia

I

No entanto, haveria verdadeira vantagem para a Europa em conhecer bem, a fim de julgar com segurança e justiça, a situação e as condições políticas e sociais dos países sul-americanos. Haveria grande vantagem para ela, e por conseguinte para a humanidade e a civilização em geral, e vantagem para nós em particular.

Para os países da América do Sul, isto representa, quase, uma questão de vida ou de morte. Em primeiro lugar, porque esse juízo universal, condenatório, a nosso respeito se reflete de um modo perniciosíssimo sobre nós mesmos. Somos a criança a quem se repete continuamente: "Não prestas para nada; nunca serás nada...", e que acabará aceitando esta opinião, conformando-se com ela, desmoralizando-se, perdendo todos os estímulos. E, se ainda não se perdem todos os estímulos, se um ou outro homem de Estado se esforça por seguir os conselhos axiomáticos que acompanham as implacáveis sentenças, estes conselhos estão de tal modo fora da realidade das coisas, correspondem tão pouco às nossas necessidades que, pondo-os em prática, esses políticos bem-intencionados, ou sôfregos de simpatias na opinião pública européia, mais agravam a situação política e econômica do seu país, porque tais conselhos se baseiam sempre em conhecimentos superficiais ou nulos, em juízos falsos, e são, na generalidade dos casos, se não de todo imbecis, pelo menos inaplicáveis.

Em segundo lugar, porque se se mantém esse estado de espírito a nosso respeito, cedo ou tarde seremos atacados, brutalmente ou insidiosamente, nas nossas soberanias de povo independente, e, num caso ou no outro, o desenvolvimento destas sociedades sul-americanas será profundamente perturbado; nada no mundo poderá impedir que neste continente se desenvolvam lutas sangrentas, incomparavelmente mais ferozes e bárbaras que as revoluções atuais. A menos que a Europa não se converta a sentimentos de uma relativa eqüidade, e que as nações civilizadas não resolvam dirigir os seus atos segundo os princípios de justiça e solidariedade humana, que os homens individualmente aceitam – a menos que um tal milagre não se faça, a América do Sul, as populações latino-americanas, terão sorte igual à da Índia, Indochina, África, Filipinas

etc. Guétant proclama a verdade quando afirma que: "Le droit des gens n' existe que pour ceux auxquels il est avantageux de l'appliquer; mais il est loisible d'attaquer traitreusement le peupIe qui n'aura pas voix délibérative au Congres de La Haye pour dénoncer l'infamie du procédé". Por ora, preserva-nos a teoria de Monroe por detrás do poder e riqueza dos Estados Unidos; e é este um dos graves inconvenientes da atitude malévola e agressiva da Europa. A perspectiva de um ataque nem por isto desaparece; nada nos garante que a grande República queira manter, para sempre, esse papel de salvaguarda e defesa das nações sul-americanas. É preciso notar que sobre a opinião pública norte-americana se refletem os efeitos dos juízos e conceitos com que a Europa nos condena, e que os políticos americanos nos consideram também: ingovernáveis, imprestáveis quase. Nessas condições, a doutrina de Monroe se lhes afigura, no que se reporta à América do Sul, como uma preocupação platônica, sentimental; eles a mantêm, mais por orgulho nacional, talvez, que por qualquer outro motivo. Ora, a um povo prático, e interessado hoje, diretamente, em todas as grandes questões internacionais, há de parecer, finalmente, insensato o estar aceitando desafios, e arriscando-se a lutas temerosas para proteger a vida e a soberania de nações que, em última análise, eles consideram como inferiores; e é lícito, pois, acreditar que, um dia, a grande República possa mudar de proceder, e admita combinações diplomáticas tendentes à sonhada invasão da América Latina.[5] A perspectiva não muda, e arrastará, hoje ou

[5] Já estava escrito esse trabalho quando o governo argentino, compreendendo, e muito bem, que essa doutrina de Monroe, aplicada e formulada como o faz a grande República, sem nenhum acordo com as outras potências americanas, é antes um atentado à soberania dessas outras nações do que uma garantia, interveio junto ao Ministério dos Negócios estrangeiros americanos, para que reduzisse a termos explícitos a interpretação da mesma doutrina, ouvidos os outros governos dos países interessados. Uma nota foi enviada neste sentido; lembrava ela a conveniência de ser declarado: "que os interesses financeiros não devem servir de motivo para intervenções armadas das nações européias na América". Os princípios alegados na citada nota são os princípios correntes em direito internacional; não obstante, o Governo Americano respondeu evasivamente, reconhecendo a legitimidade de tais intervenções, e reservando-se o direito de interpretar, ele só, a doutrina de Monroe, segundo melhor lhe convier no momento, ou mesmo de renegá-la, se tal lhe parecer bem. Comentando esse proceder, escreve a *Prensa* de Buenos Aires, de 23 de março de 1903: "Esa situación es evidentemente favorable a la Unión, pero no para las nacionalidades sul-americanas, que viven bajo una protección ofrecida, que no solicitaran nunca y cuyos alcances ignoram... en el concepto de la Europa en donde la doctrina de Monroe es interpretada como un protectorado político de los Estados Unidos". São considerações

amanhã, as pobres nações latino-americanas a perturbar ainda mais a sua organização social e econômica, armando-se como puderem para defender-se. Demais – dado mesmo os Estados Unidos se mostrem dispostos a amparar-nos e proteger-nos abeternum, ainda assim, acabaremos perdendo a nossa soberania e qualidade de povos livres. A soberania de um povo está anulada do momento em que ele se tem de acolher à proteção de outro. Defendendo-nos, a América do Norte irá, fatalmente, absorvendo-nos. Acredito que essa absorção não esteja nos planos dos estadistas americanos; mas é ela uma conseqüência natural da situação de protegido e protetor. De fato, parte da nossa soberania nacional já desapareceu; para a Europa, já existe o protetorado dos Estados Unidos sobre a América Latina. Por ocasião da Convenção da Paz, em Haia, lembram-se todos, as nações sul-americanas não foram convidadas – por entenderem os governos europeus que elas não eram suficientemente soberanas, e que os interesses e opiniões dos povos americanos estavam perfeitamente representados e garantidos pelos Estados Unidos, convidados assim, tacitamente, a exercer um certo protetorado sobre o resto da América. É só nestas condições que a Europa reconhece a teoria de Monroe.[6]

justíssimas, e que resumem uma situação esquerda e perigosa, em que se vêm encantoadas as nações sul-americanas.

[6] Em 1887, já o conhecido escritor sr. Quezada dizia, em protestos explícitos, as suas apreensões quanto a esta subalternidade a que a doutrina de Monroe reduz a América Latina: "... Es una invención norte-americana que, en 72 anos, no ha tenido aplicación práctica. *La América para las americanos* se dice, pero se agrega fleugmaticamente *del Norte*... Esta es la genuina interpretación". Em 1900, num discurso comemorativo, em Paris, o jurista piatino volta aos seus temores e afirma: "La acción lenta, pero eficaz, de los Estados Unidos en las naciones ibero-americanas es ya visible: la doctrina monroista no es sino la tutela disfrazada de los que se consideran superiores por la energia, la riqueza y la conciencia de su propio valer". A própria *Nación,* jornal intencionalmente e cuidadosamente circunspecto, reconhece que: "Tienes sus pelos el protectorado con que los Estados Unidos nos brindan". São *apreensões*... dirão; mas são apreensões generalizadas em toda a América Latina, tratada inexoravelmente pela sociologia norte-americana de – *Continente enfermo;* apreensões que só se propagaram assim porque são naturais. Em 1895, a *Revista de Chile,* t. VIII, publicava um artigo onde acentuava que: "El brusco cambio de la política tradicional de los Estados Unidos en la actual tendencia imperialista, ha de consolidar en la gran república del norte la pretensión arrogante de los políticos de la escuela de Blaine, que consideran como *destino manifesto* de aquel país ejercer hegemonía comercial y la tutela política en las demás repúblicas dei continente". Ao norte, já não são simples apreensões, mas queixas – que a absorção ali é um fato. Em 1879, o estimado escritor da Costa Rica, Máximo Soto, publicou uma novela que é a descrição dessa absorção; é mister ler "aquelas páginas emocionantes e

II

Eis a realidade das coisas.

Poderão, deverão as nacionalidades latino-americanas resignar-se a esta situação? Certamente que não. Por muito simpáticos que nos sejam os Estados Unidos – nação cujo desenvolvimento e progresso todos os povos americanos vêem com prazer e orgulho – por muito grandes que sejam estes sentimentos de estima, não há país da América Latina que não repila a idéia de abdicar da sua soberania, absorvido pela proteção norte-americana. À parte mesmo os naturais preconceitos patrióticos, há o fato incontestável de que essa absorção não se pode fazer sem prejuízo e dano para o nosso progresso, sem grandes perturbações em nosso desenvolvimento social. Refiro-me à condição das sociedades que ora existem na América do Sul: piorarão de sorte, sofrerão mais ainda, se um dia os Estados Unidos tiverem de intervir na sua vida política. Há, talvez, quem tenha ilusões a este respeito, e, por isso, penso que vale a pena discutir mais longamente esta hipótese; fá-lo-ei noutro capítulo, quando tiver examinado convenientemente a situação real dos povos sul-americanos, e a causa verdadeira dos males que ainda embaraçam a sua organização definitiva e o seu progresso.

Tais são as conseqüências para nós mesmos da reputação malévola que se fez na Europa a nosso respeito. Ela nos embaraça de toda sorte de embaraços. É certo que, nesta hora de universal egoísmo, isto não comove muito os estadistas europeus; mas eles podiam refletir sobre o caso e ver que os próprios interesses da Europa, e a causa da humanidade em geral, sofrem desta malevolência infundada. Porque, em suma, as grandes nações colonizadoras ainda não puderam avançar sobre o continente sul-americano; talvez, mesmo, o não façam muito proximamente; mas, enquanto isto, a Europa continua necessitando de expatriar-se, e é para esta América que muitos emigram; a vida lhes parece mais fácil aqui do que lá; no entanto, ela se tornará mais difícil, a permanência far-se-á necessariamente precária, se os governos das suas pátrias de origem

cheias de tristeza, para fazer-se uma idéia de como a raça saxônica vai dominando primeiro, e desalojando depois, metodicamente, as raças espanholas centro-americanas. Para as outras nações latino-americanas, a sorte será igual, se não reagirem: é questão de tempo, conclui um escritor que os conhece".

persistem em tratar as nações sul-americanas como nos vêm tratando ultimamente. Todos sabemos – e na Europa mesmo o reconhecem – que essas famosas "reclamações"[7] e "indenizações", que os Estados europeus – os fortes – cobram a tiro de canhão, não têm geralmente sombra de justiça, nem de direito. Às infelizes nações sul-americanas não se reconhece, sequer, o direito de discuti-las: vêm os heróicos navios, de canhões ameaçadores, prontos a funcionar se o pagamento se demora, sangram-se as populações para encher o bolso dos aventureiros que têm a sorte de pertencer a uma nação forte, e sabem fazer valer esta força para enriquecer. É natural que se paguem em ódio estas violências e extorsões. Todos reconhecem que, se os governos europeus se prestam de tão boa mente ao jogo e explorações de tais aventureiros, é porque são convencidos de que os míseros atacados não podem responder no mesmo tom, e que, por isso, não há nenhuma razão para poupar o amor próprio de tais nacionalidades – estamos condenados, temos que desaparecer, o melhor é matar-nos aos poucos, tirando-nos as ilusões de soberania e os escassos recursos materiais.

Todos sofremos com isto; e o estrangeiro sofre conosco; sofre, porventura, mais do que nós, porque padece todos os efeitos gerais dessas extorsões e perturbações, praticadas em benefício de meia dúzia de exploradores, e padece mais em razão dos ódios e desconfianças que se desenvolvem em torno dele, ódios e desconfianças naturalíssimos. O ódio não reflete, e, em casos tais, ele é a reação necessária contra o aventureiro agressor. Refletindo mesmo, a desconfiança se impõe: ninguém sabe se o estrangeiro que hoje amigo se nos apresenta não será amanhã a causa, o instigador de uma violência...[8]

---

[7] Todas elas são, mais ou menos, do gênero e do valor daquela que o governo brasileiro teve que pagar – sem esperar pelos canhões, aliás – "a um alemão, que alegava haver perdido os testículos devido a um tiro das tropas brasileiras", e que, meses depois de embolsar o dinheiro, casava e *tinha filhos.*

[8] É natural, é humano que, hoje, os venezuelanos considerem e tratem como inimigos os ingleses, alemães e italianos imigrados para o seu país; que desconfiem deles, e estimem como preferível que tais hóspedes nunca se tivessem dirigido para ali. É natural que a situação dos europeus seja hoje mais ingrata do que era antes. Podem derivar daí represálias e conflitos, que embaracem por muito tempo a fusão dos vários elementos sociais – condição indispensável ao progresso geral; quebrar-se-ão os laços de simpatias entre os membros de uma mesma sociedade, a situação moral se agravará, tanto para os nacionais como para os estrangeiros.

III

Deverá concluir-se, daí, que são essas violências e extorsões a causa única dos males que nos atormentam? Não; justamente, tais violências só se realizam porque outras causas, que vêm de longe, perturbam e embaraçam profundamente o nosso progresso. Reconhecendo esta verdade, temos que reconhecer também que a nossa situação social, política e econômica é efetivamente bem triste. Quando os publicistas europeus nos consideram como países atrasadíssimos, têm certamente razão; não é tal juízo que nos deve doer, e sim a interpretação que dão a esse atraso, e principalmente as conclusões que daí tiram, e com que nos ferem[9].

Efetivamente, os povos sul-americanos se apresentam, hoje, num estado que mal lhes dá direito a ser considerados povos civilizados. Em quase todos eles, em muitos pontos do Brasil inclusive, a situação é verdadeiramente lastimável. Nações novas deveriam progredir como 100, enquanto as antigas e cultas progridem como 50; só assim lograriam alcançá-las e gozar todos os benefícios que se ligam às civilizações adiantadas. No entanto, marcham lentamente, como 10, isto é, retardam-se, distanciam-se cada vez mais da civilização moderna. E todos sofremos os efeitos deste retardamento. Há casos em que, num estado de relativa barbaria, os povos podem ser felizes: quando, por isolados, não chegam a sentir os efeitos da sua inferioridade; esta não existe quase. Mas, no nosso caso, participando diretamente da civilização ocidental, pertencendo a ela, relacionados diretamente, intimamente a todos os outros povos cultos, e sendo ao mesmo tempo dos mais atrasados, e por conseguinte dos mais fracos, somos forçosamente infelizes. Sofremos todos os males, desvantagens e ônus fatais às sociedades cultas, sem fruirmos quase nenhum dos benefícios com que o progresso tem suavizado a vida humana. Da civilização, só possuímos os encargos: nem paz, nem ordem, nem garantias políticas; nem justiça, nem ciência, nem conforto, nem higiene;

---

[9] O pessimismo geral sobre a América do Sul vai ao ponto de induzir indivíduos como Charles Malato, cuja vida tem sido uma luta implacável contra os fortes e exploradores, a escrever impiedades como esta: "Abrutis par leurs moines, mystifiés par leurs avocats, fusilés par leurs généraux, les peuples de L' Amérique Latine *ne semblent pas avoir grand' chose à perdre en tombant sous la coupe* des Vanderbilt, des Morgan et des Rockefeller, et ces messieurs ne s'amusant pas aux agitations inutiles, peut-être y gagneront-i1s une tranquilité qui pourra leur paraître donnée" *(L'Amérique Latine. Les annales de la jeunesse larque,* n" I).

nem cultura, nem instrução, nem gozos estéticos, nem riqueza; nem trabalho organizado, nem hábito de trabalho livre, muita vez, nem mesmo possibilidade de trabalhar; nem atividade social, nem instituições de verdadeira solidariedade e cooperação; nem ideais, nem glórias, nem beleza... São sociedades novas, inegavelmente vigorosas, prontas a agir, mas, nas quais, toda a ação se resume na luta terra a terra pelo poder – na política, no que ela tem de mais mesquinho e torpe. Fora daí, é a estagnação: miséria, dores, ignorância, tirania, pobreza. Exploradas pelo mercantilismo cosmopolita e voraz, imoral e dissolvente, retardatário por cálculo, egoísta e inumano por natureza, estas pobres sociedades não sabem e não podem se defender.

Como se explica, então, esse atraso – de nações novas, certamente vivaces, estabelecidas em territórios propícios, férteis e clementes?

É este um problema sobre o qual ninguém se demorou ainda convenientemente, para achar as verdadeiras causas de atraso, e deduzir delas a norma de proceder, capaz de levar estas sociedades à situação que lhes compete.

São povos que possuem todos os elementos para ser prósperos, adiantados e felizes, e que, no entanto, arrastam uma vida penosa e difícil: por quê?... É diante desta anomalia, desconcertante para muita gente, que os estadistas de vista curta emitem os seus famosos axiomas: o mal vem da instabilidade dos governos, das revoluções freqüentes, da irregularidade do câmbio, do papel-moeda inconversível, da falta de braços... É toda a série dos sintomas de atraso, apresentados como causa; e, então, os mais corajosos resolvem, cada um por seu turno, combater aquela causa que eles acreditam ser a principal... Não compreendem, esses tristes políticos, que um povo não faz revoluções senão quando uma causa profunda, orgânica, o impele a isto; que as revoluções, e cada uma das outras causas adotadas, ora por este, ora por aquele, são efeitos e não causas, efeitos ligados a uma mesma origem, e que é mister buscar cuidadosamente esta origem, esta causa, para achar o meio de ir lentamente, tenazmente combatendo-a. Míopes, reduzidos de vista, eles não conseguem ver os fenômenos, os efeitos todos, por junto, e menos ainda determinar as relações fatais entre uns e outros; e sentir a necessidade de compreender os fenômenos sociais num sistema de leis gerais.

SEGUNDA PARTE

PARASITISMO E DEGENERAÇÃO

Organismos biológicos e organismos sociais

> La biologie doit d'abord fournir le point de départ nécessaire de l'ensemble des spéculations sociales, d'apres l'analyse fondamentale de la sociabilité humaine et des diverses conditions organiques qui déterminent son caractère propre.
>
> *Auguste Comte*

I

Está um tanto desacreditado, em sociologia, esse velo de assimilar, em tudo e para tudo, as sociedades aos organismos biológicos. Muito se tem abusado deste processo de crítica, cujo vício, em verdade, não consiste em considerar as sociedades – digamos os grupos sociais – como organismos vivos, sujeitos, por conseguinte, a todas as leis que regem a vida e a evolução dos seres, mas em considerá-los como simples organismos biológicos. Em suma, não é o conceito que é condenável, e sim a estreiteza de vistas com que o aplicam à crítica dos fatos sociais, mais complexos, sem dúvida, que os fatos biológicos, pois dependem das leis biológicas, e ainda das leis sociais, peculiares a eles. Uma verdade, porém, é hoje universalmente aceita – que as sociedades existem como verdadeiros organismos, sujeitos como os outros a leis categóricas. Deste consenso unânime vem – exatamente o considerar-se a sociologia como ciência, isto é – o estudo de um conjunto de fatos dependentes de leis fatais, tão fatais como as da astronomia ou da química, fatos estreitamente dependentes e relacionados, e pelos quais nos é dado perceber a sociedade como uma realidade à parte, cujas ações, órgãos e elementos são perfeitamente acessíveis ao nosso exame. Nenhum homem verdadeiramente pensante desconhece, hoje, esta noção, elementar em ciência social: "As sociedades obedecem a leis de uma biologia diversa da individual nos aspectos, mas em essência idêntica".

Como organismos vivos, as sociedades dependem não só do meio, não só das condições de lugar, mas também das condições de tempo. Quer dizer: para estudar convenientemente um grupo social – uma nacionalidade no seu estado atual, e compreender os motivos pelos quais ela se apresenta nestas ou naquelas condições, temos de analisar não só o meio em que ela se acha, como os seus antecedentes. Uma nacionalidade é o produto de uma evolução; o seu estado presente é forçosamente a resultante de ação do seu passado, combinada à ação do meio. É mister estudá-la "no tempo e no espaço"; a linguagem é um pouco pretensiosa e rebarbativa, mas exata. Isto mesmo sucede com os organismos biológicos: se, num espaço, num meio muitas vezes restrito, único e igual, encontramos organismos de uma diversidade infinita, é porque eles não dependem só do meio atual, mas também das condições e formas anteriores, que a hereditariedade conserva – representam uma herança adaptada. É por isso, ainda, que uns se mostram mais perfeitos do que outros; é nestes – nos mais perfeitos – que a adaptação é mais completa; neles, o passado não pesa tão fortemente que embarace as adaptações indispensáveis. Isto se dá quanto às espécies, e se dá também quanto aos indivíduos em particular. Que vem a ser a doença? Uma inadaptação do organismo a certas condições especiais. Por que razão nem todos os indivíduos adoecem ao mesmo tempo, por uma mesma causa? Porque uns são mais resistentes; quer dizer, mais adaptáveis a essas causas do que outros. A vacina, o grande recurso terapêutica-higiênico moderno, é uma adaptação artificial, provoca da, do organismo a certos agentes mórbidos. Por que motivo uns tantos indivíduos enlouquecem no curso de certas crises morais, ou sofrem do aparelho circulatório por efeito de uns tantos excessos, ou se intoxicam facilmente? Porque herdaram uma tal incapacidade (diz-se "falta de resistência") a adaptar-se a essas crises, a esses excessos, ou a esses agentes de contágio. É por esta razão que o médico, em face de um doente destes, não deixa de reportar-se ao passado; é o estudo, o conhecimento deste passado que o vai instruir definitivamente, e dizer se o indivíduo pode, ou não, curar-se. A cura depende, em grande parte, da importância desse "histórico", principalmente quando as condições presentes são relativamente favoráveis, e são tais que a elas o indivíduo se poderia adaptar facilmente, se não tivesse contra si uma herança funesta. Então, num tal caso, o empenho do clínico é dirigido, todo, não contra o meio atual, pois que este é propício – mas contra o passado, para vencê-lo e eliminá-la. Tal é o caso do médico chamado para um enfermo, jovem, tendo todas as razões para ser forte, havendo em torno de

si tudo de que um organismo humano pode precisar para o seu perfeito desenvolvimento – e que, no entanto, se apresenta débil e perturbado desde o nascimento, mal constituído, retardado em sua evolução, caprichoso e incoerente. Imediatamente, o prático se voltará para os antecedentes do doente, e aí buscará a causa do mal atual e os meios eficazes de combatê-lo.

II

Tal é o caso das nacionalidades sul-americanas. Aparentemente, não há nada que justifique ou explique esse atraso em que se vêem, as dificuldades que têm encontrado no seu desenvolvimento. O meio é propício, e por isso mesmo, diante desta anomalia, o sociólogo não pode deixar de voltar-se para o passado a fim de buscar as causas dos males presentes. Há um outro fato a indicar bem expressamente que é nesse passado, nas condições de formação das nacionalidades sul-americanas, que reside a verdadeira causa das suas perturbações atuais: é que, por um lado, estas perturbações, estes males são absolutamente os mesmos – mais ou menos atenuados – em todas elas; e, por outro lado, estes povos tiveram a mesma origem, formaram-se nas mesmas condições, foram educados pelos mesmos processos, e esses males eles os vêm sofrendo desde o primeiro momento. Pois, se os antecedentes são comuns, se os sintomas são os mesmos, se estes se continuam com aqueles – é bem natural que nestes antecedentes esteja a verdadeira causa.

Procedamos como procederia um sociólogo avisado; analisemos esse passado, e vejamos até que ponto por ele se explicam os vícios atuais, até que ponto tais vícios derivam da herança e educação recebida. Estudemos as condições sociais e políticas, o caráter e as tradições dos povos que formaram as nacionalidades sul-americanas; estudemos os processos que presidiam à constituição primeira destas sociedades. Acaso estarão aí as origens destes vícios – dos maus hábitos, que hoje tanto pesam sobre estes povos infelizes. Vejamos como se formaram os costumes políticos, reconhecidamente maus, de que somos implacavelmente acusados.

Ao fazer este exame necessário da vida e do caráter das nações colonizadoras da América do Sul, um fato impõe-se logo à nossa atenção: é que elas padecem, com as naturais modificações de meio – os mesmos males que as nações da América Latina. Nas duas – Espanha e Portugal,

que, no caso, figuram como uma unidade – o mesmo atraso geral: uma geral desorientação, porventura, um certo desânimo, falta de atividade social, mal-estar em todas as classes, irritação constante e, sobretudo, uma fraqueza tão acentuada que a muitos se afigura, também, como uma incapacidade essencial a manterem-se soberanas e livres a par dos outros povos. Isto é muito para notar, principalmente porque essas nações foram, em tempos relativamente bem próximos, excepcionalmente poderosas, ricas e adiantadas. Houve um momento, há pouco mais de três séculos, em que a Espanha dominou a Europa e avassalou o mundo, quase inteiro. Nessa época, os povos ibéricos estiveram efetivamente na vanguarda do progresso; a civilização da península foi das mais brilhantes e fecundas, nesse momento efêmero. Arrancando-se a um domínio estrangeiro, aqueles povos se constituíram em nacionalidades, perfeitas para a sua época, vigorosas, ativas, brilhantes; o seu poder era incontrastável em terra, e absoluto nos mares; as suas energias ofuscaram, então, a história dos outros povos: "...Num momento, fomos como deuses, diz um historiador da península, porque tivemos a onipotência!" E é verdade. Mas é destino dos deuses passar, decair, desaparecer; porventura, o escritor, justamente comovido por esse passado glorioso, buscara tal aproximação – entre a história da sua pátria e o ciclo das divindades, para poder explicar, a si mesmo, a queda, a decadência da Espanha, em virtude de qualquer fatalidade universal, que lhe permita conservar, mesmo agora, o orgulho de quem foi deus – decaído embora. Bem decaído!... A Espanha não é hoje a sombra, sequer, do que foi no século XVI. Então, ela era a primeira entre as nações da Europa; depois, enquanto as outras continuavam a progredir, mantendo, com pequenas alternativas, a sua posição no conjunto do mundo civilizado, a Espanha entrou a atrasar-se, a atrasar-se, até vir figurar entre as mais fracas e mesquinhas das nações cultas. No correr da Idade Média, até o século XVI, os povos da Europa organizam-se socialmente; definem-se as instituições, ligam-se as raças, difundem-se entre as nações bárbaras os princípios da cultura latina, que é assimilada, adaptada às tradições e à índole de cada grupo; integralizam-se as nacionalidades sob nova forma, surgem as nações modernas – soberanas, livres, caracterizadas, e entre elas surge a Espanha, mais bem caracterizada que nenhuma outra, havendo sofrido uma elaboração infinitamente mais difícil e complexa. O progresso geral continua; agora, é a ciência, a filosofia, o estudo direto da natureza; e, enquanto os outros povos se mantêm participando do progresso científico e artístico do século, a península declina. No correr do século XVII e do XVIII, a Ibéria, que havia dado ao mundo Cervantes, Camões, Murilo, Lope de Vega, Ribera... desaparece, evolui, degenera; não se vê um só nome espanhol ou português entre os homens que fundam a cultura moderna e dominam a natureza, ou naqueles que refazem a filosofia racionalista, que iluminará as gentes na conquista da justiça e da liberdade. Ao passo que os outros povos completam a sua evolução, e se estabelecem definitivamente sobre o solo, aplicando às necessidades reais da vida as descobertas da ciência, e criam a indústria moderna, e normalizam o trabalho, e fundam a riqueza estável pela produção inteligente, e completam o seu desenvolvimento econômico, tornando-se produtores, a Espanha desaparece desse concurso do progresso. Enquanto os ânimos, fortalecidos pela ciência, vão lutando e se vão libertando, aqui e ali, aos poucos, mas continuamente, até chegar a esse estado de emancipação de espírito dos fins do século XIX, a Espanha apropria-se da Inquisição para eliminar sistematicamente todas as aspirações de liberdade e ergue em sistema a escravidão espiritual – degrada-se...

III

Por quê?...

Antes de buscar a resposta a esta pergunta, analisemos, em suas linhas gerais, os fatos que se passam em certos organismos animais que se tornam parasitas.

Há um animal marinho – o Chondracanthus gibbosus, cuja organização é, à primeira vista, tão simples e rudimentar que, por muito tempo, os naturalistas o classificaram entre os vermes – os vermes inferiores. Em verdade, o animal é constituído, apenas, por uma massa informe, de tecido frouxo, onde não se vêem quase órgãos diferenciados, a não ser os colchetes com que ele se apega à sua vítima, e os órgãos genitais, desenvolvidíssimos. Fixado ao animal que o nutre, o Chondracantus resume toda a atividade vital em sugar a seiva nutritiva, que ele já encontra elaborada, pronta a ser assimilada e apropriada para a nutrição íntima dos tecidos, e em reproduzir-se. É nessas condições que o animal adulto se apresenta: parasita, rudimentar, e "inferior" – a ponto de ser considerado um verme.

Estudando, porém, a sua evolução completa, notaram os naturalistas um fato anômalo: que, nos períodos de vida embrionária e larvar – quando a sua organização deverá ser mais simples ainda – ela é exatamente muito mais complexa e perfeita. Em estado adulto, o animal não apresenta nem órgãos locomotores livres, nem tegumento protetor, nem centros nervosos desenvolvidos, nem órgãos sensoriais, nem aparelho digestivo completo; no entanto, no estado larvar, existem todos estes órgãos e aparelhos; depois, à medida que o animal se vai desenvolvendo em volume, eles se atrofiam, desaparecem. É tão perfeita a larva do Chondracanthus, que os naturalistas tiveram de reconhecer que não se tratava de uma larva de verme; breve, reconheceram também que ela é inteiramente semelhante às larvas de uma classe de animais bem superiores – os crustáceos. E a conclusão se impôs: o Chondracanthus é um crustáceo, do grupo dos copepodos; se, no estado adulto, ele se apresenta rudimentar como um verme, é porque degenerou.

Por que razão degenerou ele? Por que se atrofiaram e desapareceram todos esses órgãos, em cuja síntese e harmonia se acusava uma organização superior? Simplesmente porque o Chondracanthus se fez parasita. Foi o parasitismo que reduziu o copepodo a esta condição de inferioridade e degradação, e por um processo bem fácil de perceber.

É princípio fundamental- e corriqueiro – de biologia: que a função faz o órgão. Quer dizer, o exercício constante de um órgão aperfeiçoa-o, desenvolve-o, adapta-o de mais em mais à função; modifica-o, transforma-o. O mesmo órgão pode servir a misteres inteiramente diversos; mas, neste caso, ele se alterará, dobrando-se às funções que executa: a asa do morcego, a pata dianteira do cavalo, a mão do homem, a pata da topeira, a mão da preguiça, a barbatana da baleia – é o mesmo órgão, um órgão primitivamente locomotor, mas que se modificou pelo exercício, adaptando-se, aqui ao vôo, ali à marcha, à preensão, à escavação, à suspensão, à natação... Noutros animais – nas serpentes, estes órgãos, deixando de funcionar, atrofiaram-se, desapareceram, como desapareceu a cauda de certos vertebrados. O exercício não só aperfeiçoa o órgão, como é a condição indispensável à sua integridade fisiológica e anatômica. Os animais das cavernas onde não penetra luz, e dos abismos, porque não têm ocasião de servir-se dos olhos, perderam estes órgãos; pela falta de exercício o aparelho da visão atrofiou-se, desapareceu; em compensação, os órgãos do tato tomaram um grande desenvolvimento e mostram uma perfeição muito maior do que no comum dos outros animais.

Na vida completa, o animal tem ocasião de pôr em contribuição todos os seus órgãos; exercita-os harmonicamente, e, no esforço, na luta contra a natureza, ora fugindo às suas inclemências, ora tirando dela a subsistência, o ser vivo vai aperfeiçoando cada um dos seus aparelhos; o progresso orgânico é o resultado do esforço contínuo e do exercício combinado de todos os órgãos na luta pela vida. Esta é uma verdade indiscutida hoje, verdade básica das doutrinas biológicas universalmente aceitas.

Colocai um organismo em condições de vida que o dispensem de exercitar os seus órgãos sensoriais e locomotores, e estes se atrofiarão fatalmente. Foi o que sucedeu com o Chondracanthus: era um crustáceo livre, inteligente – do grau de inteligência que possui o comum dos crustáceos, provido de todos os instrumentos – órgãos e aparelhos – indispensáveis para guiá-lo na procura dos alimentos, ir ao encontro deles, fugir aos perigos, apanhar as substâncias nutritivas, levá-las à boca, triturá-las, digeri-las; munido de um tegumento que o protegia dos choques exteriores. Por uma circunstância qualquer, ele se achou um dia sobre uma presa viva; tirou dela o alimento; deu-se bem, voltou ainda... Então, ele era apenas um animal depredador. Depois, nem mais se afastou da sua vítima, apegou-se a ela, fixou-se definitivamente, e todo o seu esforço ou trabalho vital se resumiu, deste momento em diante, em sugar o animal a que se prendia. Aí encontra ele tudo; a vida lhe é muito mais fácil do que se, da natureza, tivesse de tirar diretamente o sustento. Está garantido contra os choques exteriores – por isso o tegumento se adelgaça, a sensibilidade se embota; os órgãos locomotores atrofiam-se também, assim como os de preensão, ataque e defesa, pois que o animal está num meio de temperatura constante, onde não lhe chegam as impressões irritantes do mundo exterior, e não precisa andar, nem apanhar o alimento, nem mastigá-lo. Fatalmente, um tal regime se reflete sobre a inteligência, e esta se amesquinha, decai, também. A inteligência nutre-se e enriquece às custas das impressões e imagens ávidas do mundo exterior; ela se desenvolve na luta pela conquista dos alimentos, e para escapar aos perigos; num animal que tenha o sustento garantido e a vida abrigada, conservando-se ao mesmo tempo em condições de não receber impressões exteriores – num tal animal, a inteligência atrofia-se necessariamente. Assim, é uma conseqüência fatal em biologia que, tornando-se parasita, um organismo degenera, involui.

Causa da Degeneração

I

Sucederá o mesmo com os organismos sociais? Sim; é impossível negá-lo. Uma causa deprimente e perniciosa para os indivíduos em particular não pode deixar de ser perniciosa e deprimente para a sociedade no seu total. Os organismos sociais regem-se por leis peculiares a eles, mas estas leis não podem estar em oposição com as que regem a vida dos elementos sociais em particular; o todo participa das qualidades das partes, e delas depende. O vigor de um organismo representa a soma de vigor dos elementos que o constituem; uma condição que é nociva a esses elementos considerados individualmente é fatalmente nociva ao organismo. É noção banal em sociologia que o progresso social se faz segundo um paralelismo perfeito com o progresso orgânico – diferenciação dos órgãos, especialização das funções, divisão do trabalho – estas são as condições indispensáveis à perfeição.

Isto é assim nos organismos biológicos, como nos organismos sociais. Um animal inferior é um saco; no interior deste saco – constituído por um tecido quase homogêneo, cumprem-se todas as funções – digestão, respiração, circulação; é este saco que se contrai e desloca o animal; não há órgãos diferenciados, nem funções especiais, nem trabalho particularizado, em grupos diversos de tecidos. Um animal superior é um conjunto de órgãos perfeitamente diferenciados, adstritos a funções especializadas, divididas e subdivididas; a digestão, que ali se fazia em comum com todas as outras funções vitais, aqui se multiplica em funções especiais, executadas por uma série de órgãos – dentes, língua, faringe, esôfago, estômago, glândulas várias, tubo digestivo etc. – órgãos que dividem entre si o trabalho, e são constituídos por elementos diversos. Numa sociedade primitiva, inferior, os indivíduos vivem todos sensivelmente nas mesmas condições; cada família executa o conjunto de misteres essenciais à vida: planta, colhe, cria, fia o tecido com que se veste; a vida social se resume a um número restrito de funções, que são executadas em comum, indistintamente, por todos. Numa sociedade adiantada, há verdadeiros órgãos distintos, uma especialização complicadíssima de funções, e uma divisão de trabalho, às vezes exagerada. Numa cidadezinha do interior, de vida rudimentar, cada senhora faz o seu vestido; em compensação, ele é um

modelo de mau gosto. Nos grandes centros civilizados – não só há categorias de pessoas que se encarregam deste mister, como, entre essas pessoas, há uma divisão de trabalho que vai ao extremo limite – umas para as saias, outras para os coletes, outras para os casacos, outras para as mangas; e estas ainda dividem o trabalho – umas fazem casas, outras pregam botões, outras cosem à máquina. Assim, cada uma se especializa de tal forma, na sua função, que esse trabalho é perfeito, e perfeita vem a ser toda a obra.

Se a marcha do progresso e da evolução é a mesma nos organismos biológicos e nos sociais, é fatal que as circunstâncias capazes de entravar esse progresso nos primeiros há de forçosamente produzir os mesmos efeitos nos segundos. Demais, o simples exame do fato em si é bastante para mostrar que um grupo, um organismo social, vivendo parasitariamente sobre outro, há de fatalmente degenerar, decair, degradar-se, evoluir, em suma. Em que consiste, em última análise, o progresso social? No desenvolvimento da inteligência, pelo esforço contínuo para aproveitar do melhor modo possível os recursos havidos da natureza, da qual tiramos a subsistência, e no apuro dos sentimentos altruísticos, que tornam a vida cada vez mais suave, permitindo uma cordialidade maior entre os homens, uma solidariedade mais perfeita, um interesse maior pela felicidade comum, um horror crescente pelas injustiças e iniqüidades... Ora, uma sociedade que viva parasitariamente sobre outra perde o hábito de lutar contra a natureza; não sente necessidade de apurar os seus processos, nem de pôr em contribuição a inteligência, porque não é da natureza diretamente que ela tira a subsistência, e sim do trabalho de outro grupo; com o fruto desse trabalho ela pode ter tudo. Não há mais necessidade de ver, observar, guardar a experiência e manter-se em contato com a natureza. Deriva daí que não há o esforço íntimo para conhecer as coisas e os fenômenos, pois que as necessidades são satisfeitas; nem há o estímulo contínuo, vivaz e eternamente novo, da natureza sobre o nosso entendimento, visto como vivemos dela afastados. Em tais condições, é lógico que a inteligência não poderá progredir, decairá.

E o sentimento? E a moralidade?... Não será preciso insistir sobre este ponto. Como se poderão desenvolver e apurar os sentimentos altruísticos, de justiça e eqüidade, de cordialidade e amor, numa sociedade que sucede viver, justamente, de uma iniqüidade – do trabalho alheio?... Há quem objete: nada impede que esses sentimentos existam, e se

desenvolvam, exclusivamente, entre os membros da mesma sociedade, e assim progridam. São objeções de espíritos pobres de humanidade e de compreensão. Esses sentimentos de bondade e justiça têm forçosamente um fundo instintivo, independente de qualquer interesse ou restrições; ou eles existem assim, ou não existem. O gemido, a dor e as lágrimas, ou comovem, ou não comovem. Não podem ser subordinados às conveniências egoísticas de um grupo. Desde que os indivíduos podem dominar tais sentimentos de humanidade, e chegam a conservar-se impassíveis diante dos sofrimentos e injustiças que outros possam padecer – estes indivíduos retrogradam moralmente. Vivendo parasitariamente, uma sociedade passa a viver às custas de iniqüidades e extorsões; em vez de apurar os sentimentos de moralidade, que apertam os laços de sociabilidade, ela passa a praticar uma cultura intensiva dos sentimentos egoísticos e perversos. Os interesses coletivos, o perigo ou receio de ver escapar-se a presa podem levar os membros desses grupos parasitas a defender-se em comum, a proceder de forma a aparentar uma socialização adiantada; mas não há nisto verdadeiro progresso moral – qual consiste no horror da injustiça, independente de qualquer vantagem pessoal. Que juízo se pode fazer da beleza moral dessas almas, que passavam a existência a cortar de açoites as carnes de míseros escravos e que aceitavam como legítimo o viver do trabalho destes desgraçados, cuja vida será um martírio contínuo?!... Se as sociedades atuais se consideram como mais adiantadas e moralizadas que essas de dois ou três mil anos atrás, é certamente porque, hoje, nós nos interessamos pela sorte do ser humano, qualquer que ele seja, independente de qualquer restrição – de classe ou de nacionalidade. Hoje, existem verdadeiros sentimentos de humanidade, desconhecidos, quase, nessas épocas remotas.

II

É tão sensível essa degeneração moral ligada ao parasitismo, que alguns sociólogos querem considerar o crime como uma das suas conseqüências. “Para mim”, diz Max-Nordau,

> O crime é parasitismo humano [o grifo é do autor]. Aí reside a verdadeira essência de todo hábito criminoso. Ele é de natureza parasitária. É isto o que o caracteriza e o define (...). Por que se tornam os homens parasitas? Sendo o estado normal o viver sobre a natureza, ou, numa civilização mais adiantada, de um trabalho útil ao próximo, apreciado por ele e pago espontaneamente com o produto do seu próprio esforço – como sucede então que, num dado momento, certos homens mudem de natureza, saiam do princípio geral da reciprocidade, se insurjam contra a lei econômica da permuta e venham a viver como parasitas sobre outros homens? O parasitismo já é um fenômeno de degenerescência. O degenerado é um débil, e em virtude da lei do menor esforço ele procura explorar o próximo, em vez de viver com ele sobre a base das trocas equivalentes, porque isto lhe é mais fácil. Naturalmente, o mecanismo da transformação do homem social em um parasita anti-social é um pouco mais complicado. A debilidade do degenerado é em realidade uma conseqüência e um só aspecto de sua inferioridade orgânica geral. A substância nervosa é obtusa; ele é pouco sensível, às vezes mesmo insensível às impressões materiais, e esta anestesia tem como corolário uma insensibilidade moral análoga. A capacidade de inibição é pequeníssima ou nula; é-lhe impossível resistir às impulsões ou apetites. Os centros nervosos se esgotam depressa, e ele é incapaz de um esforço durável, regular, metódico... A insensibilidade que o caracteriza torna-o indiferente às misérias e aos sofrimentos que ele causa ao próximo[10].

Schaeffle é mais explícito ainda, e diz precisamente o mecanismo íntimo dessa degradação: “Pelo princípio das compensações, os parasitas, pois que não despendem grande atividade nervosa, nem muscular, devem necessariamente cair nos excessos de bebida, de mesa e devassidões”.

Teoricamente, é evidente que a vida parasitária traz fatalmente a degeneração. Voltemo-nos para os fatos. Nem só o homem vive em comum; outros animais conseguiram organizar-se em sociedades, que são verdadeiros corpos harmônicos, de uma vida mais estreitamente dependente nas suas partes que a própria vida das sociedades humanas. Refiro-me às abelhas e formigas. Cada grupo destes insetos é um organismo social mais perfeito do que as nações. Se encontrarmos, na vida destes animais, exemplos de parasitismo coletivo, isto já nos instruirá um pouco quanto aos efeitos desse regime sobre o próprio grupo parasita.

> Há abelhas que começam a vida como honestas operárias. Depois, um belo dia, ou talvez um dia triste, de fome, elas encontram no seu

[10] Max-Nordau “Nouvelle théorie biologique du crime”, in *Revue* (antiga *Revue des Revues),* n. 20, 15 de outubro de 1902.

caminho um cortiço alheio, bem provido de mel, e põem-se a pilhá-la: desse momento em diante, estão perdidas para o trabalho honesto, e mantêm-se até o fim da vida gatunas e salteadoras. Elas se convenceram por experiência que é mais cômodo roubar que trabalhar, e preferem o que é mais fácil. Finalmente, perdem até os instrumentos de trabalho, as escovinhas que lhes guarnecem as patas e que serviam a recolher o pólen sobre as flores; e, então, a volta à virtude lhes é interdita.

É esta, efetivamente, a marcha para o parasitismo, e a síntese dos seus efeitos inevitáveis. Nas sociedades das formigas passam-se fatos análogos e, aí, eles são ainda mais expressivos, porque vamos encontrar o parasitismo em graus diversos. Há várias espécies de formigas parasitas – as chamadas formigas escravagistas, insetos que roubam os ovos de outras formigas, os transportam para os seus formigueiros, e vivem, depois, do trabalho das que nascem dos ovos roubados. Todas elas – as escravagistas – se mostram insetos degenerados, incapazes de trabalhar. Esta incapacidade, porém, é maior ou menor segundo o parasitismo é mais ou menos acentuado. A Formiga fusca, por exemplo, é escravagista, mas partilha ainda do trabalho com as escravas, se bem que seja menos hábil; a Polyergus já não trabalha normalmente, mas é capaz de trabalhar, quando se vê privada de escravas; a Strongilognathus nem trabalha, nem é capaz de o fazer – morre de fome quando não tem escravas; a Str. testaceus, devido a essa ociosidade normal, tornou-se incapaz até das façanhas guerreiras: "Verdadeiras caricaturas das suas antepassadas, elas conservam, é certo, os instintos belicosos, mas nas suas expedições a força física lhes trai a coragem; esgotam-se em esforços para conduzir as ninfas que conquistaram e, decerto, não o conseguiriam sem o concurso das escravas". As Anigates chegam a este extremo: nos seus formigueiros só se encontram operárias escravas, por conseguinte de outra espécie; as Anigates operárias extinguiram-se. A Rufescens, à força de viver e descansar sobre o trabalho das escravas, tornou-se tão aristocrática e incapaz que não pode mais comer, se não tem uma criada que lhe leve o bocado à boca.

III

Sobre os grupos sociais humanos, os efeitos do parasitismo são os mesmos. Sempre que há uma classe ou uma agremiação parasitando sobre o

trabalho de outra, aquela – o parasita – se enfraquece, decai, degenera, extingue-se. É fato reconhecido – e geralmente mal interpretado, mas em todo caso incontestável – a decadência, por toda parte, e a extinção dos elementos que formam as classes superiores, dominantes, exploradoras, em todas as civilizações, tanto nas antigas como nas modernas. "Se se examina, com 200 anos de intervalo, diz Lapouge, a história de Roma, verifica-se que as mais ilustres dentre as famílias romanas não existem mais e que, em seu lugar, se elevam outras famílias de menor valor, saídas de toda parte, e até dos antigos escravos". O mesmo sucede nas cidades gregas:

> Os cidadãos das repúblicas não se puderam manter pela reprodução. Os 9 mil espartiatas de Licurgo estavam reduzidos a 1.900 no tempo de Aristóteles. O povo de Atenas foi obrigado muitas vezes a renovar-se pela admissão de estrangeiros. As coisas não se passam de outro modo nos tempos modernos. Todas as aristocracias, não se renovando com elementos estranhos, têm experimentado perdas graduais, que teriam produzido uma certa redução sem injunções feitas de tempos em tempos. Não há uma só nobreza na Europa cuja massa remonte a uma grande antigüidade[11].

Benoiston de Chateauneuf[12], num trabalho sobre" A duração das famílias nobres na França", verifica – pesaroso, sem dúvida – que essa duração não passa de 300 anos, em média. Então, pretende o sr. Chateauneuf que sobretudo a guerra e os duelos são a causa desse enfraquecimento e extinção. Pouco adiante, porém, o escritor menciona que este mesmo fato – enfraquecimento e extinção – se nota nas famílias burguesas abastadas, bastante notáveis para que delas haja menção especial. E aqui não há nem guerras, nem duelos que expliquem o fenômeno – é a pura degeneração. Quanto às nobres, diz ele: "É por meio de adoções e substituições que muitas famílias nobres se têm continuado até nós – o nome, e não a linhagem." Examinando 380 famílias históricas – cuja duração é de 300 anos – ele reconheceu também que a filiação direta não vai além de uma média de 10 indivíduos. Para a nobreza togada, a situação ainda é mais triste: as famílias têm uma duração média de 230 anos. Em Berna, onde a burguesia é a classe privilegiada – "onde o título de burguês era considerado como bastante precioso para ser inscrito cuidadosamente

[11] Littré, *Philosophie positive.*
[12] *Mémoires de l'Académie des Sciences Morales et Politiques,* Paris, 2º série, tomo V.

num registro público” – verifica-se que, sobre 487 famílias mencionadas de 1583 a 1654, restava apenas metade em 1750, e um terço em 1783. Sobre 112 famílias que compunham o conselho federal do cantão de Berna em 1653, só existiam 58 em 1796. Na Câmara dos Lordes, da Inglaterra, sobre 427 cadeiras leigas e hereditárias, 41 apenas são anteriores ao século XVII. “Tenho notado”, diz Maudsley,[13] “que, no caso dos indivíduos que trabalharam e chegaram da pobreza à riqueza, e estabelecem solidamente a família, resulta nos descendentes uma degenerescência física e mental, que produz às vezes a extinção da família (que nestas circunstâncias se fez parasitária) na terceira ou quarta geração”.

Sob esse ponto de vista, a marcha das sociedades civilizadas nos aparece como a extinção gradual, contínua, das classes dominantes, e o seu renovamento, também gradual e contínuo, à custa das classes inferiores. Daí é que vão saindo, constantemente, indivíduos que, de uma forma ou de outra, conseguem conquistar um lugar entre os dominantes, e vêm assim suprir os claros devidos à extinção contínua dos membros dessa mesma classe. Tudo isto está bem expresso nesta palavra Única: proletário – indivíduo que deixa prole. É ele – o miserável, o inferior, o explorado – que faz prole e garante, pela sua descendência forte, a conservação da nacionalidade. No entanto, ele é o miserável; em condições normais, se o parasitismo das classes exploradoras não as debilitasse, deveriam elas proliferar muito mais que o proletário. Todo o conforto é para elas; mas nada compensa a decadência provocada pelo regime parasitário. Sob o ponto de vista social e político propriamente dito, este fato – o renovamento das classes superiores às custas de elementos provindos das camadas inferiores e da conservação das nações alimentadas por estas Últimas – sugere considerações bem interessantes. Por ora, limitemo-nos a registrá-lo; ele nos demonstra sobejamente o quanto o parasitismo social é pernicioso, sobretudo aos grupos parasitas.

---

[13] *Pathology of mind,* p.234.

TERCEIRA PARTE

AS NAÇÕES COLONIZADORAS DA AMÉRICA DO SUL

A educação guerreira e depredadora

> O LADRÃO -... E vós mesmo, que tendes feito até hoje?
> ALEXANDRE – Tenho vivido como um herói: o mais bravo entre os bravos, o mais nobre dos soberanos e o mais poderoso dos conquistadores... E tu, ladrão miserável?...
> O LADRÃO – Mas que vem a ser um conquistador?... Não percorrestes em pessoa toda a terra, como um gênio mau, destruidor dos belos frutos do trabalho e da paz... pilhando, matando, sem lei e sem justiça, simplesmente para satisfazer uma sede insaciável de domínio? Tudo que fiz, com centenas de homens, num pequeno recanto, vós o fizestes com centenas de milhares, sobre nações inteiras. Onde a diferença?... Nisto: o nascimento fez de vós um rei, e de mim um simples particular; sois um ladrão mais poderoso do que eu.
> *Aiken* e *Barbault*, Evenings at home

I

Voltemo-nos agora para a vida dos povos colonizadores da América.

A Espanha aparece na história com as invasões cartaginesas da península, pelo século IV antes da era atual. Porventura, houvera já outras invasões de fenícios ou de berberes em tempos pré-históricos. Acredita-se que, nas populações estabelecidas na Ibéria, havia muito sangue africano, pela infusão de raças do Norte da África; parece certo, também, que várias migrações de celtas concorreram para formar estes povos que lá se encontravam – os chamados celtiberos, na época em que principia a história da península.

Os cartagineses fundam ali colônias, que se tornam das mais importantes do seu domínio; e “a ocupação cartaginesa parece ter encontrado benévolo acolhimento por parte das populações ibéricas... Na

comunidade de raça, encontraremos, talvez, a explicação deste fenômeno". Se, então, não houve lutas, o gênio guerreiro da Espanha não tarda a manifestar-se. É a península que fornece aos barcas o melhor dos seus exércitos, no duelo tremendo de Cartago e Roma. Aquela é vencida, mas a Espanha, tendo acompanhado o cartaginês contra a poderosa república latina, repele ainda as investidas dos romanos. Vitoriosos e tenazes, estes assenhoreiam-se, finalmente, da península, substituem-se aos cartagineses; mas, por mais de dois séculos, têm de lutar contra a resistência daquelas populações celto-fenícias, "resistência renascente sempre, em guerrilhas irredutíveis, que levaram a república a manter ali guarnições permanentes, e uma ocupação militar dispendiosa e difícil, contra as tradições do governo romano". É um fato a notar: o caráter desta resistência, porque ela traduz um elemento essencial do caráter nesses povos espanhóis, em toda a sua história posterior. Viriato, Sertório, Numância... lembram, na história, o heroísmo dessa resistência. A defesa de Numância iguala os fastos guerreiros dos gregos de Platéia ou das Termópilas. "Reza a história que, dos numantinos, nem um só restou, depois de decapitados os cinqüenta esquálidos e famintos do cortejo de Cipião. Os outros na fúria se mataram".

A conquista romana da Ibéria começou com o século III a. C., e só terminou, e só se estabelece a paz definitiva, no governo de Júlio César, quase três séculos depois.

Quatro séculos vive em paz a península, organizada em província romana, das mais ricas e importantes. No tempo de Plínio, contava ela 829 cidades, possuía todas as garantias jurídicas da organização romana e apresentava um estado de cultura comparável somente ao da própria Itália. Quando os bárbaros do Norte se derramaram sobre o Império Romano, a Espanha é invadida pelos visigodos, vândalos, alanos... Verdadeiramente, não é a Espanha a vencida por estas hordas: é Roma. A península era naquele momento essencialmente latina; foi um general romano quem, por traição, "abriu os desfiladeiros dos Pireneus à invasão, nos primeiros anos do século V". Substituem-se os visigodos aos romanos; a guerra não se alonga muito; os bárbaros passam assolando, saqueando, devastando: "a onda de tribos – dessas tribos de onde sairá a futura aristocracia da península – encontrava abundante pasto para cevar a sua fome de gozo". É isto o que caracteriza essas migrações de bárbaros. Seguem-se hostilidades entre eles. Mais fortes, os visigodos estabelecem-se definitivamente, fundam um império. Um século durou o império vi sigo do, pujante e forte;

isto não significa, porém, que houvesse sido um século de paz. A península não mais a conheceu, depois que os bandos bárbaros desceram os Pireneus; começou neste momento uma sucessão de lutas, saques e rapinas. Os romanos não resistiram; mas os próprios bárbaros disputavam cruamente a presa entre eles. Em 415, lutam os visigodos contra os vândalos, que são finalmente expulsos para a África. Segue-se a luta contra os alanos e suevos, que só termina em 584, pelo aniquilamento definitivo destes últimos, fixados na Galícia, e que, nessa data, perderam de todo a independência. Numa última campanha, diz um historiador, "os segundos bárbaros – visigodos – passaram a ferro e fogo a Espanha... saqueiam Braga, Astorga e Valência..." Era dos costumes da época. Então, começou o declínio do império visigodo, esse império que se caracteriza "como um bando de homens que caem sobre a Espanha e tudo aceitam das populações naturais – religião, língua, leis e instituições, reservando para si apenas o eixo da autoridade e o gozo das riquezas adquiridas".

Quando começam a desaparecer os vestígios das depredações da conquista e invasão, menos de um século depois do estabelecimento definitivo das instituições visigóticas, surge em face da Espanha o árabe, que vinha vitorioso e avassalara todo o Norte da África. Em 711, cai sobre a península, vence facilmente o império visigodo, já enfraquecido, e substitui-se ao bárbaro cristianizado. E a luta se reacende. Note-se, não é guerra – é luta. Guerra, não há quando o bárbaro invade a península, que é tomada facilmente; guerra, não há quando o árabe se apresenta – ele domina de pronto; mas a "luta" se reacende. Em verdade, o godo nunca dominou em absoluto toda a península. Vencida, aniquilada Roma, houve, contudo, uma porção – insignificante – da Ibéria que se manteve insubmissa ao bárbaro, resistindo a ele:

> Vários pontos das duas costas – sul e ocidental da Espanha, se conservaram sob o domínio dos latinos de Bizâncio, que incitavam os naturais a repelir o jugo dos godos... Por morte de lustiniano – rei godo – um dos pretendentes ao trono conquistara o auxílio do Império do Oriente assinando um tratado pelo qual várias cidades da costa eram cedidas aos romanos-bizantinos, em cujo poder ficaram até que, em 631, Suintila os expulsa definitivamente da Espanha – mas não dos seus últimos presídios da África, onde Septius e Tingis, pelo menos, continuaram bizantinas até 711.

Disputas dos invasores uns com os outros, resistência, relutância de certas populações em aceitar o domínio dos novos conquistadores, mantêm a península agitada até ao começo do século VIII. É o período de agitação e também o de assimilação e unificação dos povos peninsulares. O visigodo se cristianiza, aceita a civilização e os costumes que ali encontra, integraliza-se no elemento ibero e, quando o sarraceno invade a Espanha, já é uma população relativamente homogênea -latino-cristã – que o recebe.

Estabelecido o árabe na Espanha, recomeçam as lutas e revoltas – agora contra um novo dominado r. Aniquilado o império visigodo, vão esconder-se nas montanhas das Astúrias uns restos de insubmissos, irredutíveis – são os bandos de Pelayo, que vieram crescendo e engrossando, depois, avançando e reconquistando a pátria, até expulsar completamente o árabe-momo, oito séculos mais tarde.

II

O árabe, o muçulmano – tipo perfeito de civilização expansiva, guerreira, depredadora – vinha flamejante da sua nova fé; vinha vitorioso e rico, e para a península encaminha grande parte dessas riquezas, que ele tem arrebanhado pelo mundo, fruto de saques e tributos. Tendo vencido o mouro, e convertendo-o ao maometismo, arrasta-o consigo à Ibéria. Teve um momento de verdadeiro fulgor o domínio sarraceno na Espanha. É ali que a civilização árabe se mostra no seu apogeu de glória. Mas durou pouco esse reinado de poder incontrastável, de brilho e prosperidade do novo dominador. As suas dissensões – entre árabes e mouros – os enfraquecem e permitem aos insubmissos asturianos avançar para a reconquista.

São, estes, bandos de guerrilheiros, tão desorganizados a princípio, tão instáveis, que “mais parecem salteadores”. No entanto, a resistência avoluma-se, os reveses organizam-se; já não são bandos, senão exércitos; estabelecem corte em Oviedo e, em 739, vinte e sete anos apenas depois da conquista árabe, já aparece ao Norte da península um Estado cristão-espanhol, saído desse núcleo de guerrilheiros asturianos. É o Reino de Leão – asturo-leoneses; daí, sairá Portugal. Ao mesmo tempo, surge Navarra e, pouco depois, destaca-se Barcelona. Em torno destes centros, a Espanha cristã se vai agregando e crescendo sempre. O movimento vem naturalmente de Norte e Leste para o Sul. Com as naturais alternativas da luta, o sarraceno vai sendo alijado, pelo mesmo caminho por onde viera. Em meados do século VIII, já toda a Galícia até a Estremadura – Braga, Vizeu, Porto, Coimbra, Coria, Toledo, Tudela, Pamplona – toda esta parte, estava definitivamente ganha. Aí, o domínio árabe não dura nem meio século.

Ficam assim, lado a lado, invadindo-se, mutuamente, lutando sempre, cristãos e sarracenos, até que, em 1492, cai em poder daqueles o último reduto mouro-árabe – Granada. A Espanha, que já vinha agitada, perturbada, convulsa ainda da invasão bárbara, viveu, depois, estes oito séculos de luta contínua, tenaz, implacável – luta de populações dominadas e que vão, a pouco e pouco, reconquistando o solo e levando diante de si o invasor. São infinitas as peripécias dessa campanha de oito séculos; os feitos se complicam de tal forma que não há como resumi-los num quadro ligeiro. De uma parte e da outra, surgem fatores especiais, que modificam o aspecto geral da luta e provocam episódios contraditórios. Insurgindo-se, os cristãos não aparecem como um estado único; formam-se logo várias nações espanholas, vigorosas desde a primeira hora e que se expandem, crescendo sobre o “infiel” – é este o inimigo comum. Mas, muitas vezes, os Estados cristãos lutam entre si. Ora são Estados que se desmembram, ora são nações que se agridem, as mais fortes conquistando e incorporando as mais fracas. Por seu turno, os sarracenos também se hostilizam – mouros e árabes. Daí decorrem crises, estranhamente anômalas: aliança de Estados cristãos a grupos sarracenos para combater a outros cristãos ou a outros sarracenos. São alternativas passageiras, o pensamento geral persiste – a expulsão do infiel. A grande complexidade da luta vem dessa circunstância: que, nestes oito séculos de campanha, cumpria-se na península uma obra ao mesmo tempo destruidora e reconstrutora – a eliminação do árabe-mouro e a unificação da Espanha. A constituição da nacionalidade levava as nações espanholas a essa dupla campanha – expulsão do invasor e absorção dos Estados fracos pelos fortes. Era a reconquista do solo e a assimilação política das populações.

Destarte, quando caiu o último reduto do sarraceno a Espanha era uma nacionalidade única – à parte Portugal. Em 1492, reconquista-se Granada; em 1504, os 13 Estados cristãos, que se formaram na Ibéria, aparecem unificados: Portugal de um lado, e Castela – o resto da Espanha – do outro.

III

Nos fins do século XV, a Espanha está constituída nação moderna, livre, organizada, vitoriosa e à custa dos seus próprios esforços. Esse trabalho íntimo de organização fora prodigioso, único talvez, do que se conhece na história dos povos. Daqueles aluviões sucessivos de gentes – fenícios, celtas, cartagineses, romanos, godos, suevos, alanos, mouros, árabes... ela fizera uma nacionalidade única, perfeitamente caracterizada, homogênea e forte. Foi um cadinho de povos e raças, tradições e costumes – depurou, eliminou os elementos irredutíveis, irritantes; fundiu, congregou, numa massa única, o resto. O cadinho ferveu doze séculos – 1.200 anos de luta, guerra contínua! Não dessas guerras em que só os exércitos tomam parte; das quais a população sofre, mas não sofre diretamente. Aqui, é a revolta constante, o conflito perpétuo de populações inimigas, vivendo sobre o mesmo território, transbordando umas sobre as outras. Todo o mundo participa da luta: "A antiga cúria tornara-se uma hoste, acastelada nas muralhas ameadas da vila; e o bando municipal via-se obrigado a defender com as armas na mão a segurança dos mercados e feiras. Por seu lado, o clero estabelecia periodicamente a paz de Deus, intervalo sagrado, como férias em que a batalha era defesa". Fora daí, a luta se impunha como uma necessidade normal, generalizada – a guerra de todos contra todos, violenta, terrível, implacável; guerra de religião, e ao mesmo tempo guerra de reconquista. Em extensão, ela compreende toda a península; em ardor, inflama-se nos mais violentos sentimentos – o fanatismo e o instinto de conservação:

"Cumpre-nos devorar os cristãos e os nossos descendentes os descendentes deles, enquanto houver cristianismo", era o cânone desses sarracenos contra os quais se defendiam os espanhóis. É a guerra por toda a parte, a guerra civil complicando a guerra geral do cristão que repele o árabe.

Este, passando pelo Norte da África, havia vencido e subjugado as populações naturais – berbere-mouras; converteu-as ao islamismo, arrastou-as à península; mas, em verdade, o mouro nunca se fundiu com o árabe. Mesmo em face do cristão, continuou o conflito fatal do vencido e

vencedor; e a luta se arma, mal se estabelecem sobre a terra conquistada em comum:

> ...Imediatamente as discussões religiosas, que retalhavam a Igreja maometana, e o temperamento fanático e ortodoxo do africano oposto ao temperamento céptico, poético e inventivo do árabe, se chocavam, anunciando as revoluções da Espanha muçulmana.(...) Capazes de submeter e dominar a Espanha com esse misto de violência e de astúcia que caracteriza os orientais, os novos invasores sofriam gravemente das desordens intestinas, logo aos dez anos apenas decorridos depois do seu feliz desembarque. Os *walis*, ou governadores das províncias, contribuíam para a desordem, prevaricando e resistindo à autoridade central. Por outro lado, os *chaikhs* mouriscos, chefes das tribos berberes que tinham vindo à Espanha numa correria um pouco mais longa, continuavam nela a sua existência nômade, turbulenta, mantendo um estado de insurreição permanente contra os generais árabes, e de constantes lutas entre si. Eram grandes as rivalidades e os ódios entre berberes e árabes. (...) A história do interminável duelo das duas raças islâmicas recomeça sempre. O poder supremo passa de mão em mão à mercê das revoluções e guerras civis, das intrigas e dos assassinatos. (...) O *walis* na sua província, *alkaid* na sua cidade, o *chaikh* à frente da sua tribo, declaram-se todos independentes, e entre todos começam a declarar-se as guerras. A Espanha apresenta o aspecto de um feixe de nações, que são exércitos em campanha; as fronteiras flutuam à maneira que a sorte das armas favorece os chefes militares. (...) Apesar da necessidade de recíproco auxílio, o duelo entre a raça berbere e a árabe prosseguia sem interrupção, tão grande era o ódio entre ambas, que chegava a fazer esquecer o que professavam contra os cristãos.

Por outro lado, os cristãos, ainda não de todo unificados, são trabalhados dos mesmos ódios e rivalidades, "dissensões internas desta Espanha visigótica, onde os partidos, pospondo muitas vezes o patriotismo e a religião ao ódio, vêm repetindo os exemplos dos berberes vizinhos". É por isto que se vêem sarracenos ao lado de cristãos, contra outros sarracenos e cristãos: "Embora se levantou Afonso VI com o pendão da cruz do lado dos emires contra os exércitos almorovides, como outrora os asturianos quando combatiam ao lado dos sarracenos de Toledo contra os de Sevilha".

Da parte dos espanhóis cristãos, não é só a guerra dos grandes Estados entre si, a agregarem-se e desagregarem-se, à mercê das ambições dos príncipes, até que desaparecem todos no reino de Castela; não é só a luta de três séculos de Portugal e Leão, e depois de Portugal e Castela; são também as dissensões entre os grandes senhores e os levantes do elemento propriamente popular. "As crônicas de Sevilha, Toledo, Cádiz, do Norte, do Sul, do centro, do Oriente e do Ocidente da Espanha dão testemunhos dessa vida agitada das facções, que, reproduzindo o que sucedia na parte muçulmana dela, dava lugar, na parte cristã, a singulares e extravagantes fenômenos". Até o começo do século XVI, sucedem-se revoltas de caráter puramente popular, reivindicações democráticas: os reclamos das *uniones*, levantes das *bahetrias* em defesa dos antigos foros comunais – movimentos *fueristas*.

IV

Qual o efeito destes onze séculos de guerra constante e generalizada sobre o caráter das nacionalidades ibéricas?.. De que forma esse passado vem influir sobre o futuro?

Duas foram as conseqüências deste passado de lutas permanentes sobre os povos ibéricos, conseqüências que se combinaram maravilhosamente para os impelir às aventuras que constituem a sua vida posterior: a educação guerreira, exclusivamente guerreira, a cultura intensiva dos instintos belicosos de centenas de gerações sucessivas; o regime a que eles se afizeram durante esses longos séculos – de viver de saques e razias; o desenvolvimento sempre crescente das tendências depredadoras; a impossibilidade, quase, de se habituarem ao trabalho pacífico.

A guerra era o regime normal, cortado apenas pelas tréguas forçadas – *a paz de Deus*, para recomeçar mais violenta ainda depois. Aquelas populações tinham já no sangue e nas tradições a predisposição natural a essa vida belicosa – celtifenícios de um lado e godos do outro. A ocupação sarracena transporta-as às condições do bárbaro primitivo: "Vivem como feras, diz um cronista árabe, falando dos bandos de pelayo; nunca lavam o corpo, nem o fato, que nunca mudam". O temperamento ardente os arrasta para a luta, o caráter indomável os leva à revolta permanente. Populações

naturalmente propensas à guerra acabarão pervertidas pelos onze séculos deste regime. Já lutam por lutar, lutam entre si:

> A turbulência, a necessidade de combater, a grosseria dos instintos, a *bravura* dos sentimentos, só podem subordinar-se à dura situação que se impõe quando os guerreiros se acham reunidos em campo sob a ameaça comum de um poderoso exército sarraceno. Ganha a batalha, recordam-se todos os ódios pessoais, surge a cobiça; o exército da véspera dispersa-se em bandos hostis, e, ao auxílio trocado em face do inimigo comum, sucede a fúria com que a sós se exterminam. Os nomes dos Fuensalida etc. são os da família política desse Cid, que é o tipo genérico do *condottiere* peninsular da Idade Média.

Esse amor da guerra pela guerra é o característico psicológico destes heróis. O célebre Campeador,

> O famoso Cid, é o tipo, não da cavalaria poética, fiel a Deus e à sua dama, mas sim desses aventureiros audazes, sem lei, sem fé, que alugavam o braço valente a quem o pagava melhor. Passou metade da vida ao serviço dos sarracenos como soldado da fortuna; como passou a outra metade a combate-los. Ibn-Bassan, o cronista árabe, chama-lhe o *Cão da Galícia*, e um salteador sem honra, faltando aos juramentos, mentindo às capitulações. Os Beni-Houd de Valência pagavam-lhe para os defender contra os cristãos; e, tão falso como cruel, o cavaleiro voltou-se contra eles, tomou-lhes a cidade: queimava os prisioneiros a fogo brando, lançava-os aos cães de fila para os despedaçarem, torturando-os, matando-os, para confessarem os segredos dos tesouros escondidos.

Como se vê, já é a perversão do heroísmo – *peleyar por peleyar*. Esta perversão toma aspectos vários: a audácia do bandido, a intrepidez cruel do toureiro, a selvageria das festas e torneios – tudo resulta, na península, dessa cultura intensiva dos instintos guerreiros. "Batalhar era o Único meio de passar o tempo, ganhando fama e dinheiro ou terras. Não faltam desordens e revoltas oriundas das necessidades barulhentas da fidalguia". Quando faltava guerra em casa, ia-se aos vizinhos. "Em aquell tempo os fidalgos portuguezes hiam à Castilla muitas vezes por se provarem pellos corpos quando em Portugal mesteres non avia". Se não havia na Inglaterra quem desagravasse as damas, lá iam os magriços... "*Alancear mouros* tornou-se a ocupação constante".

V

Era dos costumes do tempo – de toda a Antigüidade – que, durante a guerra, se vive da guerra, do saque e da rapina, dos tributos e dos resgates; nem tinha ela, geralmente – e mesmo hoje – outro intento. Um povo que viveu continuamente em guerra por oito séculos, viveu certamente de rapinas e saques por todo esse tempo. Tornou-se um regime normal; e era fatal: porque estava nos hábitos da época, porque os ódios e as vinditas estimulavam a isto, porque a perversão dos instintos guerreiros leva invariavelmente os povos belicosos a se fazerem depredadores, e, finalmente, porque o trabalho normal, pacífico, era quase impossível. Na instabilidade do domínio não permitia que a cultura se estendesse; e à falta do produto da terra, cristãos e sarracenas tinham de socorrer-se ao sistema de correrias e algazarras permanentes... O lavrador trabalhava armado, na limitada área aproveitada em torno dos lugares fortificados". É mister batalhar para haver o que comer.

Para que aguçassem ainda mais as cobiças e se desenvolvesse o regime das depredações, ocorreu que o árabe tivera gosto em acumular ali, na península, o melhor das suas riquezas, fruto das rapinas e dos saques sobre outros vencidos, tesouros hauridos dos tributos e do extenso comércio que eles quase monopolizavam naquela época. Assim se faz que os novos Estados cristãos estabelecem como principal fonte de receita – dos príncipes e fidalgos – as raias e fossados

> (...) as algazarras e correrias através dos extensos territórios fronteiros. De um lado e de outro, desdobravam-se as charnecas periodicamente assoladas. Aqui e além, apertadas em cintas de muralhas, ficavam as povoações, em cuja volta, como oásis, apareciam malhas de terrenos cultivados. Confiar ao nervo e à velocidade dos cavalos o transpor as passagens perigosas desses desertos, e cair impetuosamente sobre as searas, incendiando-as, sobre os rebanhos, roubando-os, sobre os tartivagos, matando-os: talhando os campos, e voltando rapidamente com as presas feitas – tal era o processo igualmente seguido por cristãos e sarracenos, reduzidos já a um sistema de invasões anuais na época das colheitas, e contado como o principal recurso financeiro da rude economia do tempo.

Este era um dos processos de fazer *receita*, o processo geral. Afonso Henriques, em Portugal inventou um seu – *novo genere pugnandi*: assaltar

furtivamente os castelos árabes, "*quasi per latrocinium*", comenta o latim bárbaro do tempo.

> O ponto de ataque é de antemão escolhido. Por uma noite escura e tempestuosa, punha-se a caminho com um troço de homens resolutos: dir-se-ia uma quadrilha de salteadores.. Galgavam rapidamente as distâncias, e, chegados ao destino, apeavam-se, aproximando-se caladamente dos muros. Afonso Henriques, encostado à escada, era o primeiro a subir com o punhal preso entre os dentes. Parava, escutava, com o olhar agudo, a respiração suspensa: afinal pousava ansioso o pé entre as ameias, e apertando o punhal nas mãos, cosia-se com os muros. Na sombra não o distinguiam. Caía como um falcão sobre a sentinela, e apunhalava-a antes que ela pudesse tugir um gesto. Entretanto os companheiros iam subindo. O bando reunia-se na esplanada, armado e resoluto, e ao grito de "Santiago!" caía sobre a guarnição adormecida e a trucidava. Tal foi o modo por que este inimigo de Deus tomou a maior parte dos castelos das províncias de Bellata e Al-Kassar, diz o cronista árabe.

A batalha de Ourique é do tipo dos fossados, a tomada de Santarém é o assalto *quasi per latrocinium*. "A fortuna acendia a audácia de Afonso Henriques, que levou o *fossado* por entre Santarém e Alcácer, deixando Palmeia, Sintra e Lisboa na retaguarda; atravessando o Tejo para ir talar os campos de Silves, empório sarraceno da Espanha lusitana... Ora o fossado, ora o assalto:

> Orgulhoso do resultado de Beja, decide-se por Santarém, *à sua moda*. Pela calada da noite, apareceu à raiz das muralhas da vila, puseram-se escadas, subiu um, furtivamente, e abafou uma vela (em estilo da época, é uma sentinela), depois subiu outro, depois o terceiro... e puseram outra escada, e subiram por ambas o mais toste que puderam, e foram tantos que se apoderaram do muro e britaram as portas, por onde entraram el-rei e os que com ele foram. E, desta guisa, foi furtada a vila de Santarém aos mouros.

Muitas vezes, nem se conservam as praças tomadas: quer-se somente a presa.

> Estas conquistas sucessivas das praças do Alentejo não tinham a importância que tivera a de Lisboa. No meio de campos desolados, ofereciam aos guerreiros *abundantes presas*. (...) Saqueadas, incendiadas, seu valor era, por certo lado, pequeno ou nulo. O rei não

> dispunha de forças para guarnecer tão numerosos castelos. (...) A sós com os seus recursos naturais, ele era obrigado a abandoná-las. Tomara e deixara Beja. (...) Das praças conquistadas no Alentejo, apenas guarnecia e conservava Alcácer.

De certa forma, havia sua vantagem nas conquistas e no consecutivo abandono dos castelos-fortes. *Era esta a paixão do príncipe...* Paixão proveitosa: "Apenas ele voltava as costas, se erguia de novo a bandeira muçulmana nas muralhas que escalara à traição; e ele voltava no verão seguinte a repetir a sua façanha". O sarraceno reabastecia a praça, e ele tinha várias presas em cada castelo. O historiador de hoje se ofende desses processos:

> ...Se não tinha meios para fazer a conquista efetiva do solo, melhor fora não consumir, de um modo *estéril,* as forças militares do novo reino nas correrias transtaganas. O grande capitão não tinha inteligência para tanto: a correria arrastava-o, a presa seduzia-o, e a guerra governava-o a ele (...) sem plano fixo, à toa...

Crítica severa, que o príncipe talvez não mereça... É bem de ver que não é tanto de terra que ele carece – é de pão, é de saques:

> ...As correrias e façanhas do seu bando espalhavam a angústia e o terror por todo o Algarve (...) ele bem sabia que os recursos militares de que dispunha chegavam apenas para os *fossados anuais* e para conquistar, *quasi per latrocinium*, os castelos isolados (...) com a escada e o punhal do salteador noturno.

Os Estados se fortalecem, as conquistas perdem esse caráter rudimentar de *cabriolagem*, mas a presa continua a ter a mesma importância: os despojos se avolumam na proporção do valor do conquistador.

A perversão dos instintos guerreiros propende principalmente para o banditismo. Cid queimava os prisioneiros vivos para arrancar-lhes o segredo dos tesouros ocultos. No rol dos crimes da fidalguia daqueles tempos, figura invariavelmente "...a pilhagem, o roubo..."; quando faltam castelos sarracenos, saqueiam-se uns aos outros, coisa que o estado de guerras sucessivas entre as próprias nações cristãs permite e favorece. "A guerra é um sistema de rapinas", e a rapina se tornou uma ocupação normal:

> Salteadores, de escada ao ombro, punhal nos dentes, entram uma noite em Évora, que saqueiam e atulham de cadáveres. Eram

> cristãos? Eram sarracenos? Eram de uns e de outros; eram uma das muitas companhias de bandidos que batalhavam por conta própria, sem noção de pátria, nem de religião. Tinham um culto, apenas, a ladroagem, e adoravam o deus do estupro, do saque...

Parasitismo heróico: o "pensamento ibérico"

> Mais largo do que o mar sentindo o próprio sonho.
> [...]
> É que o sonho lhe traz dentro de um pensamento
> A alma toda cativa
> Fartar!
> Toda a prata que fascina,
> Todo o marfim africano,
> Todas as sedas da China.
> [...] e vê, na água que vai e vem,
> Desenrolar-se vivo o drama das conquistas.
> Todo o oceano referve, incendido em diamantes,
> Desmanchado em rubis. Galeões descomunais,
> [...] ilhas resplandescendo,
> Costas de âmbar, parcéis de aljofres e corais.
> *Olavo Bilac*, Sagres

I

Foi assim que a Espanha se formou; não há que separar o pequeno reino português – a história é a mesma. Oito séculos de luta contra o sarraceno, e, depois, ela aparece organizada, vigorosa, intrépida, unificada, possuída de um pensamento único: "conquistar o mundo", diz um dos seus panegiristas. Sim; e se ela o queria conquistar é porque o movimento adquirido a precipitava a isto; porque se habituara a viver exclusivamente do fruto das conquistas; porque não sabia fazer outra coisa senão guerrear; porque cultivara, intensamente, por onze séculos, os instintos guerreiros e agressivos, e guerrear se tornara para os homens uma necessidade orgânica; porque, em contato por oito séculos com o árabe depredador e mercantil, tomara gosto ao luxo e à riqueza facilmente adquiridas; porque aprendera com ele a ter horror e repugnância ao trabalho normal, sedentário,

verdadeiramente produtor: "Vendo o soco de uma charrua em casa de um medinense, Maomé disse-lhe: *Nunca um tal objeto entra numa casa sem que nela entre ao mesmo tempo a vergonha*". – A vergonha é trabalhar, lavrar a terra. "A sociedade que se desenvolve num modo espontâneo, diz Oliveira Martins em estilo de alta sociologia, à lei da natureza (guerreando e saqueando), vai sucessivamente definindo as idéias coletivas, a maneira que progride na série das formas evolutivas". A idéia coletiva aqui é varrer a Terra – o saque universal.

Findou o primeiro período da vida da Espanha moderna – o período da guerra necessária, da conquista da pátria. Mas tão laboriosa e longa e intensa foi essa luta que os povos só têm um pensamento – *conquistas*. Fazia-se a rapina, porque a guerra necessária a isto obrigava; agora, quer-se a guerra pelo amor do saque e da rapina. É o segundo período – o da expansão depredadora: sede de riqueza, voracidade desencadeada, apetites insaciáveis. A própria retórica dos panegiristas não pode negar.

> A verdadeira influência da ocupação sarracena consiste na direção que por causa dela toma a vida nacional da Espanha moderna. Vivendo no meio dos combates, na desenvoltura dos acampamentos, o seu caráter obedece mais *à lei da natureza*. (...) A formação terminou, e ela coincide com a final expulsão dos sarracenos de Granada. Os oito séculos de formação são ao mesmo tempo oito séculos de guerra. (...) Católica, monárquica, a constituição da Espanha, toda de espanhóis, está acabada. Cercada pelo Oceano e pelo Pireneu, a península é um gigante em cujo seio fermenta a vida: tem os braços vigorosos, a cabeça ardendo em Deus, o coração a pular de ambições. Oito séculos de guerras avigoraram-lhe os músculos, ensinaram-lhe a manejar as armas (e a viver de presas). Oito séculos de interno e doloroso revolver (e vendo, ao lado, o árabe rico!...) encheram-na de ambições e de uma sede abrasadora de domínio, de gozo, de império. Sente-se forte, e julga-se senhora da verdade.

Sim; a Espanha julga-se senhora da verdade, autorizada pela sua crença a dominar o mundo, a saqueá-lo. Acaso, não é a crença um sentimento que depende tanto das necessidades gerais da vida como os outros? A crença afirma-se – e parece impor-se – justamente quando está em acordo com as necessidades orgânicas, características de um certo momento social; quando não, se dissolve, ou se transforma. Naquele momento, a fé acende-se, o ímpeto para propagá-la estende-se a todos – porque esta fé quadra com as tendências, com a necessidade íntima de conquistar, lutar e saquear. O crime é sempre o crime, e os homens se apegam sôfregos a tudo que possa justificar perante eles mesmos as próprias injustiças e iniqüidades; conseguem até iludir-se muitas vezes, calando, escondendo o verdadeiro móvel de certos atos suspeitos, e invocando, apresentando, engrandecendo, a importância de supostos motivos, nobres na sua essência. Pode mesmo suceder convencerem-se de que é somente a estes últimos que obedecem. Tal acontecia, porventura, a muitos aventureiros e depreda dores ibéricos: acreditavam piamente que, para as conquistas, os arrastava o empenho em propagar a fé. A maioria, mais grosseira, limita-se a dizer, de si para si, que saquear e matar sarracenos e pagãos não é bem pecado: pois não eram inimigos de Deus?!... Pensava de certo nestes fatos Octave Mirbeau, quando fez dizer ao seu ladrão moderno: "puisque l'homme ne peut échapper à cette loi fatale du vol, il serait beaucoup plus honnête qu'ille pratiquât loyalement, et qu'il n'entourât pas son naturel désir de s'approprier le bien d'autrui, d'excuses décoratives, de qualités somptueuses, dont la paresse euphémique ne trompe plus personne".

Por entre essas pompas de estilo, nós vemos aparecer pois a verdade, a verdade nua – *as ambições, sede de gozos*... "Novos horizontes, novas ambições, pensamentos ainda inconscientes de um largo futuro, e que amadurecem encobertos, no seio da nação, formada, aclamada, batizada em sangue. Chama-a de longe um *duplo* tentador – o Mar!... "Retórica, que mal encobre a necessidade pertinaz, essencial, de viver de depredações, e a preocupação de seguir o exemplo do árabe". Qual seja esse pensamento, já *maduro*, mas *encoberto*, é o próprio escritor quem o diz, páginas adiante, quando a travessia do mar já se fez: "Não há mais trevas no mar; consumou-se a grande conquista. Mas uma nova empresa se prepara agora: *devorar* o descoberto, DIGERIR O MUNDO".[14]

É na história da expansão portuguesa, nas suas tenazes tentativas de mais de um século, que se pode estudar bem a evolução e realização desse *pensamento ibérico* – ideal depredador, absorvente, exclusivo, dentro do qual se vieram fundir todos os outros: glórias guerreiras, ardores místicos...

[14] Oliveira Martins, Joaquim Pedro de, *História de Portugal,* 6ª. Ed.. t.I, p.222.

II

É sobre o mar que "o gigante de braços vigorosos e cabeça ardendo em Deus" se atira?... Tudo o levava para ali – não só a *cabeça*, nas suas *flamas divinas*, mas principalmente o *coração a pular de ambições*. A Europa é cristã, e o motivo de propagação da fé não poderia ser invocado; demais, a Europa é pobre, naquela época; não é lá que estão esses tesouros que *fazem pular o coração*. Para o lado do mar é que aparece a visão de riquezas e tesouros; visão real, sem dúvida. A Espanha esteve mesmo em contato com essas riquezas, por intermédio do árabe. Admira até esse esforço a que certos historiadores se entregam para achar os motivos metafísicos que impeliram os povos ibéricos para o mar. Eles se lançam para ali, porque vinham atrás do árabe, vivendo em grande parte das rapinas praticadas sobre ele, e vieram as riquezas que eles – os sarracenos – desfrutavam lá, para além dos mares. Vencem-nos, e desejam naturalmente essas riquezas – esse domínio que os outros exploravam além: "... havia a ambição do Oriente e do seu comércio, acendida em toda a Europa pelas Cruzadas; e mais particularmente na Espanha pelo contato íntimo em que a ocupação árabe a pusera com os monopolizadores desse comércio". Vinham atrás do árabe, devorando-o: o árabe atravessou o mar, foram atrás dele. Em verdade, o sarraceno é uma presa que nunca foi abandonada. Por isso, os primeiros avanços, os primeiros ensaios de conquista são sobre a África: "Expulso de casa o muçulmano, passam a Marrocos, vão a Túnis". Ainda o sarraceno está em Espanha e já os espanhóis-portugueses se transportam à África, não para convertê-la, mas buscando caminho para esse Oriente sonhado, fabulosamente rico. Era esta viagem que a todos preocupava; pensavam levá-la a cabo por um caminho diferente: por terra... A conquista de Ceuta (1381) prende-se direta e principalmente a este pensamento. Arquitetos árabes da Espanha tinham ido pelo interior da África até Tombuctu, cujos palácios rivalizam com os de Córdoba ou de Granada (sarracenos). Ceuta era a chave marítima de Marrocos; e porventura através da África se poderia chegar ao dourado Oriente. Em todo o caso, a terra oferecia um campo de exploração mais definido...

Saltam em África, lá se estabelecem; mas reconhecem logo que não há como tirar dali a sonhada riqueza; em primeiro lugar, porque ela não existia; em segundo lugar porque, lá, o mouro era invencível: "...não podiam vencer de todo Marrocos, e o que se tinha conseguido, perante os resultados práticos, desanimava". Abandonou-se, quase, a África terrestre; depois de várias tentativas Ceuta é tomada, mas: "Que se faria de Ceuta? Muitos opinavam pelo abandono, recolhido como estava o saque..." Só não se abandonava o sonho do Oriente dourado; este continuou a ocupar exclusivamente aquelas nacionalidades.

Portugal, seguindo os "mercadores do Norte que iam até o Cabo Bojador", descobre uma mina: é o comércio dos negros da África. "Em 1434, Gil Eanes passou o Cabo e voltou com a nova de que a Terra não acaba ali. Dissiparam-se portanto os sustos; e os navios foram seguindo, costa abaixo, por Cabo Verde a Guiné, onde cheios de satisfação os mareantes aprisionaram os primeiros negros". Começaram a entrever mais perto esse Oriente; o mar já vai dando alguma coisa; já se formulam "queixas contra os que afastam os portugueses do arado para o leme". Outras vezes, desanimam também do mar: "Vendo acaso que as descobertas das ilhas do Atlântico não valiam assaz perante os sonhos da sua ambição, e que ao longo da África pouco se adiantou por mar, torna à idéia das conquistas marroquinas, desde tempo postas de parte". O reino fabuloso não aparecia, "ou reduzia-se à Madeira ou ao arquipélago açoriano, onde não havia nem encantos *nem muralhas de ouro*..." Mas era forçoso seguir por mar, o mouro fechava as terras definitivamente. Em 1437, a grande expedição portuguesa é vencida, tem de capitular sob os muros de Tânger, deixando ao sarraceno em refém o próprio irmão do rei, que "voltou a olhar para o mar... enquanto os navegadores iam vogando e *resgatando*, ao longo da costa da África". Demais, que lhes importa agora Tânger e Marrocos?

> Vinha por aí a Portugal o comércio das Índias? Não. Monopolizado pelos árabes do Oriente, logo que Ceuta foi para eles perdida, desviou-se para outros portos do Mediterrâneo. Varrida esta ilusão, que restava? Uma série de praças fortes (...) estéril em proventos, pasto para a vã necessidade batalhadora da nação (...) Portugal não tinha que fazer do seu domínio na Berberia (povos intributáveis, país esgotado, pobre...) – desde que o destino o levava (atrás do árabe) para o Oriente, e desde que era manifestamente provado não poder chegar-se lá por via de Marrocos.

E a África mauresca foi abandonada. Por esse tempo, o resto da Espanha ainda está ocupada com o sarraceno lá mesmo. Elimina-o completamente em 1492. Ao último combate assiste esse Colombo, italiano espanholizado...

> ... Castilla, porque es tierra!

A quien más amor cobre!

e que, trazendo ao sonho de ouro do espanhola arrojo do italiano, vai enfim buscar esse Oriente por um caminho novo. Portugal vinha, de mais de um século, a ensaiar "prudentemente e pacientemente ao longo das costas africanas, ou de ilha em ilha, no oceano, caminhando passo a passo, tenaz, jamais temerário" – a buscar o caminho desse reino de riquezas. Era a sua ambição única; queria-o, ou por mar ou por terra; queria-o, e a sua tenacidade dá bem medida de quanto era intensa, íntima e orgânica, a inclinação a esta conquista. Foi por si mesmo, *de ilha em ilha*, *ao longo da costa*, jamais temerário, sem perder o árabe de vista: é esta a única diferença na história das conquistas marinhas, consoantes ao pensamento único da península.

O português, como não perdia o árabe de vista, chegou efetivamente lá – aportou na Índia; o espanhol desceu na América. Os processos de um e de outro são absolutamente os mesmos – *devorar o descoberto*. Passemos os olhos sobre o quadro que nos oferece o lusitano, apossado enfim desse Oriente tantos séculos apetecido. O espanhol, no primeiro momento, julgara-se quase roubado; mas o português, não; este pôde ver (e nós vamos ver nos seus escritos) a realização integral daquele célebre pensamento, já *maduro*, mas *encoberto*.

III

Descobre-se agora.

Antes de chegar às Índias, logo em Moçambique, já as ânsias secretas se revelam. "Tudo era novo para eles, mas tudo avigorava as esperanças de virem a encher-se com o saque dessas coisas brilhantes, marfins e sedas, ouro e pedras, que luziam nos toucados dos fidalgos de Moçambique". Aí mesmo, onde eles vêm ter, seguindo a costa, sempre pela costa, encontram o sarraceno – *o mouro*, para quem o *pensamento ibérico* é bem claro e conhecido. Decididamente, o português deve muito ao sarraceno: foi este quem lhe revelou o Oriente, foi quem o decidiu a ir à Índia, quem o transportou da Europa à África, quem o levou da Costa da África à Índia, guiando-o pelo oceano desconhecido: "...O Gama aproveitou um momo que se deixara ficar a bordo em Moçambique, e que sucedeu conhecer a rota

para Kolikodu,[15] e em 26 dias estavam na Índia... "Foi o momo quem ali os recebeu, com exclamações que respondiam, justas, àquelas secretas esperanças que os animavam: "... O Oriente enchia-nos de admiração e cobiça (...) e para aumentar o espanto (...) apareceu um momo a falar português – *Boa ventura! boa ventura! muitos rubis! muitas esmeraldas!*". Em compensação, foi também um momo quem os denunciou à Índia. Conhecendo-os tão bem como o outro das esmeraldas, este segundo não se conteve ao vê-los: "Ao diabo que te dói! Quem que te trouxe aqui?"[16]

Era tarde; irônico ou irado, o momo tinha de haver-se de novo com a *fúria portuguesa*. O sarraceno fez o que pôde; informou o rajá sobre quem era o novo visitante, denunciando-o como um pirata depredador: "Fácil seria, sem dúvida, convencer o príncipe de que Vasco da Gama era um pirata. Sem o pensarem, decerto, os mouros de Kolikodu definiam antecipadamente o domínio português, que só veio a diferenciar-se de uma pirataria comum em ser uma rapina organizada por um Estado político".

Deixarei, agora, que Oliveira Martins continue a dizer o que foi este domínio, por ele assim qualificado e definido.

Regressa o Gama;

> o entusiasmo foi grande em Lisboa: também D. Manoel tinha as suas Índias. (...) A notícia das novas terras encontradas impressionou pouco; na Corte ardia o desejo de descobrir o Preste – o encantado Preste; – de fazer com ele um bom trato para chamar a Portugal um pouco, ao menos, das tantas coisas boas que Vasco da Gama vira por

---

[15] O mesmo que Calicute, hoje Kozhikode (N. da E.).

[16] Mais ingênuos e muito mais pobres, os inocentes caboclos do Brasil não souberam compreender a ânsia curiosa de Cabral e dos seus companheiros; não lhes davam resposta satisfatória à pergunta que faziam, nem desconfiavam do que se ia desenrolar depois, na realização do célebre *pensamento:* "Estando o capitão-mor com eles, relata a pena fiel de Caminha, falou perante nós, sem nunca o entender ninguém nem ele a nós quanta coisa lhe perguntavam a cerca de ouro, que nós desejávamos saber se havia na terra... Um deles pôs os olhos no colar do capitão-mor e começou a acenar com a mão para a terra e depois para o colar como a dizer que havia ouro em terra, e também viu um castiçal e começou a acenar como a dizer que havia também prata... Um deles viu as contas brancas de um rosário e acenou que lhas dessem, e acenava para a terra... como a dizer que dariam ouro por aquilo. Isto interpretávamos assim por desejarmos; mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, não o queríamos perceber porque não havíamos de lho dar..." Este Caminha merece bem uma estátua... e para ele só.

> seus olhos, e, contadas, enchiam de cobiça o espírito de toda a gente. (...) Não havia protestos agora, senão esperanças, cobiças, ambições. Não partiam à aventura; partiam à conquista do que tinham descoberto, e queriam trazer para Portugal, para casa. (...) Viriam os rubis, as esmeraldas, a pimenta e a canela, monopolizada pelo turco, inimigo de Deus!

Não faltam, pois, motivos para que a fé se exalte...

> Já na praia começava a levantar-se a basílica, monumento ingênuo dessa religião do comércio, erguido a Jesus e à pimenta – os dois deuses que viviam no céu português. (...) A primeira expedição da Índia, esse primeiro ato, esboçava já todos os elementos da ação: assassinatos e incêndios, morticínios e naufrágios; a espada e a pimenta; as armas do guerreiro em uma das mãos e as balanças do mercador na outra...

Agora volta à Índia o seu descobridor.

> (...) Navegando no mar das Índias, com toda a artilharia carregada de metralha, para arrasar Kolikodu, encontra o Gama uma nau de mercadores árabes que iam a Meca nas romarias constantes à Santa Kaaba. Além da tripulação, o navio trazia 240 homens, passageiros, com suas mulheres e filhos. Era isto no dia 10 de outubro de 1502, "de que me lembrarei toda a minha vida!"

...escreve o piloto ainda horrorizado, ao recordar como a nau foi covardemente incendiada, com todos os que continha, e que morreram desesperados, no fogo ou no mar. Ia a bordo um flamengo, que assim refere a ocorrência: "Tomamos uma nau de Meca, onde iam a bordo 300 passageiros, entre eles mulheres e crianças; e depois de sacarmos mais de 1.200 ducados de dinheiro e pelo menos 100 mil de fazendas, fizemo-la saltar com os passageiros que continha, por meio de pólvora, no 1º de outubro". Satisfeito de si, o capitão rumou para Kolikodu... Voltando ao reino, deixara o Gama na Índia uma parte da sua armada sob o comando de Vicente Sodré, personagem tão eminentemente célebre como o próprio almirante cujo tio era. Fidalgo, este amava as façanhas brutais, estrondosas; o outro queria mais à pirataria e ao roubo... Sodré, pouco se lhe dava de feitoria, e a abandonou para ir ao corso das naus de Meca: era trabalho de mais proveito e menor risco piratear de parceria com a Coroa portuguesa. O produto das naus de Meca pertencia metade ao rei de Portugal, metade às tripulações: cabendo aos soldados uma parte, aos marinheiros duas, outras

duas aos bombardeiros, quatro aos pilotos e outro tanto ao mestre. Pilhavam todos de braços dado com a Coroa. Vicente Sodré andava nisto, ao mesmo tempo que Ruy Lourenço varria a costa de Zanguebar, caçava navios e cobrava tributos aos sultões.

> O domínio português adquiriu logo de começo o caráter duplo que jamais perdeu. (...) Era no mar uma anarquia de roubos, na terra uma série de depredações sanguinárias. Vasco da Gama ensinava o modo de imperar com o fogo e o sangue; Sodré indicava o modo de ceifar no mar, pela abordagem, as naus de Meca. A pirataria e o saque foram os dois fundamentos do domínio português cujo nervo era o canhão, cuja alma era a pimenta.

Na sua terceira viagem, o Gama leva consigo um Pacheco,

> um homem simples, que, por voltar carregado de feridas, mas leve de dinheiro e diamantes, foi parar à capitania de S. Jorge de Mina, para vir de lá em ferros, para jazer no cárcere por muito tempo e acabar esquecido e pobre. (...) Pacheco voltou do Oriente, e na Índia ficou Telles Barreto com a missão de *correr as naus da Meca*. A armada trazia para o reino, a bordo, Pacheco – um infeliz – e uma carga abundante de especiarias e coisas ricas. A corte, o rei, quiseram muito mais às segundas, do que ao primeiro. (...) Cinco anos tinham decorrido depois da viagem de Cabral; havia já uma fortaleza em Katchi; os navios portugueses pirateavam em liberdade no mar da Índia; e numerosas naus de Meca iam sendo apresadas. Esboçava-se o futuro império.

Segue-se um Almeida; esse é um homem prático, mas mantém, em todo o caso, a tradição do heroísmo peninsular. "... Subia ao longo da costa deixando após si o rastro de cinza e sangue que por toda a parte anunciava a passagem dos portugueses... "Foi ali que teve de enfrentar outros guerreiros mercadores – os vermes do Egito". Batalharam. Na luta encontravam-se "os sentimentos mais extravagantes, as crenças mais disparatadas. É que não se combatia nem pela fé, nem pela pátria: disputava-se o saque da Índia...".

"A esquadra de Tristão da Cunha vem de caminho, como introdução, arrasando tudo, queimando e saqueando..." Desaparece o Tristão para dar lugar ao *Terríbil*: "Avançava no meio de um coro de aflições e mortes, presidido por uma coluna de incêndios, para que ao chegar a vanguarda de terror precipitasse os ânimos na abjeção. Ia assim ao longo da Arábia assolando e devastando todos os lugares vassalos do suserano de

Hormuz...” Entrou o porto desta cidade – *pedra do anel das Índias*; havia um estendal de barcos inermes:

> Começou a varejar em torno o estendal de barcos, reduzindo-os (com os seus canhões) a uma massa de destroços... como um lobo no meio de um rebanho de ovelhas. Não era uma batalha, era uma carnagem (...) Ainda oito dias depois do sanguinário caso, havia cadáveres boiando no mar, e os portugueses em lanchas ocupavam-se nesta particular espécie de pesca. A colheita era abundante: os cadáveres aos centos, os trajes ricos, e muitos os anéis e alfinetes, as adagas e punhais tauxiados de ouro e prata com jóias engastadas (...) O pobre sultão de Hormuz, aflito, imediatamente acedeu a tudo: consentiu que levantasse uma fortaleza e pagou-lhe 20 mil xerafins de tributo (...) A cidade escapara, rendendo-se, aos horrores do saque; mas isto mesmo desesperava os capitães e soldados, que murmuravam, cobiços de tamanha riqueza desenrolada diante de seus olhos. (Os anéis e alfinetes, punhais e adagas tauxiadas eram como o aperitivo.) Não compreendiam para que se haviam de demorar ali, a construir uma fortaleza; quando, a não saquearem a cidade, mais valia partirem para o rendoso corso das naus de Meca (...) Na Índia não havia mais tradição que a do saque marítimo, e o pensamento imperial de Albuquerque não chegava a ser compreendido (...) A cobiça, de mãos dadas com a cegueira e a violência, agitavam perigosamente as guarnições (...) Os portugueses, ao pôr o pé na Índia, cevavam-se. A história de Afonso de Albuquerque em Hormuz demonstra bem quanto era impossível impor disciplina e ordem a indivíduos que tinham no saque o exclusivo motivo.
>
> Fomos ao rio de Meca
Pelejamos e roubamos
E muito risco passamos...
>
> Estas palavras de Gil Vicente resumem a história da Índia: e, se com tais elementos era possível saqueá-la, era impossível dominá-la. Por isso, nesse SÉCULO de 1500, que a história da Índia abrange, a ocupação portuguesa forma dois sistemas: o da rapina, contra o qual protesta e reage em vão a espada militar de Albuquerque; e depois o da simonia, contra o qual em vão também reage a vara justiceira de D. João de Castro...
>
> Agora o primeiro: todos os soldados de Antônio de Siqueira, um capitão que andava pela costa de Chala e Daman, trouxeram fato, escravos e dinheiro, e assolaravam tudo em tanta maneira que se despovoaram todos os lugares de fralda do mar, que pela terra dentro dez léguas não havia gente. Em Barava, destruída por Tristão da Cunha, cortavam as mãos e as orelhas às mulheres para furtarem as manilhas e brincos de ouro... D. Paulo de Lima “deu na cidade de Johore – escreve à esposa – assolou-a com o favor divino”, Noutro lugar, os combatentes, empilhados contra os muros, pedem aos da frente que, por amor de Deus (a cabeça ardendo em Deus), lhes deixem matar um mouro. À aproximação dos portugueses, despovoam-se as cidades... Albuquerque sustentou, por três anos, no mar da Arábia a sua armada com as presas das naus de Meca. Em Bardez “fizeram muitos grandes males de roubos, tiranias, tirando as mulheres e as filhas formosas a seus maridos, e as furtavam e tornavam a vender...” O roubo e a luxúria davam lugar a intermináveis guerras. Nas Molucas, a cidade de Bachian, despovoada e vazia, foi incendiada, indose eles às sepulturas dos reis furtar os ossos, na esperança de receber por eles mais tarde um grosso resgate. Roubando e pirateando à solta, o gênio aventuroso dos portugueses deu largas às asas, e os exploradores vão até os confins do mundo (levados e guiados por aquele pensamento encoberto etc.). Um, Antônio de Faria, vai à China roubar os sepulcros dos imperadores; outro, Diogo Soares de Albergaria, obtém o título de irmão do rei do Pegu, com 200 mil cruzados de renda. É o rei, mas morre assassinado por ter furtado uma rapariga. Nem só pelos confins do mundo, nas costas ou nos navios, a fúria dos portugueses se desmanda em ferocidades anárquicas. Na própria Goa, a capital a vida é um combate; pelas ruas há batalhas e cadáveres insepultos... Os fumos da Índia (como Albuquerque dizia) embriagavam os pobres portugueses, limitados na Europa à porção côngrua do bragal e do aço. Na Índia desenfreava o animal que se retouçava delirante nas sedas e nos perfumes, coberto de diamantes, abarrotado de pardaus de ouro.

Um homem prático – Francisco de Almeida, quis normalizar a exploração, arranjando a coisa de forma que a vítima fosse ordenhada, mas conservada viva e presa. Não propunha nada de novo ou de original, senão alijar os árabes, e fazer o mesmo que eles faziam: “...fecundo sistema de explorar uma região inteira (...) roubar aos árabes o império, e a venezianos e árabes o comércio do Oriente, política sem grandeza, mas lúcida e perspicaz”. Foi impossível; o português tinha o seu pensamento encoberto, elaborado à lei da natureza: para que perder tempo em desatarrachar os brincos das mulheres, quando é tão simples cortar-lhes as orelhas?... Para

que regularizar tributos, monopolizar comércio, coisas para amanhã, quando se pode arrasar a cidade e levar logo todo o ouro, de uma vez, para bordo?..

O homem prático bem que ensinava os meios de manter o *úbero indiano*:

> Toda a nossa força seja o mar, [dizia] desistamos de nos apropriar da terra. Destruamos estas gentes novas – árabes, afegãos, etíopes, turcomanos – e assentemos os velhos e naturais: depois iremos mais longe. Em nome deles reinaremos de fato sobre a Índia; e se o que queremos são os produtos dela, o nosso império marítimo assegurará o monopólio português. Imponhamos pesados tributos, exageremos o preço das licenças. Substituamo-nos pura e simplesmente ao turco, e abandonemos a idéia de conquistas para não padecermos das moléstias de Alexandre. O que se tem feito é um sistema de matanças, piratarias e desordens... Os capitães e governadores serão simultaneamente agentes comerciais de S.A.

E juntando o exemplo à palavra, ele se corresponde com o rei como um caixeiro para o patrão.

> E o lacre que V. A. diz lhe mande será maravilha haver-se. Espero uma boa porção dele (...) E assim V. A. me manda que a pimenta vá limpa e seca, e que o peso se faça com as nossas balanças e pesos (...) Se os navios não chegassem tão avariados, em vinte dias carregariam e partiriam (...) Quanto à pimenta e drogas que vão ao levante, são de Malaca, Sumatra e Diu, onde nasce muita pimenta longa e redonda, e muito bem sei por onde passava e em que tempo: falta-me o principal. O aljôfar e pérolas que me manda lhe envie não os posso haver (...) As escravas que quer, tomam-se depressa; que as gentias desta terra são pretas e mancebadas do mundo, como chegam a dez anos (...) Por que não manda V. A. papel? Seria um excelente negócio.

IV

Não prevaleceu o regime que o caixeiro de S. A. imaginou: era moroso, estava fora do *pensamento* coletivo. Aos heroísmos da *fúria lusitana*

> e à violência de bárbaros, os portugueses juntaram a mesquinhez de chatins (...) Trinta anos, apenas, depois de chegados, os portugueses já não se parecem sequer aos piratas domesticados de Albuquerque: pareciam mouros na opulência e nos costumes. Uma esquadra que então se organiza para ir assaltar a cidade de Diu, apresenta-se como para uma festa. Capitães e soldados como para uma função, carregados de pedras preciosas e armas tauxiadas. As mulheres enxameavam a bordo. O governador tinha prometido prêmios de 1.000, 500, e 300 pardaus aos primeiros que sucessivamente subissem às muralhas. Era uma expedição mercenária e não uma aventura de bandidos... Segundo as boas tradições, a esquadra foi ao longo da costa deixando o seu rastro de carnificinas e investidas covardes contra pontos indefesos; e quando chegou em frente de Diu rompeu o bombardeio. Dentro da cidade era grande o susto... Ali havia também artilharia e mosquetes. Parou afinal o bombardeio, e todos olhavam com ânsia, porque esperavam assistir ao desembarque e contavam com a peleja. Viram, porém, com surpresa, que as naus emastreavam e as galés mudavam a proa ao mar, afastando-se... Fora medo? Fora fraqueza? Decerto... a esquadra não tinha forças para uma batalha. Todos vinham à praia ver a armada que se afastava – a maior que jamais aparecera naqueles mares – despedindo-se dela com vaias e gritos de alegria...

Era Nuno da Cunha quem comandava a expedição. Sucedeu-lhe

> D. Garcia de Noronha, fidalgo pobre, sem merecimentos além da simpatia do rei, que o mandou à Índia enriquecer. *Honra eu a tenho – não venho mais que a levar dinheiro*, dizia mais de um governador. D. Estêvão da Cunha foi ninguém; e Martim Afonso (esse que foi um dos organizadores do regime colonial português em terras brasileiras) pregou com o exemplo francamente cínico a abjeção em que a administração da Índia se tornara – agora que terminara o saque de todas as costas, e as naus de Meca, mais raras e já artilhadas e preparadas para rudes combates, não davam com que satisfazer a cobiça dos ocupantes.

Entra o franco regime da simonia.

> Martim Afonso deve abrir o rol, porque ninguém melhor e mais ingenuamente vivia no seio da podridão e o confessava, nas cartas que escrevia ao rei. Debatia-se uma sucessão de príncipes indígenas, e ele *tardou a determinar-se porque estava esperando quem levava a melhor*. Decidiu-se, *mas foi necessário socorrer-se a missas e*

devoções. Além das devoções, o vencedor deu-lhe 70 mil pardaus para el-rei, 20 mil para ele governador, e uma jóia para a esposa. Morreu o preferido, e veio um privado do defunto propor-lhe a divisão do tesouro do falecido: 500 mil pardaus: *Mando 300 a el-rei, mas desses tomei 30 mil para mim*. Esta prática de vender o auxílio nas colônias indígenas não era, todavia, privilégio de Martim Afonso. Em Hormuz, D. Duarte de Menezes substitui a um governo amigo dos nossos, um outro querido dos mouros, porque este lhe deu *100 mil pardaus em xerafins novos, e em conta ricas pérolas e jóias e aljôfares.* Os capitães seguiam o exemplo dos governadores. Em Hormuz, Diogo de Meio quer matar o sultão por lhe não dar dinheiro e jóias.

O mar continua a dar. Rui Vaz vai por sua conta a Bengala às pressas; e dois navios mandados à Índia, em missão especial, fazem-se para Madagascar às pressas e perdem-se. Os soldados recrutavam-se nos bandos já amestrados na rapina (...) era uma tropa de salteadores e adúlteros, malsins e alcoviteiros, que enchiam Goa de roubos e assassinatos noturnos, ocupando-se a matar por dinheiro. Não era raro ver nos mares do Oriente navios de árabes guarnecidos por portugueses (...) os mouros pagavam melhor; piratas franceses guiados por portugueses vão explorar a Índia. A guarnição da armada de Lapa Vaz incendeia os navios por falta de pagamento. (...) A mesma anarquia se usava nos combates. Desembarcavam em chusma, cada um como podia e sabia. Dispersavam-se todos com a mira no que podiam roubar, porque esse era o verdadeiro soldo. Geralmente a primeira investida era irresistível: e logo ao ataque se seguiam o incêndio, o roubo e a matança. Dispersas, deixando as armas às portas das casas para irem mais leves a roubar, os soldados eram mortos um a um: como sucedera no grande desbarato de Kolikodu, onde morreu D. Fernando Coutinho; como sucedia a cada passo, por toda a parte. Com tal sistema, a guerra protraía-se indefinidamente; mas era isso o que convinha a todos, porque dela tiravam o melhor dos seus proventos.

Os soldados roubavam, os capitães roubavam com eles, roubavam-nos a eles, cerceando-lhes as rações de arroz avariado e podre.(...) As fortalezas eram compradas por dinheiro aos vice-reis: um rapaz imberbe pagou uma dessas por um saleiro de prata e um serviço de mãos; e 200 pardaus eram as *ordinárias*, isto é, o preço usual de uma capitania. Providos no seu lugar, os capitães que as tinham comprado faziam-se mercadores e contrabandistas, conluiando-se com os

empregados fiscais, e associando-se com os mouros e judeus. Os capitães de Malaca tinham naus para irem por sua conta à China, de um lado; a Diu, Chala, Daman, Bassaim, do outro. Os de Hormuz comerciavam por mar com Bengala, com os portos da costa ocidental da península, e com o Zangue bar. Como negociantes, à imagem do rei exigiam também em favor próprio um monopólio, buscavam bicos no exame dos passaportes e roubavam os navios e as cargas. Os lucros do comércio não lhes bastavam; e o roubo vinha engrossar o rendimento das capitanias. Arrolamentos de guarnições fictícias, matrículas de praças mortas, para embolsarem o soldo de supostos soldados, eram casos ordinários e comuns a todos: só desta verba um capitão de Hormuz fazia 30 mil cruzados em três anos. Com os navios sucedia outro tanto: fundeados, a apodrecer nas águas, ou varados na praia, custavam ao tesouro da Índia o preço de guarnições que só existiam no papel. E estes roubos eram tão vulgares, que não havia pejo em os confessar. Um capitão de Hormuz declara alto e bom som que não perdoaria um real da soma que tinha decidido a ganhar – 300 mil cruzados.

Um certo Álvaro de Noronha, na mesma praça, acusado, responde que outro tanto fizera o seu antecessor, que sendo *apenas um Lima* levara 140 mil pardaus (...) ele, *como Noronha*, havia de levar mais (...) As principais rendas dos governadores provinham de diversas espécies de peculato: *as peitas*, as heranças que roubavam, os cabedais do índio ou judeu queimado pela inquisição de Goa; os conluios com os contadores; a falsificação da moeda; o roubo do cofre dos órfãos; as matrículas dos soldados mortos ou nunca arrolados ( ) Os roubos dos governadores autorizavam os dos capitães ( ) Em Lisboa, salvo momentâneas exceções, considerava-se a Índia como uma vasta seara a colher: cartas se liam pelas portas que eram uma vergonha os descréditos que nelas vinham. O jesuitismo havia descoberto que a simonia não é um pecado, sempre que sejam observadas umas tantas regras (...) Ferviam as deserções (...) muitos se põem por soldados em navios chatins, onde, posto que o soldo não seja tão honrado como o del-rei, é mais proveitoso (...) Havia na Índia 16 mil portugueses e não se puderam mandar 800 a socorrer Malaca (...) D. João de Castro escrevia ao monarca: “cá está tudo em estado que não há mouro que cuide haveis ser de ferro para seu ouro, nem cristão que o creia”, e continua enumerando as misérias: “... Nas Molucas, os nossos, depois de saquearem e roubarem as casas de um rei, fizeram-no a ferros e forçaram suas mulheres com tais desonestidades que se não pôde dizer a V. A.” Todos são ladrões,

> todos, sem exceção, chatins. As cobiças e vícios têm cobrado tamanha posse que nenhuma coisa já se pode fazer que dos homens seja estranha. São mais as almas perdidas dos portugueses que vêm à Índia, do que salvas as dos gentios que os pregadores religiosos convertem à nossa santa fé.
>
> Isto, porém, não escandaliza a ninguém: D. Manuel e os seus conselheiros têm um plano só: explorá-las, e arrastar para Lisboa por qualquer modo as riquezas do Oriente. Sistema e programa de governo foram coisas desconhecidas. D. Manuel perdoava tudo, os crimes, os roubos, as carnificinas e as brutalidades, os incêndios e piratarias, contanto que lhe mandassem o que ele sobretudo ambicionava: curiosidades, primores e riquezas. *Manda pimenta e deita-te a dormir*, dizia Tristão da Cunha a seu filho governador. O saque da Índia ia ordenado de Lisboa.

V

Foi mister transcrever longamente; transcrever e repetir. Repetições propositais para deixar bem evidente o caráter da conquista portuguesa: saquear, sem nenhum outro objetivo – a rapina, a pirataria, o parasitismo depredador.

E a Espanha propriamente dita?...

Colombo partira para o Ocidente, Gama para o Oriente... – Como realiza a Espanha esse pensamento maduro, mas ainda encoberto – comum à península, e que arrojou um e outro às conquistas longínquas?...

> A unidade dessa civilização (peninsular), expressa por um dualismo político, aparece principalmente neste instante (...) Portugal no Oriente, a Espanha no Ocidente, abraçando o mundo inteiro, que a península Ibérica arrancara dos mares tenebrosos (...) o fervor da propagação da fé, e o movimento instintivo de cobiça são causas comuns das descobertas e conquistas espanholas e portuguesas.

Causas comuns produzem efeitos comuns. Na América, os espanhóis procedem como os portugueses na Índia. Toda a diferença está em que as riquezas acumuladas no Novo Mundo eram em muito menor quantidade que as do Oriente, e que a Espanha tem um estômago mais vasto que o de Portugal. Este não chegou a devorar, a consumir a presa inteiramente; com

o excesso e a fartura viu-lhe a decadência degenerativa, e a vítima caiu-lhe dos dentes frouxos e gastos, arrebatada por outros, antes que ele se estendesse sobre ela para viver na moleza das tênias ou dos *Chondracanthus*. A Espanha depara com uma presa que ela devorou na primeira investida.[17] Não foram só as riquezas, foi tudo: povos, civilização, monumentos históricos. A violência da sua voracidade tudo consumiu. Os portugueses cortavam os pés e as mãos das mulheres para arrancar-lhes os brincos e braceletes – os espanhóis arrasaram um mundo para colher alguns sacos de ouro. Trinta anos depois de pisarem os espanhóis o continente americano, ninguém que visitasse as paragens do México ou do Peru seria capaz de desconfiar, sequer, que ali existiram dois impérios adiantados, fortes, populosos, encerrando um mundo de tradições. Tudo desaparecera. Nem átilas, nem tamerlões, nem vândalos, nem citas – ninguém cumprira, jamais, façanha igual: eliminar duas civilizações, de tal forma que até as tradições se perderam, desaparecendo as próprias cinzas; e isto, há quatro séculos! Reconstitui-se hoje com mais facilidade a história de Nínive, ou do Egito das primeiras dinastias – de povos e civilizações – sobre os quais passaram mais de vinte conquistadores – do que a do México e Peru, onde ainda se encontram certamente descendentes diretos dos primeiros invasores.

Não se creia, porém, que os espanhóis sejam mais vorazes que os outros – o gênio, o pensamento, é o mesmo. O nosso panegirista – que é preciso conservar, tanto nos facilita ele as demonstrações – exprime muito bem no seu estilo de filosofia sábia esta identidade de pensamento e de processos. Buscavam o mesmo ideal: “Separados na vida política, as conseqüências fatais da empresa heróica impunham-se igualmente a ambos”. Antes mesmo de partir, nessa viagem que o levará à América, Colombo já pede e obtém: o décimo dos rendimentos do país que descobrisse e o oitavo do produto do comércio. O grande navegante pensaria nas almas a ganhar para Deus, mas pensava principalmente no ouro – com o qual ele contava obter tudo: “El oro es excelentísimo; del oro

---

[17] “Para obter alguns quilogramas de ouro, os conquistadores espanhóis massacravam às vezes uma população inteira de uma cidade. Estas gentes não conheciam a piedade. Em algumas décadas despovoaram um continente. O governo estabelecido por esses homens foi conforme a sua natureza feroz de selvagens. Será preciso longos anos para que os americanos do Sul se possam erguer desse regime espantoso”. J. Novicow, *La Revue,* Paris, 1º junho de 1902, p.510.

se hace tesoro e con el, quien lo tiene, hace quanto quiere en el mundo y llega que hecha las animas al paradiso". Ao saltar no Novo Mundo, o que ele e os companheiros vêem são os brincos e anéis dos índios. "perguntam-lhes onde nasce o ouro, e tomam-nos a bordo para os guiarem a esse país encantado". Vão até o Taiti, onde "se encontram grandes cabedais". Por gratidão, sem dúvida, deram-lhe até o nome de Hespaniola.

VI

O heroísmo começa ali mesmo. Meses depois, passa o almirante pela nova colônia, e, para "impressionar o ânimo rude dos selvagens, mandou sacrificar um grande número de índios; a severidade foi ao ponto de revoltar os próprios companheiros". Há bandidos que dão a escolher a bolsa ou a vida; os heróis da península não desciam a essas concessões...

Haiti e Cuba são em breve devoradas; ei-los no continente. O mexicano os recebe com presentes; mas eles querem tudo, e não a pequena porção que a generosidade do asteca lhes concede. Avançam tão desensofridamente, que logo se revelam e permitem ao mexicano repelir esta primeira investida. Fogem: "Ide – diziam os mexicanos, no furor do seu ódio – ide salteadores, para longe, sofrer a punição de vossos crimes". Fugiram, mas voltaram, e, desta vez, mostraram que eram mais fortes: "(...) tirando da expedição os proveitos imediatos, possíveis. O primeiro cuidado de Cortés foi reclamar de Guatemozin uma larga contribuição; e como o monarca indígena se negasse obstinadamente a entregar-lhe todos os seus tesouros, o chefe espanhol o submeteu a torturas horríveis..."

Ainda os astecas não tinham sido totalmente devorados, e já outros heróis buscavam o Peru e as suas riquezas fabulosas. O inca os recebe "enviando-lhes muitos presentes, mas pedindo-lhes que se retirem". Nós já sabemos que, para o caso, os presentes têm um efeito contraproducente – atiçam os apetites. O pobre monarca é preso; propõe ao herói: "dar-lhe ouro em quantidade suficiente para encher a sala em que estava recluso, se o capitão quisesse pô-lo em liberdade." Pizarro aceitou o ouro, fez enforcar o desgraçado e "reduzir a cinzas o seu cadáver". Outros foram queimados vivos... Um outro príncipe, "sabendo do que prometera Ataliba (o inca prisioneiro), ofereceu aos espanhóis o dobro do ouro, se eles o quisessem colocar no trono. Esta proposta incendeu incrivelmente o ânimo dos

conquistadores..." Bem se vê que não foi difícil aos americanos – rudes como eram – o descobrir o pensamento encoberto que para ali levava esses outros heróis ibéricos... Ofereciam-lhes ouro aos montes...

"A corte de Madri recebia com indizível satisfação as notícias que iam da América, e tratava de estimular o espírito dos aventureiros..." Pudera! "Basta que recordemos que Pizarro, assim que se apoderou do antigo império dos incas, além dos cabedais fabulosos que remeteu para a Espanha e do que para si reservou, distribuiu a cada soldado cerca de 300 marcos de ouro puro... Enviou uma quinta parte a Carlos Quinto, ficou-se com outra, deu o restante aos soldados – cerca de 172 mil francos". *A história*, comenta um outro historiador, *não oferece nenhum exemplo de soldados tão subitamente enriquecidos*. "Assim, é natural que todas as famílias quisessem mandar representantes seus ao Novo Mundo, a recolher a sua porção do precioso metal... e as chusmas *emigravam* para a América. *Emigravam* não é o termo apropriado: corriam pressurosos à procura de tesouros, para gozá-los depois em sossego na terra pátria".

Dois impérios já estão devorados; resta a América Central – Yucatán e Bagotá. Era aquele um império cuja grandeza se avalia pelos 230 mil homens que Tecum-Umam opôs ao herói peninsular – Alvarado, cujos canhões e mosquetes não tardam, porém, em repetir as façanhas de Cortés no México, estabelecendo-se logo um regime, sob o qual "até aos missionários custava suportar a ardileza e jactância das autoridades". Agora, chegam a Bagotá: "O príncipe acolheu os espanhóis com muita cordura, mas logo compreendeu que ia ser vítima da perfídia e crueldade dos invasores... As numerosas riquezas que ali encontraram produziram no ânimo dos espanhóis um deslumbramento que não se descreve... Numerosos templos e palácios atestavam pela sua faiscante riqueza o adiantamento..." Em tais condições, é de ver que Bagotá estava condenada; foi executada. "Daí, ainda os espanhóis avançaram para o Oeste, destronando os príncipes indígenas e massacrando as populações... Esta expedição voltou carregada de ouro...".

VII

Este ouro era arrancado pelos processos costumeiros. Em Cholula, "Cortés ordenou que penetrassem na cidade e fossem trucidados os

habitantes. Não pouparam nem velhos, nem mulheres, nem crianças. A carnificina horrorizou a alguns dos próprios espanhóis". Parece que é o cúmulo!... Aí mesmo – México – "os espanhóis provocaram, numa festa pública, um enorme conflito com os naturais, e desse incidente se aproveitaram para assassinar cerca de 2 mil dos mais notáveis homens da corte". Numa outra circunstância, "os soldados de Cortés *cansavam* de matar".

No Peru, a matança tem como início um motivo *superior*. Foram ao inca, e

> assim que este apareceu, aproximou-se o padre Vicente Valverde do seu trono e apresentou-lhe uma Bíblia, dizendo-lhe que aquele livro encerrava toda a ciência humana e divina e as vontades supremas do Deus dos cristãos; que o Deus dos cristãos tinha na Terra o seu representante, o papa, e que esse representante havia conferido ao rei da Espanha uma autoridade sem limite naqueles lados do mundo. O inca desgostou-se e repeliu o que lhe dizia Valverde e acabou por lançar ao chão a Bíblia. Foi a desgraça dos peruanos e do seu rei. Valverde, como um possesso, no mesmo instante ergue violentos gritos: *Vingança! Vingança aos infiéis!* E os espanhóis carregam de súbito sobre aquela pobre gente fazendo uma horrorosa carnificina! Para mais de 5 mil peruanos ficam ali mortos... A quantidade de ouro que viam por toda parte deslumbrava a tal ponto os espanhóis que a notícia do *Eldorado* deixava de ser para eles uma lenda.

Mataram, trucidaram, exterminaram, destruíram, incendiaram, arrasaram tudo o que havia. Aquele mundo, onde vinte anos atrás existiam duas civilizações originais, exuberantes, ricas de povos, tradições e monumentos – aquele mundo era agora um acampamento desordenado, restos de ruínas, cinzas e cadáveres... qual o lugar onde um rancho de selvagens devorou uma colméia: ramagem da árvore abatida para do seu côncavo tirar-se o cortiço; restos de casulos rotos por onde saem larvas mortas e pólen ainda não elaborado; restos de mel que escorreu dos lábios famintos e trêmulos de voracidade; frangalhos de corpos – das nuvens de insetos que as mãos e os pés implacáveis e impacientes foram esmagando tudo; isto sobre um chão calcinado, como os resíduos de uma coivara – o incêndio com que o selvagem se delicia no fim do repasto, para ver arder, numa chama só, a cera dos favos vazios, a lenha do tronco, o ramalho e a folhagem, as larvas e os corpos ainda trêmulos...

Não era possível eliminar todas aquelas populações de uma vez; alguns escaparam, fugitivos, que "iam nos alcantis e no recesso das florestas esconder a sua ira santa, sufocar os seus ódios bradantes contra o flagelo que os atormentava... Com eles retirou-se o último descendente dos incas, como um precito que parte para o degredo". Viveram no seu esconderijo enquanto "houve tesouros a recolher sem canseira". Esgotados estes, foram os espanhóis após os fugitivos "buscar alguma coisa que ainda restasse em poder deles, e a que a civilização tivesse direito". O inca foi preso, processado e condenado à morte. Tudo que restava da antiga nação veio assistir à execução:

> É uma das cenas mais horríveis da história da conquista. Amaru, como os seus antepassados, padecera o suplício, altivo e sereno. No momento em que o povo inteiro, como se fora um único peito, soluçava clamante, os espanhóis, e o próprio Toledo que contemplava o sacrifício das janelas do seu palácio, sentiram-se apavorados. Os padres pedem então a Amaru que faça calar aquela gente, e o inca havendo, com um gesto, imposto atenção, fez-se de súbito um silêncio de deserto!... Em 16 anos Toledo reuniu uma fortuna colossal e voltou para a Europa carregado de ouro e riquezas sem conta.

Transformação sedentária; degeneração

> Latifundia perdidere Italiam.
> *Plínio*

I

As riquezas dos incas e astecas foram assim devoradas num relance, os impérios eliminados e, dentro em pouco, não estava ali, de toda a riqueza sonhada, senão o solo, prodigiosamente rico de ouro e prata, e restos de tribos selvagens, apavoradas, combalidas, desmoralizadas. O espanhol, que apenas iniciara o seu parasitismo sobre a América, por essa forma depredadora, adaptou logo as suas tendências e apetites naturais às condições novas que se lhe ofereciam. Enquanto houve riqueza acumulada, ele foi depredador, guerreiro, conquistador. Esgotaram-se as riquezas, ele fez-se imediatamente sedentário. Colheu os restos de populações índias

sobreviventes às matanças, escravizou-as e fê-las produzir riquezas para ele – cavando a mina ou lavrando a terra[18].

Acabou o parasitismo heróico; começa o sedentarismo, regime sob o qual a decadência se acentua e a degeneração se manifesta.

Quanto a Portugal, a passagem ao sedentarismo foi mais complexa. Ele era pequeno demais para a presa que se lhe deparou; esta lhe caiu dos dentes antes que se houvesse normalizado o parasitismo sedentário. A transformação ia se fazendo, mas foi perturbada, justamente, pela desproporção entre o parasita e a vítima. Ocorre também que a decadência já era muito pronunciada, de tal forma que a Lusitânia não se pôde defender contra os que lhe disputavam a presa:

> Tudo se desmoronava... As esquadras perdiam-se inteiras... Já a covardia era tão vulgar como eram de antes a audácia e a bravura. Entre outros casos, conta-se o de um filipebote holandês tomando um galeão que montava dobrada artilharia e guarnição. Em 1591 e 92, de 18 navios de alto bordo saídos da Índia só duas naus chegaram ao Tejo, porque vinham vazias por velhas, e a destruição do poder marítimo português garantiu para todo o sempre a destruição consumada do império do Oriente.

Foi-se a Índia, e Portugal perdeu até a independência. Todavia, mesmo nessa hora de crise, ele não deixou de viver parasitariamente. Quando o holandês e o inglês o despojaram, já o Brasil era uma colônia, estava preparado para sustentá-lo – o Brasil e a África. O Brasil dá-lhe os tributos, dízimos e monopólios, a África dá-lhe o tráfico dos negros. Devorando a Índia, Portugal ia enviando para aqui os seus degredados, e os fidalgos mal aquinhoados na partilha do Oriente; e uns e outros foram fazendo no Brasil o mesmo que a Espanha fazia no resto da América – obrigaram logo o índio a trabalhar para eles.

[18] O próprio árabe deu-lhe o modelo e o exemplo desta transformação: "A transformação do predatismo em parasitismo é toda a história das tribos árabes do Moghreb. No começo, a destruição pura e simples das populações que resistem, a *razzia* predadora. Mais tarde, a tosquia regulada do país, os habitantes dos oásis reduzidos à condição de colonos parciários, duramente explorados pelos nômades, que vinham na época das colheitas embolsar tributos". Massart et Vandervelde, *Parasitisme organique el parasitisme social.*

Estava encaminhado para o parasitismo sedentário, regime que é favorecido pela circunstância de ser portuguesa a África. Pisando ali, nós o vimos, os portugueses, na falta de riquezas acumula das, de minas ou tesouros a colher, achando a terra coberta de negros, trataram logo de aproveitar isto mesmo que se lhes oferecia. O primeiro português que pisou a costa da África equatorial – Gil Eanes, em 1438 – trouxe logo de lá negros escravos para vender. E a mina nunca mais foi abandonada. Descobrem-se ao mesmo tempo as ilhas do Atlântico, e os negros são logo aproveitados para ir lavrar a terra, ali, para os colonos portugueses. Aproveitaram-nos também na península, onde todos os misteres baixos passaram a ser executados geralmente por pretos. Logo depois, descobriu-se a América; as riquezas havidas dos incas e astecas dissolvem-se nos estômagos vastos do heroísmo castelhano; o índio escravizado reluta ainda, recalcitra, não chega a produzir a contento do colono, e este, que tem notícia do magnífico proveito que o português soube tirar do negro africano nas ilhas, faz importar negros. O tráfico desenvolve-se prodigiosamente. No Brasil, os poucos colonos, em luta também com a má vontade do índio, adotam a idéia, pedem negros, e a África se constitui, assim, numa fonte de copiosos recursos para o reino. É um parasitismo depredador – o tráfico de escravos, mas que prepara por si mesmo o parasitismo sedentário. Alimentados pelo trabalho escravo, os colonos se desenvolvem tanto, floresce de tal forma a colônia, que outros são tentados a ir explorá-la. Assim se fez o Brasil – um produto espontâneo da fertilidade das terras e do tráfico de escravos. "Sem os negros, o Brasil não teria existido", afirma convencido, quase orgulhoso, Oliveira Martins; e continua:

> Foi em 1442 que vieram por mar escravos negros da Guiné; e em 1461 já o *resgate* se fazia pacificamente na Senegambia (...) diretamente entre os portugueses e os soberanos indígenas. Assim começou o tráfico, e os ensaios feitos na exploração da Madeira e Açores levaram mais tarde a exportação para Cabo Verde, para S. Tomé, finalmente para o Brasil e para todas as Índias ocidentais. A mina de trabalho negro valia tanto ou mais do que as minas de prata e ouro do Novo Mundo. De 1575 a 1591, só de Angola tinham saído mais de 50 mil negros; e na primeira metade do século XVII, a exportação anual atingia 15 mil peças da Índia (...) Essa exportação atingiu proporções desconhecidas até então. Regulamentam-se, protegem-se. As levas de escravos iam batiza das; ainda em nossos dias um viajante viu na Alfândega de Luanda a cadeira de mármore

de onde o bispo, no cais, abençoava os rebanhos de negros que embarcavam para o Brasil. (...) Nos primeiros anos da Companhia do Grão-Pará, a importação de negros no Brasil chegou a 100 mil cabeças por ano. Só de Angola saíram para o Brasil, no período de 46 anos, 642 mil escravos. O rendimento dessa exportação era de 160 contos, quando o orçamento total da colônia era de 190. Só a praça de Liverpool tinha 90 navios para o transporte exclusivo de negros para a América do Norte. Cuba comprou, em 39 anos, 388.400 escravos às colônias portuguesas.

Num período de 40 anos foram exportados das colônias portuguesas em África 4.952.000 negros. Era uma boa fonte de receita.[19]

Foi à custa desta mina e dos tributos e monopólios da colônia americana que Portugal passou a viver, quando o despojaram por completo da Índia. Em 1576, trinta e poucos anos depois de iniciada a colonização, já o Brasil produzia 70 mil caixas de açúcar, fora algodão e pau-brasil. Por ocasião da derrocada do domínio colonial português, o Brasil já era bastante forte – e tanto que, por si mesmo, desobedecendo aos tratados da metrópole, defendeu a soberania nacional e repeliu o holandês, que, no Oriente, recolhera grande parte desse domínio. Quando Portugal decaído tenta "esse arremedo de ressurreição – a separação da Espanha dos Filipes – o padre Vieira, considerando tudo perdido, aconselha o regente a embarcar a casa de Bragança para o Brasil, abandonando o reino à sua sorte..."

II

Não é aqui lugar de fazer a crítica do regime colonial aplicado às colônias americanas pelos países ibéricos. Esse estudo será feito metodicamente, a seu tempo, quando for mister analisar os efeitos do parasitismo sobre as sociedades coloniais – sobre as futuras nacionalidades. Agora, o intento é mostrar, apenas, na sucessão cronológica da vida das nações ibéricas, como elas viveram sempre, desde o primeiro momento de uma vida parasitária; como se educaram nessas depredações; como se viciaram e se perverteram; como, de guerreiras por necessidade, passaram a aventureiras por educação, e como, de aventureiras e depredadoras, se

[19] Conta-se que um barão português vendeu a rainha negra com quem casara e a corte inteira.

fizeram parasitas sedentárias: "esgotados os tesouros indígenas da América, os espanhóis entregaram-se às minas..."

Os próprios escritores lusitanos não hesitam em reconhecer que o pequeno reino viveu toda a sua vida exclusivamente das colônias. "O Brasil e a África ainda rendiam pouco (1530), mas a Índia estava em plena razão de receitas..." Perdida a Índia:

> Despovoado e inculto o reino, miseráveis as populações, nem riqueza, nem trabalho, as minas do Brasil deram ao rei e ao povo uma fortuna que o reino lhes negava.(...) Foi sobre o ouro do Brasil que se levantou o novo trono de D. Pedro II; foi com ele que D. João V e todo o reino puderam entregar-se ao entusiasmo dessa ópera ao divino, em que se desperdiçaram os tesouros americanos (...) O quinto do ouro começou a render cerca de 12 arrobas por mês. Para que se possa avaliar a sua importância, para que ninguém se iluda supondo que os desperdícios faustosos de D. João V traduzem um renascimento de riqueza natural do reino, poremos aqui uma nota das massas de metais e pedras preciosas que D. João V recebeu do Brasil: 130 milhões de cruzados; 100 mil moedas de ouro; 315 marcos de prata; 34 mil de ouro em barra; 700 arrobas de ouro em pó; 392 oitavas de peso e mais 40 milhões de cruzados, de valor, em diamantes. Além de tudo isto, o imposto dos quintos e o monopólio do pau-brasil rendiam anualmente para o tesouro cerca de milhão e meio de cruzados (...) O marquês de Pombal, rico pelos quintos do Brasil, levantava a nova cidade [Lisboa, após o terremoto] utilitária e abstrata (...) O dinheiro do Brasil dava para todas as extravagâncias sensatas e insensatas. Dera para D. João satisfazer a sua loucura de ostentação majestática e fradesca; dava agora para o marquês de Pombal construir uma nação de estufa (...) Quando o Brasil começou a render, D. João começou a reinar e a gastar (...) Arruinada no fim do século XVI (pela perda da Índia), a nação arrasta uma vida pedinte e miserável no século XVII. No século XVIII, o rendimento do Brasil vem dar riqueza a um país desolado e despovoado.

Faz-se a independência do Brasil, Portugal quase enlouquece, tonto, alucinado, sem querer admitir que tenha de viver fora da sua antiga presa:

> Depois da independência do Brasil, a sociedade perdida, rota, faminta, sem bem e sem governo (...) O Brasil separava-se, reconhecida formalmente a independência, varriam-se as esperanças de readquirir a fonte dos proventos nacionais; e os comerciantes arruinados, a alfândega deserta, o tesouro vazio, enchiam de

> desespero os cérebros, donde a história de três séculos (de parasitismo) varrera a lucidez.

Pensavam em exterminar todos os liberais, implantar o "terror absoluto, em nome de Deus e do Rei, para fazer voltar os bons tempos piedosos e com eles o Brasil!... A esperança de readquirir o Brasil, à custa do qual esse antigo regime podia conservar-se em paz e sossego". Agora, queriam todos parasitar diretamente do Estado,

> ..., obter empregos, secada a fonte do Brasil, a nação devastada, sem agricultura nem trabalho, esmolava à porta das secretarias como a plebe esmolava seu caldo nas portarias dos conventos (...) A separação do Brasil secando o erário, fez erguer Portugal da sua *sonolência* e medir ao certo o cúmulo de miséria a que se chegava (...) As cortes e todo o reino, observando a miséria em que se caía, os interessados, partidários do velho regime, vendo secar-se a fonte do seu parasitismo, propunham-se unanimemente a fazer retrogradar a história. Os produtos de Portugal davam apenas para o consumo de dois ou três meses: todo o resto se comprava com ouro, que antes vinha do Brasil. Agora secado esse rio, como se havia de viver? Das indústrias nacionais? Portugal não tecia uma polegada de algodão e mandava sua cortiça à Inglaterra para a receber sob a forma de rolhas. De 1820 a 1828 havia ainda uma esperança positiva e universal: a expedição que tinha de ir reconquistar o Brasil. (...) Portugal histórico, a nação que vivera da Índia, depois do Brasil. (...) escritório de uma vasta fazenda ultramarina, acabava por uma vez, para todo o sempre.

III

Estas transcrições já nos instruem bastante sobre os efeitos de um tal regime parasitário sobre a vida interna dessas nações.

Transcrevamos ainda algumas linhas, que completarão o quadro das sociedades peninsulares, adaptadas ao sedentarismo parasitário. Serão os últimos toques da prova – aliás supérflua – do parasitismo das metrópoles sobre as colônias.

Pela boca dos escritores da península nós já sabemos qual o Estado de espírito dessas populações ibéricas, ao receber as notícias das primeiras descobertas: "Os homens pensavam nos milhões de almas a ganhar para

Deus"! Montanhas de ouro a trazer para casa!... "A remessa das almas para Deus era coisa fácil: o bispo batizava e abençoava, às centenas de milhares, de um só gesto – estava o caso concluído". O importante era recolher a riqueza e digeri-la. Todo o mundo correu à obra, todas as classes se incorporaram ao parasitismo. O Estado era parasita das colônias; a Igreja parasita direta das colônias, e parasita do Estado. Com a nobreza sucedia a mesma coisa: ou parasitava sobre o trabalho escravo, nas colônias, ou parasitava nas sinecuras e pensões. A burguesia parasitava nos monopólios, no tráfico dos negros, no comércio privilegiado. A plebe parasitava nos adros das igrejas ou nos pátios dos fidalgos:

> ...ia de porta em porta, pelas casas fidalgas, pelos conventos e passeios dos prelados, conezias e abadias, pedir que lhe matassem a fome (...) Viviam indolente, luxuosa e miseravelmente (...) As classes sociais estavam confundidas, e os plebeus olhavam com desdém para as profissões mecânicas, por irem às conquistas batalhar, afidalgar-se. Não haveria barbeiros, nem sapateiros, nem artífices, se não fossem os de fora. *Todos d'el-rei, todos d'el-rei* (...) A América produzia com o trabalho dos negros o bastante para alimentar o luxo de uma aristocracia perdida e a ociosidade de uma classe média beata.(...) Se a terra, vinculada a uma fidalguia ignorante e devassa, deixara de cultivar-se, que importava isto quando as rendas ultramarinas vinham preencher os déficits do tesouro régio e pagar as rendas e esmolas que o monarca distribuía a mãos largas? O povo embrutecido e mole, perdidos os hábitos do trabalho e o vigor da inteligência, deixava correr ociosa e idiota uma vida cujo princípio não compreendia. Olhava com indiferença para o torrão eriçado de grama; e, humildemente curvado à passagem do morgado, batia contrito nos peitos, ao ver deslizarem pelas veredas, que o inverno abria em sulcos, os bandos de frades gordos, chouteando nas suas mulas luzidias. Bastava-lhe a pompa do culto para alimentar o seu sentimento estético; quando chegava a fome, bastavam-lhe as sopas das portarias dos conventos...

Em Portugal, também

> a agricultura estava inteiramente abandonada; os escravos desempenhavam todos os misteres domésticos, e os estrangeiros todas as indústrias (...) Os escravos, em número de 10 mil, representavam a oitava parte da população da capital; e os seus donos faziam deles criação como se foram bestas.(...) Pelas ruas, milhares de negras passavam vendendo água por conta dos senhores (...) Na

embriaguez de tanta riqueza, quem se atreveria a afirmar que a nação se arruinava? que os campos se despovoavam? que a miséria crescia?...

Contra esta miséria que é que se faz? Leis, estabelecendo que "ninguém pode ter à mesa mais que um assado, um cozido e um picado". Vedam-se assim, por decreto, todos os hábitos de luxo. A legislação, porém, comenta ingenuamente o historiador, nada podia contra a tendência dos costumes... Quem viu Portugal por esse tempo, descreveu-o como uma região desolada, nua. Extensas campinas reduziam-se a poucas folhas cultivadas, em volta de pequenas aldeias de 30 ou 40 vizinhos. O comum das terras estava coberto de urzes, roídas pelas cabras silvestres.

Assim era toda a península. "Portugal já não produzia pão... importava, só por Lisboa, 4 mil contos de pão, cada ano... Na Espanha, a formação de uma aristocracia do dinheiro abafa o desenvolvimento normal das sociedades e a reconstituição progressiva das classes sobre a base do trabalho".

IV

O parasitismo normalizou-se, entrou nos costumes, como a coisa mais natural da vida.

> D. Manuel perdoava tudo (...) Desde o rei até o mais ínfimo dos moços da chusma, todos eram comerciantes. D. Manuel em pessoa achava graça às manhas e expedientes vis com que se explorava a Índia, contanto que lhe mandassem ouro e preciosidades para sua corte faustosa. (...) Enriquecidas pelos tributos e rapinas, as cortes peninsulares trataram de deslumbrar a Europa: o paço é um palácio – o rei comia, adormecia, ouvia os conselheiros ao som de músicas permanentes (...) Imperar passou a ser a satisfação de um gozo pessoal.

A Coroa portuguesa fez-se negociante – estendeu balcão: "Guardou para si o monopólio de certos gêneros de exportação; e da importação, a pimenta era privilégio seu... Aceitava tudo, tudo perdoava, desde que lhe viesse dinheiro... Queria mostrar ao mundo o que valia e o que podia, ostentando a sua riqueza em Roma, onde o seu embaixador tinha de pagar tudo a peso de ouro".

O luxo generalizou-se com as riquezas fáceis: "As armas eram objetos de arte: rodilhas tauxiadas, adagas esmaltadas. Alguns tinham chegado a fazer de sedas de cores as tendas de campanha com grampos dourados..." Luxo e gozo por toda a parte: "No campo onde foi destroçado o exército de D. Sebastião, em África, recolheram-se 10 mil guitarras... Já não era uma ostentação ingênua, era um luxo impertinente". Tudo servia, que pudesse pagar esse luxo:

"O rei dera a um fidalgo o exclusivo das casas de prostituição em certa vila do Algarve".

O luxo e o esbanjamento – efeitos das riquezas fáceis – provocavam crises terríveis: "As rendas do Tesouro não chegavam para custear as despesas; o rei esmolava empréstimos... O abandono de Arzila e das demais praças africanas não teve outro motivo". A miséria estende-se a todas as classes:

> Lisboa regurgitava de pobres, e morria gente de fome pelas ruas. As ordens religiosas – quintessência do parasitismo – incharam até serem donas da terça parte do reino (...) Os colégios (dos jesuítas) transformaram-se em sociedades mercantis (...) O embaixador português, em Roma, recebia os honorários em saques sobre os jesuítas (...) A fradaria enxameava (...).
>
> Só a Patriarcal de Lisboa contava mais de 400 serventuários mais de 30 mestres de cerimônias (...) *Afradaria absorve-nos, a fradaria suga tudo, a fradaria arruína-nos!*

As receitas do Tesouro se compõem de privilégios, monopólios, dízimos e até das tomadias de contrabandos – um sistema arcaico de tributos, cuja arrecadação era arrematada, ou contratada com os favorecidos e válidos: "Considerava-se como uma das melhores postas a superintendência dos contrabandos". A sociedade na sua totalidade é assim definida:

> Enxame de parasitas imundos, desembargadores e repentistas, peraltas e sécias, frades e freiras, monsenhores e castrados (...) No paço os canais e empenhos vendiam tudo (...) Portugal quase que se tornara um comunismo monástico, em que as classes privilegiadas, fruindo todos os rendimentos, distribuíam comedorias à nação sob a forma de empregos e outras. O Brasil dava para tudo. As ordens militares desfrutavam os bens de 653 comendas, e nas secretarias

> havia um exército (...) Os conventos eram 534, com 12 mil frades e freiras, com uma renda igual a 1/6 da receita total do reino, e milhares de moios de trigo, de cevada, milho, pipas de vinho (...) legiões de porcos e carneiros, nuvens de patos (...) Orçava-se em 30 mil o número dos eclesiásticos, com um rendimento total avaliado em 6 mil contos – quando o orçamento tinha como receita 6 mil contos.

Em Espanha, era o mesmo espetáculo:

> Só o bispado de Calahorra contava 17 mil clérigos – tão dignos de castigos, diz Cabrera, que o lugar de alcaide da prisão episcopal valia 1.500 ducados. A cleresia representava um quarto da população adulta; por um censo feito sob Filipe II: eram 312 mil padres, 200 mil clérigos de ordens menores e... 400 mil frades. A população baixou de 10 milhões a 8.

Sob Filipe III, havia ali "988 conventos de mulheres, e 32 mil frades pedintes. O número dos mosteiros triplicara durante os 50 anos que precederam 1624, e o número dos frades cresceu numa proporção ainda mais forte. O recenseamento de 1788 dá um total de 1.221.000 padres, soldados, nobres, advogados, empregados do fisco, estudantes e criados, sobre 3.800.000 homens, ao todo, e dos quais ainda se deve deduzir a massa dos mendigos e vagabundos". [20] A indústria perece, desaparece, quase.

> A terra verga sob o peso dos impostos, a indústria cai em ruínas. Em Sevilha, havia no tempo de Carlos V 16 mil teares de seda e lã. À morte de Filipe 111 há 400 apenas. Em 1574, já não se explora o azougue... As minas Guadalcanal perderam-se porque os engenheiros as deixaram inundar. Filipe II mandara fechar as minas de Espanha para que não diminuíssem de valor os metais vindos das colônias – as de casa em todo o tempo se podiam explorar...

V

Está excessivamente demonstrado o parasitismo peninsular. Vimos qual foi a sua marcha: período de educação agressiva, em que a depressão é um epifenômeno; período de expansão depredadora, da guerra pela rapina e

[20] Roscher, *Príncipes d'economíe polítíque,* t. 11, p.144.

pelo saque; período de fixação sedentária. É esta mesma a marcha do parasitismo nos organismos biológicos: ataques fortuitos, que desenvolvem o gosto pelas depredações, depredações sistemáticas, fixação – parasitismo sedentário. Nesta condição, advém sempre ao parasita a degeneração: uma decadência progressiva de todo o organismo, de todas as faculdades, menos do aparelho reprodutor... Sobreveio, a estas nações peninsulares, a degeneração fatal ao parasita sedentário?... Se manifestou essa degeneração, e se ela vem em seguida ao regime parasitário a que tais povos se afizeram, impossível será desconhecer que ela é efeito deste mesmo regime.

VI

É ocioso buscar mais provas dessa degeneração nas nacionalidades ibéricas. Ela se traduz pelo abatimento e pela decadência em que se acham ainda hoje aquelas nações. Nas páginas que acabamos de transcrever a degradação transparece em todas as linhas. Cada um dos fenômenos de adaptação das sociedades peninsulares a esta vida parasitária é um indício de degeneração. Ela se manifesta em todos os gêneros de atividade.

As sociedades não podem suspender a sua evolução. No momento em que, em defesa dos seus interesses, as classes dominantes se obstinam em não progredir, em conservar as coisas para todo o sempre no mesmo estado, a sociedade – que não é possível fazer parar – entra a retrogradar. Um século de estagnação política, de conservantismo sistemático, é um século de regresso social. As nações da península viveram assim, não um século, mas três. No momento em que normalizaram a vida como parasitas – entenderam todos que estavam no melhor dos mundos e que o essencial era não modificar em nada a situação. A Inquisição e a Companhia de Jesus incumbiram-se de matar todas as veleidades de progresso; a história dessas duas instituições é a história da degeneração ibérica, que se vê perfeitamente retratada neste quadro, devido a um dos mais vigorosos e conscienciosos dos escritores peninsulares atuais – o Sr. Teófilo Braga.

> A uma geração de filósofos, de sábios e de artistas criadores, sucede a tribo vulgar dos eruditos sem crítica, dos acadêmicos, dos imitadores. Saímos de uma sociedade de homens vivos, movendo-se no ar livre: entramos num recinto acanhado – séculos XVII e XVIII – e quase sepulcral, com uma atmosfera turva pelo pó dos vermes

velhos e habitada por espectros de doutores. A poesia, depois da exaltação febril, falsa e artificialmente provocada, de Góngora; depois da afetação dos conceitos (que ainda mais revelava a nulidade do pensamento), cai na imitação servil e ininteligente da poesia latina, naquela escola clássica, pesada e fradesca, que é a antítese de toda a inspiração e de todo o sentimento. Um poema compõe-se doutoralmente, como uma dissertação teológica. Traduzir é o ideal: inventar considera-se um perigo e uma inferioridade: uma obra poética é tanto mais perfeita, quanto maior número de versos contiver traduzidos de Horácio, de Ovídio. Florescem a tragédia, a ode pindárica e o poema herói-cômico, isto é, a afetação e a degradação da poesia. Quanto à verdade humana, ao sentimento popular e nacional ninguém se preocupava com isso. A invenção e originalidade, nessa época deplorável encontra-se toda na descrição unicamente galhofeira das misérias, das intrigas, dos expedientes da vida ordinária. Os romances picarescos espanhóis e as comédias populares portuguesas são os irrefutáveis atos de acusação que, contra si mesma, nos deixou essa sociedade, cuja profunda desmoralização tocava os limites da ingenuidade e da inocência no vício. Fora desta realidade pungente, a literatura oficial e palaciana espraiava-se pelas regiões insípidas do discurso acadêmico, da oração fúnebre, do panegírico encomendado – gêneros artificiais, pueris, e, mais que tudo, soporíferos. Com um tal estado dos espíritos o que se podia esperar da Arte? Basta erguer os olhos para essas lúgubres moles de pedra, que se chamam o Escorial e Mafra, para vermos que a mesma ausência de sentimento e invenção, que produziu o gosto pesado e insípido do Classicismo, ergueu também as massas compactas e friamente corretas, na sua falta de expressão, da arquitetura jesuíta. Que triste contraste entre essas montanhas de mármore, com que se julgou atingir o grande, simplesmente porque se fez o monstruoso, e a construção delicada, aérea, proporcional e, por assim dizer, espiritual dos Jerônimos, da Batalha, da Catedral de Burgos! O espírito depravado da sociedade, refletiu-o a Arte, com uma fidelidade desesperadora, que será sempre, perante a história, uma incorruptível testemunha de acusação contra aquela época de verdadeira morte moral. Essa morte não invadira só o sentimento, a imaginação, o gosto: invadira também, invadira sobretudo a inteligência. Nos últimos dois séculos não produziu a península um único homem superior, que se possa pôr ao lado dos grandes criadores da ciência moderna: não saiu da Península uma só das grandes descobertas intelectuais, que são a maior obra e a maior

honra do espírito moderno. Durante 200 anos de fecunda elaboração, reforma a Europa culta as ciências antigas, cria seis ou sete ciências novas, a anatomia, a fisiologia, a química, a mecânica celeste, o cálculo diferencial a crítica histórica, a geologia: aparecem os Newton, os Descartes, os Bacon, os Leibniz, os Harvey, os Buffon, os Ducange, os Lavoisier, os Vico: – onde está, entre os nomes destes e dos outros verdadeiros heróis da epopéia do pensamento, um nome espanhol ou português? Que nome espanhol ou português se liga à descoberta de uma grande lei científica, de um sistema, de um fato capital? A Europa culta engrandeceu-se, nobilitou-se, subiu sobretudo pela ciência; foi sobretudo pela falta da ciência que nós descemos, que nos degradamos, que nos anulamos. A alma morrera dentro em nós completamente.

Pelo caminho da ignorância, da opressão e da miséria, chega-se naturalmente, chega-se fatalmente, à depravação dos costumes. E os costumes depravaram-se com efeito. Nos grandes, a corrupção faustosa da vida da corte, onde os reis são os primeiros a dar o exemplo do vício, da brutalidade, do adultério: Afonso VI, João V, Filipe V, Carlos IV. Nos pequenos, a corrupção hipócrita, a família do pobre vendida pela miséria aos vícios dos nobres e dos poderosos. É a época das amásias e dos filhos bastardos. O que era então a mulher do povo em face das tentações do ouro aristocrático, vê-se bem no escandaloso Processo de nulidade do matrimônio de Afonso VI e nas Memórias do cavalheiro de Oliveira. Ser rufião é um ofício geralmente admitido, e que se pratica com aproveitamento na própria corte. A religião deixa de ser um sentimento vivo, torna-se uma prática, ininteligente, formal, mecânica. O que eram os frades sabemo-lo todos: os costumes picarescos e ignóbeis dessa classe são ainda hoje memorados pelo Decamerão da tradição popular. O pior é que esses histriões tonsurados eram ao mesmo tempo sanguinários. A Inquisição pesava sobre as consciências como a abóbada de um cárcere. O espírito público abaixava-se gradualmente sob a pressão do terror, enquanto o vício, cada vez mais requintado, se apossava placidamente do lugar vazio que deixava nas almas a dignidade, o sentimento moral e a energia da vontade pessoal, esmagado, destruído pelo medo. Os casuístas dos séculos XVII e XVIII deixaram-nos um vergonhoso monumento do requinte bestial de todos os vícios, da depravação das imaginações, das misérias íntimas da família, da perdição dos costumes, que corroía aquelas sociedades deploráveis. Isto por um lado; porque, pelo outro, os casuístas mostram-nos

também a que abaixamento moral chegara o espírito do clero, cavando todos os dias esse lodo, revolvendo com afinco, com predileção, quase com amor, aquele montão graveolente de objeções. Todas essas misérias íntimas refletem-se fielmente na literatura. O que era no século XVII a moral pública vê-se (e com todo o relevo de uma pena sarcástica e inexorável) na Arte de furtar do padre Antônio Vieira. Enquanto aos documentos para a história da família e dos costumes privados, encontramo-los na Carta de guia de casados de Francisco Manuel, nas farsas populares portuguesas, e nos romances picarescos espanhóis. "O espírito peninsular descera, de degrau em degrau, até ao último termo da depravação".

Mais alguns extratos, que completem esse quadro de decadência. Os povos:

> (...) afogados, extenuados, cadavéricos, já sem alma, nem pensamento, nem vontade (...). Da população restava, apenas, a baba vil como os limos e restos que a onda abandona com desprezo quando vai fugindo da praia (...) um povo macilento e inerte, com a cabeça oca, os lábios sempre ocupados a rezar ladainhas e rosários (...) uma sombra apenas, fantasma sem fisionomia nem caráter, passivo, obediente, nulo, idiota, beato (...) Governo, exército, diplomacia eram coisas quase fantásticas, sem base, efêmeras, que viviam de fórmulas e convenções, apenas, divorciados da natureza (...) A perversão dos instintos, o vazio das inteligências, a maldade imbecil e a carolice piegas e *lúbrica* retratavam a primor o estado caduco do corpo da nação amortalhada num sudário de brocados de sacristia (...) a nação estava decrépita e doida.

Gente ociosa, corrillera, pendenciera, tahura, que hace de las mujeres públicas ganancia particular, diz Hurtado de Mendoza, das populações espanholas. Nessa mesma Espanha, a Universidade de Salamanca se obstina contra a ciência moderna: "Nada ensena Newton para hacer buenos lógicos o metafísicos; e Gassendi y Descartes no van tan acordes como Aristoteles con la verdad revelada". Em Portugal, o culto da ignorância não é menos intransigente: "Não havia nem um geógrafo, nem um cosmógrafo; o tipo do desembargador tornara-se universal nos cargos, absoluto na inépcia e na sonolência, de uma nação que nada sabia (...) Os capítulos dos Três-Estados pedem a abolição dos estudos de Coimbra..."

Esta decadência intelectual não pode admirar a ninguém – é fatal: "Em matéria social, a degenerescência parasitária é antes de tudo cerebral.[21] São as faculdades intelectuais que se atrofiam..." Entre os sintomas dessa degeneração, há um outro que vem afirmar categoricamente a sua estreita relação com o parasitismo. É a extensão dos vícios genesíacos: "Já em tempos anteriores, um professor belga, viajando na península, escrevia. Vênus é, em toda a Espanha, exatamente como outrora em Tebas. O rufião, o pícaro são agora os genuínos sucessores do herói e do soldado". É natural essa perversão; no parasita degenerado, atrofiam-se todos os órgãos, para dar lugar ao desenvolvimento exagerado do aparelho genital. A prole não vingará, ele não terá descendência; mas o exagero, ou melhor, a perversão dos instintos genitais, é fatal. São lendárias e célebres as orgias e depravações dos representantes das aristocracias e mais classes privilegiadas.

Esta decadência procede diretamente do parasitismo – à custa do qual viviam essas nações. Por uma espécie de decoro, de pejo retrospectivo, os sociólogos da península nem sempre o reconhecem, e buscam razões quase místicas que expliquem a degeneração: "...O cansaço depois da grande obra e as conseqüências dela. Toda a energia, vencida, se perverte, e assim a Espanha, além de sofrer das conseqüências gerais, desorganizadoras, provoca das pelas descobertas, sofria particularmente da perversão do espírito com que nobre e entusiasticamente avassalara a Europa". Esta estirada logomaquia trai bem o esforço para encobrir em fórmulas pomposas o fato brutal, evidente. É mesmo extraordinário este trabalho todo para dissolver em laboriosas abstrações uma causa tão simples e natural.

VII

Quando começou a colonização da América, já as nações peninsulares estavam viciadas no parasitismo, e o regime estabelecido é, desde o começo, um regime preposto exclusivamente à exploração parasitária. Desde o início da colonização, o Estado só tem um objetivo: garantir o máximo de tributos e extorsões. Concedem-se as terras aos

---

[21] J. Massart, E. Vandervelde. *Parasitisme organique el parasitisme social.*

representantes das classes dominantes, e estes, aqui – pois não vêm para trabalhar – escravizam o índio para cavar a mina ou lavrar a terra. Quando ele recalcitra ou se extingue, fazem vir negros africanos, e estabelece-se a forma de parasitismo social mais completa, no dizer de Vandervelde. Do ouro tira-se o quinto para a metrópole; tributa-se o açúcar, monopoliza-se o comércio; e corre para a mãe-pátria um caudal de riqueza. Todo o mundo vive dessa riqueza, ou diretamente – explorando na colônia o trabalho escravo, ou indiretamente sobre o Estado; não se compreendia viver de outra forma. Quem não tem ainda função ativa entre os exploradores, não trata de outra coisa senão de colocar-se. Nas metrópoles, as cortes se desenvolvem, crescem, proliferam, alastram, até abranger todas as classes aristocráticas; multiplicam-se os cargos e prebendas hereditárias; há uma pensão para cada nobre. Em torno de cada senhor se forma uma corte secundária, porque todo o mundo se desgosta das profissões modestas e laboriosas, e quem não pode montar casa, só busca agregar-se a um grande solar qualquer, onde, sem trabalhar, possa alcançar um meio de vida e uma situação. É como nos tempos da decadência romana. Mommsen salienta bem essa proliferação de parasitas: "Ociosos – ardelions – sempre pressurosos, prontos a todas as tarefas, cavalheiros de indústria, famintos, à cata de um repasto, mendigos em andrajos e em savatas, todo um mundo que acha cômodo e digno viver às expensas de qualquer dos grandes personagens, subsistindo pelo seu favor e esmolas". Os campos são abandonados; os poucos proprietários que ainda fazem trabalhar as suas terras mantêm os domínios numa semi-servidão; as populações rurais vivem numa ignorância absoluta, agitadas pelas superstições mais grosseiras. Todo o mundo corre para as cidades, e a cidade é o parasitismo, pois que não há indústria, não há trabalho. Os conventos se enchem, a Igreja abrange todo o resto da nação que não está agregado ao Estado. Este, porém, vasto como é, não representa nenhum serviço de utilidade pública. Compreende apenas: a força pública – para manter a máquina de exações; a justiça – para condenar; a corte e os empregados do fisco. Todo o pensamento político se resume em conservar as coisas como estão, em manter a presa. Para isto, fecham-se as colônias completamente, absolutamente, ao resto do mundo; toda a sua produção tem de passar pela metrópole, que deve tirar a sua parte.

Não há na sociedade da metrópole uma classe, um órgão, que não participe dessa vida parasitária a que se entregou a nação. Ela apresenta o

todo perfeito de um organismo social preso a outro, sugando-o. E o pior é que parte deste organismo degenerado transborda necessariamente sobre a colônia, e vai viver lá: são os agentes da administração, os representantes dos monopólios, e os próprios colonos em grande parte. Quer na lavoura agrícola, quer na mineração, o regime adotado é exclusivamente a exploração do trabalho escravo. As fazendas são espécies de latifúndios romanos, onde trabalham centenas, milhares de negros e índios. Muitos dos senhores colonos, na posse e no gozo de vastos domínios agrícolas ou copiosas minas, passam grande parte do tempo na metrópole, ou lá residem normalmente, e lá esbanjam a riqueza que arrancam ao escravo, à força de chicote e maus tratos. Amparada pelo Estado – ou melhor, amparando-se um ao outro – a Igreja estende a sua trama sobre a nova sociedade que se vai formando; escraviza os espíritos, assegura a obediência das populações, semeia superstições, de modo a tornar quase impossível qualquer tentativa de reforma e progresso social. É a escravidão absoluta, intelectual e moral. Ao mesmo tempo, explora como pode o trabalho das pobres raças escravizadas, enriquece com ele, e lá vai para Roma, ou para onde for mister, todo o fruto do trabalho de milhares e milhares de índios e negros.[22]

Todos esses órgãos, que se projetam da metrópole sobre a colônia, são os dispositivos próprios a facilitar a exploração da presa. Tais órgãos se desenvolvem e se aperfeiçoam cada vez mais, à proporção que o parasitismo mais se acentua. Nos fenônemos de degeneração parasitária, esse desenvolvimento dos órgãos de sucção tem uma significação categórica. Na transição do parasitismo depredador para o sedentário, atrofiam-se todos os outros órgãos e aparelhos internos e dos sentidos, ao mesmo tempo que se desenvolvem os colchetes e ventosas que prendem e esgotam a vítima. É por isso que, nos primeiros tempos, mesmo nas colônias, não havia muito quem protestasse contra essa ordem de coisas. A sociedade colonial compreendia, então, duas classes, perfeitamente distintas – os escravos índios e pretos, e as várias sortes de instrumentos que a metrópole atirava para lá, a fim de apropriar-se do trabalho desses escravos. Só depois é que, entre uma e outra dessas duas classes, se foi formando uma terceira, que se apresentará então como o novo elemento americano. Os únicos que poderiam reclamar, se soubessem, se tivessem o direito de falar,

[22] Só uma fazenda de jesuítas, nas Antilhas, dirigida pelo padre Lavalette, possuía mais de 2 mil escravos negros.

esses, coitados! não estão em condições de provocar reformas. A colônia é parasitada; mas, mesmo dentro da colônia, o parasitismo se exerce. Em suma, a vítima das vítimas é o escravo, e este é o único que não tem voz, nem para queixar-se!...

É natural, pois, que a Espanha – Espanha e Portugal- pudesse conservar por mais de dois séculos esse regime, absolutamente, obstinadamente conservador: viviam todos muito bem acolhidos no corpo do Estado, embrutecidos no seio da Igreja. Enquanto os outros povos, segundo a evolução normal das sociedades ocidentais, passavam do viver militar ao regime industrial, e entravam na fase verdadeiramente produtora, as nações ibéricas transformavam-se definitivamente em parasitas sedentários; cerravam os olhos e tapavam os ouvidos ao progresso científico, aferravam-se a esse viver que lhes parecia o ideal – sugar! sugar! sugar!... E, de decadência em decadência, degenerando e retrogradando sempre, chegaram a perder todo o caráter primitivo, toda a originalidade própria – estética e filosófica. Momento houve em que não possuíam outras características além das que são comuns aos povos parasitas: foi o momento da desagregação, da consumpção. Então, não tinham mais forças nem para se conservar apegados às suas vítimas. Caíram como os carrapatos maduros: "Foi o acordar estonteado..." Não sabiam como tornar à vida: "(...) as idéias rodopiavam nesses cérebros combalidos por séculos de atrofia... a vista pervertida mostra-lhes coisas extravagantes; e a terra andava-lhes à roda, diante dos olhos espantosos e vítreos de moribundo..." Viveram 300 anos indiferentes à evolução que se fazia no resto do mundo, obstinados em permanecer no passado, e esse passado levou-os quase à morte...

QUARTA PARTE

EFEITOS DO PARASITISMO SOBRE AS NOVAS SOCIEDADES

SEÇÃO A – EFEITOS GERAIS

Natureza desses efeitos

> O pastor não sabe viver senão à custa do rebanho.
> *Mircia Rossetti*

I

O regime parasitário sob o qual nasceram e viveram as colônias da América do Sul influiu naturalmente sobre o seu viver posterior, quando já emancipadas. Há no caráter das novas nacionalidades uma série de qualidades – vícios – que são o resultado imediato desse mesmo regime imposto pelas nações ibéricas. Essas qualidades traduzem a influência natural do parasita sobre o parasitado, influência constante, fatal mesmo, nos casos de parasitismo social, máxime quando o parasitado procede diretamente do parasita, quando é gerado e educado por ele.

Esta influência revela-se, no caso das colônias latino-americanas, por duas ordens de efeitos: efeitos gerais e efeitos especiais. Os primeiros representam as modificações e perturbações que ocorrem ao organismo parasitado, pelo simples fato de que ele é parasitado: são comuns em todos os parasitismos.

Tais efeitos – gerais – compreendem três ordens de manifestações: o enfraquecimento do parasitado; as violências que se exercem sobre ele, para que preste uns tantos serviços ao parasita – além do encargo capital de nutri-lo; finalmente, a adaptação do parasitado às condições de vida que lhe são impostas.

Estas são as condições que acompanham todo o regime parasitário – orgânico ou social.

Quanto à primeira manifestação – enfraquecimento: não será preciso esforço para fazer sentir o como se deve enfraquecer um organismo que é sugado e esgotado por outro, que à custa dele se nutre e vive. Por vezes, o enfraquecimento é tal que a vítima sucumbe; o quadro das moléstias parasitárias é bastante grande e expressivo a este respeito. Nos organismos sociais, não é menos sensível esse enfraquecimento, que chega até a produzir a morte dos grupos parasitados. Quando as vespas parasitas se introduzem num cortiço, acabam muitas vezes aniquilando-o: elas não fazem mais que piratear sobre o trabalho das laboriosas abelhas e viver à custa deste trabalho; mas a colméia, obrigada a um excesso de despesa, precisa duplicar a tarefa; fatigam-se as pobres operárias, que, no entanto, passam a alimentar-se menos, porque o melhor do mel é roubado; e devido a estas duas causas – excesso de trabalho e deficiência de alimentação – debilitam-se de mais em mais as abelhas, adoecem umas após outras, e o cortiço se vai despovoando; em breve está extinto. Quando um enxame de traças de rapina cai sobre um formigueiro, produz sobre ele o efeito de uma epidemia. “As formigas perecem uma a uma, e no caminho do cemitério não se vêem mais que cadáveres, transportados à fossa comum; as galerias tornam-se desertas. Breve, as formigas vivas não bastam para o serviço fúnebre, e os cadáveres ficam pelas câmaras e galerias, até o momento em que os últimos habitantes acabam também por perecer”. Tais são os termos pitorescos com que Paul Combes (*Les Civilisations animales*) descreve esse flagelo. O parasitado sofre, não só pelo excesso de trabalho e deficiência de alimentação, como pela coação direta, que o força a deixar espoliar-se. O parasita, não tendo outra função senão esta – de esgotar a sua vítima, possui normalmente órgãos poderosíssimos para prendê-la e subjugá-la:

> “Nas termíforas, observa Wasmann, os palpos maxilares se desenvolvem enormemente e formam verdadeiros malhos, destinados a bater sobre as térmitas a fim de lhes fazer compreender que devem passar-lhes os alimentos, a elas, termíforas”.

Nas próprias sociedades humanas ocorrem freqüentemente fatos análogos. Com as desigualdades sociais e as iniqüidades e vícios das instituições presentes, o regime normal é que uma parte da sociedade viva parasitariamente do trabalho da outra. Todavia, estabeleceu-se um certo equilíbrio, e as classes parasitadas têm a sua sobrevivência garantida no fato de que a extensão dos instintos egoísticos das classes parasitas, o ócio, a devassidão, a degeneração em suma, que se manifestam fatalmente sobre os

exploradores, mantêm estes últimos numa situação de relativa inferioridade. A este fato se deve também que as nações não desapareçam, não se degradem e decaiam à medida que decaem e se degradam os membros das classes superiores: porque as classes inferiores, não parasitas, vão fornecendo novos elementos para substituir a esses que desaparecem, devorados pela degeneração parasitária[23] Mais de uma vez, porém, este equilíbrio se rompe, e as classes inferiores são devoradas também, diretamente ou indiretamente, pelo parasitismo; e, então, a nação decai de todo; pode mesmo desaparecer. Em certos casos, é porque a rapacidade, a exploração das classes superiores é tão feroz e bárbara que vem a matar de fome e de cansaço – de miséria, em suma – a classe parasitada, ao mesmo tempo que a tirania e o autoritarismo a mantêm na ignorância e abjeção primitivas. Muitas das nações orientais pereceram assim, rolando de decadência em decadência, até serem escravizadas por outras. Em outros casos, é porque as próprias classes inferiores caem também no parasitismo, e têm assim de sofrer os mesmos efeitos degenerativos que as classes elevadas. Tal é o que sucedeu em grande parte nas sociedades peninsulares. Ocorre ainda que, mesmo neste caso, intervêm a tirania e o autoritarismo egoístico-conservador – essencial e característico das classes parasitárias, para reduzir a massa popular à ignorância e à abjeção.

Em certos casos, se o parasitismo feroz de um grupo sobre outro não produz o aniquilamento deste último, trazendo como resultado final o aniquilamento total da sociedade, é porque o grupo explorador conseguiu renovar a sua provisão de vítimas. Tal é a história da escravidão no Brasil e nas outras partes da América. Os pobres pretos eram literalmente devorados pelo chicote, sacrificados pela alimentação insuficiente e pelo excesso de trabalho. A população negra não atinge hoje, no Brasil, a dois milhões; se não fora esse extermínio, ela seria superior, talvez, à população branca.[24]

---

[23] V. cap. “Causa da degeneração”.

[24] Não tenho à mão todas as cifras sobre a importação de negros no Brasil; tenho dados somente sobre o período de 1759 a 1803, e o de 1807 a 1847, quando já estava condenado o tráfico. Pois bem, só nesses 86 anos entraram no Brasil 2.444.000 negros escravos. Ora, a importação de escravos durou 300 anos, e *nos primeiros anos da companhia do Grão-Pará a importação no Brasil chegou a 100 mil por ano!...*

II

É fato inegável verificado que o parasita obriga sempre a sua vítima a prestar-lhe uns tantos serviços acessórios. Geralmente, no parasitismo orgânico, a presa é forçada a conduzir o seu hóspede, a alojá-la, defendê-lo, e garantir-lhe a reprodução. Introduzindo-se sob os segmentos da cauda do caranguejo, a *succulina* não só o explora, vivendo à custa dele, como o leva, por manobras adequadas, a dobrar sobre ela esses anéis que, em circunstâncias normais, servem justamente para abrigar os ovos do *decápode*. Com isto, o caranguejo não só é obrigado a alojar e defender o seu parasita, como ainda se vê reduzido à esterilidade. O caso é mais notável ainda nos caranguejos machos, cujos segmentos caudais são imóveis – pois que o animal não tem oveiro a proteger; no entanto, levado pelos artifícios da *succulina* o crustáceo modifica o apêndice caudal, dobra-o sobre o parasita; tal como as fêmeas.

No parasitismo social encontram-se fenômenos análogos.

As formigas escravas são obrigadas a trabalhar para as parasitas, a defendê-las, e até a carregá-las entre as mandíbulas, quando se faz precisa uma migração. Nas sociedades humanas, nós vemos os indivíduos das classes serem, não só explorados no seu trabalho pelos grupos superiores, como compelidos a defendê-los nas guerras, a elegê-los para os cargos públicos etc. Com os explorados das colônias o caso é mais frisante: chegando ao México, os aventureiros espanhóis, ao mesmo tempo que, a ferro e fogo, arrancavam os tesouros ao índio, obrigavam também a fazer-se soldado nos seus exércitos, para ir atacar e saquear outras vítimas. Era com o auxílio das próprias populações parasitadas que as metrópoles defendiam os seus privilégios coloniais contra as rivais.

Três foram os ataques sérios que sofreu o Brasil colonial – franceses, ao Norte e ao Sul, e dos holandeses, em Pernambuco; e foi sempre com o auxílio decisivo das populações naturais, principalmente dos índios, que os portugueses puderam repelir os invasores: “Mais de 2 mil indígenas lograram os chefes – Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos – anexar à sua expedição (contra os franceses do Maranhão), ao passo que os portugueses não passavam de 600”. Ao Sul, no Rio de Janeiro, todo o esforço dos portugueses era no sentido de chamar a si as populações índias,

das quais uma parte – Tamoios – estava aliada aos franceses. Só quando o indígena veio prestar mão forte às gentes da metrópole, puderam elas vencer os seus competidores. Salvador Correia, o capitão lusitano, salvo, pelos índios intrépidos e generosos, de afogar-se quando investia contra os navios franceses nos mares do Sul, é o símbolo de Portugal defendido e salvo pelo americano, sua vítima e sustentáculo.[25] Na luta contra o holandês o mesmo fato se nota.

Foram os pernambucanos – negros e índios, Tapuios principalmente – que defenderam Pernambuco, e o reconquistaram para Portugal. Isto, para os pernambucanos, representava todavia uma vantagem, porque, dos dois parasitismos – o que já existe, e o que se propõe a substituí-lo – é preferível o primeiro, ao qual a vítima já está adaptada. Turgot lembra, com acerto, que ninguém defende melhor os usurários que as suas vítimas. Nas fazendas e minas da América, os senhores metiam um chicote nas mãos de um dos escravos – o feitor – para que forçasse os outros a trabalhar o mais possível.

III

As modificações adaptativas do parasitado são também de tal modo evidentes que se dispensam demonstrações demoradas. Um organismo – qualquer que seja, para que viva, tem de adaptar-se às condições de existência que se lhe oferecem. Se estas condições variam, ele tem de modificar a estrutura ou as funções no sentido que lhe for indicado por essas variações do meio. Quando tais variações são muito bruscas, violentas ou extensas, e o organismo não consegue adaptar-se a elas, está ele condenado a morrer. Se um ser vivo qualquer é invadido por um parasita, ou se adapta a estas novas e precárias condições de vida ou perece – caso não consiga, antes, desembaraçar-se do parasita. Em qualquer modo, desde que haja a invasão parasitária, há pelo menos um começo de adaptação. O indivíduo em cujo intestino se aloja uma tênia, mesmo quando se sente

[25] No ataque aos franceses, em Cabo Frio, em 1567, foi Salvador Correia contra uma nau francesa; ele próprio dirigia a ação: “A nau fora temerariamente investida por muitas canoas de portugueses e gentios seus aliados, que Estácio de Sá em pessoa os comandava. Em duas ou três ocorrências Salvador Correia perdeu o equilíbrio, correra o risco de afogar-se nas ondas do mar e fora delas salvo e arrancado pelos indígenas que nadaram com afoiteza e segurança”.

enfermo e trata de expulsá-la – mesmo neste caso, se adapta ao novo viver que lhe é dado; cresce-lhe o apetite; e se chega a expulsar o cestóide, antes de voltar ao estado normal, sente um certo desequilíbrio, *até adaptar-se de novo à saúde*. Apenas, esta última adaptação é muito mais fácil que a primeira.

Nos organismos sociais inferiores, as cochonilhas se adaptam de tal forma a ser parasitadas pelas formigas, que perdem até a faculdade de desembaraçar-se por si mesmas do líquido açucarado de que, sobre elas, se alimentam as formigas parasitas. Os grupos humanos oferecem-nos grande número de exemplos análogos. As classes inferiores e mecânicas se adaptaram a viver em condições de pobreza, desconforto e miséria que parecem incompatíveis com a vida. Os escravos negros – coagidos pelo açoite – adaptaram-se, habituaram-se a trabalhar o mais possível e a viver com o mínimo de conforto de alimentação; os que se não afaziam a isto pereciam. Assim morreram os milhões de africanos importados para engordar os colonos espanhóis e portugueses.

Há casos em que a adaptação vai até ao sacrifício do parasitado ao parasita. Giard observou que certos anelídeos que hospedam larvas parasitas (de Monstrillides – copepodos) autonomizam-se para pôr em liberdade o parasita, quando este chega ao ponto em que precisa mudar de vida e de hóspede; quer dizer: a vítima leva a sua adaptação ao extremo de, por um movimento automático, seccionar uma porção do seu próprio corpo, a fim de garantir a evolução vital do parasita.[26]

Expressão desses efeitos na vida econômica, política, intelectual e moral

I

Essa influência, de caráter geral, do parasitismo das metrópoles sobre o organismo das colônias, alcança todas as manifestações da vida coletiva no seu quádruplo aspecto: econômico, político, social e moral. Pela análise

[26] *Sur l'autotomie parasitaire,* C. R. de la Soc. de Biol.. Paris, t. IV, p.380.

que acabamos de fazer, demonstramos que teoricamente estes efeitos gerais são uma conseqüência fatal do parasitismo; vimos que a influência geral se exerce em três sentidos. Vamos ver agora, por uma demonstração prática, como se reflete ela sobre cada uma dessas categorias de fatos, já enumerados: econômicos, políticos, sociais propriamente ditos e morais.

São os efeitos econômicos os mais sensíveis nesse regime de colonização parasitária. Pode-se mesmo dizer que são os efeitos primordiais, aos quais se ligam os outros como efeitos secundários. Em si, o parasitismo das metrópoles, como o parasitismo social em geral, é um fenômeno de ordem econômica, cujos efeitos se refletem sobre toda a vida social. Esta afirmação equivale a um truísmo.

Por isto – pela importância desses efeitos econômicos – é mister insistir um pouco nos fatos que a eles se ligam. Não tanto para fazer a prova de tais fatos – evidentes por si mesmo, mas para mostrar como eles provocam os outros vícios, defeitos, anomalias e perversões, de que sofrerão as futuras nacionalidades, tanto na sua vida política, como na sua evolução moral e social; para fazer sentir bem como todas essas anomalias e vícios derivam, direta ou indiretamente, dos do parasitismo da metrópole.

Busquemos a vida econômica da colônia no seu início.

Aqui chegando, os aventureiros espanhóis tinham como empenho primeiro recolher todo o ouro – todas as riquezas acumuladas. Elas não eram fantásticas como as que os portugueses encontraram na Índia; cifravam-se em algumas toneladas de ouro, ao Norte e ao Sul do istmo – México e Peru. Mas este ouro colheram-no, não com a simplicidade e tolerância de um visitante noturno, que faz deslizar à gazua a lingüeta da fechadura, apanha o que lá existe na burra, e vai embora mansamente, deixando à vítima a vida, o imóvel, os meios em suma de trabalhar ainda, e refazer de alguma sorte a existência. Há quem se limite a isto: são os bandidos e gatunos vulgares; os heróis procedem de modo mais radical. É este, mesmo, o único traço distintivo entre o herói conquistador e o ladrão noturno. O processo dos capitães ibéricos, na América, não foi nem mesmo o da vespa preguiçosa e agressiva, que invade a colméia pacífica e se farta de mel alheio, matando, destruindo as abelhas que se lhe querem opor, mas que, em todo caso, deixa subsistir o cortiço; que será aproveitado pelas sobreviventes. Não; aqui chegando, eles encontraram impérios constituídos, populosos, civilizações vivazes; e, para se apoderarem de alguns

carregamentos de ouro, destruíram tudo, tudo. Esse proceder não podia deixar de trazer conseqüências consideráveis para a vida econômica das futuras sociedades coloniais.

Consideremos, em primeiro lugar, os efeitos do saque em si. Imagine-se que essa riqueza roubada ao inca e aos astecas, ou uma parte pelo menos desses cabedais, houvesse ficado aqui e aqui tivesse achado emprego; e que esses cabedais, guiados pela inteligência de uns e pela experiência de outros – naturais e adventícios – tivessem sido aplicados em melhorar a produção nas novas colônias, para constituir a base da vida econômica de uma sociedade estável... Se tal sucedesse, o desenvolvimento das colônias e a sua situação atual seriam bem outros. Mas não era isto o que estava no pensamento dos conquistadores, senão enriquecer, por qualquer forma, por qualquer meio. Toda a riqueza existente passou para a metrópole; e não era tão pequena que fosse para desprezar...

Todavia, não foi esta a perda mais sensível nesse desbarato das nações americanas, devoradas pela Espanha. O pior do caso é que, para haver esse ouro, os aventureiros da península destruíram tudo que aqui encontraram. O mais sensível e lastimável é a perda do milhões de indivíduos – homens aptos, dos mais aptos entre os nativos da América; homens que não eram mais o selvagem descuidoso, sem educação social, sem hábitos de trabalho, vivendo miseravelmente dos recursos naturais da selva e dos rios. Não; eram homens que tinham alcançado um estado de civilização superior, homens cujo esforço inteligente havia produzido e acumulado riquezas e monumentos, capazes de desvairar os invasores famintos. A conservação de tais indivíduos, ou melhor, a conservação de tais povos e civilizações, respeitados os seus direitos naturais, permitindo-lhes o desenvolverem-se segundo o seu gênio e caráter, aproveitando-se o concurso, a iniciativa, a inteligência dos adventícios – isto teria trazido à vida econômica das novas sociedades, saídas da fusão e assimilação de uns e de outros, elementos preciosos de progresso e de estabilidade. Com as populações exterminadas, desapareceu tudo que elas sabiam sobre as coisas deste continente, toda a sua experiência, tudo, enfim, que representava uma perfeita adaptação à natureza americana. E as que não foram destruídas – ameaça das, escravizadas, cheias de ódios, fugiram para as brenhas, e converteram-se logo em elemento perturba dor da vida econômica da colônia, praticando depredações, provocando lutas, exercendo represálias, em que se consumiram inutilmente vidas e energias.

II

Iniciada assim, essa colonização feroz não podia mais voltar atrás; naturais e adventícios estavam incompatibilizados para constituir uma sociedade com hábitos de trabalho pacífico. A ganância do colono e a voracidade da metrópole eram insaciáveis: "(...) Para as colônias espanholas e portuguesas vinham, via de regra, aventureiros e especuladores gananciosos, sem outro pensamento que não fosse o de enriquecer depressa e sem muito trabalho". Esgotados os tesouros já feitos, adotaram o processo sumário de escravizar os naturais e enriquecer à custa deles, com o seu labor. Os governos, por sua vez, arranjaram logo a máquina administrativa de modo a sugar a colônia o mais possível. Não havia outra preocupação. Os territórios e os privilégios eram dados ou vendidos segundo os interesses da corte ou dos seus representantes. Senhor do território, apossado da mina, o colono só pensava em arrancar deste eldorado o máximo de riqueza, no menor prazo possível. Para isto ele era livre de empregar os processos que quisesse, contanto que o fisco contasse com a sua parte. Português ou espanhol, ele vinha para entesourar e não para trabalhar; e era logo a caça implacável ao índio. Sob a desculpa de que eram antropófagas algumas tribos, a metrópole estabeleceu a venda dos índios capturados – estava normalizado o cativeiro, estava sistematizado o parasitismo, na sua forma ideal: uns a trabalhar e outros a engordar e a gozar. Assim se completou a perversão da vida econômica nas novas sociedades. Tendo provado o fruto do trabalho escravo, os colonos não voltariam mais atrás; onde o elemento índio era escasso ou onde ele foi exterminado, logo o substituíram pelo escravo africano.

A escravidão na América, com o ser uma perturbação à evolução normal do trabalho – que já era, geralmente, livre e pacífico em todo o Ocidente (deixemos de lado, por ora, a moral e a justiça) – a escravidão produziu aqui males especiais. Estabelecidos em terras feracíssimas, ou em face da mina, e não tendo outro intuito que o lucro imediato, o colono encontrou na escravidão o processo sonhado: algumas centenas de escravos e um chicote para cada turma – eis tudo que lhe era preciso. Ele não tinha que apurar a inteligência, nem desenvolver atividade. Se os lucros não lhe pareciam bastantes, era só aumentar o número de escravos. Já ignorante, já retrógrado por educação, como iria ele pensar em modificar os processos de produção, aperfeiçoar instrumentos de trabalho, dar tratos ao talento para achar lavouras mais remuneradas, quando tinha um meio seguro, infalível e

simples – crescer o número de escravos?.. E era isto o que se fazia. Fazendas, explorações minerais, havia onde os escravos se contavam por milhares. Camisa e ceroulas de algodão grosseiro, um chapéu de palha – algodão que os próprios escravos plantavam e teciam, chapéu trançado por eles mesmos, uma medida de farinha, um naco de carne, tirado ao trabalho do mísero cativo: eis o preço do trabalho para o colono. E o produto deste trabalho, o ouro, o tabaco, o açúcar, passava todo – tirada a parte do padre, do fisco e do intermediário – para o bolso do *senhor*.

III

É esta a síntese da vida econômica das novas nacionalidades por todo o tempo de colônia: o senhor extorquindo o trabalho ao escravo, o negociante, o padre, o fisco e a chusma dos subparasitas, extorquindo ao colono o que ele roubara ao índio e ao negro. *Trabalhar, produzir*, só o escravo o fazia. Não havia indústria, não havia pequena lavoura. Só mais tarde se formaram, aqui e ali, núcleos de refugos, revéis, escravos fugidos, índios sobreviventes aos massacres, um ou outro branco desgarrado... e que deram origem a essas populações que, em várias partes do sertão, vêm vivendo sob o regime de um comunismo primitivo – terras de heróis, lavrando algumas nesgas de mandioca, e explorando a caça e a pesca como os selvagens de outrora, sem estímulos, ignorantes, apáticos, sem educação do trabalho, carregando os resíduos de ódios das populações martirizadas.

Tiravam-se ao escravo quatorze, dezesseis horas de trabalho por dia; mas esse trabalho se fazia segundo processos tão grosseiros e primitivos que não produzia o que se poderia produzir em três ou quatro horas de trabalho inteligente. Que importava isto ao colono? Ele via as coisas em grosso; o provérbio português – antes pilado a pilão que comprado a tostão – era a sua divisa. O essencial era que a receita lhe viesse exonerada de qualquer despesa. Àquelas inteligências sumárias, este fato se afigurava como a garantia absoluta do bom negócio – tudo é lucro Ideal!...

> Afluíam colonos, plantavam-se canaviais, construíam-se engenhos. O colono, apenas chegado, tornava posse da área que lhe era demarcada. Comprava negros, erguia a senzala e o rancho. O primeiro trabalho consistia em limpar a terra que havia de produzir o milho, a mandioca para a alimentação dos escravos. A terra produzia cento por um. A esta faina seguia-se a da construção do moinho; dois cilindros de madeira para esmagar a cana (dois, não: três), urna roda hidráulica ou um molucate para mulas ou bois corno motor. Plantava-se o canavial; (...) leva-se a cana ao engenho, tem-se a garapa para a aguardente ou o açúcar...

Esta descrição, em que Oliveira Martins, encantado, resume a exploração agrícola da colônia, é exata e quase completa. Falta-lhe dizer que era o escravo quem fazia tudo – a moenda e a senzala. Havia escravos carpinteiros, ferreiros, pedreiros, alfaiates, sapateiros... escravos tecendo, fiando, plantando; era o escravo quem construía o carro de bois, o monjolo, o moinho, a canga, o selote, a cangalha, a peneira e o pilão do mineiro... O senhor embolsava; gastava consigo, apenas. Por isso, porque o senhor não sabia o preço do trabalho (fazendas havia onde nem se alimentavam os escravos: dava-se-lhes o sábado, para com o trabalho desse dia alimentarem-se e vestirem-se!), porque não se sabia o preço do trabalho, multiplicavam-se os serviços improdutivos; cada fazenda ou centro de mineração alimentava um exército de inúteis; cada senhortinha um séqüito de parasitas: uma banda de música, um capelão, uma dúzia de lacaios, um contingente de assassinos para vingar os seus ódios e o defender contra os seus iguais (era esta a única justiça), Em cada cozinha, havia uma dúzia de escravas *doceiras*, outras tantas *assadeiras, queijeiras, biscoiteiras*... em cada varanda viviam bandos de mucamas; e em redor da casa, ou mesmo sob o teto conjugal, um harém de mulatinhas – todas as crias púberes, cujas primícias pelos costumes da época pertenciam ao *senhor*.

Só o escravo trabalhava, só ele era produtivo: "nenhum braço português tocava os engenhos, nas roças de S. Tomé ou do Brasil", E com isto resultou que o trabalho foi considerado, cada vez mais, como coisa vil, infamante. O ideal para todos era viver sem nada fazer – ter escravos e à custa deles passar a vida e enriquecer. Este ideal aí persiste como tradição. Ainda hoje, mesmo os homens que conseguiram pelo seu labor próprio e esforço pessoal uma situação social desafogada e próspera, mesmo estes, só aspiram para os filhos às profissões em que lhes parece que não será preciso trabalhar; e quando, pelas vicissitudes da fortuna, um rapaz das classes medianas se vê forçado a ganhar a vida *trabalhando*, ei-lo que emigra: "tem vergonha de trabalhar no meio daqueles que o conhecem".

Com um tal sistema de produção, e com os espíritos assim envilecidos pela ambição de riquezas, era natural que o escravo fosse

considerado como uma máquina, apenas. Os senhores não pensavam senão em tirar deles o máximo de trabalho – a tarefa medida a varas, o chicote na ponta do eito para cortar o imprudente que levantasse a cabeça da enxada. Comprado ou vendido, o negro ou o índio era um capital: o chicote, o meio de crescer-lhe o juro, o recurso para que não se extraviasse. “Fazia-se ao negro o que não é lícito fazer a nenhuma espécie de gado”. Ao moralista e ao sociólogo há de parecer impossível, ao ler as crônicas da escravidão, que entes humanos houvessem chegado ao estado de perversão moral característico e comum nos senhores de escravos. Não se trata de coisas passageiras, de ódios e cruezas que acompanham as lutas armadas. Não; é a abjeção moral definitiva, a perversidade e a desumanidade permanentes: gerações e gerações de homens que viveram a martirizar, a devorar gerações de índios e de negros escravos – pela fome, o açoite, a fadiga... Não havia nada de humano nas relações de senhor e escravo. Arrancado à selva nativa, abandonado aqui à ganância implacável do colono, o pobre africano só tinha um meio de libertar-se: a morte. Quantos milhares que aí procuraram descanso! Em certas fazendas – ainda em nossos dias, raro era o mês em que se não desciam das árvores dois, três cadáveres de negros, enforcados. Era o único meio de não pagar no tronco, na gargalheira, no almoço diário de dúzias de bolos, a tentativa de fuga...

Em tais condições, jamais se poderia formar uma população agrícola rural, ativa, vigorosa, laboriosa, educada e fortalecida pelo trabalho, filiada ao solo, interessada na produção. O trabalho consumia, devorava o trabalhador, em vez de o educar. No entanto, é mister reconhecer: uma vez atirada para aí a colônia, foi-lhe imposto persistir nesse regime. O governo da metrópole exigia para si o preciso para alimentar-se e aluvião de parasitas – toda a nação; e, na colônia, a população parasita era também enorme. Na metrópole, nada se produzia; comprava-se tudo – com dinheiro da colônia. Na colônia, só havia a produção agrícola ou mineira, tudo mais devia ser comprado. Era do trabalho agrícola ou mineiro que viviam todos; e para que ele pudesse bastar a tantos parasitas, era preciso que o trabalhador produzisse como dez e consumisse como zero.

IV

A escravidão na América do Sul foi a abjeção moral a degradação do trabalho, o embrutecimento e o aniquilamento do trabalhador; e foi também a viciação da produção, gerando males de efeitos extensíssimos, que teriam, todavia, desaparecido com o progredir normal das nacionalidades nascentes. As sociedades humanas têm energias regeneradoras de que mal desconfiamos. Na América do Norte, os estados do Sul estão, hoje, em situação bem próspera, apesar da escravidão. É que as colônias inglesas puderam organizar-se desde logo segundo convinha aos seus próprios interesses, e não foram vítimas de um parasitismo integral como esse que as metrópoles ibéricas estabeleceram para as suas colônias. Aqui, os maus efeitos da escravidão se complicaram e se agravaram com as desastrosas conseqüências dos monopólios e privilégios – os exclusivos mercantis, instituídos sobre o comércio colonial as restrições fiscais, o sistema bárbaro de tributos, o embaraço, a proibição formal às indústrias manufature iras, tornando-se impossível qualquer esforço de iniciativa particular, pela interdição de toda inovação progressista. Em matéria de vida econômica, só se permitia às colônias: o praticarem a agricultura e a mineração de certos produtos, contanto que tudo fosse comprado e vendido à metrópole, por meio de intermediários da metrópole, depois de tiradas as contribuições imediatas do fisco. O regime era tal que toda a produção da colônia tinha que passar para a metrópole; não havia como reter, como furtar uma parte que fosse. E foi de modo que, no fim de três séculos de exploração aturada, de produção intensiva e trabalho de escravo, tocado a relho, a América Latina se achou tão pobre como no dia em que os aventureiros luso-espanhóis pisaram aqui, ou mais pobre ainda. As metrópoles tinham o privilégio da exportação, do comércio enfim, de certos gêneros; tinham o monopólio da venda de uns tantos produtos, distribuíam os índios pelos feudos, distribuíam as terras; cobravam dízimos e quintos de toda a produção, fechavam as colônias ao comércio do resto do mundo e até de umas regiões com as outras, da mesma colônia; davam o preço aos gêneros. A Espanha chegava a obrigar os miseráveis índios “a comprarem objetos de luxo, tais como lenços e meias de seda, navalhas, óculos, anéis...”. Além disto – do que o governo da metrópole exigia para si – os seus representantes, lá nos domínios, extorquiam por conta própria, exploravam impiedosamente as populações.

Os vice-reis, pelo menos, nunca voltaram senão carregados de tesouros. Traficavam de toda forma, até com as próprias ordens que estavam encarregados de executar. Vendiam tudo; a questão era de preço. E, como os vice-reis, portavam-se todos os outros funcionários. Por sua parte, os comerciantes, tanto de Sevilha como de Vera Cruz, precisavam de manter essa ordem de coisas; e quando da América iam queixas contra as iniqüidades que se praticavam com os povos, esses comerciantes punham em ação o seu dinheiro e prestígio em favor do funcionário, com cuja conivência precisavam de contar. O governo de Madri não ignorava a verdade do que se ia passando; mas tinha interesse em fechar os olhos aos abusos, porque os vice-reis, para disfarçar seus lucros, aumentavam também o erário real. Apenas substituía os funcionários; o que, aliás, encontrava-se com os desejos dos mesmos, que, havendo enriquecido, o que queriam era ir gozar na pátria terra... Vieram os tributos: o quinto sobre o rendimento das minas; a a/cavala, ou imposto sobre toda a venda em grosso; o papel selado, o monopólio do tabaco, da pólvora, do chumbo, dos baralhos etc., sem contar o que cobrava a autoridade eclesiástica; a capitação subia a onze francos, fora os direitos paroquiais; os indultos...

Acrescente-se a tudo isto as bárbaras exações, tão fáceis de imaginar, cometidas pelos agentes do fisco, e todos os empregados da administração e do culto. Mais odioso ainda foi um outro recurso de que usavam as metrópoles para aumentar os seus proveitos: o monopólio do comércio – o direito exclusivo de comprar e de vender nas colônias. Os navios mercantes só podiam ser despachados de portos da América para portos da península e vice-versa. Mesmo as mercadorias de outros países tinham de vir para a América por intermédio do comércio das metrópoles; do mesmo modo que na Europa, o comércio estrangeiro tinha de procurar entre os intermediários da península os gêneros produzidos na América. Impediam-se até as relações comerciais entre uma colônia e outra. O porto de Sevilha era o entreposto geral e único do comércio espanhol com as respectivas colônias...

Era o sacrifício puro e simples da colônia à metrópole: aquela devia comprar tudo à Espanha, que aliás não tinha indústrias, ou as poucas que tinha eram de produtos inferiores e caríssimos. Já vimos qual a situação industrial da península nos séculos XVII e XVIII:

(...) Em 1545, os pedidos feitos da América para a Espanha foram tão avultados que em dez anos de trabalho não poderiam ser satisfeitos (...) Outra medida odiosa a que recorreram as metrópoles foi a de proibir nas colônias a cultura de certos produtos, como a da vinha, oliveira,[27] (...) a montagem de certas máquinas, de modo a privilegiar a produção da península. Muitas vezes, mesmo, a proibição estendia-se a gêneros que não provinham das metrópoles; a vantagem era obrigar as colônias a pagar impostos de entrada... Assim, o comércio se fazia sem concorrência; tornavam-se os comerciantes os únicos árbitros reguladores dos próprios lucros; impunham o preço ao produtor das colônias, e vendiam na Europa com incrível usura as mercadorias que delas importavam. Mais cruéis extorsões eram praticadas com os consumidores das colônias, onde os gêneros revendidos davam em regra um lucro de 200 a 300 por cento (...) Desde o bispo até os curas de aldeia, desde os vice-reis e governadores até os alcaides e os meirinhos – todo o exército de funcionários que o torturam e exploram em nome do rei e do céu – criavam para o colono uma situação pavorosa...

V

Na colônia portuguesa o regime é, em essência, o mesmo.

A princípio, limitam-se a enviar para aqui os criminosos e bandidos, e as prostitutas chegadas à última degradação. Logo depois, o rei – a modo de quem dispõe de um bem sem outra atitude – pegou deste imenso Brasil, dividiu-o em doze pedaços, a olho, "de 50 a 60 léguas cada um", e distribuiu-os a outros tantos homens do seu reino, para que viesse cada um deles para aqui *fundar um feudo* – não era feudo, era reino – sendo soberano nas suas terras, contanto que não deixasse correr outra moeda que a portuguesa, e pagasse o dízimo de toda a produção. Um excelente negócio para a coroa de Portugal: Pedro Álvares Cabral achou este Brasil; plantou ali em Porto Seguro umas tantas quinas, o rei dividiu o achado entre doze capitães-mores, e passava a embolsar todo o ano uns tantos mil cruzados de dízimos, sem outras despesas, sem ônus, nem cansaço de nenhuma sorte.

---

[27] "Para conservar a conquista do Oriente, opinavam os conselheiros de D. Manuel, arranquem-se todas as plantas indiáticas que há no Brasil, com pena capital para os que jamais as cultivarem".

Breve, a metrópole reconheceu que ainda poderia tirar maiores proveitos. Pouco tempo depois, viu que isto aqui não era tão nulo como a princípio lhe parecera, e achou melhor converter todo o país numa vasta capitania sua; acabou com os feudos, mandou um feitor-mor para cá – imagem do rei absoluto, soldados seus, justiça, cobradores seus. Proibiu-se a comunicação dos colonos de uma capitania com os das outras; proibiu-se o aportar onde não houvesse alfândegas; estabeleceram-se estancas e régias, monopolizou-se para o Estado o comércio do sal, diamantes, tabaco e pau-brasil; proibiu-se a construção de navios, regulamentou-se a agricultura... Em suma, a metrópole apossou-se diretamente da colônia; daí por diante, o Brasil tornou-se literalmente "uma fazenda de Portugal na América". Com o tempo, o regime se aperfeiçoou de mais em mais; na pressa de bater moeda e para facilitar os seus encargos, a coroa vendia as percepções, os resgates, os realengos mercantis, distribuía os monopólios a companhias particulares. E estas companhias, tomando o exemplo dos funcionários da coroa,[28] requintam em exigências, crescem as exações até que as populações, esvaídas, se rebelam. Têm nota na história pátria as queixas e revoltas contra os privilégios concedidos pela metrópole às companhias do Grão-Pará, do Maranhão e Paraíba.

Portugal, como a Espanha, acha a fórmula do parasitismo integral. Nada de indústrias, nada de relações com o resto do mundo, nada de produtos novos: açúcar e ouro, para mandar à metrópole, por intermédio de mercadores da metrópole.[29] O comércio na colônia é uma extensão do

[28] "Percebia a coroa o quinto de todo o ouro colhido; uma porcentagem para purificá-lo e fixar-lhe o cunho; e outra com o título de alfinetes para a rainha. Gastavam ainda os exploradores quantias copiosas em peitas dos funcionários a fim de não demorarem ou dificultarem seus negócios. Acrescentavam-lhes os sofrimentos o peso das multas, as prisões arbitrárias e as dívidas que contraíam, sempre que o produto não atingia a soma fixada pela coroa de, pelo menos, 30 arrobas por ano". Eis aí, segundo o historiador da *Fundação do Império do Brasil,* a situação dos mineiros que se revoltaram contra o conde de Assumar. Na representação que dirigiram à Câmara de Vila-Rica, estes sediciosos enumeravam 14 dessas práticas e abusos, cada qual mais iníquo e vexatório.

[29] A ferocidade da metrópole é tal que, por vezes, arranca protestos aos seus representantes imediatos; tal sucedeu com a Carta Régia de 30 de julho de 1766 – que proibia expressamente o ofício de ourives no Brasil. O próprio governador geral, marquês de Lavradio, reclama contra a medida, "que vem tirar os meios de vida a muitas mil pessoas". Não é que ele seja mais humano que os outros: "O meu parecer não se pode conformar com

comércio da metrópole, faz corpo com ele; toda a produção passa para o reino, ou diretamente sob a forma de quintos e dízimos, ou indiretamente – para pagar tudo que é necessário à vida, e que lhe vem de lá. A produção é representada, apenas, pela lavoura de três ou quatro gêneros, e pela mineração de ouro e diamantes. Não se ensaia mais nada, nem a metrópole o consente. As grandes lavouras – únicas que existem, ou pertencem às Ordens, que exploram e embrutecem os índios, disputando-os ao chicote dos colonos, ordens religiosas que enviam para as suas sedes, no estrangeiro, toda a riqueza assim havida; ou pertencem a colonos afidalgados, ociosos, ignorantes, de cuja ostentação presunçosa e pueril os intermediários vorazes se aproveitam para os roubar escandalosamente. O pouco que lhes escapa do fisco e das comissões e contas dos comerciantes, eles, os colonos, vão esbanjar no reino, ou esbanjam mesmo nas cidades da colônia, indo tudo, em última análise, passar ao bolso do intermediário, ligado à metrópole. Na fazenda, na produção, é que não se emprega valor algum, senão o custo dos escravos – pago ao negreiro da metrópole. Para ali passou tudo; o fisco e as exações dos funcionários – todos vindos do reino, e que para lá voltam, uma vez saciados os apetites – o fisco e os funcionários tiraram 2/5, o intermediário tirou os 3/5 restantes.

VI

Foi instintivamente que a coroa privilegiou o comércio para os seus súditos – pelo instinto voraz do parasita; mas se ela, refletidamente, houvesse procurado um processo seguro para absorver toda a riqueza produzida na colônia, não teria achado outro melhor: intermediários seus, espalhados por toda parte, sugando, recolhendo, encaminhando para o reino toda a seiva, todo o preço da produção. Estes intermediários e comerciantes, quando não são representantes diretos do fisco, detentores de régias e realengos, são indivíduos que vieram com o fim exclusivo de juntar fortuna e voltar. O que lhes cai nas mãos vai-se embora; nem um por cento se fixa na colônia. Desde logo, o comércio toma este caráter de gentes transitórias, classes de ultramar. As casas, as "firmas", permanecem; mas as pessoas vêm e voltam à proporção que perfazem a sua conta. Veio o primeiro,

indústrias nas conquistas, porém, é certo que esta regra não deve ser tão geral que algumas vezes não tenha sua exceção".

estabeleceu-se; quando o negócio aumentou, mandou buscar o irmão, interessou-o na casa; foi preciso um caixeiro – vem um sobrinho; o irmão passa a sócio, o sobrinho a interessado; vem um afilhado. É o momento em que o primeiro já trabalhou bastante, faz-se comanditário, com 30% dos lucros, deixa um terço da fortuna na casa, tira o resto, vai comprar uma quinta, um pariato – voltou à terra. Antes de partir definitivamente, ele foi ao reino seis ou oito vezes, concorreu para as várias santas casas, ajustou o casamento, e encaminhou para cá alguns parentes e achegados, a quem, não podendo dar colocação na casa, ou os colocou em outras casas, ou os protegeu, facilitando-lhes o estabelecerem-se – preparou-lhes a freguesia, arranjou-lhes o crédito. Assim se fez que o comércio se tornou, ao mesmo tempo, uma coisa de ultramar, e o benefício exclusivo das gentes transitórias de ultramar... As linhas sumárias desta descrição não guardam nenhuma intenção malévola; resumem a verdade, ainda hoje fácil de verificar. Quem quiser estudar nas coisas a razão da não fixação da riqueza nas nações sul-americanas, e principalmente no Brasil, há de encontrar nestas tradições do comércio uma das causas mais potentes.

Esses intermediários são os drenos por onde se escoa para lá toda a riqueza produzida. É por isso que as nações da América Latina, depois de três séculos de produção, depois de ter visto sair de seu solo riquezas fantásticas – todo o açúcar, café, ouro e diamantes do Brasil, todo o ouro e toda a prata da América espanhola – depois de ter produzido tanta riqueza, se achava tão pobre no dia da independência como se dezenas de gerações de milhões de índios e negros não houvessem morri do a trabalhar, sobre um solo fertilíssimo, semeado de minas preciosíssimas. Como fruto destes 300 anos de trabalho, restavam: engenhocas, casebres, igrejas, santos, monjolos e almanjarras, bois minúsculos, de mais chifres do que carnes, cavalos anões e ossudos, carneiros sem preço, estradas intransitáveis... [30]

[30] Não era outra a impressão que tinha frei Vicente Salvador. Nascido já no Brasil, onde passou quase toda a sua vida, escreveu uma *História do Brasil,* terminada a 20 de dezembro de 1627. Através da sua pena, nós vemos as coisas como elas eram em realidade. “Não vai isto (a colônia) em aumento, antes em diminuição. Disto dão alguns culpa aos reis de Portugal, outros aos povoadores: aos reis pelo pouco caso que hão feito deste tão grande estado (...) Nem depois da morte de el-rei D. João Terceiro que o mandou povoar e soube estimá-lo, houve outro que dele curasse senão para colher rendas e direitos (...) E deste modo se hão os povoa dores, os quais por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal, e, se as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhes houveram ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é: *Papagaio real, para Portugal...* Usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída. De onde nasce também que nenhum homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular (n.) Pois o que é fontes, pontes, caminhos e outras coisas públicas é uma piedade, porque atendo-se uns aos outros nenhum as faz. nem que bebam água suja e se molhem os pés ao passar dos rios ou se orvalhem pelos caminhos, e tudo isto vem de não tratarem do que há de ficar, senão do que hão de levar para o reino...” – Do sertão, o frade *nem trata,* abandonado como o deixam “os portugueses, que sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”. *História do Brasil,* p.8.

Bastava que se houvesse fixado na América do Sul um décimo da riqueza arrancada ao trabalho do escravo para que ela não precisasse andar hoje, pelo estrangeiro, a mendigar empréstimos que mais a empobrecem. Nada se empregou, aqui, em coisa que signifique efetivamente riqueza: reservas econômicas – nenhuma; instrumentos de produção – escravos e açoites; regime de trabalho – a ignorância sistemática, irredutível... No dia da independência, as novas nacionalidades se acharam sem indústria, sem comércio nacional, sem capitais, sem riqueza, sem gente educada no trabalho livre, sem conhecimento do mundo.

Sob o ponto de vista econômico, estas sociedades compreendiam três categorias de gentes, nitidamente distintas: um mundo de escravos, degradados, que só conheciam da vida o açoite e o tronco; um mundo de ignorantes, vivendo do trabalho dos escravos; e, finalmente, uma população de miseráveis, que germinou entre uma e outra, vivendo sem necessidades, como o selvagem primitivo, ignorante como ele, imprevidente, descuidosa, apática, nula – era a massa popular. O calor brando de um céu benigno, a feracidade dos rios e das selvas garantiam-lhe a existência. – E queriam que ela se fosse meter nos eitos, pedir para trabalhar e engordar os senhores, pelo preço de uma medida de farinha e uma libra de carne!... Condenam-no, porque ele – o trabalhador nacional- não ia disputar a escravidão ao escravo!... Em verdade, essa massa popular não trabalhava, e ainda hoje trabalha mal. Não trabalhava, então, porque não sabia trabalhar para si, e porque – é natural e humano – não queria, nem tinha necessidades de ir fazer-se escrava. Quando todo o trabalho nacional era feito por negros e índios cativos, quando era possível haver escravo para tudo, não havia lugar para o trabalhador livre, a menos que ele quisesse trabalhar nas mesmas condições e pelo mesmo preço que o escravo – um salário tão insignificante

quanto o custo da alimentação do negro, e a mesma obediência ao senhor. Quando não, este ia ao mercado e trazia o negro. O trabalhador livre ficava de lado. Foi assim que, de geração em geração, ele foi arredado do trabalho assalariado.

O regime parasitário impunha a escravidão. E porque o regime colonial era o do puro parasitismo, foi imposta às novas sociedades uma organização política inteiramente antagônica e incompatível com os seus interesses próprios, um regime retardatário, opressivo, corrupto e extenuante. Ao mesmo tempo, condenavam-se as colônias a ser o campo de exploração de um mundo de intermediários, que vinham e iam numa corrente contínua, drenando para a metrópole toda a riqueza aqui produzida. Eis a razão por que, exânime, embrutecida, a América do Sul se achou, na hora da independência, como um mundo onde tudo estava por fazer: eram uns 20 milhões de homens, desunidos, assanhados, pobres, espalhados por estas vastidões, tendo notícia de que existe civilização, padecendo todos os desejos de possuí-la, mas carecendo refazer toda a vida social, política e intelectual, a começar pela educação do trabalho e pela instrução do *abc*.

VII

Os desastrosos efeitos desse regime econômico refletiram-se fatalmente sobre a vida política das novas sociedades. Vimos que o aparelho político-administrativo foi disposto com o pensamento exclusivo de sugar toda a riqueza e produção colonial. Esta é a causa principal dos vícios que vamos encontrar nos costumes políticos das populações latino-americanas. Além disto, há o fato da incapacidade manifesta das metrópoles para bem organizar e dirigir politicamente as novas sociedades – elas, as nações peninsulares, mal organizadas lá mesmo, imperfeitas, já viciadas por uma longa vida de rapinas e saques.

Quando foram instituídas as colônias, as nações ibéricas ainda não tinham completado a sua organização; ou, melhor: a evolução política havia parado; a decadência, a degeneração, começara já. O próprio regime monárquico não atingiria aquele grau de desenvolvimento que se verificou nas outras nações européias; o Estado era, apenas, um órgão de opressão – era a coroa, com os seus privilégios e exércitos de servidores; faltava muito, ainda, para que ele apresentasse essa forma – do Estado moderno –

garantidor, protetor, órgão da nação, seu defensor e representante. Os serviços públicos eram nulos, e a máquina administrativa constava tão somente do fisco: fisco, tropas e justiceiros d'el-rei. Afeiçoando-se ao regime parasita, as nações espanholas estacionaram, entraram a degradar-se; durante duzentos e tantos anos, elas nada fizeram no sentido de aperfeiçoar efetivamente os serviços públicos; as poucas tentativas provaram inúteis – o parasitismo, de que não abriam mão, anulava todo o esforço (marquês de Pombal).

Nestas condições, é claro que elas não poderiam, ainda que o quisessem, iniciar as sociedades coloniais num regime político e administrativo mais completo e perfeito que aquele seu. Examinem-se os órgãos político-administrativos das possessões ibéricas, e ver-se-á que eles são os mais simples possíveis – são as instituições arcaicas da península, adaptadas ao parasitismo sobre as colônias:

"Os princípios do direito feudal apareciam aqui transformados em monopólios mercantis". Como se fez a colonização? As terras são distribuídas discricionariamente, ou delas se apossam os colonos ávidos, aos quais a metrópole doa os índios, e, depois, vende negros, para que produzam muito açúcar e muito ouro, fonte dos tributos cobiçados. Ao mesmo tempo, para garantir a cobrança desses tributos e tornar efetivos os seus privilégios, os governos da metrópole mandam para cá representantes, espalham por toda a colônia uma rede de agentes, opressores e vorazes, impostos como os diretores da vida pública; e, desde logo, é defeso às novas sociedades o organizarem-se espontaneamente, segundo os seus interesses e inclinações. Mas, como a metrópole não tem outros intentos senão cobrar os tributos e impedir que as colônias possam furtar-se a os pagar – como este é o seu único programa, o governo da Coroa deixa ao colono toda a plenitude de ação para o mal; ele é livre de fazer o que quiser, contanto que pague e não pense em modificar o regime social e político. Assim, cada colono, sem freios aos instintos egoísticos, organizou o seu domínio em feudo. São caricaturas de senhores medievais – um feudalismo vilão, sobre uma vassalagem de negros escravos. Nos interstícios dos feudos, uma população que, de ignorante e embrutecida, voltou à condição do selvagem primitivo.

O Estado tem por função, apenas, cobrar e coagir e punir aqueles que se neguem a pagar ao governo centralizador, absolutista, monopolizador. A

justiça aparece para condenar os que se rebelam contra o Estado ou contra os parasitas criados e patrocinados por ele[31].

Referindo-se à metrópole, diz Oliveira Martins: "Se a guerra é antes um sistema de rapinas que uma sucessão de campanhas, a justiça é também mais a expressão arbitrária de um instinto do que a aplicação regular de um princípio". Esse instinto é o parasitismo, e na colônia é que ele se tornou, por uma vez, o inspirador único de todas as justiças.

Fora disto, não há mais nada: nem polícia, nem higiene, nem proteção ao fraco, nem garantias, nem escolas, nem obras de interesse público... nada que represente a ação benéfica e pacífica dos poderes públicos.

O Estado existe para fazer o mal, exclusivamente; e esta feição, com que desde o primeiro momento se apresenta ele às novas sociedades, tem uma influência decisiva e funestíssima na vida posterior destas nacionalidades: o Estado é o inimigo, o opressor e o espoliador; a ele não se liga nenhuma idéia de bem ou de útil; só inspira ódio e desconfiança... Tal é a tradição; ainda hoje se notam estes sentimentos, porque, ainda hoje, ele não perdeu o seu caráter, duplamente maléfico – tirânico e espoliador. Em outro capítulo, estudaremos, com pormenores, as conseqüências todas dessa herança política e os efeitos funestos desta feição, com que se implantou aqui o Estado – incompetência, rapacidade, despotismo e oposição ao bem público. As autoridades não têm nenhuma afinidade com as populações naturais, são-lhes inimigas, se bem que as conheçam mal; não se cuida nem de privar com os povos, nem de estudar as suas tendências e necessidades. "Os funcionários vinham sempre da metrópole. Evitava-se com muito cuidado admitir em empregos até os próprios descendentes de europeus, nascidos na América... e foi assim que se gerou entre os povos das colônias e das metrópoles essa rivalidade, que em breve se converteu em profunda aversão". Os representantes do Estado são em rigor os caixeiros da Coroa, na gerência das fazendas de ultramar. Aqui e ali, as novas populações, ressuscitando as tradições democratas das cúrias e municípios ibéricos, ensaiavam um regime comunal – câmaras municipais e ajuntamentos; mas

[31] Historiando a revolta de Campos dos Goitacases, escreve um cronista: "Impunham os vereadores, criaturas dos donatários, multas pecuniárias e penas de prisão aos moradores por divertimentos e atos inocentes da vida".

esta vida política autônoma é, geralmente, perturbada, entravada, abafada, pelo poder absorvente, centralizador, sem contraste, dos agentes da metrópole. Destarte, se estabelece por toda a parte um regime político-administrativo, não só antagônico, como ativamente infenso aos interesses das colônias; regime que só tinha um programa – empobrecê-las, e um pensamento exclusivo – obstar que elas progredissem e pudessem, um dia, organizar-se livremente, como nações emancipadas. Não era, como nos Estados Unidos, um regime político espontâneo, inspirado pelas necessidades próprias das sociedades nascentes; não era sequer um regime fictício, artificial, mas lógico, estável, garantidor e progressista, ao qual as nacionalidades em embrião se pudessem moldar com o tempo. Não; era um regime antipático, iníquo, arcaico e incompleto – era o sistema da metrópole, desnaturado o preciso para ser adaptado ao programa parasitário, imposto à colônia. Estava, de antemão, condenado a ser destruído sem reserva, pois se achava em oposição aos interesses reais das novas populações, e não podia servir nem mesmo como ponto de partida para uma organização política definitiva. Fora melhor, sem dúvida, que vingasse o primeiro sistema da coroa de Portugal – entregar, desde o início, as colônias a si mesmas – pagando-se-lhe, embora, os adorados tributos. Esses povos que se viessem formando achariam, sem dúvida, uma forma de organização social mais de acordo com as suas necessidades; o instinto de conservação os levaria a constituírem-se de modo conveniente. Estimulados pelos interesses próprios, seguindo as tendências naturais e as novas condições de meio, as nacionalidades nascentes teriam entrado, desde o primeiro momento, no caminho da organização social e política definitiva.

VIII

Quanto à vida social propriamente dita, moral e intelectual, o regime parasitário tem (e não podia deixar de ter) uma influência igualmente sensível e funesta. O primeiro efeito desses processos de exploração, desenvolvidos pela metrópole, foi preparar uma população heterogênea, instável, cindida em grupos, possuídos de ódios entre si, desde o primeiro momento, formada quase que de castas distintas. Nos campos, o colono fazendeiro, arremedo do senhor feudal, constituiu desde logo uma fidalguia territorial, pretensiosa, arrogante, brutal, ignorante e onipotente, sobre a camada de escravos, índios ou africanos. Nos interstícios dessa malha de

feudos, uma população de mestiçagem, produto de índios e negros, negras e refugos de brancos, indígenas e escravos revéis, uma mescla de gentes desmoralizadas pela escravidão ou animada de rancores, uma população vivendo à margem da civilização, contaminada de todos os seus vícios e defeitos, sem participar de nenhuma das suas vantagens, reduzida ao viver rudimentar das hordas primitivas. Em torno dos senhores territoriais, o enxame de parasitas. Correntes de aventureiros, caçadores de índios, negociantes de escravos, mercadores de toda espécie, atravessavam continuamente esses povos dos sertões e dos recôncavos, agitando-os, pervertendo-os, provocando conflitos, mantendo-os num estado de instabilidade e irritação permanentes. Nas cidades, a instabilidade ainda é mais acentuada. Ali se encontravam: as autoridades – o fisco, a tropa, tudo estrangeiro e hostil à colônia, todos ansiosos de enriquecer e ver chegar o dia de voltar; os comerciantes, intermediários, representantes de privilégios e monopólios, tão ligados, eles, à metrópole como os próprios funcionários, tão hostis à população nativa como os outros, tão instáveis e passageiros como os enviados diretos da coroa. Esse mundo de estrangeiros se completa pela onda de aventureiros, sem pouso fixo e sem mister determinado, ora no sertão, ora na cidade, ora ao mar, ora na metrópole, e que rouba, mata, compra, vende, intriga, depreda – parasita, em suma, à mercê do momento. Fora disto, o resto da cidade é a continuação das fazendas, o lugar de recreio do colono, onde ele tem casa, escravaria, quinta... O escravo faz tudo, na cidade como na roça. O curandeiro, o mestre-escola, o fogueteiro, o alfaiate, o padre, quase não merecem que se os nomeiem. A fradaria gorda vive igualmente nas roças e na cidade – nos campos, as reduções, as missões, os aldeamentos, vastas fazendas monásticas, em suma, onde o índio é cuidadosamente explorado e sabiamente fanatizado e embrutecido; nas cidades, os conventos ricos, de onde eles irradiam sobre a população ignorante e supersticiosa a sua ação deprimente. Sobre uns e outros, vive, na cidade, como nos campos, um enxame de parasitas vis, moles como tênias, nojentos como piolhos, ora José Dias, ora Vianas.[32] O quadro se completa com um ou outro fazendeiro, ou mineiro, ou negociante aposentado, feito usurário, proprietário, capitalista ou simples alugador de pretos escravos.

---

[32] Personagens característicos dos romances *Dom Casmurro* e *Ressurreição,* de Machado de Assis.

Em vão se buscará nas crônicas do tempo menção de outra gente. Só mais tarde se vê surgir, transudar de todas essas camadas, uma população nova, produto de todas elas, espécie de depósito – sedimento de partículas vindas de toda parte, e que constitui a verdadeira população nativa das cidades. Nos campos, as gentes não se fundem, continuam distintas as três classes – o senhor, o escravo, e a mestiçagem livre; mas, pelo menos ali, elas se afeiçoam à terra, se nacionalizam. Nas cidades, não. À proporção que se passam os anos, e que vai surgindo essa nova população – nativa, desejosa de viver e pronta a disputar à grande massa de adventícios um lugar na vida, à proporção que ela vai engrossando e reclamando o que lhe é de direito, mais estrangeiros, mais hostis e tirânicos se vão tornando os representantes das metrópoles, unidos num sentimento único, funcionários e intermediários. Breve, é a luta que não findará mais, entre a classe privilegiada pela tradição, pela pátria de origem, solidarizada pelo egoísmo coletivo, ciosa dos seus direitos, garantida pela fortuna, fortalecida pela autoridade, gozadora indisputada até então, senhora absoluta de toda a riqueza e de todas as posições – e a luta entre ela e as novas populações, extenuadas já ao nascerem, miseráveis, desabrigadas de todo o conforto, ignorantes e pobres, mas em todo caso investindo para a vida, e dispostas a tomar conta da terra onde nasceram, aspirando vagamente fazer alguma coisa de si mesmas. Querem viver, querem as posições, não se conformam à única situação que lhes é oferecida – ir disputar, no eito ou na cozinha, o salário do escravo. “Vão trabalhar”, dizia o rei no do íntimo das suas banhas, no canto do balcão onde ele passou a vida sentado, a ver entrar e sair a freguesia, inativo e improdutivo como um franciscano – “Vão trabalhar como eu”, repete ele aos naturais, que reclamam entrada na vida, como se houvesse uma brecha por onde estranhos pudessem penetrar o reduto em que eles fecharam a vida econômica e política das colônias, como se fosse possível trabalhar entre escravos, a não ser com os queixos para devorar o que estes hajam produzido!...

IX

As instituições sociais eram a reprodução grosseira e viciada das instituições da península: os feudos, representados nas fazendas e domínios mineiros; a servidão, na escravaria ignara, aviltada pelo tronco e o calabrote. A religião é o fetichismo, a superstição bronca; a família é um

pedaço de tribo, semifeudal, semipatriarcal, degradada pela ociosidade sobre o trabalho do negro, pervertida pelo espetáculo permanente dos bárbaros tratamentos e castigos infligidos ao escravo. Em toda a fazenda, havia um quarto – uma prisão, aparelhado com dois ou três troncos, gargalheiras, cepos, correntes... Ali apodreciam, invariavelmente, um ou dois negros. Pela manhã, ao tempo em que se marcavam as tarefas aos outros escravos, esses que no quarto do tronco expiavam o crime de haver fugido ao trabalho devorador – esses recebiam a refeição quotidiana, de bolos ou açoites, quatro ou cinco dúzias, aplicadas com todo o requinte sobre as carnes doloridas, inflamadas, sensíveis como uma chaga muitas vezes magoada e renovada. Levantava-se o desgraçado, bambas as pernas pela abstinência, trôpegas, atormentadas, da posição contrafeita e dolorosa no tronco, pisados os músculos, emaciado o rosto, apagados os olhos pelo sofrer acumulado; as mãos, inchadas, não se fecham, túrgidas, luzentes; a sânie transuda por entre os dedos abertos; a pele rachou desde os primeiros dias; as unhas já caíram; as costas estão em carne viva... O miserável, num desvario de bruto, estende a mão ao executor. Cai o primeiro bolo, soa um grito, uivo e lamento, gemido violento de todas as dores que acordam... E os golpes se repetem: é um – Ai!... Ai!... contínuo, como uma vida que se esfrangalha, uma alma que se esgota. O lamento desesperado passa travando os corações, num acento de miséria que transpassa os ânimos; envenena, alucina... Um espírito justo, a ouvir aquele grito cinco minutos enlouqueceria... Cai o madeiro bruto, sobre aquela mão que não suportaria sem dores intraduzíveis nem mesmo o contato brando e meticuloso dos dedos amigos que a quisessem pensar, soa o bolo, reabrem-se todas as carnes rachadas, espirra o sangue negro das pontas dos dedos, centenas de salpicos vão engrossar a camada nauseabunda, que forma, na parede, uma barra contínua em torno de todo o quarto: uma faixa de sangue que tem espirrado das mãos que, diariamente, há um século, talvez, recebem ali, àquela hora, a sua refeição de bolos... Calcule-se o efeito de tais costumes sobre a moralidade dessas famílias que se formam e se desenvolvem ao contato de tais misérias!... a qualidade dos sentimentos das gentes, que nasceram e se criaram, ouvindo todo o dia, à hora certa, o grito lancinante, arrancado pela palmatória, a moer as carnes já moídas, inflamadas, doloridas... Finalmente, já não se sabe o que é que resta de humano em tais seres... Em matéria de abjeção e Crueza, nada lhes é desconhecido. Não raro, a “sinhá moça”, criada a roçar os molecotes, entrega-se a eles, quando os nervos degenerados acordam em desejos irreprimíveis; então, intervém a

moral paterna: castra-se, com uma faca mal afiada, o negro ou o mulato, salga-se a ferida, enterram-no vivo depois. A rapariga, com um dote reforçado, casa com um primo pobre.

X

E o reflexo de tais costumes sobre a alma desses escravos?...

As populações nascem assim desunidas; crescem, e crescem com elas os ódios. A vida é um conflito permanente, uma luta desordenada, com episódios de violência e barbaria, de crueldade bestial, de perversidade torpe. A luta começou no dia em que o primeiro aventureiro pisou a América, e ainda não cessou. De início, foi a guerra direta do invasor com o indígena. No México e no Peru, essa guerra durou anos. No Chile, uma raça valorosa, rude, resistiu quase um século. Onde o elemento nativo não era tão civilizado, tão organizado como no México e no Peru, não houve guerra; mas houve, desde o primeiro momento, a resistência viva do selvagem ao domínio escravizador do colono. O índio foi vencido, mas não se submeteu nunca; recuava, internava-se, sempre revel sempre intratável. E, recuando, lutava sempre; perfidamente atacado e escravizado, defendeu-se perfidamente; respondeu ao massacre com as represálias. Nesta luta, que não cessou nunca, há, de parte a parte, requintes de crueldade – o branco perverso e implacável o índio feroz, inumano. Quando o apanhavam, tratavam-no mais desapiedadamente que trataram depois ao negro:

> Não havia atrocidade a que não recorressem para escarmentar os desditosos (...) Atados à boca dos canhões, fazia-se-lhes voar os pedaços palpitantes (...) Chegavam a fazer criação de cães de filas e a educá-las especialmente por a faina de agarrar nas matas homens e crianças (...) Os míseros indígenas eram conduzidos em longas filas, presos por cordas pelo pescoço e ainda carregados de fardos. Se algum adoecia ou cansava, para se pouparem o trabalho de desatá-la, cortavam-lhe o pescoço (...) No Brasil, havia feitorias de onde as bandeiras saíam periodicamente a descer índios escravos do sertão; e a crueldade deste comércio era feroz: a morte esperava os que resistiam à escravidão, a venda no curral era a sorte dos submissos. Os morticínios e atrocidades cometidos não têm conta: era uma guerra selvagem, primitiva, sem vislumbre de humanidade (...) Em

1665, um certo Fovilla incendiou 800 molocas, matou mais de mil índios e trouxe escravizado um rebanho de quatrocentos...

O índio, porém, menos brando que o africano – vingava-se. Exterminava povoações, assolava províncias inteiras, trucidava1 populações de 20 mil almas. "Houve tempo em que os indígenas não deixavam aos espanhóis o sossego indispensável para a lavra das minas". Em certas colônias, nas Antilhas, por exemplo, a raça foi completamente exterminada. Então, as metrópoles aboliram a escravidão dos índios, agora bem no caso de ser libertados, pois já não existem.

Por sua vez, essa população mesclada, embrutecida, que se vem formando com os refugos de todas as classes, traz condensados em si todos os vícios e ódios das gentes que se misturam e a produzem. Vivem uma vida de rixas sangrentas. É aí que os senhores recrutam os seus assassinos e guarda-costas, elementos indispensáveis a cada um deles, nessas sociedades onde cada um é obrigado a defender-se – a se defenderem uns dos outros. Mal chegou ao México, Cortés teve que lutar com os seus rivais espanhóis. Velázquez enviou contra ele 900 homens. Balboa e Davila, Pizarro e Almagro, Almagro e Vaca de Castro, Núnez e Carvajal, Zema e Gelvez, Irala e de Vaca... marcam episódios salientes, nestas lutas contínuas dos exploradores e agentes de metrópole uns com os outros; combates, execuções, êxodos, confiscos, tudo se encontra nestas discórdias, que traduzem simplesmente a disputa da presa e do saque, o choque de ganâncias irreprimíveis, por entre as quais o Estado-metrópole só aparece para exacerbar, afligir e aviltar os naturais[33].

A essas disputas, se veio juntar, desde logo, a luta contra os exploradores, aventureiros e piratas, estrangeiros, que aparecem em todo o correr da vida colonial. Franceses, ingleses, holandeses assolaram continuamente as possessões portuguesas e espanholas, tentando repetidamente despojar e desalojar as metrópoles ibéricas. Drake na Califórnia, Grammont no México, os ingleses no Rio da Prata, franceses e holandeses no Brasil concorrem poderosamente para alimentar as guerras e combates nesta parte do mundo.

[33] Pela revolução de 1817, em Pernambuco, o castigo reservado aos mestiços e mulatos, suspeitos de republicanos e *independentes,* era o de açoites públicos. Um pardo, artista, que pintara as armas e a bandeira da sonhada República Pernambucana, só conseguiu escapar ao degradante castigo abraçando-se ao retraio de D. João VI, que por acaso possuía. Aos outros, a triste e soez ferocidade ibérica, depois de surrados, mandava "espalhar por esses territórios e desertos da África e Ásia, a chorarem o seu delito, diz o estilo justiceiro do tempo, resplandecendo assim a justiça d'el-rei".

XI

Por todo o correr do século XVIII, piratear sobre as colônias ibéricas foi um excelente negócio. Havia companhias – holandesas – reconhecidas e patrocinadas pelo Estado, unicamente para isto. Não só assaltavam os navios como saqueavam os portos. A Companhia das Índias chegou a contar 800 navios em ação, e fez presas no valor de 180 milhões esterlinos. De ataque em ataque, a França, a Inglaterra e a Holanda vieram a apoderar-se de grande parte das Antilhas e de uma porção do continente americano. Os ingleses chegaram a ser senhores de Buenos Aires; os franceses viveram tempos no Maranhão, dominaram no Rio de Janeiro mais de uma vez, tendo a cidade que pagar resgates. Os holandeses tomaram a Bahia e foram senhores de Pernambuco por quatorze anos.

Não se diga que estas lutas contra o estrangeiro não chegaram a influir sobre as populações, e que, pelo contrário, as unia. Muitas vezes, ora os índios, ora as populações mestiças, se aliavam ao invasor, na esperança de melhorar de sorte, mudando de senhor. Outras vezes, o invasor se estabelecia, como o holandês em Pernambuco, fazia corpo com a população, e a luta subseqüente, para alijá-lo, tomava quase que a forma de uma luta civil. Em todo o caso, por isso que eram guerras, elas concorriam para manter as populações nesse estado de luta permanente – o que foi, decerto, de perniciosos efeitos para as sociedades nascentes: desabituadas do trabalho, afeiçoadas a combates e aventuras guerreiras, bulhentas e inquietas.

Juntem-se a todas essas lutas, as revoltas de escravos, nações que se formavam e eram exterminadas – Palmares – populações inteiras que se rebelavam – Antilhas. Não só as grandes revoltas, mas os levantes continuados, freqüentes, as depredações dos quilombos; as guerras e rixas dos grupos adversos – novas populações naturais, e gentes adstritas às metrópoles; os grandes embates, como os dos mascates e emboabas; as lutas do Chile; levantes formidáveis, como o de Condoranqui no Peru, onde, de uma só vez, foram mortos 20 mil espanhóis; ou, ainda, as

tentativas frustradas de independência; os destroços dos senhores, uns contra os outros; as sedições de municípios e comarcas – as revoltas restritas contra autoridades locais, sublevações de tropas... Considere-se em tudo isto, veja-se, no quadro histórico das colônias sul-americanas, como essas lutas se sucedem ininterruptamente, complicando-se umas com as outras, e ter-se-á a impressão absoluta – de sociedades que nasceram e se desenvolveram num estado de guerra permanente. Nenhuma trégua, nem atenuações sequer. As gerações nasciam, formavam-se, passavam... com o espetáculo desse conflito perene, participando dele. A guerra fazia parte dos costumes.

Lutas contínuas, trabalho escravo, estado tirânico e espoliador – qual seria o efeito de tudo isto sobre o caráter das novas nacionalidades? Perversão do senso moral, horror ao trabalho livre e à vida pacífica, ódio ao governo, desconfiança das autoridades, desenvolvimento dos instintos agressivos.

Neste sistema de colonização tinham achado as metrópoles o ideal de vida política e econômica; manter as colônias sob o mesmo regime era a garantia da subsistência. Todos – Estado e Igreja, nobres e mercadores, senhores e tropas – todos se mantinham solidários, absolutamente unificados; quando um desmoronasse, os outros viriam abaixo com certeza. Ora, pelo resto do mundo, a ciência e a filosofia vinham despertando as consciências; os privilégios e as injustiças sentiam-se ameaçados; então, redobraram-se os expedientes para embrutecer e degradar definitivamente as gentes das colônias, de forma a tornar para sempre impossível a redenção intelectual e moral destes povos. Os processos de cultura da ignorância e de seleção às avessas, empregados pelos jesuítas e pela Inquisição, na metrópole, foram transportados para as colônias. A Espanha chegou a proibir, mais de uma vez, a venda de livros aos súditos da América; nos momentos de crise, só o fato de saber ler e escrever era motivo de suspeição. Não se trata de um programa, reacionário embora, despótico, mas inteligentemente elaborado e conscientemente aplicado; não: eram medidas parciais, detalhes de opressão, vexames sucessivos, à medida que se fazia preciso defender este ou aquele privilégio, manter esta ou aquela iniqüidade, garantir este ou aquele parasita. Disparatadas na aparência, essas resoluções tinham, porém, uma certa unidade de efeitos – a oposição ao progresso. Era uma reação instintiva – o instinto cego e feroz da própria

conservação, que unificava, numa política de imobilismo irredutível, estes atos incoerentes de forma, estúpidos, quase inconscientes.

SEÇÃO B – EFEITOS ESPECIAIS

> C’est une chose frappante, que l’impuissance habituelle des animaux, à lutter contre les parasites, et, en particulier, que l ‘ineptie dont i!s font preuve lorsqu ‘i! s’ agit de les combattre.
> *Paul Combes*

Preliminares: hereditariedade psicológica e social

> A hereditariedade: eis a lei.
> *Darwin*

I

Acabamos de fazer o estudo dos efeitos gerais do parasitismo das metrópoles sobre as sociedades coloniais. Examinamo-los na sua natureza intrínseca, independente da natureza do organismo sobre o qual se manifestam. Estudamos a influência parasitária, concretizada nos diversos fatos sociais, antes de examinar os fenômenos que traduzem essa influência, demonstramos que, teoricamente e cientificamente, ela não pode deixar de existir – é a expressão do próprio parasitismo. Mostramo-la aparecendo, mediata ou imediatamente, em todas as manifestações da vida colonial, e pervertendo-a desde o seu início. O quadro histórico das colônias luso-espanholas pode servir como exemplo completo do “parasitismo social de povo a povo”, parasitismo novo, que tem a sua feição original, porque não é o de uma nação sobre outra nação já feita, e de origem diferente; não: é o parasitismo de uma nação sobre outra que a ela se filia, que é por ela formada e dirigida. Desta circunstância especial derivam “efeitos especiais” também, que vêm complicar a série dos “efeitos gerais”. O fato de que o organismo parasitado deriva diretamente do parasita e é por ele educado dá a essa influência um aspecto completo e contraditório: o novo organismo nacional procura, ao mesmo tempo, imitar e repelir as instituições e o

regime da metrópole. Independente mesmo do que nos possam ensinar os fatos, a simples lógica nos faz compreender a extensão e importância desses efeitos especiais: a longa instabilidade devida a estas duas tendências fatais às novas nacionalidades – a hereditariedade, imitação e educação aproximando-as dos costumes e processos políticos da metrópole; a repulsa, a antipatia e o horror à opressão e espoliação de que foram vítimas afastando-as daquilo que a hereditariedade e a educação lhes impõem. Nacionalidades saídas das nações ibéricas, mas ao mesmo tempo oprimidas e exploradas por elas, as repúblicas sul-americanas viverão por muito tempo ainda neste conflito permanente consigo mesmas.

II

São de três categorias os efeitos especiais do parasitismo ibérico sobre as nacionalidades sul-americanas: HERANÇA, EDUCAÇÃO e REAÇÃO.

Antes de analisar os fatos que se ligam à hereditariedade social, cumpre indagar: em que consiste a hereditariedade social? Consiste na transmissão, por herança, das qualidades psicológicas, comuns e constantes, e que, por serem constantes e comuns através de todas as gerações, dão a cada grupo social um caráter próprio distintivo: transmissão por herança, no grupo anglo-saxônico, das qualidades que caracterizam o tipo anglo-saxônico; perpetuação nos judeus das qualidades típicas da raça. Em resumo, a hereditariedade social é a mesma psicológica. Existe, de fato, esta hereditariedade? Todos os psicólogos a admitem e, por isso mesmo, têm como incontestável a hereditariedade social. Ribot não hesita um só instante:

> Todos os povos têm uma fé, pelo menos vaga, na transmissão hereditária. Os fatos a impunham. Seria mesmo possível sustentar que esta fé foi mais viva nos tempos primitivos que nas épocas civilizadas. É desta lei natural que nasceu a hereditariedade da instituição. É certo que razões sociais, políticas, ou mesmo preconceitos, contribuíram a desenvolvê-la e a fortalecê-la, mas seria absurdo acreditar que a inventaram. Os caracteres que já tantas vezes reconhecemos na hereditariedade – necessidade, conservação, estabilidade – encontram-se logicamente nas instituições que dela derivam[34].

Refletindo um pouco sobre o assunto, reconhece-se que seria absurdo negá-la. É incontestável que o homem herda dos seus progenitores os caracteres psicológicos da classe, da ordem e da espécie; e, herdando os caracteres da espécie, herda também os caracteres individuais dos pais. Esta herança psicológica dos caracteres paternos é evidente nos casos típicos: de filhos de um mesmo casal tendo recebido uma educação idêntica, e dos quais um reproduz o caráter paterno, outro o materno; ora, se a formação do caráter dependesse apenas da educação e imitação, eles deveriam apresentar as mesmas qualidades, pois tiveram a mesma educação. Se a hereditariedade existe para as qualidades que caracterizam a espécie, e para as qualidades individuais dos progenitores, não pode deixar de existir para os traços psicológicos, típicos, da raça ou do grupo. Nem se compreende que seja de outra forma. Quando um inglês herda de um dos seus progenitores a veia humorística, herda, por força, os traços dominantes na mentalidade inglesa, sem os quais não se compreende o humor. As categorias menos extensas implicam os caracteres típicos das mais extensas; o tipo do humorista implica o do inglês, o do inglês – o do ocidental. A noção de raça, todos o sabem, baseia-se não só nos traços anatômicos como nos caracteres psicológicos. Entre os animais, nós vemos que a hereditariedade transmite os caracteres morfológicos como as qualidades intelectuais e morais. Um setter, ou um pointer, herda não só a pelagem e as orelhas e a compleição dos seus progenitores, como as suas aptidões mentais e qualidades morais. Para Ribot, o caráter nacional é a expressão última da hereditariedade social; ele insiste, por isso, para que se estude o *papel da hereditariedade* na história, *como lei fisiológica e psicológica*:

> (...) No meio desse turbilhão incessante que constitui a vida, há alguma coisa de fixo, e que é a base da sua unidade e identidade. Num povo, esta soma de caracteres psíquicos, que se encontram em toda a sua história, em todas as instituições e épocas, chama-se *caráter nacional* (...) O caráter, individual ou nacional, é um efeito – é o resultado complicadíssimo de leis fisiológicas e psicológicas (...) As instituições são sustentadas por uma causa interior – o caráter, que se transmite, por sua vez, por hereditariedade (...) Cada um de

[34] Ribot, *Hérédité psychologique,* 4ª ed., p.343.

> nós possui na sua experiência pessoal numerosos exemplos em apoio. A permanência do caráter nacional é o resultado e ao mesmo tempo a prova experimental da hereditariedade psicológica nas massas. Se possuíssemos uma boa psicologia etnográfica veríamos mais claramente o papel da hereditariedade na formação do caráter do povo[35].

Infelizmente, essa psicologia etnográfica não existe ainda, e é quase impossível discriminar, nos móveis de conduta de um povo, a parte devida exclusivamente à hereditariedade e a que é efeito da educação e imitação. É bem certo que o "homem, ao nascer, não é estátua, virgem de impressões, qual haviam imaginado Bossuet e Condillac". Ele traz, já bem acentuadas, as suas tendências e aptidões psíquicas; a orientação que tomará o seu espírito, ele já a possui – *um passado todo inteiro contribuiu para formá-la*. Mas não lhe é dado escolher as idéias que irão povoar o seu entendimento e provocar-lhe as faculdades; a sua inteligência forma-se e desenvolve-se à custa das impressões que vêm do meio exterior; a sensibilidade põe-se em ação sob o influxo de estímulos físicos e morais, ligados às condições ambientais. A sua vida afetiva tem de se dobrar, desde logo, à ação educativa da sociedade, dentro da qual ele vive; e a sugestão, a imitação, a ação coercitiva do meio vão quebrar todas as arestas vivas do seu caráter herdado. Pode-se dizer que as tendências e as inclinações, a aptidão e o vigor, isto nós herdamos; e que a educação – no sentido mais extenso do termo – completa a formação do caráter, no sentido da tradição e da adaptação.

Por tudo isto, estudando as qualidades de caráter dos povos sul-americanos, não há lugar para separar o que seja devido somente à herança e o que seja efeito da educação.

Se o fato da hereditariedade social não fosse coisa evidente por simples raciocínio, o espetáculo das sociedades ibero-americanas, em comparação aos povos da península, seria bastante, por si só, como prova completa. Não é que, ao transitar-se por esta ou aquela parte da América do Sul, se tenha a impressão de estar em Sevilha ou em Trás-os-Montes. Os povos aqui variaram, e o meio é outro. Mesmo nos limites de um só país e sob as mesmas instituições, a feição moral das populações se transforma um

[35] Ribot, *op.cit.,* p.120.

tanto; a variação é, a par da hereditariedade, o fator necessário na evolução dos seres vivos.

> É compreender mal [diz Moreau de Tours] a lei da hereditariedade esperar de cada geração nova a volta de fenômenos idênticos. Há quem tenha recusado submeter as faculdades mentais à hereditariedade, porque quisera que uma geração fosse a cópia da precedente, que o pai e o filho dessem o espetáculo de uma mesma criatura, nascendo duas vezes, e percorrendo cada vez a mesma vida, nas mesmas condições. Não é na identidade dos fatos que se deve procurar a aplicação da lei da hereditariedade – é na organização, na constituição íntima[36].

Se o tempo, por si só, já produz alterações nos detalhes do caráter, quanto não crescerão estas alterações quando ao tempo se juntam a ação de um meio diverso e a influência hereditária de outros elementos étnicos?... Tal é o caso para a América do Sul. As suas populações divergem hoje, sob muitos aspectos, dos povos das ex-metrópoles; mas, no fundo, as qualidades dominantes de caráter são as mesmas, mostrando bem claramente o parentesco que entre elas existe.

Efeitos da hereditariedade e da educação

> De vray parceque nous les humons avecques le laict de nostre naissance, et que le visage du monde se presente en cet estat à nostre premiere veue, il semble que nous soyons nayz à la condition de suyvre ce train; et les communes imaginations que nous trouvons en crédit autour de nous, et infuses en nostre âme par la semence de nos peres, il semble que ce soyent les générales et naturelles: par où il advient que ce qui est hors les gonds de la coustume, on le croit hors les gonds de la raison: Dieu sçait combien desraisonnablement le plus souvent.
> *Montaigne*

[36] *Psychologie morbide.* p.101.

I

Das qualidades a nós transmitidas, a mais sensível e mais interessante – por ser a mais funesta – é um conservantismo, não se pode dizer obstinado, por ser, em grande parte, inconsciente, mas que se pode chamar propriamente – um conservantismo essencial, mais afetivo que intelectual. Em teoria, os homens das classes dirigentes aceitam e proclamam, como boa, a maior parte das idéias gerais, comuns, de progresso; mas, nem sabem relacionar essas idéias e princípios gerais com as necessidades próprias de cada época e com as circunstâncias especiais de cada país, nem sabem fazer essa aplicação, nem são capazes, quando ela se impõe por si mesma, do menor esforço para adaptar-se a uma conduta diversa. Não suportam que as coisas mudem em torno deles. Adotam as idéias, aceitam as palavras, mas não podem aclimatar-se às coisas que essas palavras designam. É este fundo de conservantismo afetivo que traz aos homens das classes dirigentes a preocupação, comum a todos, qualquer que seja o seu programa, quaisquer que sejam as suas idéias: o conservar ou conquistar a aquiescência dessa classe dos retardatários de ofício – indivíduos que não compreendem, sequer, que as sociedades sofrem uma evolução constante. Na prática, todos esses homens das classes dirigentes são escravos passivos da tradição e da rotina; são ativos apenas para opor-se a qualquer inovação efetiva, a qualquer transformação real, progressista. Dir-se-ia medo ou preguiça; conservam, porque têm a impressão de que assim estão no caminho mais seguro para evitar o imprevisto e criar o menos possível de dificuldades no momento. Vivem – eles e o país que dirigem – uma vida de adiamentos e vãos expedientes. Para todos, o ideal é dizerem-se conservadores. Há políticos ousados... de idéias, radicais, e até revolucionários; mas, obedecendo a uma necessidade íntima da organização afetiva, acham sempre o meio de explicar que não querem ser mais que conservadores. E de fato é o que eles são.

A tendência instintiva ao conservantismo não lhes permite refletir que essa política conservadora, anti-social, mesmo para os povos que possuem um passado capaz de despertar entusiasmos, funesta para os próprios países que trazem de outras eras instituições benfazejas e obras grandiosas – que esta política vem a ser, não só ridiculamente absurda, como essencialmente criminosa, tratando-se de nações onde não há, em verdade, o que conservar. A história nos mostrará que, nas nacionalidades sul-americanas, antes mesmo de completa a independência, já aparece um

partido “conservador”, pesando decisivamente sobre a marcha das coisas públicas. Pergunta-se agora: que é que havia então para conservar?... A vida das populações, a linguagem, os territórios?... E ainda hoje: em nome do que se justifica esse programa de política conservadora?... São nações, estas, em que tudo está por fazer, a começar pela educação política e social das populações. Que pretendem então defender, deste passado?... Ele é uma série de crimes, iniqüidades, violações de direitos, resistências sistemáticas ao progresso. Que é que pretendem conservar? Só se é justamente a decadência, a resignação social, e tudo mais que, prendendo-nos ao passado, se opõe obstinadamente à vida e ao progresso, que não é mais que a perda incessante de hábitos, a luta contra os costumes estabelecidos, a adoção do que é moda e do que é novo, em oposição à tendência dos preguiçosos e tímidos a imitar a história (Tarde). É neste sentido que Nietzsche tem razão quando diz ser o irrespeito e o desprestígio a condição essencial de todo progresso. As nações sul-americanas têm que recompor toda a sua vida política, administrativa, econômica, social e intelectual; se não querem morrer entanguidas, mesquinhas e ridículas, têm que travar uma luta sistemática, direta, formal, conscientemente dirigida contra o passado, respeitando apenas a sociabilidade afetiva, natural entre as populações, e os sentimentos de hombridade e independência nacional, característicos destes povos. Tudo mais será tenazmente combatido – é o meio de levar estas sociedades ao progresso, e colocá-las a par dos outros povos, e de ganhar a distância enorme que nos separa das nações verdadeiramente cultas e progressistas. Estas não esperam, correm; e nós, se não queremos ser devorados, devemos voar, aliviados de toda a bagagem que enche os espíritos ronceiros...

Em vez de se esforçarem neste programa, as gentes dirigentes abrem o coração aos que se plantam na vida como uma árvore, estendem raízes a sugar para um lado e para o outro, e agora, toda a ação a dirigem no sentido de impedir que as coisas se transformem em torno de si. Não se contentam de estar imóveis; pretendem que todo o mundo se petrifique e que a vida deixe de ser uma evolução para ser uma repetição apenas, a fim de que vejam amanhã o que vêem hoje, e o que viram ontem – a estagnação universal. É o egoísmo arvorado em programa: coíba-se o progresso, perpetuem-se os abusos, amontoem-se as crises, contanto que ao misoneísta sejam respeitadas todas as idéias preconcebidas, e os sentimentos que trouxe de outra época, e os hábitos ligados a necessidades passadas; que não

lhe firam um privilégio, que lhe respeitem a situação cômoda, em que vive a engordar sobre o labor alheio... É sem dúvida o sentimento que arrasta os políticos a essa aberração e obsessão conservadora. Os sentimentos, e os costumes, que neles se inspiram, estão sempre retardados, relativamente à inteligência. Desembaraçados, uns dos instintos baixos e interesseiros, outros do sentimentalismo liberal-conservador, livres dessa influência afetiva, a sós com as suas idéias, é impossível que esses homens não reconheçam o absurdo de apresentar como programa político "conservar". Conservar não pode constituir função especial, ativa, de ninguém; é uma função passiva. A sociedade conserva-se, independentemente de qualquer esforço; conserva-se, pelo simples fato de que existe, por uma função inconsciente, reflexa, necessária a tudo que é. Dá-se, por acaso, que os indivíduos intentem esforços no sentido de conservar a forma do corpo, o hábito de andar, a faculdade de falar?.. Não, os seus esforços se fazem no sentido de alterar esta forma, melhorando-a, corrigindo-lhe os defeitos – aperfeiçoando o andar, apurando a linguagem. Os esforços conscientes são todos para transformar e alterar, no sentido de progredir. A grandeza do homem se exprime pelo esforço constante para compreender melhor as suas necessidades, para conhecer qualquer coisa de novo; continuar, conservar é obra dos mortos; viver é acrescentar alguma coisa ao que existe, eliminar o que já não convém.

A sociedade não carece de ninguém com o encargo especial de conservar isto ou aquilo; não há progresso, não há evoluções capazes de destruir o que é essencial à conservação das sociedades. No entanto, por toda parte, se formam partidos políticos com o programa – "conservador"; como se explica isto? Explica-se pelo excesso de egoísmo de uns, pela incapacidade adaptativa de outros. Existe a política conservadora – o que não significa seja ela necessária ou benéfica; também existem os crimes e abusos, e ninguém pretenderá, por isso, provar que eles sejam necessários ou úteis, ou que não devam ser condenados. Há "conservadores" – esses cujos esforços se dirigem todos no sentido, não de defender a sociedade contra supostas destruições impossíveis, mas de conservar para uma classe, para certos grupos, umas tantas vantagens, ligadas a abusos e iniqüidades. Onde quer que surja a oposição conservadora, há um privilégio que se quer manter. Ela resiste pura e simplesmente ao progresso, que destruiria as vantagens dos grupos dominantes, afrontando preconceitos e superstições. É por isso que tal política é não somente inútil e absurda, mas

principalmente anti-social e perniciosa, porque, ou leva a nação à decadência e degradação, ou provoca revoluções. Sociedade parada, cristalizada, é sinônimo de acabada e esgotada. A sociedade é um organismo em evolução, um corpo em movimento, total, contínuo, integral – como o de um rio no seu declive; os conservadores põem-lhe diques, suspendem o progresso normal: as águas, as injustiças acumulam-se, e, um dia, o seu peso rompe o dique – é a revolução social; foram os conservadores que a prepararam. Por isto, a história humana se desenvolve como uma corrente cortada de barragens, vagas que se despedaçam contra obstáculos, catástrofes, crises e destruições violentas, devido a que os grupos dos satisfeitos não consentem o transformar incessante das coisas.

A evolução humana não pode ser retardada sem graves perigos para os que a embaraçam. Os que se incumbem e se oferecem para dirigi-la não deveriam nunca intentar suspender a marcha necessária; não é este o seu papel. Evoluir não quer dizer estar parado, ou recuar. O dever é procurar o caminho, facilitar o trajeto, achar o melhor meio de satisfazer as necessidades novas que se apresentem e de realizar as reformas reclamadas; e nunca opor-se a elas, em atenção a interesses de retardatários – blocos plantados de través à civilização, e em respeito aos quais, mesmo dos republicanos sinceros, muitos se detêm, empenhados em demovê-los. Nada conseguem; esses blocos graníticos, que representam na vida social moles arcaicas como estas outras que o dilúvio espalhou há 20 mil anos e que resistem até hoje – essas moles arcaicas são de um equilíbrio imodificável; as idéias novas passam sem as impressionar; seria preciso um outro dilúvio para demovê-las. E o pior é que elas não são apenas inertes e resistentes; são principalmente reacionárias. Indivíduos que não serviriam nem para ser conduzidos, pois não avançam, impõem-se como diretores – para comandar... a paralisação, senão o recuo. Impõem o status quo, o status quo de quem se afunda. Não se contentam de afeiçoar os espíritos definitivamente às idéias e aos sentimentos da hora em que entraram na vida, e de viver hostis a todo ideal, não se satisfazem de fechar os olhos à realidade, cegos num conservantismo absoluto, e de injuriar a civilização, querendo-a como uma suspensão do progresso – não se contentam com isto para si, pretendem submeter os outros a este programa. E nesse intento, uns, os mais hábeis, fazem-se propagandistas; são os teoristas da estagnação, e acumulam absurdos e sofismas, heresias científicas e falsificações históricas, para provar que a vida deve ser fixada, que a inovação é o mal e

que o progresso está em partir para o passado; querem encerrar a vida em fórmulas que dispensem de viver. Retores, supõem abafar o futuro que se aproxima, sob o peso de verdades velhas e deturpadas, inferidas de realidades extintas – abstrações mortas, quadros vazios, porque a vida já é diversa, sempre nova, sempre a transformar-se. Os outros, os de ação, fazem a campanha, crucificam os Cristos e os João Huss, massacram num dia os 30 mil idealistas miserandos que Thiers trucidou, inermes, nos impasses de Paris; queimam e eliminam, de um lance, mais gentes do que as que os revolucionários têm sacrificado em todas as revoluções. Pouco adiantam, é verdade: poderiam eles suspender a força com que a terra se projeta nos espaços?.. Não é menos quimérico deter a marcha da humanidade, que vai sobre eles. Mas os males, que essa oposição provoca, esses aí ficam; e amanhã os teoristas do recuo vêm "provar" que eles devem ser imputados aos inovadores...

Na América do Sul, essa política conservadora mais se agrava porque é generalizada – para todos os partidos. Não é só por interesse, é por herança, por educação. Mesmo os mais ousados entre os homens públicos, os mais revolucionários, são tão conservadores como os conservadores de ofício. Ou pela ambição do poder, ou mesmo pelo desejo real de concorrer para o bem do país, cujo mal-estar provoca as revoluções, eles entram nelas, subscrevem reformas, proclamam novos direitos; mas são tão impróprios para os cumprir como o mais pétreo dos conservadores. São revolucionários até a hora exata de fazer a revolução, enquanto a reforma se limita às palavras; no momento da execução, o sentimento conservador os domina e o proceder de amanhã é a contradição formal às idéias. Começa porque, mesmo revolucionários hoje, a sua aspiração mais viva é ver, no dia seguinte, toda a gente conforme com os seus atos, é ver que todos vêm aderir a eles. E a adesão se faz efetivamente; não há nada que se oponha a isto; amanhã será tudo como ontem[37]. Na véspera, era de vê-lo, apóstolo, inflamado, radical, incitando as gentes ao combate; no dia seguinte, a voz se amansa, arrasta-se sensata nos conselhos da sabedoria e da ponderação; e os que o ouviram então e o ouvem agora afastam-se com essa impressão de desapontamento – a impressão de quem não compreende por que razão o levaram a violências revolucionárias, se tudo havia de continuar no mesmo. Armam rebeliões, assaltam o poder, mas, uma vez plantados no governo, tais políticos dirigem todas as suas prevenções contra os próprios revolucionários. Agora, o seu papel é de conservar.

II

Para justificar esse conservantismo inconseqüente, faz-se apelo a todas as *fórmulas* de senso comum; não o bom senso que se inspira dia a dia nas necessidades reais, mas um bom senso que vem de pais e filhos, por herança e tradição, o senso comum de outras eras, referente a coisas e necessidades que não existem mais. São aforismos que se aceitam sem exame, aos quais de boa mente se escravizam essas almas retardadas, e a que se julgam presos os políticos sul-americanos como a um compromisso solene, sem indagar, sequer, a relação em que tais aforismos se acham com as coisas atuais. Veja-se, por ex., como repetem todas a uma: "É preciso cortar despesas... " Por quê? Porque o bom senso tradicional assim o diz. E julgam-se todos dispensados de estudar as coisas, para ver que, por toda a parte, tem sido preciso justamente aumentar as despesas públicas, máxime nos países novos, onde as populações crescem mais rapidamente, e onde tudo está por fazer. Esta é a verdade; mas que pode a verdade contra o bom senso?.. Quando se estuda o caráter dos homens de Estado nas nações da América Latina, o que mais se impõe à atenção é a irrepreensível sensatez de todos eles, a sensatez clássica e imponente – esta sensatez a que Anatole France se refere quando diz: "Todos que trouxeram ao mundo um pouco de bondade nova sofreram o desprezo das gentes sensatas". Parece um paradoxo, tão estranho é: pouco importa a luta, os conflitos, levantes e revoluções que tenham trazido o indivíduo ao poder; uma vez ali, "sentindo as responsabilidades do governo", o verdadeiro homem se revela; tudo

[37] Foi nesta psicologia do "revolucionário conservador", ou conservador revolucionário, que Machado de Assis se inspirou, acaso, para compor aquele tipo de novela – "o alienista" – um indivíduo que revoluciona uma cidade, e se põe à frente das gentes exasperadas contra um médico que, em nome de uma teoria estranha, vai encerrando todo o mundo num hospício. O nosso revolucionário depõe as autoridades, faz-se chefe do governo local, vai ao médico, arranca-lhe as chaves do hospício-prisão; mas, com grande espanto das gentes, no momento de franquear as portas, faz um discurso sobre os interesses conservadores da sociedade e os perigos das transições bruscas, e pede o respeito às coisas existentes. Acaba conservando o hospício e o médico.

parou, o revolucionário de ontem desaparece, as gentes ponderadas e graves podem aproximar-se – ficarão encantadas de verificar que mundos de sensatez nele se encerram ali; a vida vai continuar tal qual era; "o período de agitação acabou, as responsabilidades, etc., impõem o dever de não criar dificuldades novas". Quer dizer: todo o esforço agora é para impedir que se dê execução às reformas em nome das quais se fez a revolução, e para defender os interesses das classes conservadoras, a fim de acalmá-las.[38]

III

Daí advém essa contradição permanente entre as palavras e os atos dos homens públicos sul-americanos. E não é só no mundo político que isto se nota. Estas sociedades são em geral arquivos de instituições e costumes arcaicos com etiquetas modernas; um glossário moderno designando um mundo obsoleto. A idade antiga sobreviveu em tudo. As instituições permanecem inalteráveis, por entre as múltiplas revoluções políticas; cada uma delas é um fenômeno arqueológico, quando não é um fóssil cuja classificação seria bem difícil, se a sua filiação não existisse na história. Tome-se o primeiro exemplo que se ofereça: a assistência pública – é um instituto da Idade Média, incompleta, irritante, ilógica, inconveniente, mais nociva e abusiva que útil, inadaptável às necessidades modernas, misturando tendências diversas e às vezes antagônicas. Os centros de solidariedade e mutualidade são representados pelas beneficências e coisas análogas. Leiam-se os estatutos dessas obras, e ter-se-á a impressão de um mundo vivido há cinco ou seis séculos. Não há caixas de invalidez, nem cooperativas de consumo, nem sindicatos de proteção para defesa de

---

[38] Do Brasil, por ex., se pode dizer que tem a especialidade dos estadistas sensatos. Têm a religião do *senso comum,* ou do *bom senso,* que no sentir deles será a mesma coisa; é um respeito supersticioso por tudo que o bom senso consagrou. Eis a garantia que oferecem às *classes conservadoras;* e estas, ao verificarem quanto o homem é sensato, dão-lhe de pronto o seu apoio, porque têm certeza de que, apesar de todos os programas revolucionários, não se introduzirá na prática nenhuma inovação *perigosa,* ou *perturbadora,* ninguém irá contra os preceitos que o bom senso já consagrou. Dentre os brasileiros, apontam-se, apenas, Feijó, Floriano e, numa medida muito restrita, Paranhos, que passaram indiferentes à opinião *sensata.* Não se preocuparam com isto. Chamaram-lhes nomes feios, por isto; o mesmo sucedeu a César, Bismarck, Cromwell, Richelieu, Danton, que tiveram sempre o mais solene desprezo pelo bom senso que enriquecia os Thiers e os Olindas.

interesses comuns; nenhuma obra de previdência, como o exigem as condições atuais. No comércio, na indústria, na lavoura, os processos mantêm-se anquilosados, refratários a qualquer modificação progressista.

Não é o desconhecimento do progresso – é a desconfiança, o horror ao progresso. Insisto ainda – é uma questão de sentimento. Para justificar a permanência de uma prática obsoleta e condenada, o industrial ou o lavrador não buscará raciocinar, ele dirá simplesmente: "Ora, isto toda a vida se fez assim... tenho medo; não, não quero mudar; já agora, o melhor é não mudar..." Variantes ligeiras, na repressão de um mesmo sentimento. Isto se ouve tão freqüentemente na península como na América Latina. Os que se resolvem pelo progresso, o adaptariam nas condições daquele médico fazendeiro, que adquiriu um motor a vapor para tocar dez monjolos. Por quê? "Ora, porque no tempo dos monjolos, nós, fazendeiros, éramos mais felizes do que hoje..."

Essa antipatia é incontestavelmente herdada dos povos colonizadores, que o parasitismo tornou conservadores ferrenhos. É da essência do parasitismo: desde que um organismo principia a viver à custa de outro, cessa de progredir, porque já não tem necessidade de progredir; pelo contrário, todo o interesse, agora, é de não alterar a sua situação. O progresso é o resultado da luta do homem com a natureza, para tirar dela o que lhe é preciso à vida, e para evitar as suas inclemências. Para isto, ele vai apurando a inteligência, aguçando a observação, acumulando experiência, inventando recursos, adotando tudo que lhe parece facilitar essa conquista necessária da natureza. É forçado a viver em contato contínuo com ela; e a observação constante das coisas, e da vida geral, não só lhe desenvolve o entendimento, como se lhe impõe aos sentimentos. Todo o indivíduo que daí se afasta cai forçosamente na contemplação afetiva das primeiras impressões, aferra-se às idéias que primeiro lhe vieram ao espírito. Para progredir, para aceitar o progresso, para fazer dele uma obra concreta, é preciso que o homem viva diretamente da natureza; é mister que tenha necessidade de estar em contato com ela, acompanhando os fatos de perto, e veja diretamente que as coisas se transformam sem cessar, e sinta que o mundo não pode estar parado. O parasitismo não só dispensa o indivíduo de progredir, imobilizando-o, como o torna mesmo incompatível com o progresso, porque anula a faculdade de observação, e o subtrai à influência desse transformar incessante das coisas; e assim se perde o sentimento imediato da vida.

IV

Assim se explica a falta de observação, tão sensível nos povos sul-americanos, principalmente nos indivíduos das classes dirigentes. Essa falta de observação constitui, mesmo, o segundo traço dominante no seu caráter. Esses homens que se deviam reportar às necessidades reais da nação, nelas inspirar-se, vivem fora dos fatos, não sabem vê-los; o mundo atual, ambiente, não tem significação para eles; fazem toda a sua obra com o cabedal livresco. Em vão se procurará nos seus discursos, programas, pareceres, proclamações, a expansão dos problemas efetivos do momento, e as suas soluções possíveis. Discutem sobre os casos que se apresentam na vida corrente da nacionalidade, com as teorias gerais dos livros estrangeiros, ou com os chavões e aforismos consagrados por esse senso comum, vão e antiquado, vindo de áreas defuntas, inspirado em causas estranhas. Raciocinam a grandes alturas, vêem sistemas e perdem de vista as condições em que os fatos se passam. Nos momentos de crise, agitam-se, porque toda gente se sente mal e reconhece que há necessidades a atender, vícios a corrigir, costumes a modificar; mas essas necessidades, a menos que não sejam evidentes por natureza, não saem de um vago e indefinido mal-estar – a sensação do organismo enfermo, incapaz de atinar com o seu mal. Os problemas não se precisam – generalidades, modelos de soluções, ora abstratos, ora eruditos. Muitas vezes, tomam como causa o que é um mero sintoma, a par de muitos outros; tal sucede, por exemplo, quando imputam as dificuldades econômico-financeiras à instabilidade do câmbio, à depreciação do papel moeda, à circulação fiduciária etc. Desta forma, é natural que a agitação e o mal-estar se perpetuem; a confusão é permanente, e dentro dela esses homens continuam a guiar-se por fórmulas vãs, e a propor soluções livrescas, que não resolvem nada, ergotando sobre sutilezas, incertos nesse psitacismo intelectual e político, ou no vago de um pensamento alheio, no cérebro dos outros. Mesmo para uma solução que seja praticamente definida e clara, impondo-se por si mesma, eles, ainda quando a adotam, não ficam tranqüilos se não a vêem consagrada nos livros. É por esta razão que se contentam todos com as soluções escritas. Uma necessidade social, qualquer que ela seja, está resolvida no momento em que um decreto escrito vem promulgado. Desde esse momento, ela desapareceu, não se trata mais disto. Havia a escravidão, mas reconheciam todos que, sobre ser uma injustiça ignóbil, a permanência dessa instituição era também um obstáculo ao progresso econômico do país, e que nesta hora

não pode haver prosperidade com o trabalho escravo. “É preciso que o trabalho seja livre”; e foi isto unicamente que todos pediam, absolutamente certos de que fora bastante dizer em lei que o trabalho é livre, para que se estabelecesse o regime de um trabalho. Ninguém se deteve a examinar o caso e procurar os meios eficazes de se fazer a transformação na produção. Não viam, sequer, que o trabalho livre deve ser inteligente e aperfeiçoado, e que era mister, antes de mais nada, educar o trabalhador, instruí-lo, levar o produtor a melhorar os seus processos, meio único de compensar a barateza do trabalho escravo que se perdia. Disto não se cogitou. Decretou-se a libertação, e foram-se todos, considerando a reforma como acabada; e se alguém ainda se ocupou do caso – foi para pedir ou propor que se importassem braços baratos, que pudessem substituir os antigos escravos, nada se alterando nos costumes e nos processos: chineses ou italianos, que viessem ocupar as antigas senzalas – um salário baixo, equivalente à alimentação e ao juro do preço do negro... tudo mais como dantes. Quanto a essa população das classes inferiores, antigos escravos, nacionais proletários – quanto a estes: que sejam obrigados por lei a trabalhar; pedem-se leis sobre a vagabundagem, lei de locação de serviços, na convicção de que, no momento em que alguns decretos, substanciosos de artigos e parágrafos, vierem publicados, todos esses homens se tornarão logo ativos, adorando o trabalho, e dispostos a dar o seu labor ao fazendeiro ocioso e bruto, por um salário miserável. O essencial era garantir o fazendeiro tal qual ele é, criando embora dificuldades no futuro. E o fazendeiro, que viveu sempre parasita, já não quer somente braços baratos; reclama também quotas diretas, em espécie – auxílios à lavoura, compensação aos lucros cessantes... Ontem parasita do escravo, hoje parasita do Estado – é-lhe indiferente, certamente, quem o tenha de manter, contanto que não haja de alterar o viver. E os auxílios vêm; mas nem ele se sacia nem melhoram as condições da lavoura, convertida hoje em verdadeiro pauperismo, cuja miséria aumenta na proporção das esmolas e auxílios que recebe.

V

Isto é assim para as outras classes, em todos os outros misteres – nas ciências, letras, indústria... Quando saem da rotina irracional, caem nas aplicações eruditas. Certo, existem na América do Sul muitos homens ilustrados – pela livraria, muitos espíritos curtidos de leitura; mas ciência de

verdade, que é a ciência baseada na observação, essa não existe. Assim se explica por que se conhece tudo – do céu e da terra – menos o meio e a natureza dentro da qual vivem todos. O pouco que se sabe é de torna-viagem, aprendido nos livros; as observações e experiências são geralmente a cópia servil de outras, havidas nos livros; são "pastiches". Podem ser contados, tão raros eles são, os livros americanos sobre coisas americanas. Os americanos do Sul não se conhecem uns aos outros, como não conhecem aos próprios compatriotas. É noção que ainda não entrou no ânimo das gentes letradas deste continente – que é possível aprender fora dos livros. Para esta classe, como para todo o mundo, aqui, a ciência se reduz à leitura; as competências medem-se pelas bibliotecas, traduzem-se por discursos, e afirmam-se pela erudição. E como nenhuma cultura se faz pela observação das coisas, e como nenhuma produção intelectual se liberta da influência direta dos livros, não existe nenhuma originalidade, porque esta só existe para quem sabe inspirar-se na natureza, onde a novidade é constante. Não há espírito científico, nem pode haver; a leitura só dá instrução, isto é, serve apenas para pôr o indivíduo ao nível da corrente intelectual da sua época; mas, em realidade, ela não educa a inteligência, porque não desenvolve o espírito de observação, não metodiza a elaboração mental, nem estimula a originalidade. Em resumo: a leitura é indispensável, mas não é o bastante.

São verdades corriqueiras estas, mas de que ninguém está convencido; e aqueles mesmos que as admitem, procedem como se as desconhecessem. Por toda parte, a verbiagem oca, inútil e vã, a retórica, ora técnica, ora pomposa, a erudição míope, o aparato de sabedoria, uma algaravia afetada e ridícula, resumem toda a elaboração intelectual. O *verbocinante* é o sábio. As generalizações sem base – transcrição literal dos sistemas e abstrações filosóficas, substituíram a observação. Vem daí esta mania de citação, tão generalizada nas elucubrações dos letrados sul-americanos; quem mais cita mais sabe, um discursador é um homem apto para tudo. Aceitam-se e proclamam-se – os mais altos representantes da intelectualidade: os retóricos inveterados, cuja palavra abundante e preciosa impõe-se como sinal de gênio, embora não se encontrem nos seus longos discursos e muitos volumes nem uma idéia original, nem uma só

observação própria. E disto ninguém se escandaliza; o escândalo viria se houvera originalidade[39].

As produções intelectuais – poemas, códigos, discursos, tratados ou leis, são todas igualmente incaracterizadas. Os códigos e Constituições não são simplesmente estatutos gerais: são compilações quase abstratas, indiferentes, estranhas ao meio onde se aplicam. O código A ou o código B – são tão pouco inspirados nas necessidades reais do país que funcionam no Brasil, ou no Peru, como funcionariam na Suécia, ou em Massachusetts – questão de nomes próprios.[40] As Constituições aplicam-se às sociedades como tabuletas aos armazéns; trocar-se-iam, e ninguém daria pela coisa; fazem-se sobre os livros, fechados os políticos ao mundo ambiente. Olhemos para as nossas. A primeira, a do Império, era a Constituição de toda parte: Constituição de monarquia constitucional, comprada em bazar de roupas feitas – mangas, bolsos, gola, Benthan, equilíbrio dos poderes, regime representativo; vestida ao Brasil como teria sido vestida à Espanha, à Itália, ou mesmo ao Japão. Na prática, foi a continuação do regime colonial, sem metrópole, isto é, com a metrópole de D. João VI – filhos e netos, no Rio de Janeiro, ornada com um parlamento. Mal satisfeitos os povos, fez-se a propaganda republicana, e como todos sentissem esta impressão, de que um dos males essenciais do país era a falta de autonomia

[39] No Brasil, um dos homens geniais, jurisconsulto de profissão, é chamado, "por ser o mais apto", a dizer sobre o projeto de Código Civil, e, em toda a obra, o que ele vê é imperfeição de forma, as falhas de sintaxe. Só o desarranjo das palavras e orações o impressiona: "...as cacofonias, os hiatos, os ecos, as colisões..."; escreveu 200 páginas *in-quarto,* para ciscar, uma por uma, todas essas asperezas e malsonâncias, alongando-se sobre todas as sutilezas da gramática: eliminem-se os "são sujeitos... declarações sobre... caução só... só sobre... averiguar qual... completos termina... locador dar... por culpa a parte... "; não haja *çç* depois de *ss*, nem *qq* depois de *gg*, nem *tt* e *dd* encadeados, e o código será uma perfeita maravilha.

[40] A estas considerações objeta-se que: "O direito é um só para todos os povos civilizados" (e, se não é, devera ser); não, a objeção não colhe. Um código não é, apenas, a coleção dos preceitos gerais e aceitos, de direito; em tal caso, bastaria um, que todos os povos o adotariam, como se adota o sistema de pesos e medidas, a álgebra, ou a química. Um código não é isto – uma simples coletânea abstrata; num código, o que se quer é a regularização da vida civil de um povo, em particular, segundo os princípios correntes de justiça, atendendo-se às necessidades especiais da sociedade em questão, seus hábitos, costumes e tradições. Um código é a aplicação dos princípios de justiça a meios determinados; o essencial o difícil, pois, não é assentar quais sejam esses princípios de direito – corriqueiros, consagrados ou reclamados por toda parte, mas achar a forma de adaptação de cada um deles às tendências e necessidades próprias a um povo em especial.

de cada região (num tão vasto território) para prover as suas necessidades próprias; como sentissem que esse exagero de centralização administrativa era apenas, e precisamente, uma sobrevivência do estado colonial, perpetuado na monarquia – como sentissem essas coisas, se bem que vagamente, fez-se a propaganda federalista, ou, melhor, a propaganda anticentralizadora... Veio a República, e, quando a proclamaram, já foi – a *República Federativa dos ESTADOS UNIDOS do Brasil*. Aboliu-se a centralização, adaptou-se o federalismo, pediu-se uma Constituição... Uma Constituição para o Brasil não centralizado?... Está achada: abre-se a Constituição dos Estados Unidos da América do Norte, e a Constituição da Suíça, e algumas páginas da Constituição Argentina; corta daqui, tira daí, copia dacolá, cosem-se disposições de uma, de outra, e de outra, alteram-se alguns epítetos, pregam-se os nomes próprios, tempera-se o todo com um molho positivistóide, e temos uma Constituição para a República do Brasil – federativa e presidencial, Constituição na qual só não entraram a história, as necessidades do Brasil[41]. Ela está cheia de disposições tendentes a

[41] A nossa Constituição republicana foi imitada de outras; não está nisto o mal, porque, em suma, é por imitação e adoção das invenções e inovações que os povos progridem (Tarde). O mal está em que se fez uma simples imitação, quando a verdade é que, fora das noções meramente técnicas, nenhuma inovação é proveitosa, se a sua imitação e adoção não se traduzem por uma justa adaptação. Em nosso caso, o essencial era conciliar os interesses gerais, representados pela nação, como um corpo homogêneo – uma realidade que já existia, e com a qual todos contavam e contam – conciliar esses interesses com os subinteresses regionais; não permitindo excesso de poder no Estado Central, que pudesse degenerar em tirania; equilibrando a sua força com a dos estados federados; fazendo-as – a essas unidades da Federação – perfeitamente iguais, a fim de garantir o equilíbrio; e que uns, mais fortes, não viessem tiranizar os outros, nem sobrepor-se à União, empolgando-a, dominando-a. Tal foi o que se deu, no entanto, com a Federação como a realizaram. Não refletiram que as nossas condições históricas e geográficas não são as mesmas dos Estados Unidos e da Suíça. *Promoveram* singelamente as antigas províncias a estados, soberanos e federados, sem haver dado, previamente, proporções convenientes a essas unidades elementares da Federação. Com isto sucedeu que a Federação foi deturpada, e não satisfaz a nenhum dos dois objetivos que a fariam preciosa: nem o objetivo político – pois subsiste, sob outra forma, o excesso de poder central, hoje monopolizado pelos dois ou três estados fortes; nem o objetivo econômico-administrativo – pois não são atendidos os interesses das regiões naturais, que deveriam ser autônomas, visto como foram conservadas as divisões das antigas províncias, que, de forma alguma, correspondem às regiões naturais. Basta notar que elas – as províncias – se limitam geralmente pelos rios, quando, de fato, não são os rios, e sim as montanhas, que separam as regiões naturais. Como está, ocorre mesmo que as divisões político-administrativas até recortam as zonas naturais.

respeitar preconceitos e suscetibilidades que não existiam, legislando para uma heterogeneidade, de povos e de tradições, desconhecida na história do país. Em compensação, nada existe no sentido de encaminhar a nação a normalizar a divisão das conscrições territoriais, distribuindo-as em zonas e regiões naturais, de interesses unificados, e protegendo os povos, de modo a poderem atender às suas necessidades próprias. Nada existe que garanta a conservação desses laços de solidariedade e de sentimento, essa homogeneidade de idéias já existente, e que será sempre uma grande vantagem social para o Brasil, e para a humanidade em geral: a comunidade de sentimento e de linguagem, a amizade desinteressada de populações ocupando 1/16 de todas as terras do planeta, são circunstâncias que não devem ser esquecidas. Dois indivíduos que se compreendem estão mais perto de fraternizar e progredir, principalmente se a raça, a educação e os gostos morais os aproximam também.

Entrou em prática a nova Constituição, e, do federalismo, saíram estas séries de governículos caricatos, desmoralizados uns, retrógrados outros, tirânicos e iníquos quase todos, estonteados, sem saber bem o que fazer dessa autonomia já excessiva, já incompleta... E, desorientados, sem pensamento definido, mal dão idéia de uma nação solidária. Para o presidencialismo, a aclimatação foi mais fácil: é o regime do presidente – este escolhe aquele, aquele escolhe aquele outro; a Constituição é respeitada, uma vez que, no fim dos quatro anos, o antigo se vai embora, e dá o lugar ao sucessor, por ele nomeado. E por ser o regime do presidente, este determina quais os deputados e senadores que devem ter assento no Congresso: os que foram designados pelos respectivos governadores dos estados – adaptação feliz do presidencialismo à Federação...

É este um mal que, no momento, uma simples revisão constitucional não remedeia, antes agrava, porque, em verdade, os políticos dos estados fortes jamais consentirão, jamais concordarão em reduzir a força e o poderio desses mesmos estados. Sucede ainda que, levando todos os males e abusos atuais à conta da *Federação,* em absoluto, Federação que realmente não existe, os políticos revisionistas só têm um pensamento – restringi-la, o que seria um retrocesso. Se as gentes das classes dirigentes estivessem de ânimo a fazer uma revisão da Federação no sentido de eliminar estas desigualdades, seriam, então, capazes de a realizar, mesmo sem revisão da Constituição, porque esta permite a fusão dos estados pequenos e a divisão dos grandes. Finalmente, não esqueçamos que o momento é de reação...

VI

Por toda a América do Sul, o mundo intelectual é feito de bacharéis; o indivíduo é bacharel sem o querer, por força da tradição. Médicos, engenheiros, juristas, críticos, financeiros, guerreiros são todos bacharéis – espíritos puramente livrescos, escravos das fórmulas, guindados às ilusões soporíficas do absoluto. O prestígio dos axiomas, dos conceitos e sentenças é incontrastável, absolutamente tirânico. É fetichismo. Diante de uma fórmula, o indivíduo pára, suspende o raciocínio, quebra a resolução, desanima e, dominado pelo respeito à frase consagrada, é incapaz de reagir, de avançar para o banzo, e analisá-lo, para ver o que ali existe de justo e de exato. Portugal explorava o Brasil, e, para garantir uma exploração fácil e completa, determinou que a colônia fosse exclusivamente agrícola; assim foi, e a tradição ficou. Um dia, um estadista retórico, cujas idéias políticas eram essas mesmas – do Estado colonial – formulou: *O Brasil é uma nação essencialmente agrícola*. Foi o bastante, e ficou assim consagrada a rotina econômica; ninguém teve coragem de tomar esta inépcia[42], e mostrar

[42] Foi por aí que chegaram à célebre "crise do café". O Brasil produz bom café, e o *café* é ouro; – por isto: todos ao café, tudo para o café. E o Estado indiferente, radiante a ver argumentar a receita, não olhava o futuro. "Pois o Estado é o pai de alguém, para intervir de alguma forma, estimulando outras culturas, fazendo propaganda", avisando aos fazendeiros ignorantes da crise que eles preparavam no futuro?... Não; segundo o spencerismo mal digerido, não é este o papel do Estado. Nenhum político nem economista se ocuparia com isto. O Brasil fez-se o cafezal do mundo; com o preço do café comprava tudo. Ao café juntou a borracha; houve um momento de deslumbramento universal. A fazendeirada nadou em dinheiro; terras, que valiam ontem 20 mil réis o alqueire, vendem-se hoje por 1:500$000. Dormindo, peralteando nas cidades, o fazendeiro, apesar de roubado por uma dúzia de intermediários, tinha, *líquidos,* por ano, 40, 50% do preço da fazenda. E agora, na própria fazenda, como já não havia escravos, e o trabalho custava dinheiro, só se cultiva café, compra-se tudo mais, até o feijão e o arroz. E o Estado radiante, em face desta prosperidade... colonial! Sim, era a perpetuação do regime colonial. Em tempos (tais eram os interesses da metrópole) o Brasil produzia açúcar, e com ele pagava tudo mais de que carecia; depois, produziu ouro, depois café, e café e borracha; variam os gêneros, mas não varia a condição. Tal regime será o de uma nação?.. Uma nação é um organismo completo, bastando-se a si mesmo. Só os povos que chegam à emancipação econômica e industrial podem dizer que possuem independência política. Não é o nosso caso – a nação, eternamente ignorante e colonial, eternamente dominada e explorada pela avidez européia. Economicamente, não há diferença entre o Brasil de 1800 e o de hoje. Era uma colônia vassala; é, hoje, uma colônia independente. Há oitenta anos que a nação se emancipou – que tem feito o Estado para levá-la a esta independência econômica? Nada; pelo contrário, atua como um elemento conservador, orientado como tem sido, geralmente, por essas classes refratárias, rotineiras. Além disto, as suas inspirações, quanto à política econômica, ele as tira nas opiniões dos financeiros britânicos, os quais, certamente, não têm nenhum interesse em ver o Brasil (principalmente o Brasil) ou qualquer outra nação colonial, encaminhar-se para a emancipação econômica. O seu interesse, a sua política, as suas doutrinas socioeconômicas propendem todas para induzir as nações novas a persistirem nesse regime, que as conserva numa situação de manifesta inferioridade, mercê da qual serão facilmente exploradas, quando não reduzidas a essa tutela financeira, qual a que a Inglaterra exerce sobre o Brasil. Voltemos ao café. O fazendeiro estava radiante; nem lhe doeu mesmo que libertassem o escravo: o café, cultivado embora pelos mais bárbaros processos, dava 50% de lucro líquido; plantaram-se de café todas as terras próprias à cultura, importaram-se milhões de braços que o Estado ativamente recrutava nos *coolies* italianos; abriram-se estradas de ferro através de todas as terras cafeeiras. O resto da nação vivia mesquinha e abatida; todos os recursos, todas as energias, todas as atenções são para a emigração e as estradas de ferro do café. Nem protestos houve; o café, rico, poderoso agora, domina, impõe a sua política; ele é a glória do Brasil; enlaçam-se com ele as armas da República. E não lhes dissessem que essa política arcaica e antiprogressista, poderia causar uma crise direta, imediata, grave, funestíssima, não só ao Estado como aos próprios fazendeiros. Não lhes dissessem tal, nem pedissem que o Estado cumprisse a sua função de encaminhar a nação para o progresso econômico, detendo, no possível, os que seguramente avançavam para esta crise. Os dominantes não entenderiam os avisos neste sentido. Escritores, que nada tinham com o Brasil, já diziam em 1876: "O Brasil é o cafezal do mundo; com o café compra farinha, paga pão que não tem, compra os panos para se vestir, e tudo mais de que carece. É fora de dúvida que ganha muito; mas é também incontestável que pode estar preparando uma crise futura". Então, os economistas públicos riram, com certeza, da profecia. Continuou a orgia; 4/5 do país viviam na miséria e no abandono, enquanto as terras de café e borracha borbulhavam em ouro, como um campo de exploração mineira. Mas como o resto do mundo não há de suspender a ordem normal dos sucessos para não *desmanchar* os prazeres do fazendeiro e do comércio, veio a crise; café e borracha valem um terço do que valiam há 10 anos; agora, rompe o coro das lamentações, e o Estado, o garantidor, até então, desse regime colonial, acolhe-se hoje às fórmulas spencerianas, inventa um darwinismo social que nunca passou pela mente do naturalista inglês, e diz que: "Não é do seu papel intervir em tais coisas... cada um que ache por si o seu caminho... os que se sentem fracos, resignem-se a ser devorados... " No mais, discutem-se os *kartels* alemães, os bancos regionais de Itália, e quanta coisa há pelo mundo, indiferente à crise do momento. Discute-se, argumenta-se, citam-se autores, com o intuito exclusivo de salvar o café, de conservar o café. É assim que a crise dura há oito anos; está verificado, provadíssimo, que tudo provém do fato de ser a produção de café excessiva; por conseguinte, a solução está achada, e é a melhor: ensaiem-se outras produções... Não vê!... Já havia tempo de estarem cobertas de outras culturas estas fazendas, outrora cafeeiras; no entanto, nem uma tentativa séria se faz neste sentido. Todo o esforço é para – *valorizar o café...* E, enquanto esta valorização não chega, os fazendeiros, emperrados neste sebastianismo de nova espécie, esgotam-se e esgotam os *auxílios;* vencem-se as hipotecas, são abandonadas as propriedades, e a pouca riqueza da nação, ali empregada toda

quanto é idiota e irracional o conservar-se um país, qualquer que ele seja, como puramente agrícola.

VII

Uma fórmula simplista resolve tudo. Spencer, traduzindo a feição da política e da civilização inglesa, no século XIX, disse que: *o Estado não deve ser industrial*, e, desse momento em diante, para tapar a boca a qualquer ministro de Obras Públicas um pouco ativo, é bastante repetir-lhe o conceito do evolucionista britânico. Nestes países, onde todas as liberdades essenciais estão esquecidas e anuladas, a fórmula -liberdade de comércio – com que as nações fortes mascaram o seu privilégio explorador, é o bastante para garantir a classe dos taverneiros de além-mar, sanguessugas que, ainda hoje, trazem a América Latina, e principalmente o Brasil, entanguida, esgotada, exangue. Depois que um estrangeiro qualquer, ignorante das condições sociais do homem do povo na América do Sul, o denunciou como preguiçoso e incapaz de trabalhar, o pobre do americano não achou mais salvação. Pouco importam todas as qualidades de resistência e sobriedade que ele possui; pouco importa que lhe falte, apenas, a educação do trabalho e a instrução; foi condenado, e todos repetem a condenação, sem um instante de reflexão, sem atenuantes. É a sentença implacável, acompanhada com os panegíricos clássicos ao trabalhador estrangeiro – muitos e longos elogios das miraculosas virtudes da emigração. A ouvi-los, os Estados Unidos devem exclusivamente à emigração o seu progresso. E, nesta corrente de idéias, sem mais exame, tudo se sacrifica à colonização. Não há quem se detenha em estudar as condições em que se fazia e se faz a emigração para a América inglesa, para comparar a situação oferecida ao colono, ali e aqui. Não pensaram, sequer, em confrontar as datas para indagar se foi o progresso – considerando como talo que efetivamente resume o progresso: estabilidade e liberdade das instituições políticas, boa justiça, instrução popular, atividade social – para ver se foi o progresso social que chamou a colonização ou se foi a colonização que provocou o progresso. Se dessas causas cogitassem, veriam que, nas condições atuais das nacionalidades latino-americanas, forçar a

ela, vai ficando morta, inutilizada, improdutiva; já não é riqueza, é resíduo. Assim está o estado do Rio, assim está parte de Minas e de São Paulo.

emigração é quase um desazo. Em dadas condições é dissolvente para a harmonia social a intromissão violenta de populações que, além de excessivas para a força assimiladora, serão necessariamente refratárias à assimilação e, de alguma sorte, incompatíveis com as gentes naturais. São mais os males dessa colonização precipitada que as vantagens. Em todos estes países, o progresso é tardio e o trabalho relativamente pouco remunerador, porque os processos e os instrumentos são antiquados, irracionais às vezes. A vida não oferece as condições de conforto, nem as garantias correntes nos países industriais, adiantados. Em tais condições, ou o colono é um indivíduo que vem para aqui com o intuito único de colher, por qualquer meio, um pedaço de fortuna, e ei-lo a maquinar explorações torvas, germes de indenizações, ei-lo a parasitar e a perturbar a vida econômica do país, até o dia em que, reunidas as libras, toma o caminho da pátria; ou é o proletário, o colono trabalhador, desejoso de fixar-se e de obter, aqui, uma situação melhor que a sua de origem. Mas este último, ao chegar, reconhece logo que o enganaram; as condições de inferioridade do país patentearam-se em todas as coisas, e ele se sente mal.

Por mais triste que seja a condição do proletário europeu, é inegável que, lá, ele tem por si umas tantas vantagens e garantias que lhe facilitam a vida: as cooperativas de produção e de consumo, as organizações sindicais que o protegem, certa facilidade e possibilidade de protestar contra a exploração capitalista, condições políticas que permitem uma maior atividade social, uma tal ou qual participação na vida da nação. Tudo isto o ocupa, o distrai o consola, inspirando-lhe esperanças. E a higiene, e a assistência pública, e o serviço de polícia são mais perfeitos. Além disto, lá, ele tem os seus momentos de prazer (que é bem certo: nem só de pão vive o homem); há diversões para todos, e ele goza dessas festas e diversões, que a nós parecem ingênuas e estranhas, mas às quais se casam os seus sentimentos e tradições. Aqui não há nada de comparável. Dão-lhe um pedaço de solo, fértil embora, ou um salário sem larguezas; ele pode ser proprietário, mas isto não compensa as penas de uma expatriação. Antes de mais nada, é preciso que o meio, aqui, não seja inferior àquele donde ele – o colono – provém. Eleve-se este meio, melhorem-se as condições de vida, para que o emigrante se possa achar feliz aqui; façam isto, e a emigração virá espontaneamente, como foi para os Estados Unidos. De outro modo, só virão para a América Latina ou indivíduos cujo nível social e intelectual é sensivelmente igual ao dos infelizes que, desamparados, vivem nestes

sertões extensos; ou os indivíduos atraídos por promessas falazes, e que, ao sentirem o contato deste meio, inferior e rude, se retrairão indispostos, mal encobrindo o desgosto e provocando, assim, ressentimentos e ódios das populações naturais. Contemos também com os parasitas e exploradores; esses virão de mais em mais, enquanto a fraqueza e o atraso destes países lhes permitirem as traficâncias e maquinações...

Temos de convir que é absurdo, reconhecendo que o estado político e econômico do país não é bom, pretender e esperar que os estrangeiros o venham reformar e organizar, educar e aperfeiçoar. Quem emigra, emigra para melhorar de sorte, e não para organizar nações e fazer pátrias; e, quando o faça, há de fazê-lo para si, e não para quem se confessa por si mesmo incompetente. Os Estados Unidos podiam ter aproveitado muito da emigração; mas o certo é que, ao encaminhar-se para ali o forte da colonização, já o país apresentava uma nacionalidade pacífica, ativa, instruída, vivendo sob um regime civil e político tão livre e adiantado como os mais livres da Europa. O nível geral da sociedade americana era comparável ao dos países mais cultos. O emigrante não sentiria, ali, essa impressão desagradável, fatal a quem se transporta a um país rude e mal organizado.

Pensam resolver o caso – escrevendo, em decretos, a "grande nacionalização" do colono; seria muito bom, se o decreto bastasse... A nacionalização política não importa para o caso; o essencial é a assimilação social, e esta só se obtém pela difusão da instrução, pela absorção das inteligências nas escolas – que os estadistas, no entanto, julgam desnecessárias[43].

Nesta questão de emigração, o erro dos políticos vem, não só da falta de observação, como do conservantismo obscuro de quase todos. Não vêem, no caso, senão uma importação de braços. A expressão é técnica e preciosa. Os efeitos políticos e sociais da colonização não são compreendidos; pensa-se, apenas, nesta famosa importação de braços, que permitirá perpetuar um regime arcaico de lavoura, mantendo o fazendeiro no seu tipo – parasita, ignorante, ocioso, muito contente de viver das diferenças entre o preço do café e o salário do trabalhador. E esse trabalhador (que nenhum encanto pode encontrar na vida de assalariado, vida que, por forma nenhuma, o prende à terra) não tem outra esperança que acumular o preço de três ou quatro anos de trabalho e voltar à pátria, ou ir parasitar pelas cidades, ou cavar indenizações. No fim de 50 ou 60 anos de uma tal lavoura, o solo está esgotado, a terra está cansada, a ignorância não sabe como fertilizá-la, o plantio não dá mais lucros, os colonos foram-se, o fazendeiro vai-se também, deixando ao banco, onde a hipotecara, a fazenda deserta – uma tapera. Com os salvados desse naufrágio, o agricultor ainda compra terras virgens, monta uma nova fazenda, em tudo igual à primeira, e que, no fim de certo tempo, será igualmente uma tapera.

Dir-se-á que, ao lado desta colonização, há outra, sedentária, dos que se fixam. – Sim, todos a conhecem; são, por exemplo, os núcleos que, no Brasil, existem no Espírito Santo, ou em Santa Catarina. No estado do Espírito Santo há povoados, vilas inteiras, de italianos ou polacos, vivendo tão miseravelmente e acanhadamente como as populações naturais, e mais tristes do que elas. É aí, nessas povoações, que se podem ver indivíduos de 16 ou 18 anos de idade, nascidos no Brasil, e não sabendo comunicar-se com os naturais, por não conhecer a língua do país onde nasceram e se criaram... Quando um país não está ainda suficientemente organizado, nem bastante desenvolvido e culto para assimilar as populações emigrantes, fica-se quieto, aceita-se os que vêm, e deixa-se de estar perturbando e embaraçando ainda mais a sua organização com a infusão de elementos heterogêneos.

VIII

Em obediência a essas fórmulas e conceitos tradicionais, condena-se irremissivelmente o proletário, o trabalhador nacional. Não é possível imaginar-se contra-senso mais irritante que o desses representantes das classes dirigentes, nas repúblicas sul-americanas, a condenar o elemento

[43] No Brasil, a indiferença dos políticos por essa questão é tal que se permite às *colônias,* ou zonas onde o elemento estrangeiro de uma certa nacionalidade é grande, o terem somente escolas suas, estrangeiras, escolas que, às vezes, são até subvencionadas pelos dinheiros públicos brasileiros. Assim, sucede que as gerações, já nascidas no Brasil, se passam sem misturar-se jamais com os naturais, sem perder coisa alguma do seu estrangeirismo. O rei da Itália e o kaiser germânico têm tão bons súditos nascidos no Brasil como os de lá, ou talvez mais fiéis – que a saudade da pátria nunca vista, suas glórias confrontadas à mesquinhez do país onde vivem, a ausência de queixas, pois que lá não estão, tudo isto mais os afervora no amor da nacionalidade recebida por herança.

popular dos respectivos países, e a repetir a seu respeito tudo que diz o estrangeiro mal informado, tudo que dizia o antigo senhor colonial, habituado a tirar 16 e 18 horas de trabalho, por dia, ao escravo, em paga de uma naco de carne seca, e podendo ainda dispor do negro trabalhador à vontade! É talo contra-senso, que faz supor não compreenderem a conseqüência lógica dessa sentença eliminatória. Não se lembram de que, ao condenar o nacional – o elemento povo – como incapaz e inaproveitável, eles se condenam a si mesmos, porque, em suma, o povo não se dirige por si, não se fez por si, não tem sido o senhor dos seus destinos; tem sido dirigido, governado, educado pelas classes dominantes; eles é o que fizeram, e, se não presta, a culpa é de quem o não soube educar. Se a massa popular é inaproveitável, então estas nações não têm razão de ser, devem desaparecer; e desaparecerão também as outras classes, que uma nação não é feita, apenas, de classes dirigentes. No entanto, nenhuma dessas considerações os detém. É uma delícia – para quem aprecia aberrações de lógica – ouvi-los repetir, em longas tiradas, recitadas com o entusiasmo e a gradação de quem as aprendeu com amor, todos os libelos e requisitórios contra o trabalhador naciona1[44].

[44] Não o esquecerei nunca. Fazia eu parte da redação de um jornal político, em tempo em que uma deliciosa unanimidade de idéias e sentimentos ajustava todas as gentes num partido Único. E quando faltava ocupação, aprazia-me ouvir os maiores, diretores das coisas públicas, senhores dos destinos do povo, discorrer em intimidade. Era o meio de conhecer-lhes os subpensamentos – idéias e opiniões que um político de lei não diz de público; e o que, no meu silêncio, eu ouvia, edificava-me muitas vezes. Um dia, discorriam todos, a unânime, sobre a excelência do trabalhador emigrante; não havia novidades no alegado, mas era uma sinfonia! Repetiam-se todas as tiradas, docemente líricas, sobre a "previdência, economia, tenacidade, gentileza..." do colono. Outros tomavam a *deixa,* e descarregavam sobre o nacional a indefectível condenação, circunstanciadamente aduzida: "turbulência, instabilidade, imprevidência, prodigalidade, insubordinação, preguiça, desinteresse..." Eram eliminatórios: não havia, nos nacionais, nada a aproveitar, nada que os justificasse, nada a esperar deles... Não continham estes conceitos nenhuma novidade que se impusesse à atenção, mas a serenidade com que eram externa dos desorientava a quem os ouvia... Era a morte da própria nacionalidade que eles atestavam; mas com tal indiferença! Dir-se-ia inconsciência...
- "E, agora, em que recanto da costa da África vão os senhores largar esses 14 milhões de imprestáveis?!..." escapou-me perguntar. "Sim: está verificado, e os senhores o proclamam, que não há nada a fazer com esses 14 milhões de indivíduos que formam a massa geral da população; e como são os senhores mesmos os responsáveis pelo seu destino, que pensam fazer deles?... É certo que esses milhões de inúteis não podem, nem devem ficar para aí, eternamente, a reproduzir gerações e gerações de imprestáveis; é mister dar-lhes um fim..."

Contentam-se em repetir os juízos feitos; não pensam em estudar as condições de vida desses infelizes, tão formalmente condenados, antes de os julgar; nem pensam em examinar as causas dos defeitos que os prejudicam, para, desse estudo, deduzir um programa de ação sobre eles, de modo a corrigir o que se possa corrigir – educando-os, considerando-os como homens livres, como o elemento essencial da nação, e de cujo progresso e bem-estar depende o progresso e a tranqüilidade do país. Não foram nunca tentados a isto; senão, teriam visto que esses vícios todos se reduzem, geralmente, a defeitos perfeitamente corrigíveis por uma educação social, aturada e inteligente, e por uma boa instrução. Veriam, ainda, que certas qualidades, citadas como defeitos, são, antes, predicados estimáveis, deturpados, apenas, pela ignorância e falta de educação propriamente dita. Não refletem, sequer, no seguinte: que, se há nesses naturais incapacidade essencial para o trabalho e a atividade, ela é efeito do clima, e se manifestará fatalmente sobre qualquer raça ou gente que aqui se aclimate. A vida num país quente obedecerá sempre às condições que o clima oferece; e, neste particular, as raças já aclimadas oferecem, forçosamente, vantagens sobre as recém-chegadas.

IX

Não examinando nem conhecendo a realidade da vida, os homens públicos desconhecem também as causas reais deste mal-estar permanente – as dificuldades econômicas, que mais se agravam com os remédios postos em prática a conselho dos economistas livrescos. Não consta, nem transparece dos seus trabalhos, que um só desses financeiros e políticos se tivesse dedicado a estudar verdadeiramente as condições de produção e fixação da riqueza, nos respectivos países. Nenhum pensou em fazer o cálculo do trabalho inútil, do esforço perdido nessa lavoura, ou na indústria rudimentar, rotineira e arcaica. A legenda de que o solo é fértil os dispensa de qualquer cogitação a respeito; não se lembram de que essa fertilidade é relativa, e é representada por um certo número de elementos que em breve se consomem. Só é verdadeiramente fértil a terra que é fecundada pelo trabalho inteligente. Que importa seja feraz este solo, capaz de dar cento

O espanto que lhes causou a questão mostrou-me bem que ela era inteiramente nova ao seu espírito.

por um, se os processos e instrumentos de lavoura são tão atrasados que exigem 20 horas de trabalho para lavrar o terreno necessário a 1 litro de semente, por exemplo?... Compare-se o resultado obtido, com o que se teria de uma lavoura inteligente, sobre um solo menos fértil – que dê, apenas, 50 por um. Aí, 20 horas de trabalho preparariam terrenos para 5 litros de semente; e, no final, nós temos que o mesmo esforço produz, no terreno fértil – 100, e no menos fértil – 250. Acrescente-se a este resultado a qualidade do produto, que o lavrador inteligente e progressista procura melhorar continuamente, escolhendo a semente, beneficiando a colheita. E é disto – do trabalho inteligente, da perfeição dos processos – que depende a riqueza; só há um caminho para chegar lá: a cultura da inteligência, a difusão da instrução, a propagação da ciência. Voltem-se para os Estados Unidos, vejam como a indústria e a lavoura aproveitam ali o progresso da ciência. Tudo que a física, a química, a botânica, a meteorologia... ensinam tem uma aplicação imediata às indústrias. Vejam o esmero com que se instruem as massas populares, e reconhecerão, então, que não foi a emigração quem produziu o maravilhoso progresso da grande república, mas a cultura, a instrução generalizada.

Tais são, porém, coisas em que ninguém pensa. Imagina-se, por acaso, um bom estadista sul-americano ocupando-se de instrução popular?!... Pois não é verdade que ele reconhece ser a instrução uma coisa útil?... No mais, seria quase pueril que um político se fosse ocupar de tal assunto. Nem exijam, também, que um ministro de finanças, que se preze, vá estudar as condições elementares da vida econômica e financeira – na produção e fixação da riqueza; não, ele é financeiro porque aprendeu nos livros; entrado em funções, precisa mostrar o quanto sabe, e julgar-se-ia decaído do seu renome se não possuísse duas ou três soluções para salvar, num abrir e fechar de olhos, as finanças públicas. Vai aos livros, traz de lá meia dúzia de fórmulas e axiomas dos economistas estrangeiros, fabricantes de edições – "balança cambial... balança comercial... circulação fiduciária... excesso de papel-moeda... depreciação da moeda... liberdade de comércio... livre-cambismo... protecionismo..." – aponta, como causa das dificuldades econômicas, sintomas parciais de uma só causa geral, e ei-lo, agora, convicto, afanoso, a "melhorar o crédito público", combatendo a baixa do câmbio, ou cortando despesas para equilibrar o orçamento, ou estabelecendo a circulação metálica... Outros tantos tonéis que não se enchem nunca, e por onde se perdem os poucos recursos, que poderiam ser empregados utilmente para melhorar as condições de produção, instruir o trabalhador, preparar a fixação da riqueza, a qual, ainda hoje, se escoa para a Europa como nos bons tempos coloniais.

X

Dir-se-ia que tais homens são incapazes de acompanhar os fenômenos sociais até a sua origem, e por isto pretendem colher os frutos, sem preparar a sementeira; constroem à chinesa: apuram a instrução superior, antes de propagar a primária – fazem doutores para boiar sobre uma onda de analfabetos. Em vez do ensino popular, que prepare a massa geral da população – elemento essencial numa democracia, em vez da instrução profissional-industrial, donde tem saído o progresso econômico de todas as nações, hoje ricas e prósperas – em vez disto, reclamam-se universidades – já alemãs, já francesas[45]. Reclamam artistas, para vir morrer de tédio, ou de fome, em meio a um público indiferente, sem educação estética para alimentá-las e estimulá-los. Se, um dia, se lembram – e isto é assim para todos os que andam pelas classes superiores – se um dia se lembram de agremiar-se, com um fim científico ou com um pensamento de letras, é para fundar academias – dosséis, arquibancadas, discursos: *Vacuam sedem et inania arcana...* Arcadias e solenidades, de um preciosismo defunto; coisas que nascem mortas, e às quais nem os ataques obsoletos dos moços conseguem dar feição, nem movimento – mortalhas e sudários enfaixando recém-nascidos. Doutores, academias, institutos – universidades, para praticar a inércia sobre uma sociedade de irresponsáveis, e estimular à sonolência essa massa popular, que é hoje o que era há 300 anos. Necrópoles de idéias mortas, abandonadas, esquecidas, distanciadas de todos os ideais e aspirações modernas.

Destas qualidades de caráter deriva a falta de atividade social – tibieza, intermitência de entusiasmo, desfalecimentos contínuos, desânimo fácil, tendência à lamentação, facilidade na acusação, inadvertência,

[45] "O Brasil quer ter agora as universidades alemãs"; a idéia é pelo menos genial- transportar para o Brasil as universidades germânicas! E por que não transportam o Santo Império, o Dr. Fausto, a Declaração de Lutero e o Anel dos Nibelungos?!... Um pedaço de Idade Média e um pouco de teologia não fariam mal...

ausência de vontade, inconstância no querer... de que, bem justamente, somos acusados.

A atividade social é o resultado imediato da observação direta da vida. *Vida e atividade* são, num certo sentido, sinônimos; e só quem se inspira no fluxo e refluxo das sociedades, se pode entusiasmar pela vida. Quem permanece ao lado dos acontecimentos por não saber observá-los, quem é incapaz de se impressionar por eles, nunca se interessará pela corrente de sucessos, de onde resulta o progresso, nem procurará participar dele. A atividade social pressupõe uma sensação precisa – qualquer que sejam as tendências do indivíduo – uma sensação precisa das necessidades sociais; daí deriva a intuição das soluções possíveis e adequadas. A leitura, só, fora da observação, conduz apenas à contemplação, que torna o homem inativo e estéril como um monge virtuoso. Não significa isto que, aqui, os homens públicos não trabalhem. Sim, trabalham; mas o seu labor se faz como uma tarefa, quando devera ser uma campanha, entusiástica e ardente, como o trabalho se apresenta aos que avançam convencidos do êxito – porque marcham em contato direto com os acontecimentos. Em nós outros, os esforços estão condenados, de antemão, a ser ineficazes; a atividade social é paroxística; passada a crise, vem o desânimo, e, em seguida, o desinteresse pelas coisas públicas, ou o clamor indeterminado contra os que ocupam o poder. E é natural: se todos confiam numa fórmula, e acreditam que uma conquista política ou social está obtida quando essa fórmula foi inscrita, a todos invadirá ou o desânimo ou a cólera quando sentirem que, apesar da reforma escrita, as coisas continuam como antes. Disto resulta que, dentre os progressistas sinceros da América do Sul (e da península), 3/4 estão sempre desiludidos, a blasfemar contra os princípios que apregoavam na véspera, prontos a acusar toda gente. Pensam que os males sociais se reformam pelo simples efeito das palavras escritas; decretam reformas, e deixam de lado os costumes; transigem com todas as revivescências e tradições, e querem que as injustiças e atrasos cessem – pelo efeito mirífico das leis impressas e esquecidas!... Pretendem que a vida, sempre renovada, sempre imprevista, se venha fixar, sob fórmulas tiradas de condições peculiares e épocas arcaicas. Falta-lhes essa observação das coisas, onde aprenderiam que a evolução é contínua, que vícios longamente acumulados só por um esforço longo podem ser corrigidos. Falta-lhes compreender que, à tenacidade dos hábitos defeituosos, é preciso opor uma educação igualmente tenaz e aturada.

Vontade, energia e tenacidade são qualidades que se desenvolvem pela observação direta dos fatos; é aí que se aprende o quanto são vivazes e permanentes as forças da natureza: para vencê-las é mister opor-lhes energias igualmente vivazes e permanentes. Só quem sabe ver e medir os pequenos resultados, obtidos dia a dia, por um esforço contínuo, é capaz de conceber esperanças fortes; assim se reanima a confiança e fortifica-se a tenacidade. Esses, que deste modo educam o seu espírito, não desfalecem nas alternativas da ação, nem são colhidos, nunca, de surpresa.

Efeitos devidos à tradição e à imitação

> As verdades que a maioria proclama são verdades de tal modo velhas que já estão decrépitas. Ora, uma verdade velha, assim, está no ponto de se transformar em mentira. Nenhuma sociedade pode viver nutrindo-se de verdades mortas.
> *Henrik Ibsen*

Havendo analisado longamente, desde a sua origem, certos defeitos de caráter, recebidos das metrópoles, e que representam a influência do regime parasitário sob o qual viveram as colônias, necessário se faz apontar as outras qualidades características dos povos ibéricos, e que foram igualmente transmitidas às populações filiais, da América. Antes de se fixarem nesse parasitismo pernicioso, e mesmo depois de decaídas e enxovalhadas por esse conservantismo degradante, as nacionalidades da península revelaram energias raras, mostraram possuir qualidades próprias que as destacam entre os outros povos da Europa. Foram essas energias que permitiram à Ibéria o transformar em uma nacionalidade, perfeitamente caracterizada e original, as levas incessantes de povos e raças, tradições e costumes, idéias e sentimentos, que durante vinte séculos ali se derramaram. Foram essas energias que exaltaram aquelas nações, no século XVI; foram essas mesmas energias que as salvaram três séculos depois. Os povos da América Latina herdaram também estas qualidades, e delas devemos tratar adiante, quando houvermos de estudar os outros elementos de caráter; nas populações sul-americanas – *Elementos essenciais do caráter; raças colonizadoras; efeitos do cruzamento*. Por ora, completemos o estudo das conseqüências do parasitismo.

Até aqui temos examinado os defeitos que são devidos, ao mesmo tempo, à hereditariedade e à educação; passemos a outros que derivam

exclusivamente da imitação – da sobrevivência de tradições viciosas. Depois, destacaremos os que vêm diretamente da reação que se desenvolveu, desde o primeiro momento, nas sociedades nascentes, contra o regime de espoliação e opressão das metrópoles – antagonismos, ódios, conflitos, queixumes, rebeldias, revoltas, onde se gera uma oposição essencial entre as nacionalidades que se vão formando e o elemento representativo das metrópoles – entre a nação e o Estado.

I

Um dos fatores que mais concorrem para perturbar e embaraçar o progresso político, e mesmo o progresso geral, das nações sul-americanas, é a noção que todos têm de Estado – governantes e governados. É uma noção que vem dos tempos coloniais, conservada por tradição. O caráter que reveste o Estado, a feição com que ele se mantém, é, sem contestação possível, uma sobrevivência dos costumes políticos coloniais, sistematizados pela educação e imitação, e assim perpetuados, de geração em geração de governantes, que se inspiram necessariamente nas mesmas tradições.

Dentre os diversos aparelhos e instituições sociais, não há nenhum tão resistente ao progresso, e às reformas em geral, como as máquinas governamentais. Os regimes políticos passam, transformam-se; as instituições sociais desaparecem, e outros surgem substituindo-as; mas os costumes administrativos, as tradições governamentais – o Estado propriamente dito, esse permanece o mesmo, através de todas as crises, resiste a tudo. E é natural. O Estado é o aparelho social mais cuidadosamente constituído, perfeitamente delimitado, meticulosamente regulado; nele, as funções estão exageradamente especializadas. Cada um dos seus elementos constitutivos – cada funcionário – é disposto e educado exclusivamente para um fim determinado; o seu espírito se moldou definitivamente àquele mister; entrado na máquina administrativa, uma vez afeiçoado ao seu cargo, passa a cumprir a função quase que automaticamente; daí por diante, vai ele incorporar-se aos outros nesta resistência passiva e absoluta – absoluta, porque é inconsciente e automática – a qualquer modificação. Ao mesmo tempo, o Estado é uma potência formidável, não só porque é um organismo completo e

extensíssimo, como por ser o soberano sobre os outros aparelhos sociais. Assim, é natural que as reformas e revoluções políticas não lhe modifiquem as tradições, antes sejam estas que se imponham aos novos regimes, forçando-os a adaptarem-se aos costumes antigos, inveterados. Qual a revolução capaz de alterar esses costumes?... Só um cataclismo político e social, que derribasse toda a organização governamental para substituí-la por outra, cujos elementos não tivessem, jamais, sentido a influência dos costumes anteriores – coisa impossível! Em vez disto, nós vemos que, nas crises políticas, ainda nas mais radicais, só se substituem no Estado aqueles órgãos por sua natureza transitórios, e uma ou outra peça, entre as milhares, dos aparelhos definitivos. E estes poucos são substituídos por outros cuja educação funcional é a mesma. Se se acrescentam peças novas, estas logo se afeiçoam às tradições: "*Semblables à tous ceux qui ont l'autorité, ils craignaient l'innovation...*". O organismo cresce, a sua força aumenta; mas a orientação não se altera. "A burocracia" retrógrada, por um lado, e a expansão do poder, de outro, o mantêm na tradição.

Isto é assim no geral das sociedades: imagine-se, agora, em sociedades essencialmente conservadoras, viciadas num conservadorismo obstinado!...

O Estado é, ainda hoje, nos países da América Latina, o que era nos tempos coloniais, salvo modificações de forma, inerentes aos novos regimes políticos. Noutro lugar já ficou dito, tão sucintamente como exige a rapidez desta análise, o que era o Estado naquele tempo – uma simples máquina de perceber tributos, armada com aparelhos especiais de opressão, que lhe garantiam a posse da presa – a ventosa e os colchetes do parasita: cobrava, coagia, prendia, matava; criava privilégios, defendia-os... Além disto, o Estado formava um corpo alheio à nacionalidade, vivendo à custa da colônia, e alimentando toda a metrópole. O Estado tinha como justo, exigia que a colônia o sustentasse; mas considerava-se – como de fato o era – um organismo à parte, com interesses particulares seus, e até radicalmente opostos aos interesses das novas sociedades. Os que o representavam agiam em nome de um poder estranho, independente, dominando a nacionalidade nascente, sem outras ligações com ela a não ser a imposição da vontade absoluta e soberana do governo da metrópole. As populações naturais se iam formando, e sobre elas a Coroa espalhara a rede dos seus funcionários, para dirigi-las.

Eis o Estado: uma realidade à parte, em vez de ser um aparelho nascido da própria nacionalidade, fazendo corpo com ela, refletindo as suas tendências e interesses. As autoridades sentem que têm uma razão de existir fora da vida normal do país, pois que elas encarnam um organismo que tem existência e faculdades próprias; e fazem valer as suas prerrogativas, defendem-nas, tratam naturalmente de fortalecê-las... Apesar disto, mesmo formando uma realidade à parte, o Estado poderia aproximar-se da nação, se o regime seguido se inspirasse efetivamente nos interesses e necessidades naturais do país; mas, não: as autoridades só viam os interesses da metrópole, e estes eram justamente contrários aos da colônia.

II

Por tudo isto, o Estado era, não somente alheio às novas nacionalidades, mas até odiado: era o instrumento do mal, era o inimigo. E este caráter, em vez de atenuar-se, mais se agrava, porque, à proporção que as colônias se desenvolviam, mais importância adquiria o Estado. Ao fazer-se a independência, era bem caracterizadamente esta a sua situação, em face das nacionalidades nascentes: uma instituição à parte, dominando-as, ciosa das suas prerrogativas, e não tendo outros intuitos senão afirmar o seu poder, e tirar da nação os meios de vida. E é por isso mesmo que as sociedades coloniais se sentiam mal e reclamavam independência. No entanto, ela se fez, mas as coisas não se modificaram, quase. O peso das tradições, a força adquirida conservaram ao Estado o caráter que ele tinha. E era fatal: as colônias sul-americanas não foram colônias como o infeliz Transvaal ou Madagascar, por exemplo – isto é, nacionalidades que possuíram governos próprios, um Estado verdadeiramente nacional, representando os interesses e costumes dos naturais, e que, se um dia proclamarem de novo a sua independência, podem voltar às tradições anteriores à conquista. Não foram, também, colônias como os Estados Unidos, que se organizaram por si mesmos, e nos quais o Estado se constituiu, desde logo, qual devera ser: um simples órgão da nação, inspirado unicamente nas suas necessidades, defensor dos interesses sociais e propugnador do bem público, preparando logo para os cidadãos o máximo de atividade, competência e livre iniciativa. Fez-se ali a independência, e ele pôde continuar a ser o que era, sem nenhum prejuízo para a nação. Aqui, não: o Estado impunha-se à sociedade, existia sobre ela, em conflito com ela, em nome dos direitos e prerrogativas da Coroa. Um dia, o regime colonial chegou ao seu fim, as colônias se emanciparam – em que consistiu esta emancipação? "Nacionais" substituíram-se no poder aos representantes das metrópoles, nos cargos mais importantes: os impostos deixaram de ir para o Tesouro da Coroa de ultramar; mas o Estado, em si, permanece qual era. Decretaram-se Constituições, Constituições mais ou menos liberais; isto, porém, não teria a virtude miraculosa de transformar de pronto as tradições governamentais, reduzindo o Estado a um simples aparelho subordinado totalmente à vida geral da nação.

Noutras circunstâncias, mesmo quando o Estado surge naturalmente do seio do corpo nacional, há sempre uma tendência acentuada nos homens que ocupam o poder a exagerar-lhe as faculdades, e a considerar o aparelho governamental como um organismo à parte, do qual depende a nação.

O Estado – essa abstração – dissimula homens, de carne e osso, com todas as suas paixões e defeitos, desenvolvidos na luta pérfida e terrível que sintetiza a política; chegados por ali ao posto de autoridades, o gozo do mando os corrompe – mesmo aos ricos de virtude; e, senhores do "poder", raros são os que descambam para o despotismo. Como esperar, então, que esses homens – os que se colocaram no governo por ocasião da independência das colônias – procedessem diversamente, e não só vencessem a tendência normal ao exagero das prerrogativas governamentais, como destruíssem, de chofre, os costumes já consagrados?... Eles não o fizeram, nem pensaram nisto: uns, porque se esforçavam justamente por conservar todos os antigos abusos, costumes, privilégios e processos propícios à exploração; outros – os bem-intencionados e radicais – porque estavam convencidos de que, para dar independência e liberdade à sua pátria, fora bastante fazer cessar o domínio formal da metrópole, e decretar Constituições liberais. Vieram as Constituições, mas não chegaram a mudar o conceito geral de Estado, porque, em verdade, elas não tiveram como efeito constituir nenhum Estado, que já estava constituído, e em função, havia mais de dois séculos.

Senão, recorramos aos fatos e vejamos como se passaram as coisas, sob o ponto de vista governamental. Em que consistiu a independência?... Numa substituição de pessoas: criou-se uma junta, aclamou-se um ditador, elegeu-se um presidente, para substituir o vice-rei, e este se foi embora levando consigo alguns retalhos de tropas e dois ou três funcionários mais

suspeitos. Assim se fez nos países em que a mudança foi mais radical. No Brasil e no México, por exemplo, não houve nem isto. Aqui, não só não houve alteração essencial no regime governativo, como não foi destituído um só dos altos funcionários. Era o Estado-colônia; um dia, espantada pelas águias de Bonaparte, partiu-se de lá da metrópole a Coroa, e veio achar-se aqui, substituindo-se ao governador geral; depois retirou-se o rei, deixando aqui o príncipe como seu lugar-tenente – e o Estado sempre o mesmo, mantendo a orientação tradicional. Foi então quando o príncipe, lugar-tenente da metrópole, chefe do Estado-colônia, declarou nacionalizar-se brasileiro, e, em vez de "futuro rei de Portugal e do Brasil", qual era, passou a "imperador do Brasil e futuro rei de Portugal".[46] Expressão real do fato – um príncipe que mudou de nacionalidade; coisa fácil: o difícil é mudar de sentimentos!... O Estado, cujo chefe ele era – ele e seus ministros, continuou a sua marcha, indiferente a essas naturalizações. Tempos depois, o príncipe mostrava que não havia mudado, nem mesmo de nacionalidade; obrigaram-no a ir embora: "(...) Vou-me embora, sejam felizes na sua pátria.." foi a sua mal-humorada despedida. Partiu, e a máquina ali ficou no trilho: regência, maioridade, rei, revolução, ditadura, presidentes... várias gentes se têm sucedido nas funções, mas o ponto de vista não muda.

E como não ser assim, aqui, se em outros países onde as transformações de regime foram mais radicais, o mesmo conceito se mantém?!... Homens e fórmulas vão passando sem que a tradição se altere; contra ela nada podem as revoluções. Mudem os nomes aos cargos, suprimam estes, criem outros – que os indivíduos chamados a ocupá-los, uma vez ali, logo se acomodarão à feição clássica do Estado, e imediatamente o considerarão como uma entidade à parte, com interesses seus, obrigado, apenas, a tratar da sua própria conservação. Esta noção, errônea e perniciosa como é, não depende das leis nem do regime, e sim da educação política. Para destruí-la é preciso uma propaganda aturada, propositalmente dirigida neste sentido; é preciso muito esforço e boa vontade da parte dos governantes, para dominarem as naturais tendências a

[46] Para o novo imperador, a independência do Brasil não era mais que a sua própria independência. Por isso, reguladas as coisas aqui, tratou ele logo de obter de seu pai o que lhe parecia indispensável a posse da Coroa de cá, pagando-lhe em bom dinheiro a sessão dessa mesma Coroa, tudo muito bem e fielmente, como se estatuiu no tratado pelo qual Portugal reconheceu a independência do Império do Brasil: "O. João VI, que a si arrogou o título e os direitos de imperador, cedeu-os ao seu filho e herdeiro". Eis o resumo do tratado.

ver no exercício da autoridade o gozo do mando; é preciso que eles saibam conter-se, e tratem de educar-se e educar todas as classes, de modo a que se convençam, uns e outros, de que o Estado só tem uma razão de ser: representar e defender os interesses gerais das populações, não tendo outros interesses que não os interesses comuns da sociedade, e o seu bem-estar. Essa concepção arcaica e tirânica do Estado é que justifica campanha libertária que muitos espíritos generosos prosseguem nesta hora contra ele. Houve tempo em que a função ideal do Estado era defender a nação contra os ataques exteriores, e, no interior, defender os fracos contra os fortes. Destarte o Estado devia caracterizar-se pela força; vem daí a razão por que muitos não o compreendem de outra forma. Hoje, porém, o progresso moral, estreitando os laços de solidariedade humana, vai exonerando o Estado dessa função guerreiro-policial, e lhe vai impondo uma outra: de proteger os indivíduos contra a natureza, contra as causas naturais de fraqueza e miséria, contra a ignorância, contra o preconceito, contra a superstição. Na sociedade moderna, os que defendem essa instituição – o Estado – e querem que ele subsista, devem justificar a sua existência, levando-o a ocupar-se de tudo que representa o interesse geral, organizando e propagando todos esses serviços que, pela sua extensão e importância interior sobre a sociedade, se tornam indispensáveis; tudo que não tenta muito fortemente a iniciativa individual, tudo que não é imediatamente retribuidor. Assim o entendem os poucos estadistas humanos, que proclamam o Estado como "uma companhia de seguros contra todos os males que podem atingir a sociedade, no presente e no futuro". E, por isso, a formação das novas gerações se lhes afigura como função das mais importantes – fazê-las aptas e fortes. O novo programa assim se anuncia: alargar o horizonte, crescer o valor dos indivíduos; combater tudo que os amesquinha, realçar-lhes o entendimento e o coração.

III

Quão diversa é, no entanto, a concepção que têm aqui os governantes das suas atribuições!... Nem lhes passa pela mente que seja função essencial do Estado cuidar do bem público, e promover quanto possível a felicidade das populações!... Se os governos se impressionam nos momentos de crise social ou econômica, é porque estas crises se refletem sobre o Estado, ou diminuindo-lhe as receitas ou ameaçando mesmo a permanência dos

dominantes. É para defender os seus interesses que ele intervém. "O poder é o poder", disse um dos tonitruantes estadistas sul-americanos, e a definição traduz fielmente a noção que eles têm da investidura governamental – exercício do mando, gozo do poder. É na boca desses homens que a expressão soberania adquire toda a sua energia; declara-se abolida a soberania de direito divino, mas logo a substituem pela – soberania do povo, fórmula pomposa e excessiva, de direitos que ele nunca exerceu, e que serve unicamente para mascarar o regime de domínio que o Estado vem praticando. Ainda hoje, ele só existe, aqui, para cobrar impostos, coagir as populações, organizar as forças armadas que o defendem e representam o seu poder... Há uns tantos serviços públicos, poucos e deficientes; mas estes mesmos oferecem, geralmente, o aspecto de serviços do Estado em particular. Ao organizar-se um destes serviços, ou extinguir-se um outro, o que se discute é o interesse privativo do Estado. Examine-se um orçamento, como o do Brasil: o cômputo geral das despesas (1903) é de – 300.000:000$000, dos quais apenas 47.000:000$000 são gastos em serviço de verdadeira utilidade pública. Tudo mais – 253 mil contos – representam capítulos improdutivos, despesas de magnificência ou compromissos estéreis do passado; 15%, tão-somente, das despesas do Estado vão para serviços de interesse coletivo; 85% são consumidos, de uma forma ou de outra, com os aparelhos privativos do Estado, ou com as dívidas contraídas também no seu interesse, contra os da nação.[47] O governo se divide em seis

[47] O orçamento das despesas da República do Brasil é, para o ano de 1903, de 331.000:000$000, aproximadamente, calculando em papel os 41.399.062$834 em ouro; mas, destes 331 mil contos, se devem deduzir 31.176.515$740, que é a despesa com a Estrada de Ferro Central do Brasil, a qual rende 31.000:000$000; fica, por conseguinte, uma coisa pela outra: o Estado verdadeiramente não faz nenhuma despesa com a estrada, nem ela representa um ônus proveniente de um serviço: é uma mercadoria que o Estado vende, e em cujo negócio não perde nada, não despende. Deste modo fica o orçamento reduzido, justamente, a 300 mil contos, os quais se distribuem assim:

Máquina governamental .... 122.000:000$
Serviço da dívida: juros, amortizações
resgates .... 132.300:000$
Serviços de utilidade pública .... 45.700:000$
(Veja-se o *Apêndice)*

Destes 45.700 contos de réis, representando o que o Estado despende em serviços de interesse geral, é preciso deduzir a renda que ele percebe, diretamente, destes mesmos serviços – a renda dos correios, telégrafos, matrículas nas escolas, imposto de faróis, Casa de

departamentos, e destes, somente um e meio se ocupa de serviços que se reportam ao bem público. De tudo que se faz pela quase totalidade dos ministérios, que é que o povo lucra efetivamente?... Replicarão – que todos estes aparelhos administrativos são indispensáveis, e nenhum país civilizado existe sem eles. Sim, o vício não está na existência deles, mas na desproporção entre as despesas improdutivas e as de interesse geral; o mal está em que o Estado só se ocupe de reforçar a máquina governamental propriamente dita, abandonando os capítulos que se referem à utilidade pública. A receita é, quase toda, consumida por estas quatro rubricas – dívida pública, máquina governamental, força pública, repartições fiscais. Se, ao menos, essa dívida pública representasse empréstimos contraídos para a realização de obras de interesse coletivo, melhoramentos etc... Mas não; ela compreende empréstimos que foram devorados pelo Estado[48] como renda ordinária.

É espantoso, é monstruoso, que um país novo, onde toda a educação intelectual está por fazer, onde a massa popular é ignorantíssima, onde não há instrução industrial nem técnica, onde o próprio meio e todos os seus recursos naturais não estão estudados – é monstruoso que, num tal país, para um orçamento de 300 mil contos, reservem-se 73 mil contos para a força pública, e apenas 3.200 contos para tudo, tudo que interessa à vida intelectual – ensino, bibliotecas, museus, escolas especiais, observatórios etc.! Despendem-se 25% dos recursos do Estado para dotar a nação dos meios de defender-se de um problemático ataque estrangeiro, ou para garanti-la no interior contra desordens, problemáticas também (e que, na

Correção, Asilo de Alienados etc., a qual orça em 14.360:000$. Feita esta dedução na receita e na despesa, temos:

Receita .... 285.640.000$
Despesa .... 285.640.000$

Destes 285 mil contos apenas 31 mil se empregam em serviços de utilidade imediata – pouco mais de 10%.

[48] A história dos empréstimos no Brasil se resume no seguinte: contraiu-se o primeiro para dar a Portugal o que o primeiro imperador entendeu que devia dar ao seu futuro reino, e para fazer a conquista da Cisplatina, onde se ostentassem os talentos desse mesmo imperante: interesses do Estado contra os da nação; e, efetuado o primeiro, foi preciso contrair todos os outros, para vir pagando os juros, que naturalmente cada vez se fazem maiores. Não consta que nenhum dos nossos empréstimos tenha sido empregado noutra coisa: os internos servem para cobrir os déficits orçamentários; os externos, uma vez subscritos, lá ficam depositados em Londres, e com eles se vão pagando juros e amortizações. Para o país não entra nada.

pior das hipóteses, trariam a morte de algumas centenas de indivíduos, algumas perdas materiais, o descrédito do país e um embaraço limitado à vida econômica); e não se gasta nem um vintém para fomentar a instrução da massa popular, cuja ignorância é indiscutível, e é ao mesmo tempo a causa primeira dessas desordens, e de males certos, fatais, mais graves ainda que esses males problemáticos. Nada se tenta, nada se faz contra essa ignorância, que torna inúteis milhões de indivíduos, válidos e fortes, e que mata milhares e milhares por desconhecerem os mais rudimentares preceitos higiênicos; ignorância que faz perderem-se 75% do trabalho efetuado – devido a uma população arcaica, rotineira, que desacredita permanentemente o país apresentando-o ao mundo como um dos mais atrasados.[49] Gastam-se 73 mil contos com uma defesa material do Estado; não se despende um tostão no intuito de melhorar as sortes destas populações, que nascem infelizes, vivem sofredoras e morrem miseráveis.

Neste mesmo orçamento, observa-se um outro fato que denuncia a pouca atenção dos responsáveis pelas coisas públicas, quanto ao interesse das massas: é a desproporção enorme entre os impostos indiretos e as rendas diretas. Pode-se dizer que a receita é feita pelas contribuições indiretas. Ela é de 300 mil contos; deduzindo daí o preço dos serviços que o Estado vende ao público: estradas de ferro – fretes e arrendamentos, correios, telégrafos etc., reduz-se a receita a 285 mil contos, constituída pelos verdadeiros impostos. Pois bem, destes 285 mil contos, 255 mil são fornecidos por impostos indiretos – aduaneiros e de consumo; quer dizer, impostos que pesam tanto sobre as classes desfavorecidas, como sobre as abastadas; e como o número de pobres e desfavorecidos é muito maior, sucede que são as classes proletárias que concorrem com a maior parte das rendas públicas. Isto representa uma iniqüidade, a qual, porém, não comove

[49] Haverá quem pense que, se a União não despende fortes somas com a instrução pública, nem por isso esta se vê abandonada, e que os governos dos estados concorrem eficazmente para desenvolvê-la. Ilusão; os estados que mais gastam com este serviço são: o estado de S. Paulo, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal. No Distrito Federal- cidade e subúrbios – empregam-se, em instrução primária, profissional e normal. 3.500 contos; em São Paulo, todas as despesas neste capítulo orçam por 6 mil contos, e no Rio Grande do Sul não chegam a 2 mil contos. Todos os outros estados reunidos não alcançam 13 mil contos. Resultado último: no Brasil, para uma população de 18 milhões de habitantes, todas as despesas públicas – estados e União – com a instrução e coisas intelectuais andam por 28 mil contos... É a cultura da ignorância como programa.

os estadistas e financeiros, porque estes exigem as taxas e imposições, atribuindo ao Estado um papel e uma situação inteiramente idêntica àquela que lhe atribuíam os representantes da metrópole. O imposto é, ainda hoje, no Brasil, um “tributo”, a que as populações se vêem obrigadas, como os vencidos e conquistados – como os “tributários” das épocas antigas. Tal é o peso do passado. Assim o era para todos os povos; mas é por isso mesmo que, por toda a parte, já se vão substituindo os impostos indiretos pelas contribuições diretas e proporcionais. Há nisto não só uma questão de justiça, como um recurso para tornar as taxas menos odiosas. Uma democracia não é democracia se não faz o imposto progressivamente proporcional aos recursos de cada contribuinte, e se não o emprega no custeio de serviços de interesse geral – preocupação quase fútil e ridícula em países, como estes nossos, onde o direito do proletário ainda não existe.

IV

Esta mesma análise se poderá aplicar aos orçamentos de quase todos os outros países sul-americanos, e ela conduzirá às mesmas conclusões.

No entanto, este fato não impressiona a nenhum político, porque não há, deles, ninguém que julgue dever – o cogitar da felicidade real das populações. Populações!... Elas existem para pagar... Tudo estaria no melhor dos mundos se o Estado não tivesse dívidas, se apresentasse um orçamento equilibrado, e fosse bastante forte para manter a ordem, isto é, impedir que os infelizes se queixem. É por isso também que, nas horas das dificuldades econômicas, quando estas atingem o Estado, os estadistas financeiros cuidam em atender, apenas, a este ou aquele sintoma – a depreciação da moeda, a baixa do câmbio etc., que interessam especialmente o Estado, e tratam de salvar-lhe os “interesses”, mesmo contra os da sociedade em geral. Adotam-se economias, por exemplo, mas elas se aplicam exclusivamente aos serviços de utilidade pública – instrução, obras públicas etc. Por quê? Porque não há político convencido de que é tão imperioso o dever de instruir o povo e estimular a produção, como o de defender a nação contra um ataque estrangeiro, e como o de ter um parlamento. Se algum, timidamente, reclama tais serviços, logo intervêm as fórmulas – “*...seria o Estado providência... seria fazer o Estado*

industrial..."- com que se mascara o abandono dos verdadeiros interesses e necessidades sociais.

Estas coisas se repetem sem que ninguém as tenha examinado para ver quanto são falsas e vãs. Não se trata de colocar o Estado ao lado de cada indivíduo, dando uma profissão a toda gente; mas quer-se que ele cumpra o seu dever – promovendo os meios gerais que facilitem a todos: o poder trabalhar e ser feliz. Reclama-se dos poderes públicos aquilo que é seu estrito dever, e eles respondem com as solenes "tiradas" sobre a iniciativa particular, suas miríficas virtudes, e o muito que lhe deve a civilização e o progresso das nações anglo-saxônicas. São discursos e arrazoados que não chegam a irritar, antes inspiram dó... Esperar-se, na América do Sul, dadas as condições de ignorância e atraso social – esperar-se que a iniciativa particular venha organizar serviços de ordem gera!!... Querer que os analfabetos se resolvam a criar escolas, que o operário inculto institua o ensino profissional, ou que o fazendeiro bronco, representante de dez ou doze gerações de exploradores do trabalho escravo, se decida a gastar 300 ou 400 contos, e dedique 20 ou 30 anos a ensaiar e aclimatar culturas exóticas, e a melhorar sementes, ou a formar variedades novas de plantas, e a produzir novas raças e cruzamentos!... Se os negociantes constroem os portos, e os cidadãos organizam e pagam particularmente os rondantes noturnos, e os litigantes recorrem a árbitros de convenção, e as "Santas Casas" oferecem leitos à miséria – para que Estado? Fiquem todos os encargos à iniciativa particular... Todavia, se estes, que tão prontamente descarregam sobre o particular todas as iniciativas, se voltassem para a vida real dessas mesmas nações anglo-saxônicas, veriam que, ali, o modo de encarar a iniciativa individual é bem outro. Veriam o Estado oferecendo-lhe todos os materiais e elementos para que ela se exerça eficazmente – estimulando-a, tentando-a, provocando-a.

Leiam os relatórios oficiais de Caça e Pesca dos Estados. Unidos, e os do Departamento de Agricultura e Obras Públicas, e então compreenderão como é que o Estado, sem entorpecer a atividade individual, sem tiranizar ninguém, prepara elementos eficazes de progresso. Ficarão surpresos, talvez, de aprender que os poderes públicos organizam e mantêm estações oficiais de agricultura para aclimar figos de Smirna, e melhorar sementes de trigo, formular processos de cultura universal e de "dosagem do creme de leite". É depois que o público interessado vê uma dessas estações preparar, em menos de 10 anos, mais de 100 variedades de trigo,

cada qual mais rica, precoce e resistente, que uns e outros vêm trazendo os seus donativos para alargá-la, ou criar outras análogas. É porque os particulares vêem o estado de Nova York empregar em prédios escolares uma soma muito maior que toda a dívida do Brasil, e é porque já se pode verificar a eficácia e as vantagens da instrução popular, que os Carnegies trazem o supérfluo dos seus orçamentos, como dádivas para a criação de outras escolas e instalação de novas bibliotecas, em vez de ir enriquecer as confrarias e Santas Casas obsoletas.

Só por uma verdadeira aberração de crítica se pode invocar o exemplo das nações anglo-saxônicas para justificar a existência do Estado como um organismo dominador, tirânico, oneroso e quase inútil, sobre a sociedade. Ali, os poderes públicos garantem e protegem muita iniqüidade, mas garantem também umas tantas liberdades, essenciais à personalidade humana, e ocupam-se efetiva e eficazmente do progresso e bem-estar da comunidade. Nem esses anglo-saxônicos – gentes práticas – suportariam o Estado com outro feitio; porque, em verdade, compreende-se que, a uma sociedade possuída de grande cultura moral, seja desnecessária a existência do Estado; mas não se compreende que, existindo ele, não seja justamente para garantir os fracos e promover o bem geral. Estado impassível e inútil seria o ideal desses políticos, que, atribuindo todas as campanhas progressistas à iniciativa particular, são também os primeiros a proclamar que ela é quase nula nestas nações neolatinas. É curioso que, reconhecendo isto, eles repilam a idéia de trazer o governo a cooperar nas empresas de interesse social, e deixem tudo à atividade individual, a qual não existe quase, nem pode existir. Que iniciativa se pode esperar de populações ignorantes e paupérrimas? Que é que podem fazer 30 ou 40 criadores rotineiros, incultos, espalhados por 20 ou 30 léguas de sertão, no sentido de debelar as secas, por exemplo? Nada. Atrasados, obstinadamente tradicionais, ignorantes de tudo que se faz pelo mundo, eles vêem o gado crescer à lei da natureza, deixando que se reproduza indistintamente toda novilha que se criou, grande ou pequena, boa ou má. Quando um pasto se esgotou, transporta a manada a outro, até o dia em que vem a seca: os campos estorricam, as fontes se estancam, os regatos ficam em poeira, e, num raio de 10, 12 léguas, não há um poço onde a criação se possa desalterar – nem pastos, nem água!... Impotente, desesperado, ele vê morrer, um a um, todo o rebanho... Quando passar o flagelo, ei-lo que recomeçará a criar, se ainda lhe restar com que adquirir um ou dois casais

de bois e cabras enfezadas. Contra a seca, que poderia ele fazer? Promover a construção de barragens e açudes, semear poços artesianos, recorrer a irrigações?... Mas eles nem sabem que existem estas coisas!... São meia dúzia, numa extensão de léguas; quase não se comunicam uns com os outros. Vivem num estado absolutamente primitivo – e querem, os governantes, que eles, por um esforço próprio, por simples inspiração, diante do desastre, quando a única riqueza, representada pelos rebanhos, já desapareceu – querem que eles, nestas circunstâncias, digam de si para si: "Não, agora, quero ser um homem de progresso; vou aprender a ler e escrever; vou instruir-me, para saber como é que os outros homens combinam para achar os meios de fazer barragens e açudes, vou aprender a fazer irrigações.... " Para tanto, seria preciso, pelo menos, uma revelação divina – que lhes comunicasse a existência desses recursos contra a inclemência do clima. Eis o que seria mister, desde que o Estado não se quer incumbir de ensinar-lhes o que eles não sabem, e de facilitar-lhes os meios de pôr em prática tais medidas.

V

Impregnados dessas idéias – sobre o papel do Estado, os políticos sul-americanos são conduzidos fatalmente a considerar os regimes políticos como coisas que existem e que devem existir por si mesmas, independentemente dos interesses gerais das populações. A muitos republicanos sinceros se afigura que a *República* tem razões de ser abstratas, fora da felicidade dos povos. Para eles a República – por efeito de qualquer virtude intrínseca destas quatro sílabas – basta para se justificar a si mesma. Adota-se o regime republicano para possuir-se esta coisa mirífica – *REPÚBLICA!...* Não pensam que tal regime tenha sido adotado por aquele capaz de dar ao povo a maior dose de felicidade, e que é por isso, unicamente e exclusivamente por isso, que ela deve existir. Era um Estado social melhor que se pedia, quando se pedia República. Sim, esta palavra, só ela, transportava os corações, porque em cada letra ardia um ideal: justiça, reparação, solidariedade, beleza nas almas e nas coisas. Se a sonoridade destas sílabas inflamava os entusiasmos, é porque estávamos certos de que o dia em que pudéssemos aclamá-la na praça pública, seria o dia do renovamento, e que ela traria consigo todos os progressos políticos e sociais – a eliminação de todos os abusos, liberdade e amor entre os

homens, um pouco de felicidade para os que esperam justiça e carinho desde as primeiras idades. Era isto o que se aclamava na República, e não esta, em si, que, abstrata, nada significa. E dos estadistas se exige que a façam concreta. Longe de se contentarem por haver proclamado o regime republicano, eles devem inquirir das condições sociais; indagar se as populações se sentem mais felizes, examinar e estudar as causas dos males que ainda as atormentam, para combatê-las eficazmente, para ir, a pouco e pouco, preparando essa felicidade que a República deve dar aos povos. Há 300 anos, já, que Bacon reclamava das leis: tivesse como objetivo exclusivo fazer os cidadãos felizes. Tais idéias, porém, não nos ocupam. Procedem, esses republicanos, como se a República fosse uma realidade à parte, cujo papel é o de conferir às nacionalidades uma nobreza política especial, e cuja posse, por si só, as deva contentar. Por isso eles pedem, os mais puros, às gentes: que se sacrifiquem, que se resolvam sofrer pela República – por esta coisa existente apenas no papel, e cujos princípios essenciais são diariamente transgredidos, pelos mesmos que os inscreveram em leis, e que julgam haver cumprido, assim, o seu último dever.[50]

E, apesar de tudo isto, exigem que os cidadãos, em nome da República, não vejam tais coisas, e sofram silenciosos e resignados, quanto for preciso para que os homens que encarnam o Estado, e o mantêm tão oneroso, tirânico e inútil como se fora o domínio monárquico – para que esses homens se possam orgulhar do título de republicanos. É como se dissessem: "Pois vocês não têm a República; que mais querem?.. Contentem-se, e arranjem-se, que o Estado nada tem que saber – se o povo é feliz ou não". O dever do republicano seria abdicar da qualidade de cidadão, desistir de melhorar de sorte, renunciar aos seus ideais, ou, pelo menos, adiá-los para os longes das utopias inacessíveis, e transigir com a iniqüidade... É por ali que se chega a aberrações como esta. Fez-se a

[50] No Brasil, por exemplo, decretou-se a separação da Igreja do Estado, plena liberdade de consciência. Para ser completa e radical, a *República* desistiu mesmo – erroneamente – de fiscalizar esse poder espiritual, que ali existe, influindo grandemente sobre as populações, empregando, geralmente, essa influência para contrariar as idéias republicanas; decretou-se a inteira neutralidade do Estado, sendo-lhe defeso até o defender-se. Depois, o próprio estadista que subscrevera o decreto, por espírito de mera cabotinagem, vai, no esplendor das suas funções presidenciais, ao som de todas as fanfarras nacionais, inclinar a sua autoridade, e ajoelhar o Estado e as forças republicanas diante dos deuses católicos, arvorados na festança com que o patriotismo de ultramar comemorou uma das suas boas descobertas...

República no Brasil, e adotou-se o regime da democracia pura, o sufrágio universal; o governo seria, apenas, um mandatário – o delegado, representando a vontade da maioria da nação. Tal é a essência do regime – um órgão governamental em nome da maioria. Não sendo assim, não concorrendo a maioria das vontades para instituir os poderes públicos, está falseado o sistema. Ao mesmo tempo, compreendendo, e compreendendo muito bem, que, hoje, o indivíduo analfabeto não é um cidadão completo, e que, numa democracia, todo cidadão deve conhecer os seus direitos e deveres – compreendendo isto, a Constituição republicana estabelece que "só serão eleitores os indivíduos que souberem ler e escrever". No entanto, ocorre que, no país, apenas 10% dos cidadãos sabem ler e escrever, e vem dali que, mesmo quando as eleições fossem puríssimas, ainda assim, o regime estaria falseado – porque apenas 10% dos cidadãos iriam às urnas. Em hipótese nenhuma, seria uma República democrática, pois que o governo representa a vontade de uma minoria insignificante, e o sufrágio universal – uma burla, visto a ignorância absoluta das massas. Dado isto, qual o dever do Estado-República? Mandar ensinar a ler e a escrever a esta população de analfabetos. Bem, há treze anos que existe a República, e, em todo esse tempo, nenhuma voz reclamou contra este absurdo, ninguém se ocupa do assunto. Quem quiser ter a impressão bem sensível dessa despreocupação, leia os relatórios dos ministros de Instrução Pública: nem uma palavra sobre instrução popular; mesmo quanto aos outros ramos de ensino, nem uma nota sobre o progresso da instrução em si; reformas, programas etc., tudo vem tratado sob o ponto de vista estritamente administrativo, sob o ponto de vista dos interesses privativos do Estado.[51]

Qual o resultado último de tudo isto? Desapareceu a autoridade que se impunha em nome de direitos privativos, seus – direitos de essência divina; veio uma outra, em nome da vontade coletiva; mas esta vontade não existe – é o que está na consciência de todos; não existe porque a oligarquia, interesseira e céptica, já perdeu todo o pudor político, e distribui entre si os cargos e as funções, não escondendo, nem nos atos nem nas palavras, o seu desprezo pelo chamado voto popular; não existiria, ainda que as classes dominantes o quisessem, porque falta ao povo a consciência dos seus deveres e direitos, e a inteligência para usar deles. E o resultado

[51] Nesta hora, não há, no mundo oficial do Brasil, quem possa dizer qual o estado da instrução popular, nem, sequer, o número de escolas.

final é uma sucessão de mentiras, quimeras apodrecidas, à lembrança das quais os ingênuos, os crentes de ontem, se lamentam e choram desilusões, enquanto os "arrivistas" os olham com o desprezo superior de quem vai alcançando alguma coisa. Lamentam-se aqueles, desfiam queixumes, esquecidos de que foram eles próprios que prepararam as desilusões – mentindo ao programa que ontem pregavam, realizando uma República que desconhece ou esqueceu o ideal que era a sua razão de ser, uma República adaptada às instituições e costumes monárquicos que pretendera eliminar, não repelindo senão aquilo que devera afirmar, uma República onde só os reacionários se sentem bem... E permitem com isto que a acusação se formule: "A República mentiu às suas promessas". Não: foram os homens que mentiram às suas idéias.

Reação contra o Estado-metrópole

> Nenhuma negociação será atendida sem que preceda como preliminar a entrega dos chefes da revolta, ou a certeza de sua morte; ficando na inteligência que a todos é lícito atirar-lhes como a lobos.
> *Conde dos Arcos*
> Revolução de 17, Pernambuco

I

Abandonadas pelo Estado, sofredoras e infelizes, natural que as populações lhe paguem em ódio e má vontade a dureza com que são tratadas. Elas vêm as coisas como estas se lhes apresentam: o Estado só existe para o mal- extorquir e tiranizar, e o povo desconfia dele, tem-no como inimigo, quer-lhe mal; está sempre disposto a desobedecer-lhe, porque sabe que, dos atos e resoluções do poder público, lhe vêm, quase sempre, danos e opressões. E como o povo não é afeiçoado a abstrações, o Estado para ele é o governo; e é sobre este, pessoalmente qualquer que seja, que ele aplica a sua má vontade. Falta, assim, aos governos, o melhor das garantias de estabilidade e solidez – a indisposição da maioria da população contra as violências políticas e aventuras revolucionárias. Esta má vontade

do povo com o Estado é que torna possível, em grande parte, as revoltas e levantes, armados pela ambição dos caudilhos sul-americanos. Acaso, o povo não se revolta, mas, pelo menos, conserva-se indiferente às lutas tramadas pelos despeitos, rancores e apetites dos políticos, que já contam com esta indiferença. Isto já é tradição.

Voltemo-nos ainda uma vez para a história a ver como nasceu, como se formou, naturalmente e logicamente, e como vem de longe essa indisposição e ódio contra o Estado. Vem dos primeiros dias da colônia; acompanhou as suas primeiras manifestações de vida – é a reação natural do organismo parasitado contra o parasita. Quando as novas nacionalidades deram os primeiros sinais de vida, já o Estado-metrópole era esse odiento aparelho de espoliação e tirania – feroz na opressão, implacável na extorsão. Em certas partes, o estabelecimento colonial começou pela destruição completa de uma civilização, arrasando-se tudo, para apurar nas cinzas de dois impérios alguns sacos de ouro; e, logo, o sangue, as iniqüidades, o furor e a crueldade dos representantes da metrópole indispuseram, para sempre, os naturais com as gentes da península, principalmente com os detentores do poder. É obvio que, apesar de tudo, dos desgraçados indígenas nem todos morreram; alguns fugiram, e, lá na brenha onde se recolheram, foram transmitindo às gerações sucessivas o ódio, já agora instintivo, aos invasores. Ainda hoje se sente, no tom com que o selvagem fala do branco, esse horror hereditário. Outros sofreram o cativeiro, e ficaram em contato com os conquistadores, cujas crueldades ainda mais lhes acirravam os ódios. Por vezes, o índio reagiu; conhecendo o meio onde estava, sentindo-se forte por isso, não sendo um transplantado, ele se rebelava contra o opressor, contra o látego e a tarefa árdua, a que não estava habituado. Quando esta revolta era mais extensa e violenta, vinha o Estado dominá-los. A história das colônias está cheia destas lutas; elas duram enquanto o índio não é de todo eliminado, duram ainda hoje nas selvas do Chaco argentino, nas florestas alagadas do Tocantins, nos contrafortes dos Andes peruanos...

Até os princípios do presente século (19), em todos os pontos da América Ocidental onde a raça americana se achava num estado muito mais notável de progresso, a tarefa dos vice-reis foi quase que somente cuidar de conter e punir as rebeliões desesperadas, que por toda parte explodiam... É uma epopéia, e nessa epopéia há de entrar também os mestiços, em cujo

sangue se transmitia, por assim dizer, o ódio do conquistado contra o conquistador.

O indígena oprimido veio juntar-se o mísero africano, o qual, apesar de sua docilidade afetiva, houve que rebelar-se mais de uma vez, porque o martírio era de vencer todas as paciências e esgotar qualquer resignação. Nas Antilhas e no Brasil, esses levantes foram freqüentes, e mais de uma guerra se armou entre os escravos – índios e negros aliados – e senhores assistidos pelo Estado. Em outro capítulo, ao estudarmos os efeitos do parasitismo sobre a vida social das colônias, falamos longamente dessas lutas contínuas, revoltas armadas – lutas que ao mesmo tempo iam incompatibilizando uma parte da população com a outra, e com os representantes do poder, e iam desenvolvendo, em uns e em outros, os instintos belicosos, revoltas que mais estimulavam as ferozes represálias e os duros tratos das gentes da metrópole, já de si iníquas e insaciáveis.[52]

Mesmo sem estas revoltas, mesmo sem as lutas, a incompatibilidade existiria; só os maus tratos de que eram vítimas seriam bastantes para gerar e fazer crescer na alma desses infelizes um ódio cego aos tiranizadores, e aos que os garantiam.

II

Com o desenvolvimento das novas sociedades, um outro elemento surgiu no seio delas, opondo-se ao Estado, resistindo às suas exageradas extorsões e despotismos – é o próprio colono. Certo, o que os trazia aqui era a simples ganância; mas tendo de arranjar fortuna lavrando a terra, armando

[52] O próprio Luís do Rego, famoso na crônica pela sua dureza, obrigado a justificar-se perante a metrópole "da clemência com que procedera", escrevia: "Os europeus, que talvez não tanto como publicaram, tinham sido maltratados pelos republicanos (os de Pernambuco – 1817), em virtude de uma natural reação, eram verdugos dos desgraçados a quem a fortuna abandonara". Assim procediam os da metrópole contra esses pernambucanos, que, fazendo uma revolução radical. não haviam molestado nem um dos seus adversários e opressores: não derramaram uma gota de sangue os republicanos de 1817. E razão tinham eles de odiar o domínio lusitano: logo depois de haver conquistado Pernambuco aos holandeses, já os naturais dali se queixavam da "ferrenha política portuguesa que os afastava dos altos cargos e lhes negava até a patente de capitão, pelo que alguns dos heróis de então lamentavam de não ter logo proclamado a independência", comenta um biógrafo.

propriedades agrícolas ou mesmo minerais, esses adventícios se prendiam muitas vezes à terra. Um grande número aqui se deixava ficar, e, na segunda ou terceira geração, eram americanos; alguns se misturavam mesmo às outras raças, fundiam-se totalmente nas populações novas que se iam formando. Esse colono que aqui se ficou, a explorar a terra – ou diretamente, o que era raríssimo, ou parasitando sobre o trabalho do escravo – esse colono foi por sua vez ferozmente explorado pelo Estado. Em verdade, era ele quem pagava tudo, porque era ele, pelo braço do escravo, quem produzia. À custa da sua riqueza viviam todas as classes de intermediários, privilegiados, funcionários e mais gentes parasitas daqui, e a quase totalidade da metrópole. Naturalmente esta exploração provocava queixumes, clamores e raivas, e até levantes. Os primeiros sinais de vida nas sociedades americanas foram protestos e revoltas contra o Estado, opressor e voraz. Aos protestos e queixas freqüentes, as autoridades eram sempre surdas, e dobravam até de dureza;[53] vinha a rebelião, como o recurso único.

Contam-se centenas dessas revoltas contra as autoridades da metrópole, e revoluções bem terríveis. E já não era só contra o "poder" que os espoliados se rebelavam – era também contra os conluios de intermediários, privilegiados, aventureiros e exploradores, que a metrópole para aqui despejava, e aqui manutenia, e cujos interesses se confundiam com os do Estado. A guerra dos Mascates, em Pernambuco,[54] a dos Emboabas, em S. Paulo, a revolução dirigida pelo mestiço Condoranqui no Peru, são episódios típicos desses conflitos freqüentes: "(...) E foi assim que se gerou entre os povos das colônias e os das metrópoles essa rivalidade, que em breve se converteu em profunda aversão..." Quando a luta se desencadeava, o Estado intervinha, defendendo sempre os exploradores; mas, por vezes, o desespero dos oprimidos era tal, o seu protesto tão vigoroso, a iniqüidade tão grande, que o governo, receoso de ver propagar-se a rebelião, na impossibilidade de manter certos abusos exagerados, cedia. Deste modo, as revoltas adquiriam esse caráter de utilidade prática, que as fazia repetirem-se amiudadamente. Elas não eram, apenas, um desafio, um

[53] "Alguns, como o conde de Assumar, não admitiam, sequer, o direito de queixa; fora preciso forçá-lo a ouvir uma reclamação das populações exauridas e sublevadas".
[54] O caso dos *Mascates* terminou por anistia, e uma espécie de satisfação aos brasileiros, se bem que, depois, lhes fossem agravadas as condições de vida.

gesto de desespero; não, diante das primeiras concessões da metrópole, tornavam-se indispensáveis – impunham-se. Era o único recurso de que as populações oprimidas dispunham para obter, do Estado absoluto e vexatório, um pouco de justiça, a supressão de uma tirania ou extorsão. No Brasil, por exemplo, além dos pequenos levantes, nós vemos a revolta de Beckmann, contra o privilégio iníquo da Companhia das Índias; o governo da metrópole vence, executa os cabeças, que a torpeza e a traição lhe entregam; mas cede – o estanco é abolido, o privilégio é reduzido. Em Minas, os revoltosos de Felício dos Santos, vítimas da perfídia e ignóbil deslealdade do conde de Assumar, são sacrificados; mas a extorsão se atenua. Depois, é a "Conjuração", para a independência (1797), a qual ia vencer – porque a população está irritada, indisposta contra os representantes do reino, a quem não há quintos que bastem e saciem. Venceria, talvez, a República projetada, sem a traição que entregou à justiça canibal d'el-rei os chefes do movimento; enforcam, esquartejam, salgam; espalham-se pelos quatro cantos da sonhada república mineira as carnes do justiçado, dilaceradas e poluídas... mas o Estado cede; perdoam-se os quintos, é abolido o estanco do sal. Cede, porque o que se exigia era efetivamente demasiado, ia além das forças dos parasitados. No entanto, o único meio que eles tinham para fazer sentir que a espoliação tinha chegado ao limite extremo era a revolta. E a este meio os oprimidos recorriam sempre que era preciso; há levantes por toda parte: aqui, um vice-rei ou um governador geral – um de la Gasca ou um Caiiete – engrossa com tiranias e extorsões novas o regime duríssimo do Estado, as gentes se agitam, multiplicam os conflitos, tornam o seu governo impossível; ali, um capitão ou um sargento-mor se faz insuportável pelas exações e ferocidades, matam-no, ou obrigam-no a fugir; acolá, um juiz distribui iniqüidades a preço certo, ou ao mando dos chefes, atam-no sobre uma vaca e soltam-na fora da comarca... O levante é o remédio usual, e único eficaz.

III

Assim, dois males, dois vícios profundos se insinuam na educação política das novas sociedades: a tendência às lutas armadas, a fúria belicosa, o amor às revoluções violentas; e o conseqüente desrespeito à ordem legal (vontade absoluta da coroa, mas, em todo caso, autoridade legal), a desconfiança e a má vontade contra o Estado. Não é difícil imaginar a vida

política que irão viver tais sociedades, habituadas e afeitas às lutas armadas, sociedades que surgiram e se desenvolveram a batalhar, agitadas em guerras contínuas: invasores e indígenas, escravos e "senhores", colonos e metrópole, colonos entre si, piratas e colonos, aventureiros uns com os outros... Expandiram-se os instintos agressivos, veio o gosto pelas aventuras belicosas, a guerra entrou nos costumes; a revolta contra a autoridade pública é o processo normal de reclamar justiça; não há respeito pela ordem pública; o Estado é odiado, por tradição, ele é o inimigo natural das populações. Estas, vigorosas e ignorantes, já vivem melhor entre as desordens, porque podem desenvolver ali as suas energias e atividades, que a ignorância, a falta de educação do trabalho, e a prática da escravidão não deixam desenvolver de outra forma.

Eis, em síntese, as relações do povo com o Estado: pagar tributos, ser oprimido, desrespeitá-lo, revoltar-se quando as iniqüidades eram excessivas. Educadas neste regime, as sociedades americanas não se podiam transformar, de um dia para outro, em modelos de ordem e de liberdade política, principalmente porque as causas das desordens subsistiam em grande parte; os motivos de prevenção e má vontade contra o Estado não desapareceram, como não desapareceu o desamor pelas coisas públicas.

Este desamor está nas tradições dos povos sul-americanos.

Em tempos, os negócios do Estado obedeciam exclusivamente à vontade do príncipe e das suas gentes – era o regime do: pague e não discuta; e o povo só discutia para dizer, com os clavinotes e as foices, que já não podia mais. Não lhe davam ocasião, nem direito, nem estímulos para vir interessar-se pelo Estado; davam-lhe motivos, apenas, para odiá-lo. Para que, feita a independência, se dissipasse esse ódio e má vontade seria preciso que os poderes públicos passassem a ser um modelo, um ideal de justiça e proteção, ocupando-se efetivamente da felicidade e do bem geral. E, ainda assim, fora preciso esperar que passassem algumas gerações, que se esquecessem as tradições; fora mister fixar um programa inteligente, inspirado nas necessidades reais das novas nacionalidades, e executá-lo pacientemente, amorosamente, de modo a ir dissipando, a pouco e pouco, essa desconfiança e desamor contra o Estado, já instintivos nas populações.

Infelizmente, porém, tal não tem sido a obra política das classes dirigentes; e, hoje, o Estado é, em essência, o que era no tempo colonial,

não só porque as leis e reformas atuais são conduzidas, em geral, com a preocupação exclusiva dos interesses do Estado, sem cogitar das necessidades efetivas da população, como também porque essas mesmas reformas que poderiam produzir um benefício real – mesmo estas, ficam na letra dos decretos, não chegam a ter aplicação. Por exemplo: a Constituição republicana do Brasil aboliu, literalmente, "os monopólios funerários... secularizou os cemitérios..."; no entanto, eles ali estão, absolutamente como antes, com todos os seus privilégios renovados e assegurados por aqueles mesmos que fizeram a República e a respectiva Constituição. Com o conservantismo essencial de tais políticos, já é um pouco difícil aclimatar as palavras – secularização dos serviços fúnebres, abolição de monopólios a particulares, Estado leigo... – e é quase impossível realizar o que elas significam, mesmo quando inscritas em lei.

Remanescentes da metrópole

> ...O miseri, quae tanta insânia, cives? Creditis avectos hostes? Aut ulla putatis Dona carere dolis Danaum?...
> Virgílio

I

Há um adendo preliminar a fazer ao estudo dos "Elementos essenciais do caráter" das sociedades sul-americanas, adendo que será, ao mesmo tempo, um complemento à seção dos "Efeitos especiais do parasitismo" sobre as colônias.

Este adendo se reporta à influência e ação desses elementos – demo-lhes o nome de Resíduos ou Remanescentes, qualquer deles dá idéia, mas nenhum é completo, para traduzir bem a importância do fator – desses elementos que, na ocasião da independência das nações sul-americanas, representavam, direta ou indiretamente, os interesses parasitários da metrópole. Este capítulo complementar é indispensável, porque o papel desses remanescentes foi decisivo na política que presidiu à formação das novas nacionalidades, e porque a sua influência se mantém até hoje, e se reflete bem acentuadamente sobre o caráter geral das sociedades neolatinas.

Durante o período colonial todo, devido ao sistema de colonização adotado, houve uma corrente contínua de aventureiros, intermediários, representantes de privilégios, funcionários etc., que vinham à colônia fazer fortuna, à margem do parasitismo do Estado. Ao lado do colono, mais ou menos radicado à terra, e pessoalmente interessado pela sorte das novas nacionalidades, embora em oposição com o progresso e a liberdade, pois que vivia parasitariamente sobre o trabalho escravo – ao lado dele e dos seus descendentes, havia uma grande população de gentes que representavam imediatamente a metrópole, ou que, pelo menos, não poderiam satisfazer os seus apetites e obter o que desejavam, senão garantidos pelas práticas e costumes implantados por ela. Era a colônia quem dava a fortuna; ali haviam eles estabelecido abarracamentos, e é bem ver que não se podiam retirar de um momento para outro; ninguém compreende mesmo que o fizessem. Esse elemento era o colchete e a ventosa, ou, mais propriamente – era o dente do IXODE, com que a metrópole se agarrava e sugava as novas nacionalidades. Desta sorte, ao primeiro movimento das colônias para se desembaraçarem do parasita, este elemento reagiu: o "dente do carrapato" resistiu. Apesar disto, a independência se fez porque, de fracas, as nações ibéricas já não podiam manter fortemente as presas. Quando estas se agitaram mais fortemente, o ACARINO despegou-se; mas o dente ficou no organismo das novas nacionalidades, ficou fazendo mal, provocando comichões e irritação, tanto mais forte quanto ele não era um corpo inerte, à guisa do quelícero sagitado do ixode, mas um aparelho vivo, como o *Sarcopsylla penetrans*, que incha e engorda sob as unhas incautas.

A imagem aqui empregada não trai nenhum pensamento malévolo contra essas populações e grupos, filiados diretamente às antigas metrópoles, e que influíram de modo tão decisivo nos sucessos da independência e nas lutas políticas ulteriores. Não; ela traduz, apenas, o desejo de exprimir de forma concreta a importância de fatos históricos, que ninguém tem interesse em negar, nem o pode fazer. A eles se devem grande parte dos males que têm atormentado a evolução política destas nações; mas ninguém pode ser pessoalmente incriminado – foi uma *fatalidade histórica*...

II

Era contra esse elemento refratário que as populações naturais se rebelavam muitas vezes, e nós o vimos em outras páginas como essas contínuas rebeliões influíram no caráter destas coletividades, desenvolvendo-se os instintos guerreiros, predispondo-as contra a ordem legal e levando-as a recorrer à violência para a conquista da justiça e da liberdade. Foi contra estas gentes remanescentes que as novas nacionalidades tiveram que lutar na hora da emancipação política. Não será preciso dizer quais as condições de fraqueza e decadência em que estavam as nações ibéricas, quando as colônias se levantaram declarando-se independentes. Foi, mesmo, esse estado de absoluto abatimento que animou as colônias. A Espanha quase não existia como nação: o governo nacional deposto pelo estrangeiro, e as populações, irredutíveis, levadas apenas por esse sentimento de hombridade patriótica que é da essência do caráter ibérico – as populações, lutando desorganizadamente, numa resistência selvática, contra o governo imposto por Bonaparte. Tal foi a ocasião em que se declarou o movimento separatista. Tão generalizado foi ele, e tão extensos os domínios coloniais, que a metrópole não teria resistido um só momento, e a independência teria sido imediata, se as colônias espanholas fossem, como as inglesas, sociedades homogêneas, possuídas dos mesmos sentimentos e aspirações, se não existisse aqui, na América Latina, uma população que representava diretamente os interesses parasitas.

Era bem uma parte da metrópole plantada na colônia. E foi essa parte, essa população, quem reagiu logo, ao primeiro gesto de independência; foi ela quem surgiu, desde o primeiro momento, dando à luta contra a metrópole o caráter de uma luta civil – uma parte da população contra a outra. Para sermos fiéis à história, devemos dizer, mesmo, que esta luta não chegou a ser um sucesso novo, ocasional, uma luta que nascesse no momento. Não; ela foi simplesmente a agravação de um conflito que vinha dos primeiros dias da colônia. Quando a metrópole abateu, definitivamente, um dos combatentes – os oprimidos –julgou propício o momento para libertar-se de uma vez; mas o outro – as classes interessadas pela conservação do regime do parasitismo – estas reagiram fortes, tanto mais fortes quanto estavam armadas de todos os meios, senhoras de todas as posições favoráveis. As primeiras veleidades de independência, em 1808, foram de pronto abafadas, com os recursos próprios dos refratários e realistas das colônias, antes mesmo e chegar qualquer auxílio de ultramar.

Era tal a importância e a força desses refratários, que parte das populações naturais "ainda vacilava entre a Espanha, que se devia dentro em pouco restaurar, e a independência..." E é natural: esses refratários, como todos os bons conservadores, eram implacáveis e ferozes na repressão das reivindicações: "Aos fuzilados, por ordem de Gómez e Zuasola (Aragua – 1813), chegaram a cortar as orelhas e a remetê-las a negociantes espanhóis de Cumana; esses negociantes (são os remanescentes) as pregavam às portas como troféus...."[55]. Demais, a massa popular estava tão embrutecida – efeitos da adaptação ao regime de parasitado, tão ignorante, que não podia, sequer, compreender as vantagens da emancipação política: "(...) Em luta com o fanatismo do povo habilmente explorado pelos realistas, os revolucionários começavam a quebrantar-se..." Todavia, os realistas não estavam satisfeitos, queriam depurar mais. Em 1816, Murillo, lugar-tenente da metrópole em Nova Granada, dizia que havia de "expurgá-la de doutores letrados, que são sempre os promotores das rebeliões". A Espanha cultivara sempre com esmero a ignorância do povo; houve tempo em que se proibiu a criação de escolas, e o ensinar a ler aos indígenas e crioulos, e a própria venda de livros. Graças a esse estado de espírito e aos instintos de guerra desenvolvidíssimos, os realistas conseguiram, até, organizar guerrilhas com as próprias populações americanas para combater os patriotas da independência: "Quadrilhas numerosas se formaram no interior dos sertões, tendo à sua frente chefes de uma temeridade e fereza inconcebíveis (...) A maior parte de tais quadrilhas, por fim, não tinha outra causa que não fosse o prazer das aventuras e as alegrias do salteio e da pilhagem... "Não admira", pois, que se vissem batalhões inteiros de americanos – ou filiados diretamente ao parasitismo, ou guerrilheiros de profissão – ao lado dos realistas, espingardeando os independentes; não admira que a jovem heroína Salavarrieta, fuzilada em 1817, em Bagotá, tenha tido ensejo de lançar aos seus executores esta dolorosa apóstrofe: "*Americanos vis"! Volvei vossas armas contra os inimigos da pátria!...*"

A população se cindiu, e de todos se exigia que tomassem posição de um lado ou do outro. Grupos inteiros de colonos aceitavam francamente o partido da pátria de origem, contra a pátria da adoção. "Espanhóis e canários (colonos das Canárias – os quais se alistavam todos entre os reacionários), contai com a morte se não trabalhais ativamente em favor da

[55] Rocha Pombo, José Francisco da, *História da América,* p.200.

liberdade da América. Americanos, contai com a vida, mesmo quando fordes culpados!", dizia Bolívar numa das suas proclamações. Por sua vez, os reacionários "não pouparam nem os mais indiferentes...". Os fuzilamentos eram feitos em massa. Quando uma cidade ou um distrito era conquistado por um dos partidos, a população de política contrária exilava-se ou era trucidada. "(...) Em, 1815, a capitania de Caracas foi reconquistada pelos realistas; houve um êxodo geral: a população apavorada abandona os seus lares; e procura escapar à sanguinária neurose de Morales; os revolucionários, e com eles todos os homens pacíficos da Venezuela, refugiaram-se em Nova Granada...". Assim se explica perfeitamente que, sem receber auxílios da metrópole, pudessem os governadores reunir, com os elementos das colônias, exércitos numerosos – milhares e milhares de homens, e aguerridos.

Por toda parte, o elemento refratário começa repelindo a revolução; por toda parte ele reage com o mesmo vigor, e a luta se caracteriza como uma guerra civil. Rompe o movimento em Buenos Aires, mas encontra violenta oposição de uma parte das populações do Paraguai, e sobretudo de Montevidéu, cujo "governador contava com o apoio da população..." Não toda; uma porção se acerca de Artigas, republicano e patriota, e sitia o governador na capital. Por sua vez, os realistas bloqueiam Buenos Aires. Do Prata, a revolução ascende até o Chile e o Alto Peru. Aqui, voluntários americanos realistas, dirigidos, ora por Goyeneche e Tristão, ora pelo brigadeiro espanhol Pezuela, derrotam definitivamente os independentes: "(...) A contra-revolução se acende; Belgrado é batido, até que é forçado a retirar-se, ficando a província em poder dos realistas". No Chile – onde alguns anos antes uma primeira tentativa de independência, por parte de Rodríguez e dos irmãos Carrera, havia sido prontamente dominada – os independentes, auxiliados agora pelos argentinos, conseguem vencer. Isto faz que uma grande parte dos conservadores desistam de conservar o regime colonial, e se juntem ao independentes, para reduzir a revolução e as reformas políticas ao mínimo e buscando conservar, assim, quanto seja possível dos seus privilégios e regalias. Todavia, nem todos se decidiram por esta política de sabedoria e experiência; calaram-se enquanto a revolução esteve vitoriosa, no momento, porém, em que os realistas do Peru, ao mando de Ordofiez, derrotaram as forças de O'Higgins e San Martín, "no meio da consternação geral, o espírito reacionário quis logo manifestar-se; mas um homem apareceu... o Dr. Manuel Rodríguez, que já

havia levantado o grito de independência... reuniu num instante um bom grupo de patriotas organizando um batalhão, que se chamou o Batalhão da morte...” Tomemos nota deste nome de Rodríguez; vê-lo-emos dentro em pouco – ele e os seus companheiros, os Carrera – em luta com esses conservadores que se incluíram entre os independentes, opondo-se-lhes ao reacionarismo disfarçado, até que as suas reivindicações de justiça e liberdade são finalmente abafadas, e eles sacrificados... Mas não antecipemos. Ali mesmo no Chile, os refratários, derrotados pelos patriotas de Rodríguez em batalha campal, armam guerrilhas: “Abre-se neste momento um período de guerrilhas que trouxeram por muito tempo continuamente inquietos os patriotas chilenos”. Depois, com o auxílio dos realistas do Alto Peru, organiza-se um exército de 25 mil homens, ao passo que os independentes, mesmo juntos aos argentinos, “não excediam a 4.500”. No Peru, era análoga a situação, e dava-se até este fato, que seria inexplicável se a guerra fosse efetivamente – de metrópole à colônia, se não fosse, em verdade, uma luta civil: é que os elementos de resistência à independência eram mais fortes no interior que na zona da costa, onde, precisamente, eles deveriam ser mais numerosos, se se compusessem dos reforços enviados pela metrópole: “Em Lima, a agitação do espírito público era enorme; o exército realista crescia no interior...”

Dentro das cidades já ocupadas pelos independentes formam-se sedições (Calláo) “e as entrega aos realistas...”

III

A resistência se organiza por toda parte, e os patriotas americanos teriam que lutar mais longamente ainda do que lutaram, se a maioria dos refratários não abandonasse a partida. Isto é: eles não a abandonaram, mudaram de tática. No primeiro momento, foi a resistência ativa e violenta à revolução e à independência, foi o movimento de repulsa – a reação fatal, instintiva, dos conservadores a todo progresso. É sempre assim. Depois, se compreendem que a idéia se impõe, e não há meio de evitar a revolução, transigem... não que se acomodem ao programa da reforma, mas acomodando esse programa aos seus interesses e sentimentos, deles. Agora, aceitam a revolução, adotam-na e intervêm na sua orientação; e o programa, necessariamente, já não é o mesmo – a consagração dos puros princípios em

nome dos quais a revolução se fizera, e sim uma espécie de média entre o ideal apregoado e os abusos que se pretenderam eliminar. A primeira fase fora de repulsa; esta segunda é de – deturpação da Revolução. É assim, já deturpada, e manipulada pelos conservadores e reacionários, que a obra é levada a efeito. No correr destas páginas, adiante, nós vamos ver como, uma vez entrados para os revolucionários, esses conservadores acabam escamoteando completamente a revolução: é a fase da escamoteação. Um pouco mais, e eles sabem achar na reforma o meio de se garantirem melhor – a si e aos seus privilégios.

Esses remanescentes e realistas, se defendiam o regime colonial, é porque a este regime estavam ligados os privilégios, as posições que desfrutavam; eis a razão por que, ao primeiro gesto de independência, acudiram todos a combatê-la; era natural, como foi natural também que vencessem, porque dispunham de todos os recursos. Mas não chegaram a gozar em paz da vitória; a metrópole já estava tão enfraquecida que não podia secundar-lhes os esforços, e sufocar definitivamente a revolução. Além disto, os independentes, afeitos à guerra, estimulados pela virtude quase mágica, para povos latinos, dessa palavra liberdade, não cediam, e a luta se prolongava. Fora impossível, não obstante o valor do elemento reacionário, fazer voltar a colônia à situação anterior, e eles – os realistas – não tardaram em reconhecer esta verdade; refletiram no caso, viram que os seus interesses – por serem interesses materiais – eram os mais prejudicados com a continuação da luta, e, uns após outros, foram abandonando a metrópole à sua sorte: quando viram o navio afundando-se, salvaram-se com o que puderam. Entraram então a transigir com os rebeldes, ou melhor, “a transigir com as formas”.

Assim, repassando-se os fatos e a história da independência nas colônias latinas da América, se vê que ela se divide bem em dois períodos: 1) *resistência* violenta dos refratários à idéia emancipadora; 2) *transigência* dos mesmos, sua adesão aos movimentos. Em nenhum país estas duas fases se acusam melhor do que no Brasil. Em 1789-92 esquarteja-se a *Conjuração Mineira*; em 1817, os independentes de Pernambuco são combatidos, vencidos e executados implacavelmente; em 1822, a independência é proclamada pelo próprio “futuro rei de Portugal”. É característico.

Tudo concorria para que essa transigência se fizesse: a situação insustentável da metrópole, abatida, desmoralizada; a natureza dos motivos que animavam os refratários, preocupados, apenas, com os próprios interesses; o prejuízo que a luta trazia a esses interesses; a tenacidade dos revolucionários, que se renovavam incessantemente, graças às tendências guerreiras das populações; e o efeito dessa luta prolongada sobre os próprios revolucionários, que já receavam, talvez, o não conseguirem jamais a independência, e que, finalmente, a aceitariam em quaisquer condições. Destarte, por que não entrariam os refratários no movimento separatista?... Seria preciso que os patriotas da independência sul-americana não possuíssem essas mesmas qualidades de caráter, essenciais no comum dos políticos e estadistas da América Latina, mesmo os mais adiantados e radicais: 1) um conservantismo instintivo, inconsciente talvez, mas que lhes fez aceitar sem repugnância, e até com prazer, o concurso dos retardatários, procurando mesmo com empenho captar-lhes o apoio e boa vontade;[56] 2) a tendência a contentarem-se, no que respeita a conquistas políticas, com as fórmulas vãs e com as reformas escritas. É por isso que, para a generalidade dos patriotas emancipadores, o essencial era o poder-se dizer que a separação estava "feita" – que o país era independente. A emancipação estava feita, completa e acabada, no momento justo em que o governo da antiga metrópole assinasse o tratado reconhecendo a independência. Compreende-se, pois, que todos eles admitissem prontamente o acordo com os antigos adversários; a corrente geral da opinião os levava para aí. Só quem não viveu em tempos de guerra civil, não conhece o poder irresistível, o prestígio incontrastável destas palavras: pacificação, esquecimento de ódios, restabelecimento da ordem... coisas estimabilíssimas e santas, não há

[56] Um exemplo característico dessa preocupação em adquirir o concurso ou, pelo menos, a aquiescência dos refratários, nós o temos no proceder – tanta vez louvado – de Belgrano, chefe militar da revolução platina. Num certo momento, ele é vencido pelos coronéis realistas Yegros e Cabanas; então, "pede-lhes uma conferência, e com uma lógica irresistível fala-lhes da obra que se levanta em toda a América, e desperta no ânimo daqueles dois caudilhos que acabavam de vencê-lo a idéia da independência". Calcula-se o que poderia ser essa *independência,* tão prontamente aceita pelos realistas de ontem... "O vencido havia conquistado seus vencedores, diz um historiador tão ingênuo como o próprio Belgrano; e retira-se radioso: a derrota do general desaparecia ante o triunfo do patriota; o generoso soldado da revolução levava consigo uma consolação suprema: ele tinha lançado sementes que iam em breve produzir seus frutos". Pois não! Deliciosos frutos! Ainda hoje sentimo-lhes o sabor...

dúvida, mas sob as quais se insinua muita maquinação e perfídia... E o acordo, a transigência era tanto mais fácil de fazer-se, quanto, na forma verbal dos programas, não havia antagonismos absolutos: os refratários pediam, apenas, que lhes reconhecessem e respeitassem os direitos, e que os deixassem viver em paz (com os seus privilégios – os tais direitos); os rebeldes queriam tão somente a independência... Seria, mesmo, estranho que o acordo não fosse aceito.

Esse acordo teria talvez despertado desconfianças, se eles – os irredutíveis de ontem – viessem hoje propor uma transação, e desdizer-se de tudo quanto haviam feito. Isto não se deu, porque, todos o sabem, não é assim que estas transigências se fazem. Nas páginas de uma ligeira exposição, o método e a clareza exigem que os fatos e os aspectos sejam discriminados de um modo sintético: a crise da independência dividida em dois períodos – resistência dos refratários, e transigência dos mesmos; e as gentes ativas das colônias separadas em dois partidos – realistas (refratários, reacionários, remanescentes...) e revolucionários (republicanos, independentes...). Mas, na realidade, os sucessos não se apresentam com esta limitação perfeita, nem as facções militantes assim nitidamente separadas, e simplesmente dispostas em dois partidos. São grupos diversos, cujos extremos se confundem na gradação insensível das nuanças. Há os radicais – que têm a impressão viva dos males devidos ao regime colonial, e querem que se refaça todo o organismo político e civil; os adiantados, intransigentes na forma, mas corda tos, reconhecem – que toda reforma tem a sua hora; os liberais, que reclamam, sobretudo, a liberdade (e como há várias liberdades, eles podem estar de acordo com muita gente), liberais nos quais é difícil avaliar bem a dose de candura e a de velhacaria; os moderados, ora pacíficos, ora cautelosos ou neutros, segundo as necessidades do momento; os conservadores, oscilando entre os moderados e os reacionários dissimulados; os reacionários francos; os irredutíveis. É fato constante, em todas as revoluções onde a luta se prolonga, que o empenho dos revolucionários em não se mostrarem tirânicos, e o desaparecimento, na luta, dos mais exaltados e intransigentes, acabam, geralmente, colocando a sorte da contenda nas mãos desses moderados, neutros e conservadores. Estas gentes, por isso mesmo que são moderadas e pacíficas, não entram na peleja, não são consumidas pela luta, e, no momento propício, aparecem, fortes pelo anquilamento dos outros, oferecendo-se "para resolver a questão por um meio-termo" – uma dessas

soluções equívocas que não satisfazem a nenhum dos grupos extremados, mas das quais os moderados e conservadores sabem servir-se superiormente, para garantir os seus interesses e manter as coisas na mesma situação.

No caso do conflito pela independência, a solução estava achada, por si mesma, pois, como sabemos, não havia antagonismos aparentes entre o que uns e outros queriam; tanto assim que os próprios representantes diretos da metrópole não se negaram a transigir. Em Nova Granada, Murillo, esse mesmo que em 1816 varria das terras do seu governo todos os doutores e letrados – "porque são eles geralmente os promotores de rebeliões", quatro anos depois, quando várias derrotas o fazem duvidar do êxito da campanha, veio propor a Bolívar uma semi-independência. O esforçado pelejador não aceitou a oferta, mas a transigência produziu os seus efeitos: "Não obstante a resolução, combinou-se que dali em diante não se fuzilariam mais os prisioneiros de guerra; foi declarado um armistício, passando Murillo o governo de Caracas ao general ia Torre". Em alguns casos, o movimento já começa por uma tentativa de escamoteação da independência; outros não são os intuitos da primeira junta que se forma em Buenos Aires. Ela é constituída de conservadores, que, iniciando o movimento separatista, não só tiram aos radicais o pretexto para uma intervenção mais enérgica, como se tornam os senhores e inspiradores da política, e limitam as reformas como entendem. Não admira, pois, que Belgrano, um dos próceres da emancipação no Prata, conseguisse tão facilmente convencer os chefes realistas como Yegros, Cabanas e Villasco, que ontem o combatiam e, agora, aderem ao movimento. Aderiram de fato, e, dias depois, são os chefes dos novos governos que se formam. Vem daí a razão das discórdias e dissensões que se manifestam logo entre os republicanos platinos.

O Chile, cuja emancipação é uma extensão da revolução do Prata, apresenta os mesmos aspectos políticos – a repulsa e a transigência consecutiva. Sucedeu, porém, que, fortemente atacados, os realistas verificaram desde cedo a ineficácia da resistência, e a grande maioria deles se decidiu logo pela revolução. Eis a razão por que será preciso repetir aqui, ao tratar da fase de transigência, os fatos já referidos a propósito da resistência. Vamos à história. Sem contar com as tentativas frustradas, o primeiro governo independente que se forma é a junta presidida por Martínez Rosas, que, para alarmar os bons realistas, assegurava: só mantinha o governo para entregá-lo depois ao rei legítimo da Espanha,

quando o destino o levasse de novo ao trono, e "limitava-se a governar como quem tinha a convicção de que ia acautelando os altos interesses da mãe-pátria (...) sem cometer excessos, mas dando provas sobretudo de uma nobre moderação, sempre tão difícil (mas prodigiosamente proveitosa) em momentos anormais. Semelhante política foi desgostando o partido radical". Este queria uma independência menos condicional, e "(...) desconfiando da dubiedade que via na conduta dos moderados, diz o mesmo historiógrafo, prepara então um movimento no sentido de dar um golpe decisivo. O chefe do novo governo é Carrera, que representa, deveras, o pensamento republicano naquelas paragens; e ei-lo que inicia uma política francamente republicana. Isto deu como resultado uma animadversão, que logo degenerou em luta aberta contra os radicais por parte dos moderados". E estes, aproveitando a primeira oportunidade – o fato de ter sido Carrera derrotado pelos realistas do Peru – destituem-no, põem em seu lugar o conservador O'Higgins, o qual, entre vitórias e derrotas, celebra "um acordo com o vice- rei do Peru, reconhecendo a soberania da Espanha, que por sua vez reconhecia o governo formado no Chile". Os independentes chilenos, porém, não aceitaram o convênio, depuseram o governo e organizaram um outro, assumindo o poder o general José Miguel Carrera. O'Higgins acudira rápido para combater o novo governo e restabelecer o deposto; nisto, surgem os realistas do Peru, que vêm desdizer-se do acordo feito, e intimar a uns e outros – O'Higgins e Carrera – que se submetam à discrição. Dá-se o combate, e são vencidos os independentes, que emigram para a Argentina. Lá encontra-se O'Higgins com o conservador San Martín; concentram-se os dois para vir reconquistar o Chile, e, agora, voltam-se eles para os radicais, a fim de aproveitá-los no que lhes convém aproveitar: envia-se antecipadamente Rodríguez – republicano ardente e também emigrado – ao Chile, a fim de semear a rebelião e inflamar os ânimos. Atrás, vêm os dois, assistidos por todos os republicanos ingênuos. Os realistas irredutíveis são vencidos, e San Martín, aclamado chefe supremo do governo, "declina modestamente da honra, e O'Higgins é investido da autoridade suprema". Mas a vitória não é definitiva; os espanhóis do Peru voltam à carga, e San Martín e O'Higgins são desbaratados com todas as suas forças. Um homem surgiu e salvou a revolução – Rodríguez, organizando "num instante" o Batalhão da morte, com o qual deteve os realistas vitoriosos, até que o exército chileno se reorganizasse. Daí por diante, a fortuna dos independentes se acentua, e não declina mais; com isto, voltam a ter a primeira posição os conservadores prestigiados por San

Martín. Faz-se assim a independência, e o governo vem cair nas mãos de O'Higgins, o mesmo que, três anos antes, "reconhecia a soberania da Espanha". No poder, ele "não se mostrou preocupado com a organização constitucional da República; e isso desgostava a muitos patriotas. O'Higgins, surdo a tais reclamos, teve que usar de rigor e prepotência, chegando a decretar o fuzilamento dos mais exaltados, como o nobre e ardente Rodríguez e os irmãos Carrera". Isto escreve o mesmo historiador que não cessa de celebrar-lhe "o heroísmo de nobilíssimo patriota". Com esses republicanos, enterravam-se ali as idéias de igualdade e justiça social.

De San Martín, o grande diretor e inspirador de todo o movimento separatista, desde o Prata ao Alto Peru, diziam os cronistas que o seu intuito era "implantar nos países emancipados as mesmas instituições da metrópole". Haverá dúvidas a esse respeito, mas não as há quanto ao seu proceder no Peru, logo que se viu chefe do governo: *procurou tranqüilizar os ânimos*, inspirando confiança a todos. Só não o inspirava, agora, aos republicanos. "Com a sua política moderada, o protetor do Peru alienava de si a simpatia e popularidade de que gozava entre os independentes mais exaltados, que lhe censuravam abertamente a transigência inexplicável com certos inimigos da véspera".

Afastando-se assim dos radicais e verdadeiros republicanos, esses chefes iam fatalmente entregar-se aos reacionários, e foram estes que dominaram por toda parte, logo depois da independência. Nasceu daí a confusão geral contra o progresso; os equívocos sociais de que sofremos não têm outra origem, e deles derivam todos os preconceitos onde se perdem os nossos governantes e conselheiros.

IV

Uma colônia que merece menção especial é o México. O elemento refratário é excepcionalmente forte, e domina, desde a primeira hora, o movimento emancipador. As reivindicações separatistas começam em 1810, sob a conduta de chefes efetivamente republicanos, um dos quais, Hidalgo, chegou a reunir exércitos de 100 mil homens. Mas os reacionários e realistas têm forças bastantes para vencê-los prontamente. Contudo, não é definitiva a vitória.

Desbaratados nas batalhas campais, os independentes recorrem às guerrilhas. Durante sete anos, andaram eles, de esconderijo em esconderijo, com um projeto de república às costas, a proclamar a independência e a liberdade da pátria, e a jurar uma Constituição em todo recanto a que se acolhiam. Finalmente, em 1817, Iturbide e outros chefes realistas se apoderam dos últimos caudilhos independentes, executam-nos, e a idéia de emancipação parecia afastada por muitos anos; dominam sem contraste os realistas... e, dois anos depois, todos unidos, ostensivamente proclamam a independência do México. Como se explica isto? Muito simplesmente: foi esse o meio que eles acharam de manter ali o regime do despotismo integral – injustiças e espoliações.

> Os elementos que durante mais de 20 anos se tinham insurgido contra a metrópole representavam naquele inditoso país as classes exploradas. Quantos se achavam no gozo dos privilégios – funcionários de toda ordem e grandes especuladores – levantaram-se furiosos contra um movimento, cujo intuito era melhorar as condições sociais do povo com prejuízo das classes privilegiadas. Não havia, portanto, no México, realistas contra republicanos, mas apenas uma classe de homens que tinham interesse em manter o regime colonial contra outra classe que aspirava libertar-se dos horrores desse regime. Mas, quando mais empenhados andavam os realistas em sufocar os últimos anseios da revolução, eis que da própria metrópole os ameaçava o sentimento liberal que agitava a Europa. Havia-se restabelecido na Espanha a Constituição de 1812... e isto vinha alarmar na América os que viviam do privilégio e da tirania. E então começam os realistas do México a conspirar contra a Espanha, compreendendo que a separação era o único expediente a tomar para conservar o regime que a metrópole se dispunha a modificar. O próprio vice-rei, Apodaca, pôs-se à frente da conspiração. Mas isto não era nada ainda: o próprio rei, que a jurara, era contra a Constituição... e escrevia ao vice-rei que os liberais espanhóis pensavam em decapitá-lo, e que estava pronto a transladar-se com a sua corte para o México. Em tais condições, pois, tomaram os realistas, com o vice-rei, e, pode-se dizer, com o próprio rei à testa, o partido da independência[57].

[57] Rocha Pombo, José Francisco da. *op.cit.,* p.252.

Imediatamente, destaca-se Iturbide para purgar os territórios de uns restos de republicanos ainda combatentes. Aí se revela Iturbide: empolga o movimento; cala a boca aos independentes, declarando a *independência absoluta da nação*, e chama para si a quase totalidade dos realistas, afirmando que o Estado será uma monarquia. Como engodo geral, fala-se também na "união de americanos e espanhóis sem distinção de raças"; ao mesmo tempo, assegura-se a tirania espiritual, declarando-se "a conservação da religião católica com exclusão dos outros cultos". O vice-rei, sem voz ativa em face do caudilho reacionário, demite-se; vem um outro que, "impossibilitado de agir – porque os refratários estão todos com Iturbide, entende-se com estes e assinam um convênio, estabelecendo-se que o país, constituído em nação, adotaria a forma monárquica com um príncipe da família reinante de Espanha". Nesse convênio, Iturbide insinuou uma cláusula: "No caso em que os príncipes espanhóis recusassem o trono, o Congresso mexicano elegeria um rei..."; fazendo isto, ele sabia bem o que fazia; compreendia que as classes dirigentes da Espanha, obcecadas pelo parasitismo multissecular, não aceitariam em nenhuma hipótese a independência, e seria muito difícil obter-se um príncipe. De fato, as cortes espanholas – tal qual as portuguesas – não quiseram ouvir falar de emancipação, nem de autonomia; exigiram para ali o México colonial dos bons tempos, à discrição da metrópole... E Iturbide fez-se eleger imperador. Já todos contavam com isto.

V

No Brasil, os refratários e realistas ainda foram mais felizes, porque tiveram um príncipe de sangue, o próprio herdeiro da Coroa da metrópole, para chefe da monarquia com que eles fizeram aqui a independência. Cinco anos antes, o verdadeiro movimento emancipa dor e libertário fora abafado, afogado em sangue, no Norte do país. Mas essa vitória não garantia de forma nenhuma o poder da metrópole. O Brasil apresentava desde muito tempo os elementos constitucionais de uma nacionalidade; as idéias de liberdade andavam por toda parte; a colônia era forte demais, e Portugal, decrépito, era a sombra, apenas, de uma grandeza passada e efêmera: crescera e fora logo anulado pelo parasitismo. No entanto, o elemento refratário era abundantíssimo e forte na sociedade colonial-senhor de todas as posições e absolutamente preponderante na capital, que, pelo regime

centralizador e tirânico instituído, dominava o resto do país. Duas razões havia para que esse elemento adquirisse aqui tal importância: 1) o Brasil era, naquela época, a única verdadeira colônia portuguesa, e para cá vinham quase todos os que, no reino, não obtinham viver diretamente ou indiretamente do Tesouro real; 2) emigrando para o Rio de Janeiro, a corte trouxera consigo uma sobrecarga desses elementos refratários – o que havia de melhor no gênero:

> Enxame de parasitas imundos, desembargadores e repentistas, peraltas e sécias, frades e freiras, monsenhores e castrados. Os botes formigavam carregando, levando, vasando bocados da nação despedaçada (...) monges, desembargadores, toda essa relé de ineptos figurões de lodo... Uma nuvem de gafanhotos, que desde o século XVII devorava tudo em Portugal, e ia pousar agora no Brasil, para, em casa, o dirigir mais à vontade...[58]

Tais eram as gentes dominantes; e aqui, tal como pelas outras colônias, elas tomaram o partido de escamotear a independência.

Em verdade, será bem difícil dizer em que momento justo o Brasil começou a sua independência. Era colônia, sem nenhum valor em face da metrópole; com o tempo, foi crescendo, crescendo, crescendo, e, um belo dia, verificaram todos que ali estava uma nacionalidade, formada, vigorosa, pronta a fazer-se inteiramente senhora dos seus destinos; nação à mercê da qual o reino de ultramar já vinha vivendo, e assim continuaria, até que o tempo (ou algum aventureiro, refletia o próprio rei) completasse a sua definitiva separação. Quando é que o Brasil entrou a ser verdadeiramente autônomo?... Quando, ameaçando separar-se, forçou a metrópole a abolir estancos e reduzir quintos, ou quando abrigou a corte, foragida da metrópole? Quando entrou em relações com o mundo na qualidade de reino soberano, aberto ao comércio de todas as nações; ou quando, partindo daqui o rei e a corte, passou a ter um governo à parte? Quando Barata e seus companheiros gritavam os nossos direitos no recinto das cortes portuguesas, ou quando o príncipe, chefe do governo aqui, desobedecia formalmente às injunções da metrópole? Quando o chefe do Estado houve de desistir da coroa portuguesa, ou quando, apesar disto, o forçaram a deixar o Brasil?... Qualquer desses momentos foi mais decisivo para a independência do que

---

[58] Oliveira Martins, Joaquim Pedra de, *História de Portugal,* 6º ed., p.237; O *Brasil e as colônias,* 3º ed., p.103.

essas datas, que a história oficial consagra – o gesto ridículo do Ipiranga, ou a assinatura do tratado mediante o qual o Brasil pagou à antiga metrópole a importância dos tributos, que ela já não podia cobrar diretamente, em troca de um reconhecimento de que ninguém carecia.

Independente o Brasil já era; o essencial no momento era assegurar a situação desses remanescentes. Não foi difícil. Cá estava o príncipe, e com ele arranjou-se o caso perfeitamente; a solução, simples, completa e expedida como lha deram, foi efetivamente genial – um achado! O homem que inspirou toda a obra foi o moderadíssimo José Bonifácio, antigo professor nas universidades da metrópole, espírito refletido, que educara os seus sentimentos políticos na Europa, na época em que os moderados e reacionários desacreditavam e infamavam os princípios de justiça e liberdade proclamados em 89, na França. Era moderado, e sobretudo realista, de tal forma que, anos depois, desprezado, preso e deportado pelo príncipe e políticos portugueses do Rio de Janeiro, que já não careciam dele para mascarar de nacionalismo o movimento separatista – deportado, e traiçoeiramente e perfidamente atirado pelo monarca (que ele inventara) às costas de Portugal, a fim de que a ferocidade miguelista o executasse como rebelde[59] – apesar de tudo isto, ainda ele afirmava os seus sentimentos monarquistas, sobrepondo-os a todos os outros – humanos e patrióticos;[60] é o homem que preferiria ver o Brasil permanecer colônia de Portugal a fazer a independência como república; tal é a síntese do seu programa político, antes e depois do degredo. Não admira, nem mesmo o ver surgir no governo do Brasil independente, homens como esse Vilela Barbosa, que alguns anos antes confessava "ter vergonha de haver nascido no Brasil", e jurava, com o meio rosto ainda túrgido da bofetada de Barata, jurava e prometia, nas cortes portuguesas, "atravessar o Atlântico a nado, com a espada entre os dentes, para vir combater aqui os separatistas e manter sobre a colônia o inteiro domínio da metrópole..." Perdoe-se ao pobre homem o arrojo da hipérbole – ela dá idéia dos sentimentos de liberdade e independência que animavam o futuro ministro de estrangeiros do Brasil, o adversário de Feijó...

Fez-se a independência da colônia exclusivamente para os refratários. No momento, toda a separação se reduziu a substituir o título do chefe do governo – não é mais rei, é imperador; a nação passa a ter uma Constituição sua, copiada da antiga, copiada pelo próprio imperante, eterno distribuidor de constituições; deram-lhe um parlamento seu, que o monarca dissolveu quando quis; e fez-se tornar a Portugal alguns centos de soldados.[61] Tudo mais aqui fica: "todas as pessoas de ordem civil, eclesiástica e militar que a corte portuguesa deixou no Rio de Janeiro ocupando os altos cargos". A mesma máquina administrativa, com os mesmos processos, e privilégios, e parasitas; os mesmos costumes, e até a mesma freguesia financeira – a Inglaterra. "Todos os partidos se tornaram separatistas; tornaram -se brasileiros todos os empregados públicos, magistrados dos tribunais superiores e outros..."

As camadas de resíduos e remanescentes ali se deixaram ficar; tudo se dispusera para que o viver não lhes fosse perturbado. Estavam em casa,

---

[59] Quem se responsabiliza por esta afirmação é o Sr. Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, contemporâneo e amigo íntimo que foi de José Bonifácio; di-lo nas suas "Anotações" à própria biografia, publicadas no volume XIV dos *Anais da Biblioteca Nacional.* Ele conta longamente todos os incidentes da viagem da *Lucania,* em que iam os Andradas. Era o navio destinado *oficialmente* ao Havre; no entanto, sem que se pudesse explicar o motivo, o barco, desde que chegou à altura das costas portuguesas, não avançava, "desfazia de noite o caminho que havia feito de dia". Por quê? "Porque, continua o amigo de José Bonifácio, se ostensivamente se havia mandado os desterrados para a França, particularmente haviam resolvido, por iniciativa de Vilela Barbosa e de Nogueira da Gama, mandá-los para Portugal. Confiavam na perícia do infante D. Miguel para dar cabo dos presos, quer processando-os publicamente, quer particularmente nos calabouços do Bozio". Estava tudo combinado, a *Lucania* ficaria bordejando em frente à costa portuguesa até que saísse do Tejo um navio de guerra e a apresasse. "Mas o desejado navio não aparecia! Resolveu então o capitão entrar o Tejo, o que não se deu porque o imediato, que não estava no segredo das *instruções secretas,* se opôs". Entraram no porto espanhol de Coruña, e, no dia imediato, lá estava a corveta portuguesa *Liberdade,* a quem ia entregar os Andradas, que deveram a liberdade à intervenção do ministro inglês.

[60] Injuriado, perseguido, escorraçado pelo trono português do Rio de Janeiro, reconhecendo que a *independência* fora burlada pelo próprio imperante, vendo-o entregar o país aos mesmos que na véspera se opunham à sua emancipação, em face à triste situação do momento, José Bonifácio, partindo para o degredo, só tinha uma preocupação: "Que o imperador salve o trono para seu filho, se não pode conservá-lo para si". Foi a única reflexão que se lhe ouviu ao embarcar, foi tudo que a crise lhe inspirou (autobiografia de Drummond).

[61] Até os soldados portugueses da *Divisão* Madeira, que, na Bahia, resistem até à última às tropas brasileiras – até estes: vencidos, são engajados, depois, no Rio de Janeiro para compor o exército do novo império. O próprio Madeira, o chefe da resistência obstinada, é convidado por José Bonifácio a vir nacionalizar e dar cor ao Brasil, e realizar-lhe a emancipação, como ele a entendia (Drummond).

continuaram a crescer e a frutificar; até hoje, a sua ação perdura, opondo-se ao progresso, defendendo todas as revivescências do regime arcaico, que lhes criou uma situação privilegiada e monopolizou em suas mãos a riqueza e o comércio, conferindo-lhes, assim, uma influência decisiva na vida econômica e, conseqüentemente, na vida política e social da nação. Ei-los, ainda hoje – elemento preponderante, inspirando uma corrente de idéias e opiniões conservadoras, contra as quais há lutar, porque a riqueza é a riqueza.

Estas considerações não envolvem nenhum sentimento de estreito nacionalismo; elas resumem a realidade e a importância do entorpecimento que tais resíduos trazem ao progresso das sociedades brasileiras, poderosamente influenciadas por eles, avassaladas, mesmo, na capital e em algumas outras cidades importantes. Desconhecerá alguém o quanto são retrógrados, tradicionalistas, rotineiros e, em sua quase totalidade, ignorantes esses elementos?... "Vá a nação para diante, dirão, não se importe com eles..." Impossível. Têm um poder incontrastável; pesam pelo número, pela fortuna, pelas tradições e pela situação especial em que se acham. Confundem-se com o resto da sociedade; só não são brasileiros para dar à nacionalidade esse caráter de homogeneidade indispensável a todo grupo humano, independentemente de qualquer preocupação patriótica, de qualquer tendência agressiva, homogeneidade indispensável ao progresso social; só não são brasileiros para permitir a fixação, no país, do fruto da sua produção; mas não são estrangeiros para impor os seus sentimentos e idéias a essas classes dominantes e políticas, preocupadas sobretudo com os interesses das chamadas classes conservadoras. As classes conservadoras são eles, ou aqueles que deles dependem, e cujos interesses não se distinguem. Em verdade, no Brasil, a luta entre os nacionais radicais e esses elementos não é uma luta de nacionalidades: é o eterno conflito dos oprimidos e espoliados com o explorador dominante – dos parasitados e parasitas.

QUINTA PARTE

AS NOVAS SOCIEDADES

Elementos essenciais do caráter; raças colonizadoras; efeitos do cruzamento

> A crueldade nativa do homem, depois de se exercer sobre os animais, procura livre curso nas lutas de homem a homem. Além disto, o falso princípio da dignidade humana teve como corolário a crença na superioridade de certas raças quanto a outras e na legitimidade da perseguição destas pelas primeiras. É em nome desta crença que os povos ditos civilizados pilham e massacram as raças menos cultas.
> *Haeckel*

I

Estão estudados os efeitos do parasitismo das metrópoles sobre o caráter e a história das nacionalidades sul-americanas. Completemos esse estudo de psicologia social analisando os outros elementos, cujas influências concorrem na formação do caráter desses povos colonizadores; assim como o caráter e a influência das outras raças – indígenas e africanas, e os efeitos do cruzamento.

As nacionalidades peninsulares, cuja evolução é paralela e quase idêntica, e cujo gênio difere, apenas, por ligeiras mudanças de temperamento – essas nacionalidades se destacam na história, à parte o parasitismo, por duas qualidades primordiais: uma hombridade patriótica, intransigente, irredutível, levando os indivíduos a todos os heroísmos e resistências; e um extraordinário poder de assimilação social. Desta hombridade patriótica derivam todos os exageros e perversões guerreiras dos povos ibéricos, as desvairadas expansões e conquistas; daí nasceu o *condotierismo* e os *Cids*, na península; é nisto que se alimentam, em parte, as infinitas revoltas e o caudilhismo americano. A preocupação de independência nacional e de avassalamento de povos, esse vigor de intransigência nacional, domina toda a vida social – política, estética, religiosa. Há, no caráter coletivo da nacionalidade, uma certa "nobreza

monumental", igualmente acentuada nos indivíduos. É a *indômita energia* que unifica a península à custa de uma luta de oito séculos; é em nome dessa *nobreza monumental* que as nacionalidades resistem aos vencedores de toda a Europa, quando já pareciam mortas.

> Em nome desses sentimentos, no da nação ofendida, principalmente em nome dessa fibra de independência, íntimo fundo do caráter peninsular, os espanhóis organizaram a guerra santa da independência. Abatido, corrompido, abandonado o povo pelos seus reis, encontrou ainda em si a energia vital suficiente para expulsar os invasores (...) A guerra tomou um caráter primitivo, e os aguerridos batalhões imperiais recuavam com medo diante dessas guerrilhas, que faziam de cada garganta das montanhas uma cilada, dos poços covas, e das ruas das cidades cemitérios...

Essa mesma violência na resistência se encontra nos povos sulamericanos; é um zelo de independência nacional, às vezes doentio, outras vezes ingênuo e retumbante, mas em todo caso irredutível, orgânico, instintivo, acendendo-se facilmente, explodindo brutal e feroz à ameaça de qualquer sonhado perigo.

No entanto, apesar dessa preocupação de soberania nacional e de independência pessoal, as raças ibéricas mostraram possuir uma força de assimilação de que não se tem exemplo em nenhum outro povo da Europa. Não se conhece outro caso de se fundirem, assim rapidamente e tão perfeitamente, raças tão diversas e tantas, como na península. Para ali concorreram elementos étnicos mais dessemelhantes que esses, ainda hoje isolados e em constantes conflitos nos Bálcãs, na Macedônia, na Hungria. Apesar disto, a população da península é hoje mais homogênea que a da Inglaterra e de outros países da Europa. Com toda a sua tão citada superioridade, os ingleses não conseguiram assimilar os celtas da Irlanda, nem os holandeses do Cabo, nem os franceses do Canadá.

Este poder de assimilação deriva de uma grande plasticidade intelectual e de uma sociabilidade desenvolvidíssima, qualidades preciosas para o progresso, e mercê das quais estas nacionalidades seriam hoje entre as primeiras do Ocidente, se não tivessem derivado para o parasitismo que as degradou. Essa degradação, porém, não será absoluta; o parasitismo social não ocasiona modificações orgânicas como o parasitismo biológico; seus efeitos são de ordem moral, devidos a um conservantismo desvairado a que as classes sociais se aferram, e à falta de observação da vida real. No

momento em que falte a presa, e seja mister viver segundo as leis naturais, neste momento, passada a agitação crítica da mudança de regime, as populações podem refazer a sua educação social, corrigindo os vícios havidos na tradição parasitária, e entrar para o progresso; é uma questão de reeducação. É isto o que sucederá à Espanha, e sucederia a Portugal, se lhe não restassem, pela África, uns salvados do seu passado império colonial, à custa dos quais ele pretende reconstituir o antigo viver parasitário. Refazer um "Brasil na África" é o pensamento dominante na antiga metrópole, desde que o Brasil clássico desapareceu. "Perdido o Brasil", comenta Oliveira Martins,

> voltamo-nos agora, a ver se a África pode dar-nos os meios de custearmos as despesas de um país pequeno e mediocremente abastado (...) Holanda do extremo Ocidente, radicada no corpo da Espanha como ela o está no corpo germânico, só num ponto de apoio externo podemos fundar o alicerce de uma independência excepcional; só à custa dos recursos coloniais poderemos, talvez, satisfazer as múltiplas e dispendiosas exigências da organização econômica, científica e moral, hoje inseparáveis e indispensáveis à existência de uma nação.

Esse pensamento conquistou os próprios literatos de profissão: Portugal, simbolizado por Eça de Queirós no fidalgo desbriado e alcoviteiro, descendente degenerado dos heróicos Ramires, depois de ensaiar a vida no reino, entre as misérias que ela lhe oferece ali, desanima, volta as costas à península, e vai refazer a existência, o caráter e a fortuna em África; lá, surge ele rico, retemperado, poderoso... Essa obstinação em persistir eternamente como nação parasitária, esta afirmação de serem incapazes de se manter entre os povos cultos, subsistindo à custa dos próprios recursos, como vivem tantos outros povos europeus – esta afirmação é uma injúria que os portugueses fazem a si mesmos, injúria contra a qual protestam naturalmente os espíritos verdadeiramente adiantados dali, injúria contra a qual protesta esse Norte de Portugal, tão laborioso e tão amigo da liberdade. Todavia, a obsessão colonial, entretida pela saudade das eras parasitárias e, sem dúvida, pelo natural amor a um passado heróico e glorioso, vem impedindo que o velho reino efetue a sua reorganização econômica definitiva. Enquanto não se refaz o sonhado império africano, vai ele vivendo tristemente dos vinhos ardidos e ásperos a que os armazéns portugueses dão saída no Brasil, do vinho do Porto que a

Inglaterra lhe compra e, principalmente, das rendas que a colônia brasileira, numerosa e rica, encaminha para ali.

Transplantadas para a América, as gentes da península transmitiram as suas qualidades distintas às novas populações. Aqui encontramos essa mesma plasticidade intelectual e essa mesma sociabilidade, acaso mais desenvolvida ainda. A assimilação dos povos se tem feito, até entre raças radicalmente distintas – brancos, pretos e índios. É por isso que, apesar das distâncias, da extrema disseminação dos povos e da falta de comunicações, há menos diferença entre o brasileiro de Manaus e o de Santa Catarina que entre um bretão e um marselhês; o alemão de Saxe se distingue melhor do de Hamburgo que não se distingue o venezuelano do argentino.

II

Fora tolice supor que sejam somente essas influências hereditárias, recebidas dos povos ibéricos, que pesam sobre o caráter das populações latino-americanas; estas são as predominantes, dir-se-ia, mesmo, as determinantes; mas é inegável que as raças indígenas, no geral, e os negros africanos, nos países onde esta emigração foi grande – que tais elementos influíram também na fisionomia moral e intelectual das novas sociedades, se bem que numa proporção muito mais reduzida do que se pensa. Há duas razões para que esta influência não fosse muito sensível. Em primeiro lugar, os indígenas e negros, sendo povos ainda muito atrasados, não possuíam nem qualidades, nem defeitos, nem virtudes, que se impusessem aos outros e provocassem a imitação. Almas rudimentares, naturezas quase virgens, eram eles que, nesse encontro e entrecruzamento de raças, sofriam a influência dos mais cultos, e os imitavam. Estes povos primitivos se distinguem, justamente, por um conjunto de qualidades negativas – inconsistência de caráter, leviandade, imprevidência, indiferença pelo passado etc., à proporção que progridam, a civilização irá enchendo estes quadros vazios. Vem daí a sua grande adaptabilidade a qualquer condição de vida (de vida, e não de morte – como essas que se ofereciam aos negros e índios escravizados). Por isso, misturadas a outros povos, a influência que exercem estas raças é uma influência antes renovadora que diretriz. Expliquemos essa metafísica: são gentes infantis, que não possuem irredutíveis qualidades de caráter, e resistem menos ao influxo de idéias novas que as populações cultas, sobre as quais pesam tradições históricas especiais e uma civilização determinada. Os animais rudimentares são muito mais variáveis e adaptáveis que aqueles de organização complexa; os povos jovens são muito mais progressistas – adaptáveis – que os povos feitos, presos a um passado, que ora os seduz, ora os domina, e, em geral, lhes entorpece a marcha para o futuro: as tradições acumuladas, os hábitos e costumes de uma adaptação completa ao viver de outrora, formam uma bagagem muito pesada para quem pretenda correr após o progresso. Por isso, ao misturarem-se com outras gentes, já caracterizadas e fixas, as raças rudimentares e maleáveis lhes transmitem uma certa dose de “receptibilidade” moral, quebra-lhes um pouco essa dureza de caráter social, facilitando-lhes um renovamento, um progresso mais rápido. Quanto às qualidades positivas, próprias, que eles possuam, estas são tão reduzidas, tão poucas, em comparação às novas qualidades adquiridas, que não se fazem quase sentir, principalmente se lhes são em opostas; o influxo das idéias e sentimentos irá pouco a pouco modificando o caráter primitivo, e, no fim de um certo número de gerações, o que resta das qualidades essenciais da raça menos culta é bem pouco – bem pouco para influir na diretriz que seguirá a nova sociedade saída desse encontro. Além desta primeira razão, temos que os índios e negros não gozavam da mesma liberdade que os brancos; não gozavam de nenhuma. Eram forçados a contrariar o seu caráter e moldar-se ao dos povos ibéricos, não só pela natural sugestão das gentes mais cultas sobre as incultas, como porque a isto os forçavam ativamente. Não eram livres de dar expansão ao seu gênio e temperamento, nem mesmo no seio dos seus – a prole não lhes pertencia. Viviam a serviço dos brancos, e governavam-se pelo querer e pelos sentimentos destes.

Reduzida, porém, como é, não se pode desconhecer a influência dos selvagens – pretos e índios. Pelo que vem dos africanos, ela se exprime por uma certa afetividade passiva, uma dedicação morna, doce e instintiva, sem ruídos e sem expansões. Cativos, martirizados, eles se enforcam em séries, atiram-se às caldeiras de garapa fervente – o suicídio é o fato comum; é por exceção que matam o senhor algoz. Relativamente, são raríssimas as vinganças e represálias. A escrava martirizada ontem pela senhora toma-lhe hoje o filho e o cria, amorosa, solícita, com o cuidado e a ternura da maternidade desinteressada. Ainda hoje, os descendentes destes

escravizados de três séculos afagam por aí, com o seu carinho esquecido e submisso, o egoísmo do branco absorvente.

De par com estas qualidades, citam-se os clássicos defeitos dos negros: submissão incondicional, frouxidão de vontade, docilidade servil... Tais qualidades são antes o efeito da situação em que os colocaram. Pensem na mísera condição desses desgraçados, que, jovens ainda, ignorantes, de inteligência embrionária, são arrancados ao seu meio natural e transportados a granel, nos porões infectos, transportados por entre ferros e açoites, a um outro mundo, à escravidão desumana e implacável!... É como se, a nós, nos atirassem à Lua!... Heróicos foram eles de resistir como resistiram. A história das revoltas dos negros nas Antilhas, a história de Palmares e dos quilombos ali estão para mostrar que não faltava, aos africanos e seus descendentes, nem bravura, nem vigor na resistência, nem amor à liberdade pessoal. Se, hoje, depois de 300 anos de cativeiro (do cativeiro que aqui existia!), esses homens não são verdadeiros monstros sociais e intelectuais, é porque possuíam virtudes notáveis.

III

O indígena americano, quanto a qualidades positivas, se caracteriza por um amor violento à liberdade, uma coragem física verdadeiramente notável e uma grande instabilidade intelectual, direi mesmo uma grande instabilidade de espírito. Esse amor à liberdade é, no índio, essencial, irrefletido, sem nenhuma preocupação de tradições históricas, nem de dignidade pessoal – é uma questão de necessidade orgânica. Por mais forte que fosse a boa vontade dos colonos, não conseguiram nunca reduzir o indígena a um cativeiro regular, isto é, a esse cativeiro que é a cessação absoluta da liberdade. A isto o índio resistiu sempre, ferozmente – matando, trucidando, fazendo-se matar, deixando as carnes no tronco e nas algemas, mas buscando a toda hora a liberdade... E nos aldeamentos dos frades, nas missões e reduções? Como é que, aí, foi possível conservá-lo e fazê-lo até progredir, desenvolver-se em extensão, e, de uma certa forma, em cultura?... Isto prova tão-somente que o índio não é uma raça refratária à disciplina social, incapaz de aceitar uma direção, e de dobrar os seus instintos e tendências, segundo as exigências de um meio social mais adiantado. É o que os pueblos e as reduções vêm demonstrar. O índio podia

viver ali, e progredia, sujeito mesmo a uma disciplina social meticulosa, porque não lhe seqüestravam toda a liberdade, como nas senzalas dos colonos senhores. Os frades fanatizavam os índios, exploravam-nos, mas tratavam-nos como homens; dadas as necessidades e apetites intelectuais e morais dessas almas rudimentares, a liberdade de que dispunham nas missões podia satisfazê-las; não há comparação possível entre o viver que lhes era dado ali e as doçuras do cativeiro sob o chicote dos colonos; aqui desaparecia o homem, restava uma besta, que saía do estábulo para o jugo e do jugo para o estábulo. E o índio não se adaptava à situação da besta, sob essa forma elementar, como o queriam os senhores: reagia, e era terrível na reação, exatamente porque possuía esta coragem física que forma a segunda das suas qualidades positivas, e que é, também, uma virtude orgânica, independente de qualquer influxo de amor-próprio.

A coragem, no índio, é feita sobretudo de uma quase absoluta indiferença pela dor física e pela morte – é a impassibilidade. Isto lhe tira ao heroísmo todo o brilhantismo; são temerários sem arrojo, são valentes sem galhardia; são, principalmente, obstinados, ferozmente obstinados. A guerra do Paraguai, na qual uma nação insignificante, de um milhão e pouco de habitantes, resiste, durante cinco anos, ao ataque combinado, encarniçado de três nações vizinhas, vinte vezes mais fortes do que ela, e resiste até que tenham sucumbido todos os homens válidos, e grande parte dos velhos, adolescentes e mulheres – até morrerem na luta 2/3 da população – essa guerra é um dos mais extraordinários exemplos de resistência coletiva que se conhecem. O modo pelo qual aqueles descendentes de guaranis afrontavam a morte é especial, deles. Resistência comparável a esta só a dos jagunços brasileiros, em Canudos. Esses jagunços – como a generalidade da massa popular dos nossos sertões – são mestiços, nos quais domina o sangue do caboclo indígena. Canudos, uma vila de uma centena de casebres, com uns 200 homens capazes de combater, depois de haver destroçado duas colunas de tropas regulares, resistiu, por mais de dois meses, a um corpo de exército maior de 4 mil homens, das três armas; e resistiu dizimando-os. Só de oficiais pereceram, por bala, em Canudos, algumas dezenas. A povoação teve que ser tomada, casa a casa; cavaram fumas e de dentro delas as gentes se defendiam como feras... Não houve prisioneiros – morreram todos selvaticamente bravos. Chega a ser um espetáculo triste!... Triste, mas que revela, nesses homens, uma coragem literalmente indomável. Lançou-se petróleo nas fumas, e ateou-se fogo (...)

e eles não se rendiam!... É horrível!... "(...) Na guerra civil de 93, no Brasil, os soldados e marinheiros caboclos se destacaram pela valentia e intrepidez. De lado a lado, eram valentes até às últimas". Tal é o testemunho unânime dos oficiais que participaram da ação.

A instabilidade de espírito, tão notável nessa raça, é uma qualidade que se explica justamente pelo grau de evolução mental: o espírito ainda não amadurecido, não educado nos longos esforços de atenção e tenacidade. São móbiles, instáveis como crianças, porque têm o espírito infantil. Tal qualidade, mesmo quando fora um defeito, é certamente corrigível pela educação.

Os outros traços característicos da raça são os que acusam as qualidades negativas: desinteresse, indolência etc., apontadas como defeitos imperdoáveis por todos esses que desejariam ver o caboclo a devorar-se na labuta, para enriquecer... o país, quer dizer: o intermediário parasita, o senhor de engenho, o dono da mina... Acatemos as louváveis intenções e santas aspirações desses abnegados, mas reconheçamos que estes defeitos todos são devidos simplesmente à falta de educação social. Ensinem-lhe a trabalhar, inspirem-lhe desejos novos, mostrem-lhe que há gozos superiores – a conquistar pelo trabalho, convençam-no, e, principalmente, saibam dar as garantias de que, trabalhando, eles vêm trabalhar para si... e o caboclo aceitará, e se habituará a trabalhar. Educado, no Paraguai, o indígena mostrou-se regularmente laborioso e disciplinado. As civilizações do México e do Peru, da América Central e da Califórnia provam que estas raças sabem trabalhar e produzir; a civilização sino-japonesa, apuradíssima e antiga, é obra exclusiva desta raça amarela, de onde são originários os indígenas americanos.

Acusam-nos ainda de perfídias, crimes sanguinários... Pérfidos – porque havendo recebido como crianças descuidosas os primeiros aventureiros, estes lhes pagaram a hospedagem arvorando-se em senhores; empunhando um calabrote e tocando os desgraçados: que trabalhem, dia e noite, para eles colonos; e, se relutam, o relho, a palmatória, o tronco, a corrente, o jejum, ali estão para amansar-lhes as resistências. Organizam-se as bandeiras, matam-se milhares de indivíduos para captar 200 ou 300 escravos... É assim que procedem os que destroem a dinamite todos os cardumes de um remanso, a fim de apanhar duas ou três dúzias de tainhas e robalos... E o indígena, quando percebeu as doçuras do regime que lhe

ofereciam, quando sentiu a crueldade, respondeu no mesmo tom. Conhecia o país, estava na própria casa, e preferiu reagir, desembaraçando-se dos seus verdugos por qualquer forma. Vingou a morte e a ferocidade com a ferocidade e a morte. São cruéis os índios?!... Ainda que eles o quisessem, não chegariam nunca às sublimidades de crueldade com que os brancos – as gentes da Europa civilizada – têm horrorizado o mundo. Não há, nos feitos da crueza indígena, nada comparável às atrocidades dos espanhóis em Cuba e na própria Espanha, nas masmorras da Inquisição ou nos cubículos onde apodrecem os anarquistas. Nada comparável ao proceder dos ingleses em Cartum, e mesmo nas Índias; ou dos americanos nas Filipinas, ou dos portugueses nas Índias, dos alemães na África, na Polônia e na China; ou dos franceses no Senegal, dos russos na Sibéria...[62] Foram os índios que inventaram o matar 4 mil prisioneiros à baioneta a fim de poupar pólvora?... Manter dois guardas, um mês, dia e noite, ao pé de um prisioneiro para o não deixar adormecer um momento?... Vazar 30 litros de água de sabão, à força, no estômago de um indivíduo, até que, sem forma, tumefato, o líquido se filtre por toda a superfície do corpo?... Cortar os narizes e as mãos a 400 prisioneiros, cujo crime é o de ter riquezas que foram pelos algozes roubadas? Assar as gentes por partes, um membro cada dia?... Pobres indígenas! Falta-lhes a cultura da inteligência, a riqueza de imaginação para achar os requintes de atrocidade que os europeus sabem inventar.

Chamam-nos pérfidos... Nunca o foram; a má-fé, a torpeza do branco, é que os levou para aí. Ameaçados de um extermínio completo, caçados como bestas, defenderam-se como puderam. Não é no índio, pervertido pelo contato e pela ferocidade do colono, que se devem buscar as qualidades reais, essenciais da raça; é no índio do primeiro momento, confiante, hospitaleiro, ingênuo, tal como o descrevem quantos trataram com ele, então: "Se alguém lhes acenava se queriam vir às naus, faziam-se logo prestes para isto, de tal maneira que se os homens todos quisessem convidar, todos viriam (...) de maneira que são muito mais amigos nossos

---

[62] Na Manchúria, os russos atam os chins pelos rabichos, e atiram-nos assim ao rio Amur, impedindo-os depois de vir à tona; têm-se encontrado *cachos* de centenas, assim afogados. Vigné d'Octon, médico da marinha francesa, diz que os *atiradores senegaleses* despedaçavam os indígenas vencidos, triturando-lhes as faces, vazando os olhos, *serrando* os seios às mulheres com sabres velhos... (E. Spalikowski, *La colonisation et la paix).*

que nós deles”[63]. Assim se refere o primeiro português que tratou com os indígenas americanos e que sobre eles escreveu. E, logo ali, para mostrar como eram humanos e compassivos, os navegadores lusitanos abandonam, neste mundo totalmente desconhecido, dois patrícios, degradados, “para que aprendam a língua dos indígenas e possam posteriormente prestar serviço aos que voltem por aqui”. São canibais os índios?... Tanto pior: arranjem-se...

> Ficaram em terra dois portugueses, dois degredados, Afonso Ribeiro e outro (...) Vendo afastar os nossos, sentindo-se abandonados, em terra estranha, entre homens desconhecidos, cuja palavra não compreendiam, cujos sentimentos não podiam calcular, os degredados romperam num choro convulsivo, como quem via afastar com os navios um pedaço da pátria, talvez a esperança de a tornar a ver! E os índios, esses pobres selvagens que ninguém entendia, compreenderam aquelas lágrimas, e manifestando a bondade inata no coração humano, vieram animá-los mostrando ter muita piedade deles!

São estes os homens que os portugueses posteriores acusam de cruéis e pérfidos, e que a ciência sociológica de Oliveira Martins condena ao extermínio, e cujo cativeiro e martírio aprova – por serem *inferiores*!... Inferiores a quem? Aos portugueses?!...

IV

Este parágrafo – *inferioridade* de raças – é o mais interessante. Ao examinar a influência de cada uma das raças sobre as novas sociedades, importa pouco o estudo das qualidades positivas dos selvagens e dos negros; o essencial é saber qual o valor absoluto dessas raças, em si – a sua capacidade progressista: se são civilizáveis ou não. Tanto vale discutir logo toda a célebre teoria das raças inferiores. Que vem a ser esta teoria? Como nasceu ela? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes.

[63] *Carta* de Caminha, dando conta da descoberta do Brasil.

É de todos os tempos: que o homem, possuindo a força e o poder, não pense em outra coisa senão em deles se servir para obrigar os outros a trabalhar, e para arrancar-lhes os frutos desse trabalho. Nisto se resume a história de todas as guerras. Este é o regime normal no passado, aceito por todos os fortes: os explorados são miseráveis demais, não têm mesmo direito de se queixar; os exploradores, estes não têm de que se queixar. Com a evolução da moral, porém, foi aparecendo quem reclamasse contra essa injustiça generalizada. Na Índia, a religião, na Grécia, a filosofia, realçaram os espíritos, encaminhando-os para uma justiça mais humana e liberal. Depois, na Palestina, surgiram apóstolos novos, pregando aos homens uma religião que os consideraria como iguais, desprezando todos os preconceitos de pátria, de onde derivam as tiranias e explorações. A moral, porém, andava muito baixa ainda, e toda igualdade oferecida aos homens se referia, apenas, a uma vida futura; neste mundo, eles deveriam resignar-se às iniqüidades, aceitando todas as dores – seria o caminho mais curto para este reino de justiça e de glória no além-túmulo. Com isto, o cristianismo entregava o mundo, mais do que nunca, à tirania e à iniqüidade: para que lutar pela justiça, nesta vida, se na outra é que reside a justiça perfeita e imperecível? Para que resistir e fugir ao mal, se este é o caminho para a felicidade futura, se pelas dores se conquista a glória na outra vida?... Demais disto, derivando para o proselitismo, a doutrina de Jesus tornou -se a inimiga, a contraditória, a sufocadora dessa bela filosofia greco-latina, onde já se delineava a moral verdadeiramente humana, garantidora do progresso social. Tudo isto foi abafado pelo barbarismo a serviço da política cristã, degenerando a religião do igualitário da Judéia no mais formidável instrumento de opressão moral e política que tem existido. Ficou o mundo entregue à fereza dos maus – condes ou bispos – e, à sombra dessa religião, as injustiças se continuaram e se acumularam. Mas a idéia da igualdade tinha conquistado uma boa parte do sentimento humano; a moral continuou o seu progredir em torno desta noção, e, quando a consciência humana ressurgiu livre, não tardou em aparecer quem pedisse para os homens um reino de justiça e de igualdade neste mundo mesmo, visto como não há razões legítimas e naturais para que uns vivam sobre os outros, visto como o reino futuro de igualdade e ventura é mais que problemático – espécie de reparação ilusória com que se comprariam as resignações dos miseráveis, e com que se iludiria a fome e a sede de justiça das almas sinceras e piedosas... Em face destas reivindicações, que formam a essência mesma da moral moderna, o egoísmo dos fortes teria que ceder: “Os

homens são iguais, não devem uns explorar os outros". Iguais?... refletiu a filosofia dos dominadores. – "E se nós pudéssemos contestar uma tal igualdade?... Estamos no século da razão e da ciência, recorramos à ciência, e provemos que os homens não são iguais". Voltaram-se, então, os sociólogos do egoísmo e da exploração para a história contemporânea, e encontraram que, no momento – como em todos os tempos, os homens não se apresentavam no mesmo estado de desenvolvimento social e econômico: havia uns mais adiantados do que outros, uns já decaídos, outros ainda na infância; e, sem hesitar, traduziram eles esta desigualdade atual, e as condições históricas do momento, como a expressão do valor absoluto das raças e das gentes – a prova da sua aptidão ou inaptidão para o progresso. A argumentação, a demonstração científica, não chega a ser pérfida, porque é estulta; mas foi bastante que lhe pudessem dar esse nome de Teoria científica do valor das raças, para que os exploradores, os fortes do momento, se apegassem a ela.

> Há povos superiores e povos inferiores, pois que, neste momento, há uns que são mais cultos, e mais ricos e poderosos, do que outros. Estes, se se mantêm ainda na barbaria, é porque são incapazes de progredir; os que decaíram são povos decrépitos, esgotados; formam uns e outros a categoria dos inferiores; só os adiantados neste século, só estes, devem ser considerados aptos para o progresso.

– concluiu a etnologia privativa das grandes nações salteadoras. Assim, foi admitido que há povos melhores do que outros, que há raças nobres e vis, e que somente aquelas eram capazes de atingir o ponto culminante do desenvolvimento e da cultura; as outras são condenadas a vegetar na mediocridade, na abjeção – não atingirão jamais as altas esferas da ciência, arte, filosofia e riqueza. E, daí, a conclusão lógica de que os mais perfeitos e nobres devem governar os outros. Chegada a esta descoberta, a sociologia dos egoísmos combinados não parou; a violência dos apetites obscureceu todas as noções de justiça, e os tais sociólogos proclamaram sem rebuços o emprego da força bruta como a suprema sabedoria – o despotismo e a opressão como a condição natural da espécie humana. Levada à prática, a teoria deu o seguinte resultado: vão os "superiores" aos países onde existem esses "povos inferiores", organizam-lhes a vida conforme as suas tradições – deles superiores; instituem-se em classes dirigentes e obrigam os inferiores a trabalhar para sustentá-las; e se estes o não quiserem, então que os matem e eliminem de qualquer forma, a fim de ficar a terra para os

superiores: os ingleses governem o Cabo, e os cafres cavem as minas; sejam os anglo-saxões senhores e goza dores exclusivos da Austrália, e destruam-se os australianos como se fossem uma espécie daninha... Tal é, em síntese, a teoria das raças inferiores.

De acordo com esses *princípios*, os indígenas americanos, os pretos africanos, os negróides e malaios da Oceania, foram declarados "inferiores", em massa. Para estes o julgamento é definitivo; a sociologia oficial da Europa e dos Estados Unidos decretou que eles são "inferiores", pois que se acham todos em estado social inferior ao dos outros povos: "As *grandes* nações devem ir colonizar-lhes as terras". Até aqui, a teoria tem uma certa lógica, na aparência, e estaria tudo muito bem discriminado, se, nas suas explorações e tiranias, os europeus só se encontrassem com os negros e índios e malaios. A teoria não deixaria de ser falsa e imoral, mas não seria inconseqüente, se eles não competissem também entre si, e se, lá mesmo na Europa, não pretendessem dominar uns aos outros. É aqui que aparecem principalmente as extravagâncias e absurdos da teoria. Diz ela que os superiores devem governar os inferiores – porque estes são incapazes, absolutamente incapazes, de atingir uma civilização adiantada; ao mesmo tempo, proclama que os anglo-saxões são os "superiores" porque dominam hoje dois terços da Terra. Destarte, a superioridade da raça, que devera ser definitiva para que a teoria possa prevalecer, deixa de ser definitiva. Estes, que são superiores hoje, eram inferiores há dois séculos; a superioridade de então pertencia aos espanhóis e portugueses. Outra extravagância: os anglo-saxões são superiores porque conseguiram criar nos Estados Unidos uma nação prodigiosamente próspera; mas, no Canadá, serão inferiores, pois que a colônia, ali, se arrasta mesquinha e reduzida, dez vezes menos populosa e cem vezes menos rica que os Estados Unidos. Os ingleses são superiores, porque a Inglaterra mantém os celtas da Irlanda subjugados e impotentes; o celta é superior porque expulsou o inglês da França; os ingleses são superiores a todos os povos porque dispõem de uma população de marinheiros, carvão e ferro em abundância, que lhes facilitaram o formar uma armada com que dominam os mares, seriam inferiores se os bôeres em vez de serem 500 mil, apenas, fossem dois ou três milhões... E é em nome desta superioridade que eles se impõem ao domínio do resto das sociedades sul-africanas!... É em nome desta teoria – de superioridade de raça – que os franceses dominam a Argélia, e organizam, ali, para os indígenas, tribunais especiais – para distribuir uma

justiça diferente da justiça concedida ao colono francês, porque o indígena é "inferior". Justificando este regime, o senador francês, pela Argélia, M. Gerente, argumentou com todo o sério:

> ...Assim como, num jardim, não se trata uma flor como uma árvore, nem um veterinário cura de um pequeno animal como de um grande, assim também, na sociedade, o indígena, tendo uma *cerebralidade*, uma educação e uma civilização diferentes das nossas, deve ter direitos diferentes dos nossos. Esta concepção dos direitos naturais não está, de forma nenhuma, em oposição com a dos direitos do homem...

Esta diferença dos direitos consiste em que o colono francês tem direito de despojar o indígena das terras, obrigá-lo a trabalhar como assalariado, e enviá-lo, por intermédio dos tribunais repressivos, para os presídios, quando o indígena recalcitra. Agora, sabem quem é este indígena – inferior, e em nome de cuja inferioridade a França tem o direito de assim proceder?... É o árabe... O árabe, cuja civilização, nos séculos de barbaria da Europa, resumia toda a ciência e riqueza do mundo ocidental!... Pois não vemos, hoje, admitido pela quase unanimidade das antropologias e etnologias a *superioridade* dos famosos "dolicocéfalos louros" da Europa – alemães, ingleses, suecos etc., sobre todos os povos da Terra, inclusive os outros da própria Europa?!.... Porque as nações por eles constituídas são, hoje, mais fortes e ricas, ei-los proclamados superiores a esses próprios "morenos" do Mediterrâneo, que produziram a civilização ocidental – tudo que nela se encontra de belo e de efetivamente original. Os tais louros seriam superiores à raça de onde saíram esses gregos – os criadores da arte, que levaram a poesia e as artes plásticas a um grau de progresso que ainda não foi ultrapassado; os fundadores de uma filosofia na qual a ciência moderna, ainda hoje, vai aprender, porque ali estão formulados todos os bons métodos, indicados todos os problemas de que os homens se têm ocupado até agora, e sugeridas todas as hipóteses com que os sábios modernos têm construído suas teorias; de tal forma que não há grande verdade, na filosofia atual, que não tenha sido pressentida ou afirmada por esses gregos; foram eles os organizadores das ciências abstratas; eles – Aristóteles e Hipócrates – que orientaram a ciência no sentido da observação, mercê da qual os modernos têm podido chegar aos maravilhosos resultados e descobertas de que nos orgulhamos; eles, os grandes propugnadores dos direitos da natureza humana, reconhecidos

pelos seus grandes filósofos e jurisconsultos!... Seriam superiores ainda, os tais dolicocéfalos louros, a estes latinos, que instituíram a vida civil, segundo a qual ainda hoje se regem os povos; superiores a esses "povos morenos" de onde saiu a moral do amor, e da igualdade entre os homens!... Que é que há no progresso humano que não tenha sido criado por esta *raça morena*, hoje tão destratada? Arte, ciência, filosofia, direito, moral, tudo criado por eles. A idade moderna vai melhorando, aperfeiçoando, continuando a obra deles; mas não lhe têm ajuntado nem um capítulo novo. Não admira, portanto, o ver proclamar-se esta inferioridade, quando, na própria França, certos filósofos, ofuscados pela grandeza dos ingleses, ou doidos pela vitória última dos alemães e pela extensão que este conseguiram dar ao seu comércio, não hesitam em decretar a superioridade de uns e de outros. Os franceses, vitoriosos por mais de dois séculos, superiores, até então, aos alemães, passaram desde logo a essencialmente inferiores – porque um regime político transitório ou um governo incompetente os levou a uma derrota; a França, que no Ocidente moderno produziu a civilização mais completa, vem a ser *inferior* – porque não tem uma esquadra como a dos ingleses, nem tinha, em 1870, um exército da mesma força que o dos alemães... Eis as conseqüências da teoria da superioridade das raças, eis o seu valor. Os povos europeus impõem-se à China porque são *superiores* – e, entre eles, admitem os japoneses, antiga colônia chinesa!...

V

Deixemo-los, por lá, a esses diversos tipos de superioridade variável, e examinemos a teoria aplicada ao que nos importa. Na constituição orgânica dos povos sul-americanos, entra uma grande dose de sangue indiano, e, em algumas das novas nacionalidades – Cuba, Brasil... – entra, também, um forte contingente de elementos africanos. Se, de fato, estas duas raças são inferiores, quer dizer, incapazes de alcançar o grau de perfeição próprio à civilização que ora apresentam os vários povos europeus, é lógico que as nacionalidades da América Latina participarão dessa inferioridade. Já vimos que a teoria, em si, não vale grande coisa; todavia, há uma tal unanimidade nos sociólogos a serviço dos fortes, em chamar de "inferiores" a estas raças, que é mister discutir miudamente as suas apreciações. Os argumentos de que se servem os tais sociólogos são: 1)

que os indígenas e negros têm sido exterminados – eliminados – pelos brancos, o que prova serem eles inferiores; 2) que estes povos são, geralmente, muitíssimo mais atrasados que os brancos; são todos ainda selvagens ou bárbaros, e este atraso geral tem como causa, certamente, uma inferioridade étnica essencial.

Como apoio ao primeiro dos argumentos, invoca-se a teoria evolucionista de Darwin – a luta pela vida e a sobrevivência dos mais aptos. Oliveira Martins, sentindo a necessidade de justificar as torpezas dos colonos portugueses sobre os pobres índios e negros no Brasil, e as que se projetam (ele mesmo projetou) para o futuro, na África, escreve, com a solenidade e a convicção de quem possui a última palavra da ciência: "As guerras com os indígenas da América[64] e da África representam na história o que ela teria presenciado (se já houvesse história nesses tempos remotos) nas invasões da Europa pela raça branca[65]. Nessa luta contra os aborígenes vê-se o processo pelo qual a natureza, forçando a uma seleção, foi gradualmente desenvolvendo a capacidade e o império dos seres

[64] Oliveira Martins, Joaquim Pedro de, O *Brasil e as colônias portuguesas,* 3ª ed., p.20.

[65] Oliveira Martins quer referir-se à muito falada emigração na Europa das raças vindas dos platôs da Ásia Central – a célebre *teoria ariana,* teoria que ninguém, hoje, aceita, teoria "mais literária que científica", no dizer de Zaborovski, que, numa conferência, em 8 de novembro de 1902, na Escola de Antropologia de Paris, demonstrou exaustivamente a inanidade e o disparate dessa teoria, segundo a qual "a história da raça ariana ensinaria a história da espécie humana, segundo a qual esta raça viria estendendo-se dos trópicos da índia até os círculos polares da Groenlândia". Houve um tempo, continua o conferencista, "em que os antropologistas não combatiam estas hipóteses e explicações sumárias (...) Letourneau, mesmo, conservara uma certa predileção pela opinião, outrora reinante, sobre as origens arianas. Ele supunha que ondas de emigrantes arianos haviam refluído sobre a Europa para misturar-se ali aos primitivos ocupantes (...) Foi certamente Quatrefages quem mais contribuiu para entreter estas ilusões; deu-lhe grande força, em razão da sua autoridade (...) Ele aceitava as convicções dos filósofos, tais como as formulava Renan, por exemplo... Mas não foi assim que as coisas se passaram, estamos certos. Tais emigrações eram impossíveis. (...) Quanto às raças brancas, pode-se afirmar que nem uma só teve o seu berço na Ásia Central". Não menos categórico é Topinard: "Há arianos *(L'Anthropologie et la science sociale,* 1900, p.229) na lingüística, mas não há raça ariana; assim como há franceses, sob o ponto de vista de língua, mas antropologicamente não há raça francesa". É o *parce sepultis* da famosa teoria ariana, sobre a qual tantas outras se construíram, e à qual o sociólogo lusitano se acolheu também, para explicar que os colonos portugueses tinham razão em tratar os negros e índios como os trataram. Não lhe façamos carga de haver jurado sobre uma teoria que tinha por si os sábios de mais renome; mas consignemos que o *símile* por ele invocado não prevalece.

superiores..." Aí vem, nas entrelinhas, o nome respeitado de Darwin, servindo para pleitear a causa da injustiça e da violência. Como se vê, a concepção é a mais simples possível: "São eliminados?... é porque são inferiores; assim mesmo é que devera ser – é a seleção natural... "Pobre Darwin! Nunca supôs que a sua obra genial pudesse servir de justificação aos crimes e às vilanias de negreiros e algozes de índios!... Ao ler-se tais despropósitos, duvida-se até da sinceridade desses escritores; Darwin nunca pretendeu que a lei da seleção natural se aplicava à espécie humana, como o dizem os teoristas do egoísmo e da rapinagem. Ele reconheceu que os seres vivos lutam pela vida; mas esta expressão "luta" não tem, na teoria, o sentido estreito a que reduzem os espíritos acanhados; luta pela vida quer dizer, para ele, tendência a viver, esforço para conservar a vida e propagá-la, e não, simplesmente, conflito material, agressão cruenta. Os processos empregados pelos seres, nesta luta, são inúmeros, e inúmeros são os tipos que resistiram e venceram sem ser por meio de luta física. Não é só isto; quanto à espécie humana, ele não deixou a aplicação da sua teoria nesse vago, que permitiria aos filósofos do massacre justificar todos os crimes, e escreveu, no primeiro volume da sua obra Descendência do homem e seleção sexual, 271 páginas para explicar bem que, na evolução da espécie humana, na evolução social em geral, à luta se substitui o concurso entre os seres da mesma espécie. Ali acompanha ele, demoradamente, o progresso moral e social, e mostra como este progresso se faz pelo desenvolvimento crescente dos sentimentos altruísticos, pela solidariedade cada vez mais forte entre os homens, sendo isto o que lhes confere superioridade; e designa como o termo deste progresso – a solidarização de todos os povos, combatendo, assim, tudo que se possa opor à harmonia e unificação da espécie humana. É aí, nessas páginas, que o genial naturalista sustenta que as sociedades se devem ocupar dos velhos, inválidos e enfermos, nutri-los e defendê-los, por mais inúteis que sejam, porque, destarte, se cultivam e se desenvolvem os sentimentos altruísticos, mercê dos quais se faz o progresso social. Foi Darwin o primeiro a romper com a clássica filosofia inglesa, que vem desde Bacon, Hobbes, Locke, A. Smith até Stuart Mill e Spencer, e que formula como base da moral o utilitarismo. Para ele, a base da moral é o pendor natural- o instinto altruístico – que leva o homem a procurar a companhia dos seres da sua espécie, a comprazer-se nessa companhia, e a interessar-se por eles, fora de qualquer cálculo, ou de motivos egoísticos; e proclama, tal como Auguste Comte, uma base orgânica, instintiva, para a moral. Quão diferentes são estas idéias daquelas que Oliveira Martins

pretende existir na filosofia do grande naturalista!... Certamente o escritor lusitano nunca leu as cartas de Darwin, escritas depois de ter demorado no Brasil, e de conhecer, por si mesmo, uns e outros: o negro, inferiorizado pela pirataria evolucionista, e os que o cativaram, e cuja superioridade bem se exprime pela grandeza da invenção – o tráfico dos africanos...[66] Devia ter lido, para ver o horror e a indignação humanitária com que ele se refere à abjeção e iniqüidade desses homens, que, em nome de uma suposta superioridade, cometem sobre criaturas humanas tais crimes.

Não vale o peso da tinta com que o exprimem, esse primeiro argumento: da superioridade, provada pela seleção natural e pela eliminação dos inaptos, isto é, os mais fracos. Admitir que os mais fracos, entre os homens, são sempre os inferiores, nos levaria a extravagâncias inconciliáveis: os espanhóis e os portugueses eliminaram, rechaçaram, na península, os mouros e os árabes – os espanhóis são essencialmente superiores; os mouro-árabes rechaçaram os espanhóis e os portugueses na África, e resistiram-lhes sempre – os mouro-árabes são essencialmente superiores; os espanhóis e os portugueses expulsam e eliminam definitivamente os holandeses do Brasil – os espanhóis e os portugueses são

[66] Trechos de duas cartas de Darwin, escritas de Maldonado: "Verifiquei a grande força com que a opinião pública se manifesta e se eleva gradualmente, nas eleições contra a escravidão. A Inglaterra terá direito de orgulhar-se se for a primeira nação da Europa a aboli-la inteiramente. Antes da minha partida da Inglaterra, diziam-me que as minhas opiniões, a esse respeito, se modificariam quando eu houvesse vivido em um país onde existissem escravos. A única modificação que em mim se deu, que eu saiba, é que estimo muito mais o caráter do negro. É impossível ver um negro sem sentir-se a gente atraída para ele. Têm fisionomias alegres, francas, honestas, o corpo soberbamente musculoso. Nunca pude olhar um desses enfezados portugueses, com o seu aspecto sanguinário, sem desejar, por assim dizer, que o Brasil siga o exemplo do Haiti... Há, no Rio, um sujeito, cujos títulos ignoro, e que recebe um largo salário para impedir, suponho, o desembarque de escravos. Ele vive em Botafogo, e, no entanto, durante a minha estada aí, foi naquela baía que desembarcaram a maior parte dos escravos de contrabando. Convinha procurar saber qual é a sua função; entre os ingleses das altas classes, era este o principal assunto de conversa. Maio, 1833".
"(...) Alegra-me o coração saber como vão marchando os acontecimentos aí. Hurrah! pelos honestos *whigs.* Creio que eles não tardarão em atacar essa monstruosa mancha de nossa tão decantada liberdade: a escravidão colonial. Conheço, agora, bastantemente a escravidão e o caráter dos negros, para estar sobejamente enojado das mentiras e das asneiras que a esse respeito se ouvem na Inglaterra. Felizmente os *tories* – esses corações de gelo, que, segundo o dizia J. Mackintosh, não têm entusiasmo senão contra o entusiasmo – esses, pelo momento, estão afastados. Junho, 1833". *(La vie et la correspondance de C. Darwin,* trad. de H. C. Varigny, t.I, p.281-283).

superiores; os holandeses vencem e expulsam definitivamente os portugueses da Insulíndia, os holandeses são superiores... Os abissínios vencem e expulsam os italianos, os abissínios são superiores aos italianos; os turcos venceram os gregos e estabeleceram-se definitivamente em Constantinopla e na Ásia Menor, os turcos são superiores aos gregos!...

Quanto ao caso dos americanos: os incas e os astecas foram vencidos?.. "Logo, são inferiores", conclui doutoralmente o evolucionista português. Não reflete ele nas condições históricas dos dois povos – espanhóis e americanos. Aqueles provinham da Europa, onde, cercados de nações adiantadas, organizadas, guerreiras e ameaçados por elas, assaltados, investidos, tiveram que se fazer também aguerridos, tiveram que se militarizar. Os outros viviam entre os povos inorganizados, fracos, viviam descansados, estavam absolutamente desapercebidos de elementos militares. Nestas condições, se se encontram em luta, os espanhóis vencerão fatalmente, sem que esta vitória signifique uma superioridade essencial de raça. Na realidade, a tal superioridade se exprime assim: depois de massacrar uma população por meio de balas dum-dum, incendiar casebres, destruir plantações, e colher alguns despojos, impor aos sobreviventes uma escravidão disfarça da, e acabar por destruí-los, derramando entre eles o alcoolismo, a sífilis e outras moléstias, nervosas e contagiosas...[67]

Revolvamos agora, um pouco, o segundo argumento, que se resume em afirmar: que os índios e africanos são "incapazes" de atingir a um grau de perfeição moral e social comparável aos dos povos cultos atuais. Que é que prova serem eles assim incapazes e inferiores?... "O fato de se manterem até agora selvagens ou bárbaros". É esta a única prova positiva apresentada. Um tal modo de raciocinar é idêntico ao de um grego do século de Péricles, que, ao contemplar o estado de barbaria absoluta, de abjeção e atraso, dos povos todos que posteriormente formaram a

[67] É o que reconhecem e proclamam, mesmo na Europa, todos os espíritos justos e generosos: "Nós levamos aos infelizes pretos, sob o nome pomposo de civilização, não somente o álcool, mas o estupro. o incêndio, o assassinato; por toda parte, sob as mentiras decorativas, aparece, brutal. a soberania da força" *(G. Seailles).* – "A colonização é, talvez, o que melhor nos mostra a grande falha do século XIX: a prática de uma patente hipocrisia para evitar a responsabilidade de uma ferocidade real" *(William Morris).* – "A conquista das raças chamadas inferiores não é mais, com efeito, que um horrível massacre, covardemente praticado contra homens fracos e desarmados, contra crianças, que não pedem senão que as deixem crescer" *(E. Girauld).*

Alemanha, Áustria, França, Inglaterra, Países-Baixos, Bélgica, Escandinávia, Rússia e Estados Unidos – e atendendo à distância social entre eles e os atenienses, concluísse que aqueles bárbaros eram essencialmente inferiores, e declarasse incapaz de progredir essa raça de onde deviam sair Newton e Shakespeare, Leibniz e Rembrandt, Pascal e Moliere, Bacon e Darwin, Pasteur e Auguste Comte, Goethe e Tolstoi e Ibsen, e todos os gênios da civilização moderna... Mal se compreende como esses homens confundem assim, lastimosamente, as "alternativas históricas dos povos" com "inferioridade definitiva de raças". Demais, será verdade que os indígenas americanos não tenham dado nenhuma prova de que sejam capazes de atingir a uma civilização superior? Não; há na história a demonstração categórica da perfectibilidade social destes povos. Ao desembarcarem na América, os espanhóis encontraram aí dois impérios, cujo estado de civilização era superior ao da Europa central no século IV, ou no V. Esta civilização era obra exclusiva das raças indígenas, e ela nos diz, sem contestação possível, que, se estes povos puderam sair da selvageria primitiva e alcançar o grau de organização social em que estavam, poderiam muito bem avançar até chegar ao mesmo estado de civilização e cultura de que se orgulham os europeus. Em matéria de evolução social, é muito mais difícil vencer a selvageria primitiva e vir a formar uma sociedade organizada e disciplinada, como a dos incas e astecas, do que, partindo daí, levar a cultura moral e intelectual ao grau em que a possuem as sociedades da Europa. Por que razão o indígena americano seria refratário à civilização?... No Paraguai, uma população, cuja maioria é composta de elementos guaranis, atingiu a um grau de progresso social que, no momento, era bem superior ao das populações vizinhas. Não fosse a guerra, a perseguição injustificável do governo imperial do Brasil, e aquele povo seria hoje uma glória da América do Sul. Não faltam às raças indianas nenhuma das qualidades susceptíveis de cultura – nem atividade intelectual, nem inclinação social. "Todas as raças", diz Topinard, "favorecidas pelas circunstâncias, podem progredir"; e esta afirmação ele a faz justamente a propósito dos índios americanos, e não a faz sem salientar a ignorância ou a falsidade dos elementos em que se baseiam os que proclamam a inferioridade e degradação dessas raças.[68] E continua: "Todo o grupo – de indígenas – metodicamente observado, oferece traços humanos, consola dores, e qualidades de que se não desconfia".

VI

E o negro?.. A este – pois que tem a pele preta e o cabelo encarapinhado – a ciência sociológica dos descendentes dos negreiros condena mais furiosamente ainda: *Raças completamente inferiores e gravemente diversas* – considera-as Oliveira Martins. "O pensamento de chamar essas raças a uma civilização para que a natureza as não dotara, foi uma das nobres quimeras..." Para o escritor-estadista, só tem o negro um préstimo – trabalhar como besta para sustentar a malandrice do branco. Não vale repetir os textos nos quais ele insiste em achar muito naturais "os processos com que as raças superiores (sem modéstia) escravizaram ou exterminaram sempre as inferiores (...) essa lei que na sociologia produz, pela seleção, os tipos superiores e na história as civilizações..." Paremos aqui, e desmascaremos já este sofisma. Alega o sociólogo lusitano, e com ele todos os da escola da inferioridade das raças negras e índias: "É legítimo que o branco escravize e extermine o negro, porque é assim que as coisas se passam na natureza... "Não; não há tal. Há luta na natureza, é verdade, entre os seres animados, que se disputam um lugar na vida; mas esta luta, mesmo quando é cruenta e direta, o que é raríssimo entre indivíduos da mesma espécie – mesmo quando é direta, nunca se faz no sentido de um grupo obrigar o outro a trabalhar para si. É possível que os lobos e chacais disputem entre si as presas – os mais ágeis e vigorosos vencerão, farão melhores caçadas, prevalecerão, subsistirão, enquanto os outros, mais fracos, desaparecem. Será assim... É isto o que se vê. O que se vê, porém, na natureza, em circunstância nenhuma, é uma alcatéia de lobos, ou mesmo um formigueiro de amazonas, organizando-se, dando caça a indivíduos da mesma espécie, escravizando-os, obrigando-os pela força a trabalhar para nutri-los – aos senhores, ou eliminando-os sistematicamente, quando os fracos se negam a trabalhar; o que se não vê na natureza, entre os seres da

[68] A este propósito, o antropologista cita o caso de um "autor que indica os Caraíbas do Orenoco como os selvagens mais primitivos, e faz deles uma descrição horrível". Topinard trata de saber onde o autor colheu as suas informações: fora na obra de um viajante – que não chegara nunca a ver um Caraíba; e, lida mesmo esta obra, ele verifica "não haver no livro nenhum elemento motivando a descrição detalhada" do tal autor. Este autor é Letourneau *(Topinard, op.cit.,* pág. 157).

mesma espécie que vivem em sociedade, é a divisão destes em dominantes e dominados, exploradores e explorados. Querem dar aos conflitos humanos e sociais a mesma significação que os conflitos animais, querem chegar às mesmas conseqüências, querem apelar para as lutas bestiais dos seres inferiores para legitimar as devastações cruentas? Então coloquem-se os homens nas mesmas condições de igualdade em que lutam as feras e as bestas. Quando o chacal disputa a carniça a outro chacal faz valer apenas os seus recursos próprios; não há nem o renome de família, nem afortuna herdada, nem o prestígio de classe, dando a um deles tal superioridade que o faz vencer, quando, individualmente e isolado, ele seria vencido pelo seu competidor. Na espécie humana, as condições da luta não são as mesmas, por isto as conseqüências não devem ser as mesmas; se a sociedade e a civilização concordarem, dando a uns vantagens de que eles pessoalmente são destituídos, a sociedade e a civilização devem intervir, também, para não consentir que, na marcha pela vida, os que se acham momentaneamente mais fortes massacrem os mais fracos, tal como fazem as feras com os seres de outras espécies.

Ainda há pouco, o teorista do massacre proclamava que os fortes e exterminadores são sempre os superiores; agora, ele invoca uma falsa analogia para afirmar que "é à custa dos massacres e das lutas cruéis que se faz o progresso, e que é indispensável a luta entre os homens a fim de que a humanidade se aperfeiçoe – pela vitória dos mais aptos". Serão efetivamente os mais perfeitos que vencem geralmente? Não – responde a realidade da vida; o que vence é a iniqüidade, o egoísmo, a perfídia, a ferocidade. São estas as qualidades que se desenvolvem nestes conflitos e massacres, onde só as tendências vis se exaltam – os ódios, as invejas, os ciúmes, que mais se apuram à proporção que a inteligência cultivada veio juntar o cálculo e a reflexão a essas lutas. Na disputa dos grupos e pessoas humanas entre si, nascem justamente, ou se reforçam os sentimentos que perturbam e embaraçam o progresso; tais disputas avigoram os instintos egoísticos, obstáculo ao desenvolvimento das virtudes sociais por excelência – a justiça, a fraternidade. O resultado último da civilização deve ser a eliminação das dores e a conquista da felicidade; toda a luta de indivíduo a indivíduo se reflete no seu interior por uma dor, que nenhuma vitória compensa. É aberração moral pretender que a luta e os conflitos preparem o progresso social, que só pode vir pela cooperação dos esforços e pela harmonia dos sentimentos!.... Se o homem só pode viver e florescer

porque encontra uma sociedade, isto é, uma união, um concurso de vontades, como admitir que a luta, onde se gera a desunião dos elementos desta sociedade, possa provocar o progresso?!...

Extraordinários, estes moralistas e sociólogos que esperam melhorar, aperfeiçoar o homem, fazendo-o voltar justamente à primitiva condição animal!... Se o homem conserva ainda esses instintos, que trouxe do seio das florestas, o empenho deve ser para eliminá-los. É pelo esforço na luta, não há dúvida, que o homem progride; mas a luta é contra a natureza, e, nesta luta, só a união dos esforços garante a vitória. O papel do homem, na civilização, é conquistar esta mesma natureza, impor-se a ela, e dar à evolução a marcha que lhe parecer melhor para a conquista de um ideal; e não o entregar-se às brutalidades da fera, para a qual o futuro não tem significação; e não o entregar-se a essas brutalidades sob a alegação de que elas são naturais nos outros animais. "*Il est dangereux*", já no-lo dizia Pascal, "*de faire voir à l'homme combien il est égal aux autres bêtes, sans lui montrer sa grandeur*". Demais, a verdade é que, mesmo entre os animais, não são os mais fortes os que sobrevivem e triunfam, e sim os mais inteligentes, e sobretudo os que, mesmo fracos, se achegam uns para os outros, amparando-se num mútuo apoio. – Os mamutes e mastodontes extinguiram-se, as formigas multiplicaram-se. Nem sempre a força é garantia da sobrevivência e do triunfo; perseguidos são os ratos e os leões, estes desaparecem, aqueles enxameiam... Só não sabem disto esses que só se voltam para a natureza, querendo achar nela justificativas para a própria maldade: "*En voulant imiter ce que nous appelons l'injustice de la nature, nous risquons de n 'imiter et de ne favoriser que notre propre injustice*" (Maeterlinck).

Não é só tolice ou má-fé, senão também calúnia, o assimilar os conflitos dos animais inferiores entre si aos dos seres humanos uns com os outros; é uma deturpação grosseira e imoral da teoria de Darwin. Querem ver como falam os verdadeiros darwinistas? Leiam Büchner, por exemplo.[69]

---

[69] Nos reinos animal e vegetal, *a luta pela existência* é uma causa de progresso, porque ela traz sempre o triunfo do mais apto. Mas bem diverso é o que sucede ao homem vivendo em sociedade. Ele acha, desde que vem ao mundo, todos os bons lugares ocupados no banquete da vida. Se a família, a posição, a fortuna herdada não lhe vêm auxiliar, ele é condenado a pôr as suas energias a serviço dos que possuem, e aos quais a sociedade garante o livre gozo dos seus bens. Destarte, não é geralmente o *melhor* ou o mais capaz quem triunfa, mas o

Para fazer calar os que ainda aceitam essa deturpação – de que Oliveira Martins foi o propugnador principal em português, apresentemo-lhes uma página copiada ao próprio Oliveira Martins. Tiramo-la do mesmo capítulo em que ele afirma serem os negros seres *abjetamente inferiores, na inferioridade incontestável* da sua raça; e considera, ainda, baldados os esforços para trazê-las à civilização. Isto ele o diz agora, e logo, linhas adiante, descrevendo a insurreição dos negros de Palmares, a verdade e os fatos o levaram a traçar um quadro onde se verifica possuírem estas gentes uma prodigiosa, uma excepcional capacidade e aptidão para o progresso social.

> De todos os protestos históricos do escravo, Palmares é o mais belo, o mais heróico. É uma Tróia negra, e a sua história uma Ilíada. Foi a ocupação dos holandeses que deu lugar à formação da república dos escravos. O abandono das fazendas pelos senhores, e mais tarde o armamento dos negros para expulsar os invasores, eis as causas imediatas da organização deste grande quilombo. Em 1630, quarenta negros guinés, escravos de Porto Calvo, refugiaram-se nos Palmares, coisa de 30 léguas para o interior de Pernambuco, e fortificaram-se. Como os romanos, captaram as sabinas, índias e mestiças dos arredores. Principiaram por viver das *razzias* das plantações próximas, dos saques dos fazendeiros. Assim viviam os romanos. Palmares era o asilo dos escravos fugitivos, como também o fora Roma e os conselhos medievais; crescendo em número, constituíram-se em sociedade, tinham um rei, o *zambi*, um cristianismo copiado dos jesuítas, *e leis que foram escritas por um Numa preto*. À maneira que prosperavam, abandonavam a pilhagem, fazendo-se agricultores. Lavraram e comerciaram; e os fazendeiros dos arredores, vendo-se

mais rico, o mais poderoso, o que é mais favorecido pela sua posição social, ou aquele que, pela dobrez de caráter, sabe melhor acomodar-se às circunstâncias. Nesta luta sem mercê, todas as vantagens estão de um lado, todas as desvantagens do outro, e é por exceção que certos indivíduos conseguem elevar-se das camadas mais baixas da sociedade às situações invejáveis. Em realidade, este fenômeno é comparável à luta pela vida na natureza; mas na sociedade combate-se com armas de um valor muito desigual. Seria preciso, pois, igualar as ensanchas e substituir a luta de cada um contra todos, pelo combate levado por todos, *solidariamente,* contra todos os males que podem atingir a humanidade – contra a fome, o frio, a miséria, as privações, a moléstia, a velhice, os acidentes, a morte. Um tal estado de coisas, no qual o bem do indivíduo se tornaria mais ou menos idêntico ao bem do conjunto, poderia, parece-nos, ser obtido sem que as faculdades de trabalho de cada um tenham a sofrer" *(À l'aurore du siecle,* Büchner, trad. francesa de Laloy).

> livres do incômodo antigo de vizinhos tão hostis, tratavam agora com a cidade nascente, vendiam-lhe fazendas e armas; assim as nações se formam, e Palmares MERECIA JÁ ESTE NOME quando, reconquistado e pacificado o Norte do Brasil o governo resolveu submeter a república (1695). Tinha ela então quatro ou cinco milhas de circuito; o recinto era fortificado por uma paliçada alta, à moda das aringas ou mocambas da África. Dentro havia as plantações; um rio com água abundante, frondosas bananeiras, campos de milho e mandioca. A população contava mais de 20 mil pessoas, das quais oito ou dez mil em armas esperavam os agressores. Caiu a república, destruída pelas armas portuguesas, mas caiu epicamente, como uma Tróia de negros. Vencidos, mortos, esmagados pela força, rotas as fortificações, aberto de par aos invasores o ninho da sociedade nascente, os palmarinos não se submeteram, suicidaram-se. O *zambi*, com os rotos destroços do seu exército, precipitou-se do alto de um penhasco, e os cadáveres dos heróis vieram rolando, despedaçados, cair aos pés dos portugueses vitoriosos. Os prisioneiros, voltados à condição miseranda, suicidavam-se, trucidavam os filhos e as mulheres; e quando lhes tiravam todos os meios de se matarem, deixavam-se acabar à fome. A Tróia dos negros foi arrasada, mas a memória dos seus heróis ficou e ficará como um nobre protesto da liberdade humana contra a dura fatalidade da natureza, cujas ordens impuseram à exploração da América a condição do trabalho escravo[70].

Este último período é a pura metafísica do parasitismo e do egoísmo: se a liberdade humana é uma realidade, ninguém tem o direito de inventar supostas "fatalidades e duras leis da natureza", para, abusando da força, negar um lugar na vida a criaturas humanas, que tinham dado provas de ser tão dignas (porventura mais dignas coletivamente) quanto os seus opressores. Em vão, os doutrinários do parasitismo tentarão dar aparência de lógica e de ciência às suas alegações imorais; o falso verniz científico estala por todos os lados, e por toda a parte aparece o sofisma. Qual a dura fatalidade da natureza que obriga uma categoria de homens a não trabalhar, e a viver à custa do trabalho de outros?... "Dura fatalidade da natureza" é a que força os animais a viver dos alimentos elaborados pelos vegetais, porque o organismo animal é incapaz de tirar diretamente do mundo mineral a sua alimentação. Se houvesse entre certos organismos humanos –

[70] Oliveira Martins, Joaquim Pedro de, O *Brasil e as colônias,* p.64.

os tais "superiores", e os outros, a diferença essencial que existe entre plantas e animais, então sim, o parasitismo seria – fatalidade natural; mas se eles são iguais, e igualmente aptos para o trabalho, por que razão devem viver estes à custa daqueles?... Os teoristas da exploração, se tentassem responder, cairiam nas contradições que enriquecem as dissertações de Oliveira Martins; por exemplo: considera o negro como abjetamente inferior, na inferioridade incontestável dos dotes de sua raça, e tão incapaz de progresso social que deve ser fatalmente eliminado sob o império dos seres superiores; depois, descreve a organização de uma sociedade desses seres inferiores, e, da história, como ele a conta, verifica-se que os pretos são gentes admiravelmente bem-dotadas sob o ponto de vista do progresso social. É maravilhosa, perfeita, quase ideal, a evolução dessa sociedade. O próprio historiógrafo sente-se entusiasmado pela perfeição daquela evolução; uma vez, duas, três, quatro... compara-a à evolução de Roma – do povo que formulou instituições civis tão perfeitas que se podiam aplicar a quase todos os outros povos! Há, naqueles palmarinos, uma energia de organização, uma aptidão social que os leva, quando prósperos, "a abandonar a pilhagem, fazendo-se agricultores"; isto é, conseguiram libertar-se das tentações parasitárias, tiveram forças bastantes para abandonar as práticas depredadoras e fazer-se agricultores, produtores – o que outros povos, "superiores", não conseguiram... Assim se formam as nações, diz o detrator dos negros e índios; e é verdade: assim se formam as verdadeiras nações; e é por isso que, em 65 anos, palmares já merecia esse nome, contava 20 mil habitantes, e pôde opor aos carrascos parasitas 8 mil heróis.

Deixemos os filósofos do massacre; a sua filosofia já não ilude ninguém, e sofre hoje o descrédito que merece; deixemo-los, mas não sem lhes opor a opinião de um escritor que viveu entre os negros africanos, lá no interior da África, e que protesta

> com veemência contra uma opinião, mais literária que científica, segundo a qual os negros seriam seres imperfectíveis, que se apresentariam amanhã tais como eram há 40 séculos. Por que recusar-se a reconhecer-lhes qualidades morais e físicas? Faidherbe, Gallieni, Barth, René, Caillié, Soleillet e muitos outros exploradores não contestam aos negros a posse de certas qualidades suscetíveis de serem desenvolvidas. Paul Soleillet vai mesmo até dizer que não existe no negro senão uma inferioridade de educação. A verdade é que eles estão num estado de civilização muito semelhante ao dos nossos avós do século IV; terão que fazer esse longo caminho que os separa da civilização moderna. Não o poderão fazer bruscamente. E nós mesmos, não levamos longos séculos a aproveitar os tesouros acumulados pelas civilizações grega e romana?[71].

Aponta-se contra os negros o caso da Libéria: e quantas nacionalidades brancas têm fracassado?... A história do desenvolvimento, progresso e cultura da raça negra nos Estados Unidos, apesar da guerra implacável da população branca, dá um testemunho bem eloqüente em prol da aptidão dos negros para a civilização.

VII

Resta examinar, ainda, a influência especial da mestiçagem. Para alguns etnologistas, o cruzamento entre raças diferentes dá lugar à formação de populações inferiores a qualquer das raças progenitoras. É o que se denomina em biologia efeitos regressivos dos cruzamentos. Amparando-se a certos fatos observados em zoologia, pretendem alguns sociólogos que as nações sul-americanas padecerão, ainda, de uma inferioridade especial, devida aos cruzamentos em si. No entanto, a verdade é que não há observações positivas provando esta suposta influência perniciosa da mestiçagem. As opiniões neste sentido se baseiam numa analogia que se quer estabelecer entre a mestiçagem no homem e os cruzamentos de espécies animais diferentes, cruzamentos que fazem aparecer alguns caracteres considerados como ancestrais e regressivos. Ora, é bem de ver que a analogia não procede; tais caracteres ancestrais só aparecem no caso em que as espécies cruzadas são tão diferentes que só dão produtos híbridos – estéreis, como sucede com os muares. É aí que aparecem alguns, e insignificantes, caracteres regressivos, na pelagem. Mas, esses mesmos, são caracteres meramente físicos; por exemplo, não está demonstrado que o burro seja menos inteligente nem menos domesticável que o asno. Para concluir, destes fatos, que o cruzamento de raças humanas diferentes deva, forçosamente, provocar o aparecimento das qualidades morais grosseiras dos antepassados longínquos da espécie, será preciso que se verifique, pelo

[71] *Revue générale des sciences pures el appliquées*, 30 de janeiro de 1903.

menos, o aparecimento simultâneo dos caracteres ancestrais de ordem morfológica – e tal não se dá. Não se vê, nos mestiços, nenhum traço fisionômico especial, novo, nenhuma modificação orgânica particular, que possa ser considerada como uma regressão ancestral. Como, então, admitir que deva haver forçosamente uma regressão moral e intelectual – quando, no entanto, o cruzamento se faz, não entre espécies diferentes, mas entre raças diversas, e quando, mesmo no caso dos animais (onde há esta regressão física), não existe a regressão intelectual?...

Estes são os argumentos teóricos, que nenhum valor teriam se a observação real lhes fosse contrária. Felizmente os fatos contradizem, também, as concepções dos teoristas detratores da mestiçagem. Ribot, que é perfeitamente imparcial e aceita mesmo tudo que dizem esses detratores, reconhece, pelo contrário, vantagens nos cruzamentos:

> Notemos que entre as diversas nações há cruzamentos, a seu grande benefício, dizem uns, para seu grande mal, dizem outros. O que não é duvidoso é que as misturas de sangue devem modificar nuns certos limites o caráter nacional, ao passo que ele deve conservar-se intacto nos que se mantêm indenes de toda a mistura. São raríssimos, porém, os povos que têm podido, sem cruzamentos, durar e civilizar-se[72].

Mas dizem uns: na América do Sul, o cruzamento foi funesto porque se fez entre raças essencialmente diversas, e "(...) a instabilidade perpétua das repúblicas hispano-americanas lhes parece uma conseqüência social dos cruzamentos..." Ora, quem conhece a história de tais repúblicas sabe que a causa é toda de ordem política; ela deriva exclusivamente das condições históricas da colonização. Cita-se, no entanto, a opinião dos poucos sábios que puderam apreciar *de visu* estas populações, e as julgam desfavoravelmente. Um dos tais, e dos mais categóricos, é Agassiz, que passou pelo Brasil em começo da segunda metade do século último, e assim se manifesta:

> Aqueles que põem em dúvida os perniciosos efeitos da mistura das raças, e são tentados por uma falsa filantropia a quebrar todas as barreiras colocadas entre elas, deveriam ir ao Brasil. Ser-lhes-ia impossível negar a decadência resultante dos cruzamentos, que têm lugar nesse país mais largamente que em qualquer outro. Veriam que

[72] Ribot, *L'Hérédité psychologique*, 4º ed., p.126.

> essa mistura nulifica as melhores qualidades, quer do branco, quer do negro, quer do índio, e produz um tipo mestiço, indescritível cuja energia física e mental se enfraquece (...) Respeitemos as leis da natureza, e, nas relações com os negros, mantenhamos em todo o rigor a maior integridade do seu tipo nativo e a pureza do nosso[73].

É horrível o que o naturalista da "imutabilidade das espécies" observou dos mulatos e mestiços brasileiros; certamente estas coisas ele as viu como viu, por aqui, os *traços do período glaciário*...[74] Não há razão para que nos impressionemos com os conceitos do sábio reacionário; ele andava por estes mundos com o propósito determinado de achar provas de que foi o Padre Eterno quem fez, bem separadamente, em momentos diferentes, cada uma das espécies existentes, e que elas são hoje o que eram quando saíram das mãos do obreiro lá dos céus; e sustentava que não há nenhum parentesco entre as raças... Um outro, Dally, geralmente citado, não chega a alegar fatos precisos, mantém-se nas alegações metafísicas: "Cruzar todas as raças humanas é ir contra o grande princípio da civilização: a divisão do trabalho. Cada raça pode achar sua adaptação..." Não se chega a atinar com as razões por que o cruzamento se opõe à especialização das funções e à divisão do trabalho; pelo contrário, a mistura de qualidades morais e intelectuais, na mestiçagem, pode dar lugar ao aparecimento de aptidões novas. "É bem possível", diz Ribot, "que certos caracteres latentes, que aptidões novas se revelem pelo próprio fato do cruzamento..." Para discutir como homem de ciência, Dally devia provar que os mestiços são incapazes de se especializar em qualquer mister, demonstração um tanto difícil; todos sabemos que os há verdadeiramente exímios, em misteres especiais – músicos, pintores, matemáticos, artesãos, médicos... Cita-se também, correntemente, como contrária aos cruzamentos, a opinião insuspeita de Darwin. Ora, o que ele diz, como fato de observação própria, é, antes, favorável à mestiçagem:

> Todos os viajantes têm notado a degradação e as más disposições das raças humanas cruzadas. Ninguém contestará que há mulatos tendo o caráter e o coração excelentes, e seria difícil encontrar uma reunião

[73] Agassiz, *Voyage au Brésil.* p.297.
[74] "Quanto ao Brasil, onde Agassiz acreditou encontrar os traços de um período glaciano. um estudo mais atento demonstrou que nada existe de semelhante". *Traité de géologie.* p.1.363, por Lapparent, professor no Instituto Católico de Paris, e, por conseguinte, insuspeito quanto ao deísta Agassiz.

> de homens mais doces e amáveis que os habitantes das ilhas de Chiloé, originários de uma mistura, em proporções várias, de índios e espanhóis. Por outro lado, impressionou-me o fato de que na América do Sul os homens provindos de uma complexa mistura de negros, de índios e de espanhóis, raramente tinham – qualquer que possa ser a causa – uma boa expressão. Por sua parte o grande Humboldt, que não partilhava nenhum dos preconceitos que reinam tão fortemente na Inglaterra contra as raças inferiores, exprime-se em termos enérgicos sobre as disposições selvagens dos Zambos ou mestiços de índios e negros, e muitos observadores têm confirmado o seu modo de ver. Estes fatos devem, talvez, fazer-nos admitir que o estado de degradação no qual se acham tantos mestiços pode ser atribuído, tanto a um retorno para uma condição primitiva e selvagem, determinada pelo cruzamento, como às detestáveis condições morais, nas quais eles se acham geralmente.[75].

Como se vê, Darwin, que só estudava os fatos sob o ponto de vista de naturalista, e só procurava conhecer os "efeitos naturais" dos cruzamentos, é forçado a reconhecer que esse estado de degradação dos mestiços tem uma causa moral-social. É bem de ver que o seu juízo seria mais categórico se ele conhecesse, como nós, toda a história das longas misérias e infinitos martírios que, durante gerações e gerações, vieram cultivando e desenvolvendo nesses desgraçados todos os instintos de rancor e de ódio, obliterando-lhes as fontes de bondade... Existências e existências que se sucediam sem um afago, sem sentir em torno de si um gesto de carinho, sem ter ocasião de saber que existe a generosidade e o amor. Vem daí essa expressão de fisionomia, que tanto impressionou o genial inglês: é o ódio, o rancor, os martírios e as fúrias acumuladas por 300 anos; é essa herança de dores e desesperos, capazes de desorganizar qualquer natureza moral. Se Darwin as conhecesse em toda a sua história, nem pensaria em efeitos do cruzamento, e reconheceria que esses mestiços são, hoje, infinitamente melhores do que era de esperar. Um outro, Livingstone, diz: "Não se pode compreender por que os mestiços são muito mais cruéis que os portugueses, mas o fato é incontestável". Ah! bem se vê que o célebre explorador desconhecia as façanhas dos negreiros portugueses, a história das Índias e das naus de Meca, os fastos da escravidão da colônia do Brasil. Far-se-ia uma biblioteca a relatar todas essas crueldades, cada qual mais repugnante,

[75] Darwin. Charles Spencer, *Variação das espécies,* II. p.23.

mais horrível e degradante; é a dignidade humana ofendida em todos os seus sentimentos nobres: obrigavam-se os filhos a cortar de açoites as mães!... Em crueldade, raça nenhuma igualará, jamais, as brancas da Europa; esta superioridade é incontestada. Ao lerem-se as atrocidades bestiais que, ainda hoje, europeus praticam pelas cinco partes do mundo, todos temos de concluir, repetindo com o sábio da *Origem das espécies*:

> ...Devemos reconhecer que o homem, com todas as suas nobres qualidades, a simpatia que sente pelos mais desgraçados, a benevolência, que ele estende, não só aos seus semelhantes, mas, ainda, aos seres mais humildes; a inteligência divina que lhe permitiu penetrar os movimentos e a constituição do sistema solar – o homem, com todas essas faculdades de uma ordem tão eminente, conserva ainda no seu sistema corporal o cunho indelével de sua origem inferior.

Agora, antes de nos referirmos à nossa própria história e à sociedade em que vivemos, para a apreciação dos fatos em si, consignemos o parecer de outros sábios, cuja autoridade não é menor que a dos já citados, e que contradizem por completo essas opiniões malévolas sobre a mestiçagem. Waitz, Martin de Moussy e Quatrefages afirmam "que os mestiços são pelo menos iguais em inteligência aos seus progenitores de raça superior". Este último – Quatrefages, refere-se nos termos mais encomiásticos às sociedades sul-americanas, onde a mestiçagem teria, no seu parecer, desenvolvido qualidades apreciáveis, e cita numerosos exemplos, sobretudo no Brasil, onde, não existindo preconceito de cor, os mestiços têm podido desenvolver as suas aptidões e têm mostrado "uma decidida superioridade artística sobre as duas raças mães. A quase totalidade dos pintores e músicos brasileiros pertencem à raça cruzada; muitos se tornaram notáveis em medicina (...) Na Venezuela os mulatos têm-se distinguido como oradores, publicistas, poetas (...) Os autores menos favoráveis aos mestiços", conclui o citado antropologista, "reconhecem-lhes, sobretudo aos da América, muita inteligência, espírito e imaginação". O capitão Beechey, havendo tratado com um povo de mestiços que se formou espontaneamente em Pitcairn, povo derivado de um cruzamento de polinésios e taitianos, assim se exprime: "É uma população notável pela força, agilidade, belas proporções, uma inteligência viva e pronta, e desejo ardente de instrução, e qualidades morais reveladas pelos mais tocantes

exemplos. Incontestavelmente, essa sociedade, toda mestiça, era superior ao menos à grande maioria dos elementos que lhe haviam dado nascimento".

VIII

Não há na história da América Latina um só fato provando que os mestiços houvessem degenerado de caráter, relativamente às qualidades essenciais das raças progenitoras. Os defeitos e virtudes que possuem vêm da herança que sobre eles pesa, da educação recebida e da adaptação às condições de vida que lhes são oferecidas. Consultem-se as estatísticas de qualquer cidade sul-americana, e ver-se-á que o número de delinqüentes mestiços é, talvez, relativamente inferior ao dos criminosos de raças puras.

Quanto à inteligência, ninguém contestará que os há – mestiços – admiravelmente bem-dotados. São exceções, dizem. Sim, sem dúvida que são exceções; não é só entre os mestiços, mas por toda parte – os grandes talentos, os gênios, constituem exceção, formam uma minoria insignificante sobre a massa geral, banal, medíocre. Dar-se-á, por acaso, que a Inglaterra seja constituída de Shakespeares, Newtons e Bacons, ou que na Alemanha só haja Goethes e Gutenbergs?... Quando se diz que um povo é suscetível de um grande progresso intelectual, quer-se dizer que ele é capaz de produzir indivíduos de talento excepcional, porque o progresso – científico, filosófico, artístico – é obra de uma pequena minoria – os grandes talentos. Uma vez que numa raça – pura ou cruzada – tenha aparecido um desses talentos excepcionais, tem ela dado a prova bastante de que é suscetível de todo o progresso intelectual. É verdade que a América do Sul concorre numa proporção insignificante para esse progresso; mas isto é devido, não a um defeito ou a uma essencial inferioridade mental das populações, mas tão-somente às condições de atraso, à estreiteza do meio. Quantos séculos passou a Rússia sem produzir gênios, e a Suécia, e a Alemanha mesmo?... Os gênios dependem principalmente das condições do meio (Spencer); uma mesma raça, um mesmo povo, a mesma nação, tem períodos de fertilidade e períodos de penúria, segundo as vicissitudes da sua evolução.

Acusam-nos, aos mestiços – de cruéis, pérfidos... Para que repetir as crueldades e perversidades dos brancos e compará-las às que se alegam contra aqueles?.. Quem o quisesse fazer, verificaria que, relativamente, os mestiços são uns santos...

Acusam-nos, ainda, de indolentes, indisciplinados, imprevidentes, preguiçosos, defeitos que não são exclusivos dos mestiços, e pertencem ao geral das populações latinas da América. São defeitos mais de educação, devidos à ignorância em que vivem, ao abandono a que as condenam. Não trabalham porque não sabem trabalhar, não conhecem o valor do trabalho. Um cabra do sertão do Norte vive tão fora da civilização, vive tão parcamente, satisfaz-se com tão pouco, que não sente necessidade de morrer de fadiga. Para que esbofar-se, da manhã à noite, tangendo uma enxada de dois quilos, num massapê rebelde, se ele pode viver sem isto, se não saberia, sequer, o que fazer do preço desse trabalho? Como ter amor ao trabalho, quem não vê outra perspectiva senão a enxada, o machado, a foice, de sol a sol, pelo salário miserável de 800 ou 1$000 réis? Não; em tais condições, ele não trabalha, não trabalhará nunca, a não ser que o escravizem. Ninguém trabalharia. Agora, instruam-no, abram-lhe o espírito, façam-lhe nascer vontades novas, necessidades superiores, ele terá estímulo para trabalhar, e irá exercer inteligentemente a sua atividade, não brutalmente – fazendo as vezes do boi e do cavalo, substituindo a charrua e o arado pela enxada. Seria muito curioso que o caboclo, cujo organismo físico e moral se satisfaz com uma xícara de farinha, uma raiz de aipim, um naco de requeijão, uma camisa, uma viola, um pandeiro e uma faca – que esse caboclo vá estafar-se, vender por uma miséria o seu labor ao fazendeiro ocioso, para ter o prazer e o orgulho de ser elogiado pelos inconseqüentes das classes dirigentes – para que o chamem de "trabalhador e interesseiro!...".

Indisciplinados?... É possível; indisciplinados como os outros.

Todavia, se o fundo psicológico desses mestiços fosse qual o dizem, a vida seria impossível nestas sociedades, de organização rudimentar, onde a boa polícia é coisa desconhecida e onde a justiça se arrasta tardia e incoerente nas grandes cidades, e é nula nos sertões. No entanto, é fato reconhecido: nestes sertões, o crime é menos comum que nas cidades; o roubo quase não existe; os crimes de sangue têm por motivos todos esses preconceitos de falsa honra – uma hombridade estúpida, brutal, mas geralmente cavalheirosa. Só não é cavalheiroso o proceder do "branco", do senhor, que, muita vez, explora a ignorância e a bravura do mestiço, fazendo o instrumento das suas vinganças. Matam, esfaqueiam em luta franca; não torturam a vítima, nem profanam o cadáver. Apesar de quantos defeitos lhes emprestam, as sociedades em que vivem se impõem ao amor

de quem as conheça, porque não existe nelas essas lutas baixas, vis e repugnantes, pelo interesse estreito e pela feroz avidez. Por isso mesmo que as necessidades de cada um são quase nulas, o egoísmo não as afeta, nem embaraça a expansão da sociabilidade natural, instintiva, como ela é instintiva em todos os homens. Quem viajou o interior das terras brasileiras, por exemplo, notou, por força, a cordialidade, a paz relativa em que vivem essas populações – arraiais, povoados, restos de aldeamentos, onde se acumulam os casebres de sapê, onde vivem como formigas – formigas que não trabalham – os produtos da mistura de negros, índios, resíduos de colonos etc. Ali não chega a ação da autoridade regular; é uma existência primitiva, um comunismo espontâneo; são bons como a natureza, despreocupados... como quem não tem, nem pensa em ter... O solo é comum, o rio é comum à pesca, o mato é comum à caça; até o trabalho é comum. Quando um planejou uma roça, convida os outros a um ajuntamento; vêm até os de uma légua de distância; marcham todos contra o mato e põem-no embaixo num dia, que é um dia de festa; ao cair da tarde, esbofados, roucos de cantar, vão continuar a festa no batuque, depois do repasto comum. Amanhã, será na roça de outro, depois na de outro... No meio do samba, os quadris de uma mulata, a réplica a um desafio, despertam rixas, há mortes, tripas ao sol, foiçadas e costelas rotas... mas tudo isto é infinitamente menos repugnante que as façanhas dos souteneurs de Paris ou dos pickpokets de Londres. Não são maus; são violentos, reflexos, espontâneos – por incultos e ignorantes; falta-lhes a inibição superior, fruto da educação. Aí, nessas populações verdadeiramente primitivas, é também comum o boi, a galinha e o cachorro, que este ou aquele possui. Quando a um falta uma cuia de farinha, acode outro; este, que não tem um jereré, pesca – serve-se do jereré do vizinho; um cavalo que um possua montam-nos todos... Os homens civilizados pensam que é melhor: cada um trabalhe e possa comprar um cavalo, e incriminam-nos justamente por essa falta de ganância – qualquer coisa da sórdida avidez de outros povos... Fique a acusação por conta de quem a faz; mas convenham que, apesar de tudo, essa tendência à sociabilidade, esse altruísmo, é uma boa qualidade, um elemento favorável ao progresso moral. Dêem-lhes interesses superiores, e dali nascerão sociedades estimáveis. Fortes e vigorosos como são, eles saberão aproveitar ultimamente as energias e resistências que possuem, e que os tornam efetivamente superiores aos colonos que se fazem recrutar nos refugos das civilizações corrompidas.

Revivescência das lutas anteriores

> Oxalá que semelhante febre revolucionária lavre por todo o Brasil! Teremos que sofrer cáusticos e sangrias; mas é o único meio de escaparmos com vida, e de obtermos a liberdade e a independência.
>
> *Martim Francisco* (Carta, setembro de 1824)

"Estão as nações sul-americanas emancipadas, devem começar vida nova; o passado está liquidado; agora, é organizarem-se pacificamente, e rapidamente; esforçarem-se por alcançar as outras nações no seu progredir veloz!..." No entanto, não foi isto o que sucedeu; ainda não estava feita a independência, e já surgiram as discórdias entre os patriotas e políticos, entorpecendo e perturbando a evolução: por quê? A resposta lá vem extensamente na história da separação. Como se fez ela? Nós já o sabemos: em certas colônias, foi obra exclusiva dos refratários; noutras, ainda que fossem numerosos e fortes os patriotas republicanos, esses refratários intervieram procurando, quanto possível, reduzir a crise política à simples criação de um governo autônomo na antiga colônia. Aceitam a independência, mostram-se mesmo ativíssimos, e empolgam o movimento a fim de fazer com que, uma vez independente, a nova nacionalidade se assemelhe em tudo à antiga presa da metrópole, para que lhes sejam conservados todos os privilégios. Os patriotas radicais se resignariam a isto? Não; e o conflito continuou – dissensões, lutas... Em Nova Granada, os reacionários exigem logo um Estado centralizado, prolongamento do que existia; os republicanos protestam: "(...) D. Antônio Narino, unitarista exaltado, perturba os trabalhos do Congresso constituinte, o qual é obrigado a sair da capital, e a ficar sem ação alguma no meio das lutas tremendas que se seguiram". Esta bandeira de unitarismo foi arvorada por toda a parte, foi o programa de resistência dos conservadores e reacionários de vários matizes. A luta que se fazia, ontem, entre "realistas e republicanos", continua hoje – depois que aqueles entraram a independentes – entre "unitaristas e federalistas". É, no fundo, a mesma campanha pela conservação das iniqüidades do regime arcaico, à custa do qual aqueles vivem. No Brasil e no México, os refratários se julgariam consolidados pelas instituições monárquicas; mas, aí mesmo, as lutas se reacendem, porque eles não consentem, sequer, que a nação se nacionalize; em tempo,

fora motivo de desgraça ser brasileiro ou mexicano. Nesse mesmo México, os conservadores chegam a conspirar para entregar de novo a nação à metrópole, reduzindo-a outra vez a colônia: seria a confirmação absoluta dos privilégios.

São os unitaristas de sempre; e o pior é que a confusão se faz cada vez maior. Agora, a luta é, verdadeiramente, no fundo e na forma, uma guerra civil. Alguns dos antigos patriotas aparecem ao lado dos unitaristas, uns por efeito da educação realista, não podendo compreender o Estado senão como uma máquina absorvente, tirânica, centralizadora; os outros, de apetites vorazes e ambições menos dignas, porque esperam poder satisfazê-las mais facilmente por meio dos adversários de ontem; e a maior parte movida por esse conservantismo instintivo, que os leva a buscar como um ideal o apoio dos conservadores – unitaristas todos. A isto se vinham juntar fatores morais – ciúmes, despeitos, naturais desvarios e paixões, fatais nas crises políticas. E os refratários, gente calma e prática, se foram insinuando por entre essas discórdias, fomentando a ambição de uns, atiçando os despeitos de outros, ativando as dissensões, aproveitando-as para entrar no reduto dos republicanos e ser, em breve, os senhores dos destinos das novas nacionalidades. De futuro, repetirão o processo, e conseguirão, assim, por muito tempo, esterilizar todas as vitórias e anular quantas reformas e revoluções se façam...

Os conflitos se armam dentro mesmo das praças, sitiadas ainda pelos realistas irredutíveis – qual sucedeu em Cartagena. No Prata, também, antes mesmo de ultimada a independência, estouram discórdias entre as facções políticas. Os republicanos radicais pensam numa República liberal, concedendo ampla autonomia às antigas províncias, de forma que, salvaguardados os interesses próprios, elas se possam congregar, e formem uma federação para defesa dos direitos e interesses comuns. Mas os conservadores não entendem assim; não compreendem o Estado senão como a absorção de todos os poderes; repelem a federação que naturalmente se ia fazer – são *unitaristas*. A Junta de Buenos Aires afirma este programa; Artigas, no Uruguai, protesta, levanta-se contra a tirania unitária da Junta; o Paraguai aproveita-se do incidente, declara-se independente; as próprias subprovíncias argentinas reagem e reclamam contra as tendências absorventes do governo central, que pretende concentrar todos os poderes. Há revoltas, deposições, e, finalmente, vence no momento a política unitarista – unitarista com veleidades monárquicas.

É bem de ver que os democratas federais não se resignaram; em 1819, é deposto o governo, e a agitação contínua, tão violenta que, em 1824, é convocada uma Assembléia Constituinte, onde o partido adiantado é fortemente representado; todavia os outros impuseram uma Constituição unitária. Os federalistas revoltam-se ato contínuo, apoderam-se do poder, são derrotados três anos depois, e a guerra civil se estende, com alternativas várias, até 1835, quando o chefe democrata Rosas se impõe e, durante vinte anos, se mantém no governo, tendo de lutar continuamente contra revoltas e tentativas de levante. Para manter esse estado de agitação, concorre também poderosamente a política exterior do governo imperial do Brasil no Rio da Prata.[76] O governo imperial representava genuinamente o elemento refratário daqui; é natural, pois, que, sendo mais forte, procurasse por todos os meios impedir a vitória definitiva dos democratas platinos. E foi isto o que se fez em todos os tempos. O programa desses democratas era, já o vimos, a formação de uma federação natural, na qual entrassem todas as antigas províncias da colônia; e eis por que o programa de política exterior do império, no Prata, consistiu sempre em obstar a realização desse plano. A oposição ao *vice-reinado do Prata* era um ponto de honra da política imperial. Considerava-se um crime internacional, uma afronta à nação brasileira, que as repúblicas platinas se confederassem. Dava-se apoio a todos os políticos contrários a esse ideal, intervinha-se por todos os meios possíveis nos negócios internos daquelas nações, com o intuito de impedir a realização da confederação das antigas colônias espanholas... Venceram os federalistas em Buenos Aires com o presidente Rosas, mas o Brasil não descansou enquanto não teve um pretexto para declarar-lhe a guerra e pô-lo embaixo, para que se arvorassem no governo os unitaristas com Urquiza. Os federais protestam imediatamente (1853); certas províncias se rebelam, separam-se, e finalmente estabelece-se a federação, em 1857. De então para cá, a Argentina entrou a progredir desembaraçadamente, e, hoje, é uma das mais adiantadas entre as nações americanas. As revoltas atenuaram-se de mais em mais, a vida política normalizou-se, e ninguém, de boa-fé, negará à república platina o ser uma nação que tem todos os direitos a viver e a ser respeitada. Esta breve exposição explica a razão da má vontade das nações

[76] "Enquanto estive no governo quis evitar todo o motivo de descontentamento dos cisplatinos, e aproveitar o ódio que tinham aos de Buenos Aires" (José Bonifácio).

platinas quanto ao Brasil, cujo governo imperial viveu a perturbá-las e a guerreá-las sem motivo justo.

No Chile – nós o vimos – o movimento emancipador foi desde logo abocanhado pelos conservadores, dirigidos por O'Higgins, assistido e fortalecido pelos conservadores platinos. Os republicanos democratas protestaram, reagiram... inutilmente; os protestos são abafados, morrem com Rodríguez e os Carrera, executados pela política de O'Higgins. Funda-se uma república de castas, onde os preconceitos aristocráticos revivem com uma força desconhecida, hoje, na própria Europa – *rotos* e fidalgos. As facções dominantes, uma vez abafadas todas as veleidades de verdadeira liberdade e justiça, consagrada a iniqüidade, arranjaram-se em dois partidos, idênticos nos processos e na política, com os rótulos cediços – Conservador e Liberal – que se revezam no poder, o que dá ao regime uma certa máscara de liberdade, e mantém o povo perpetuamente espoliado dos seus direitos. É uma mentira, uma tirania, com um revezamento periódico de gentes; e contra isto é muito mais difícil fazer valer um protesto que não o é contra um despotismo franco.

No México, não houve dissensões entre os *patriotas da independência*, pela simples razão de que não houve patriotas, na independência propriamente dita. O caso já foi narrado: os patriotas republicanos se levantaram lutando pela emancipação, os realistas reagiram, venceram-nos; depois, os mesmos realistas declararam a independência sob a forma monárquica, com um general realista – Iturbide – como imperador. Os verdadeiros republicanos não participaram nunca desta obra, protestaram sempre; andavam foragidos quando estas coisas se arranjavam; e aproveitando o momento em que os próprios do partido de Iturbide se rebelam contra a sua tirania, os republicanos se insurgem; recomeça então a luta entre os conservadores e os democratas. Aqueles, com o malogro do império de Iturbide, resolvem entregar de novo a nação à antiga metrópole; não pensavam em pátria, tinham uma divisa – *privilégios e religião*. Os republicanos vencem... vitória passageira; a República, proclamada em 1824, é combatida mesmo por muitos dos que se dizem republicanos – unitaristas. Já sabemos o que isto significa: são conservadores maleáveis, que aceitam o rótulo de *República*, com um programa que lhes permite ter uma república sem *República*. A Constituição republicana primitiva era federalista; a luta entre unitaristas e democratas vem seguindo, com vicissitudes várias, até que em 1831, por um golpe de Estado, é proclamado

o regime centralizador; o Texas e outras províncias limítrofes protestam, insurgem-se; oferece-se a ocasião aos Estados Unidos para intervir; declara-se uma guerra externa; o México é vencido, e, devido a esta façanha dos conservadores unitaristas, perdem-se algumas das mais ricas províncias – Texas, Novo México e Alta Califórnia, anexadas definitivamente à união americana – pois que a doutrina de Monroe não interdiz "que terras da América sejam conquistadas pelos *americanos*". Diante destas misérias todas, os democratas federalistas rebelam-se de novo; restaura-se, em 1841, a Constituição primitiva, de 24; mas os conservadores unitaristas não desanimam; sucedem-se os pronunciamentos e maquinações, declara-se a guerra civil, e com alternativas diversas, por entre deposições e levantes, subsiste a República até 1857. Decreta-se uma nova Constituição, na qual "se transigia em alguns pontos capitais com o espírito da facção moderada"; o presidente eleito, então, entrega-se aos conservadores, e, instigado por estes, dissolve o Congresso. Os republicanos radicais protestam, e o presidente demite-se, apodera-se revolucionariamente do poder um conservador genuíno, quando o sucessor legal seria o presidente da Suprema Corte, um republicano radical. Este, porém, mantém a sua autoridade e vence. Derrotados definitivamente dentro do país, os conservadores provocam uma intervenção estrangeira e resolvem entregar a pátria a qualquer invasor que os desembarace da República. É um fenômeno que se repetirá mais de uma vez na história dos conservadores sul-americanos. A propósito de dívidas, interesses materiais a defender, investe contra o México uma esquadra de franceses, espanhóis e ingleses combinados, e vence-o, não facilmente. Uma vez em terra, os soldados franceses – porque os outros se afastaram, que só querem as quantias – uma vez em terra, senhores da capital, põem em execução o que de antemão estava combinado entre os conservadores mexicanos e o governo imperial de França: um simulacro de assembléia proclama a monarquia, sob um príncipe católico, que já estava escolhido – o arquiduque da Áustria, Maximiliano, garantido por um exército francês. Os republicanos nunca cederam; andavam, então, foragidos, por brenhas e esconderijos, com uns restos de república constitucional, um presidente heróico, um Congresso, a correr de sítio em sítio, guerrilha por toda à parte. Foi assim por cinco anos. Em 1866, o governo dos Estados Unidos fez sentir à França que não consentiria mais naquilo – manter-se em uma nação americana um regime político e um governo apoiado em armas estrangeiras; e os soldados franceses deixaram o México. Agora, entregues aos próprios recursos –

conservadores e republicanos – estes venceram definitivamente. De então para cá, existe no México a República, a qual os conservadores não têm consentido ser tão liberal quanto fora talvez para desejar, mas que tornou, em 30 anos, aquela nação uma das mais prósperas, senão a mais próspera, da América Latina.

II

No Brasil, a história política é, no fundo, a mesma, com as modificações que traduzem os traços particulares do caráter espanhol-português e o distinguem do espanhol-castelhano. Todo o período de formação da nacionalidade é agitado de conflitos e discussões; mas faltam-lhes, a estas discussões e discórdias, o cunho de violência, o caráter temerário que elas revestem nas antigas colônias de Castela. Nos sucessos da independência do Brasil, ainda o gênio português se retrata tão bem como nos lances das suas aventuras marítimas: a passos medidos, cauteloso, resistente, aventuroso, mas sem audácia... O espanhol – afirmativo, absoluto, gritante, violento, trágico e abundante nas grandes crises, rastaqüera e espalhafatoso no fausto; o português – solene, composto, severo e morno nos heroísmos e transes, cabo tino nas expansões e festas; ambos igualmente enérgicos e resistentes; mas aquele – decidido, vivo, agudo, pronto; este – apagado, triste, inconsistente, duro sem rijeza, carola – quando o outro é fervente, compósito – quando o outro é original. A Espanha dá Calderón, Lope de Vega, Cervantes, onde tudo é pessoal, traduzindo o gênio castelhano, que em si mesmo se inspira e se vivifica; o outro produz Camões, genial sem originalidade, cuja obra, em sua grandeza, abrange todos os mundos e sentimentos, mas onde o gênio não tem a força orgânica precisa para concentrar a inspiração numa criação verdadeiramente nova. É uma diferença que está, não no caráter, mas no temperamento. O português sente a necessidade de aventuras e conquistas; é quem primeiro se faz navegante, ensina o castelhano a viajar, mostra-lhe o caminho da América, sabe onde ela está, mas não tem arrojo para ir descobri-la – vai à Índia, atrás do mouro, terra sempre à vista... Um penetra, o outro infiltra-se.

A independência do Brasil reflete o temperamento dos que a fizeram, e daí derivam as diferenças entre a sua história e a das colônias espanholas.

Não há caudilhos, há conselheiros; Bolívar é José Bonifácio, ou, se querem outro símile – Iturbide é o próprio soberano da metrópole. Não se trata, apenas, de garantir os interesses e privilégios dos refratários e conservadores; trata-se também "de não perder terra de vista", nada de temeridades. Todo o caminho para a separação se faz em torno da dinastia sob cujo domínio vivia a colônia; vêm margeando-a, como outrora os outros costeavam a África: fique D. João VI, fique o príncipe-regente, fique o herdeiro da Coroa, em 1831, *maiorize-se* o rei menino... É por isso – porque o movimento não tem um caráter afirmativo – que tudo, na história daqueles tempos, parece contraditório, e toma o aspecto de uma traição generalizada: um rei que trai o seu trono e aconselha o filho a despojar a nação, que este amanhã governará; um príncipe que se rebela contra o pai e rei, e trai ao mesmo tempo a Portugal e ao Brasil;[77] as cortes, que traem o programa liberal em nome do qual funcionam; os brasileiros, que traem a pátria, ligando-a a esses mesmos cujos interesses estão em que ela não exista efetivamente... E sobretudo isto, a cabotinagem daqueles representantes da metrópole arvorados em patriotas... Por isso, falta a essas lutas, que se seguiram à falsa independência, a temeridade e violência das Repúblicas neo-espanholas. Apenas Pernambuco mantém as suas tradições radicais republicanas. É belo o sonho de pátria, verdadeiramente livre e brasileira, como os democratas dali o pretenderam. Protestam desde o primeiro momento contra essa independência arranjada pelos conservadores; dois anos depois, rebelam-se e proclamam a República. São vencidos, mas não morre o ideal; 24 anos mais tarde, eles se revoltarão outra vez, com os mesmos intuitos. No Rio de Janeiro, também, alguns brasileiros republicanos teriam protestado contra a cilada armada à nação... Que fazer, porém, se tinham contra si a onda enorme de refratários, conservadores, moderados etc., e mais os brasileiros ingênuos a acreditar que o Brasil ia ser efetivamente livre e autônomo, com esse regime

[77] "E D. Pedro?... Dizia para Portugal que o seu propósito era salvar a colônia da tirania das cortes, que tiranizavam o rei seu pai, e que, a não ser ele, fariam com que se perdesse a melhor jóia da Coroa portuguesa. Era sincero? Provavelmente. Roubar o Brasil a um trono de que ele era o herdeiro legítimo seria o cálculo de uma ambição inepta. Provavelmente fora sincero o pacto feito entre o pai e o filho para explorarem em proveito próprio a situação, desacreditando na Europa as cortes *anarquistas* com a rebeldia do Brasil por elas provocada, e confiscando na América o movimento de independência em proveito da dinastia" (Oliveira Martins, O *Brasil e as colônias,* p.114).

concertado entre os conselheiros patriotas e as gentes da metrópole?!... Em Minas, especialmente, a má vontade era manifesta contra o arranjo; mas o "patriarca" enviou para ali o futuro imperador a passear, e, diante desse príncipe de atitude romântica e de falas heróicas, que se oferecia para fazer a nacionalidade brasileira, até a desconfiança mineira desarmou. Pouco depois, não só Minas, mas Bahia e São Paulo, percebiam, como perceberam os brasileiros do Rio, o logro em que haviam caído. Dentro de pouco tempo, o próprio José Bonifácio e outros Andradas eram abatidos, condenados, presos, desterrados e traiçoeiramente atirados às garras de quem os executaria, por serem demasiadamente brasileiros. O príncipe, inventado ontem para fundador da pátria brasileira, dissolve o parlamento constituinte, chefia a reação contra os brasileiros, confiantes e simplórios, que na véspera o aclamavam de coração aberto. Há uma verdadeira fúria contra a nacionalidade que se quer constituir; foi o jubileu dos refratários. Então – era fatal – a luta se acendeu entre os dois partidos, como devera ter sido antes da independência, se tivesse havido "independência". Finalmente, a nacionalidade se impôs, o monarca foi obrigado a abdicar; foi para a sua pátria, deixando aqui o filho – deixando ainda aqui a monarquia... Mais uma revolução frustrada.

Deu-se com a abdicação o mesmo que se deu com a independência. Os conservadores e refratários reconheceram que era insustentável aquele governo inimigo da nação, incompatibilizado com ela, e que as reivindicações liberais iam vencer; atiraram às urtigas o imperante para salvar a instituição, sob a qual resguardariam os seus interesses. Com as primeiras regências governando na menoridade do príncipe, obtiveram os democratas satisfação de alguns reclamos; a nação tentou afirmar a sua liberdade. Foi efêmera esta vitória parcial; rebrotaram os conservadores, sendo obrigado a deixar o governo o estadista brasileiro mais vigoroso, mais moderno, mais original e que melhor correspondia, naqueles tempos, aos verdadeiros interesses da nacionalidade – Feijó. Era padre, e propôs o divórcio para a sociedade brasileira; pediu que, para os padres brasileiros, fosse abolido o regime imoral do celibato; queria fazer inteiramente autônomo o clero brasileiro... quereria tudo, faria tudo, para tornar o Brasil uma pátria, para levar a nação a constituir-se segundo os seus interesses. Sobre Feijó desencadearam-se todos os Vilela-Barbosas; vieram regências moderadas, e, em seguida, não se satisfizeram os conservadores senão em ver no governo o próprio rei menino – assim, "era a monarquia de verdade".

Pouco tempo depois, a vitória dos conservadores e refratários era completa: pacificava-se o Rio Grande do Sul, quer dizer, vencia-se pelo cansaço o pugilo de republicanos que, havia dez anos, protestavam ali pela liberdade: restabeleceu-se a ordem em Minas, e, por uma lei – a célebre *Lei interpretativa do Ato Adicional*, anularam-se as franquias e liberdades concedidas anteriormente às províncias, num momento fugaz de vitória democrática. Agora, abatidas todas as veleidades libertárias, na fase de desânimo, e desilusão, e fadiga e esgotamento moral, que sucede às longas crises, congraçaram-se todos os políticos de profissão; fez-se aqui o que se fizera no Chile. Plagiando a França e a Inglaterra, distribuem-se as gentes dominantes, cujos sentimentos e idéias são, no fundo, os mesmos, em dois partidos constitucionais; é uma oligarquia que se forma espontaneamente, arranjando-se de modo a poder durar e viver sem sobressaltos; o monarca os vai revezando no poder, a seu bel-prazer; a sua vontade resume todo o regime. A nação é abandonada a si mesma; toda atividade política se limita à cozinha dos dois partidos.

Por fora desse organismo oligárquico, os espíritos ardentes, sequiosos de justiça e liberdade, desenvolvem a sua atividade ressuscitando o ideal republicano, reivindicando as franquias e autonomias provinciais e clamando contra a escravidão. Trava-se nova batalha, desaparece finalmente a monarquia; a revolução é incruenta, proclama-se a República, ninguém protesta; ninguém se espanta mesmo ao ver que, no dia seguinte – literalmente no dia seguinte, toda a gente é republicana. O instinto lhes diz que a República vem ser o que era a monarquia; não há razão para que fique alguém de fora. A República, dentro da qual há uns raros republicanos e democratas, traz algumas veleidades de reformas – indefinidas, mal ordenadas, pela falta de compreensão das reais necessidades da nação; todavia, ela quisera ser República, mas tem contra si, logo, alguns dos que a fizeram. O primeiro reacionário é o chefe do governo; abre-se logo a luta, e dela já participam ativamente os conservadores, os monarquistas de ontem. Já vemos confundidos, de um lado e do outro, republicanos de ontem e de hoje. Agora, neste primeiro momento, não se trata verdadeiramente de combater os revolucionários e democratas, mas de conquistar um lugar entre eles: ir entrando, entrando, até superá-los e absorvê-los. Não se quer combater a República, e sim conquistá-la. Vão entrando, e vão desde logo, a pouco e pouco, afeiçoando-a aos seus ideais, reduzindo-a àquilo que ela deve ser – para não se distinguir da monarquia. Dai, as primeiras dissensões

entre os republicanos – uns moderados, conservadores mais ou menos conscientes, outros radicais... Num certo momento, quando essas discórdias eram bem vivas, os mais irredutíveis ou imprudentes dos refratários armaram-se em revolta: houve um despertar do espírito republicano, e este venceu na ocasião; mas a vitória não adiantou nada. Nem todos os conservadores e moderados tinham ido para os inimigos declarados da República; bem pelo contrário. Perspicazes, compreenderam bem que a revolta não venceria, e ficaram-se dentro da República, aproveitaram o momento e reconstituíram a oligarquia dos outros tempos, para a qual vieram todas as gentes políticas, confundidas hoje num republicanismo de todas as cores, ou mesmo sem cor definida, e com o qual as datas e as idéias nada têm que ver.[78]

III

De tudo isto, só quem nada lucrou foi a nação – o povo, que é hoje tão pouco feliz, tão desprezado e nulo como era ontem... Foi mais uma revolução frustrada, à qual só devemos um serviço – haver eliminado a monarquia hereditária. É um tropeço que está arredado; o caminho para a justiça e para a liberdade, para a solidariedade humana e para a igualdade está desimpedido desse obstáculo; mas, quantos que ainda restam!... A influência dos vícios transmitidos por esse passado – o regime anti-social tirânico e parasitário, sob o qual se formou a nacionalidade – essa influência subsiste viva, tão viva que, em momentos, dá a impressão da revivescência de épocas transatas. O conservantismo instintivo de uns, o reacionarismo sistemático de outros, vêm perpetuando todas as causas de mal-estar social de apatia e desânimo, que dão à sociedade brasileira essa tristeza morna, essa desconfiança em si mesma, e que tornam tão difíceis os esforços coletivos, indispensáveis ao progresso social. O passado vive nas classes dirigentes, e pesa de um modo esmagador sobre a nação que, no entanto, precisaria sentir-se bem leve, e estimulada, e penetrada de um espírito novo, para progredir aceleradamente como o exige o momento. Tudo que poderia melhorar as condições sociais e econômicas encontra uma resistência maciça por parte dessas classes conservadoras – almas que se encostaram à vida, e aí ficam imutáveis na mutabilidade das coisas e das circunstâncias.

Em matéria de progresso, o único a citar, em verdade, é a resignação das populações a viverem sob o regime que lhes apresentam como legal. Desabituaram-se um pouco dos levantes e protestos armados. A proclamação da República, as ambições e disputas que se desenvolveram em virtude da crise política, provocaram algumas lutas, que se fecharam num ciclo de poucos anos; refizeram-se os costumes de outros tempos, tudo voltou ao antigo, com as necessárias adaptações ao regime presidencial e federativo da nova Carta. Tal progresso, porém, não é progresso senão sob o ponto de vista da educação social das populações; ele não corresponde a nenhum realçamento dos costumes políticos. O povo se desabituou de revoltas armadas, não porque lhe dêem mais justiça e mais liberdade, ou condições de vida mais perfeitas; mas porque a oligarquia dominante achou o meio de entretê-lo com o espetáculo da loqüela política. O temperamento mais calmo dos brasileiros e o natural cansaço provocado pelas grandes lutas da nacionalidade nascente permitiram que a vida pública se arranjasse de forma a levar os elementos protestatários – os que seriam insubmissos e caudilhos – a exercer toda a sua atividade num terreno pacífico. Há vários derivativos ao ardor combatente dos radicais e democratas. As condições políticas efetivas eram as mesmas – era o mesmo atraso, no Brasil e no resto da América; mas ali, nas outras nações, não se podia pedir

[78] A razão principal de tudo isto é que bem poucos são os que pensaram e quiseram realizar a República, e tornar efetiva a revolução – por um programa de reformas práticas e eficazes; são bem poucos, mesmo, os que acreditam na superioridade do regime: “A forma de governo é indiferente ao progresso”, é o lema da quase generalidade dos condutores desta democracia. Deste modo, não é de estranhar que ela dê os resultados que tem dado. O homem precisa crer na excelência da obra a que se propõe e a que se dedica, precisa confiar na vantagem e na eficácia dos seus esforços. A República só poderia ser realizada e produzir bons resultados, quando dirigida e guiada pelos que a querem como *indispensável* para a conquista de um ideal superior – pelos republicanos de fé. Assim não é no Brasil, e, na aparência, a situação do país piorou, o que é fatal em todas essas crises políticas e sociais que se resolvem pela reconstituição das oligarquias viciadas. O certo é que a revolução última no Brasil fracassou, e, hoje, República e republicanos desaparecem nesta coisa triste que aí vemos: um ajuntamento que passa desordenado, como uma caravana a que se encostam todas as ambições e interesses, e onde mais gritam e se impõem esses mesmos que, ontem, guerreavam sem mercê cada um dos ideais republicanos, esses que, ainda hoje, se envergonham do nome “República” – que eles não mudaram o sentir, e são tão incompatíveis com o seu programa como dantes o eram, quando o combatiam abertamente. É uma catedral que rasgou os umbrais, acaçapou as ogivas e fez-se abarracamento, aberto a quantos não escolhem contatos: arautos da servidão espiritual. cultores da ignorância pública, exploradores de iniqüidades, sacerdotes da injustiça, pais e filhos de escândalos, liberticidas... que só têm entre si de comum a irreverência pelos escrúpulos e a perícia em farejar o vento e orientar as velas. Por fora, move-se uma geração sem ideais, ondas de povo devoradas de tristezas e misérias...

simplesmente reformas, liberdades escritas, mudança de regime... tudo isso estava na Constituição. Sofredor, o povo se queixava diretamente do governo, uma vez que se não podia pedir uma alteração radical nas instituições. No Brasil, não, que não havia República. Quando os ânimos se acenderam de novo, foi para fazer a propaganda republicana; quer-se, não a deposição de gentes, mas a transformação do regime, uma revolução completa, e não levantes. Isto vem dar à luta um caráter pacífico, antes intelectual. Demais, os conservadores são tão fortes que os republicanos estão convencidos da ineficácia de qualquer levante parcial. Destarte, a sociedade se vai, pouco a pouco, afeiçoando a essa ordem que lhe é oferecida; passam as gerações ativas das revoltas de então; normaliza-se o jogo da oligarquia em gangorra – embaixo ou em cima, à vontade do soberano, o parlamentarismo de mentira, em que o rei irresponsável é tudo, e onde o eleitorado não existe. – No fundo o regime é assim, todos o sabem; mas esse revezamento de gentes, o desafogo dos discursos, a esperança de arranjar um lugar nos grupos da gangorra – tudo isto dá à vida política umas aparências de liberdade, e afastam-se muitos dos pretextos de revoltas. Não há liberdade, pois que a vontade da nação não existe, pois que são sacrificados os mais essenciais dos princípios de justiça; todavia, as gerações se vão entretendo com o "fogo de vista" parlamentar – constitucional – o jogo do machismo democrático, onde só não existia o elemento democrático, o povo. Ao lado, está o problema da escravidão – a injustiça horrenda, secular: é um campo de atividade para os amigos da liberdade. E, arrastados para estes derivativos, os que seriam caudilhos eram outros tantos fatores de educação social, pois que falavam às inteligências, arregimentavam adeptos para uma idéia, criavam novas correntes de concurso político.

Eis aí como as populações se desabituaram um pouco dos levantes, comuns nos primeiros tempos, e cujas causas essenciais subsistem até hoje. Para que elas desaparecessem, seria preciso que as classes dirigentes tentassem um longo esforço sobre si mesmas, para vencer essa influência do passado que nelas revive, adotando um programa inteiramente oposto a esse que, consciente ou inconscientemente, vêm seguindo até hoje. Seria preciso que buscassem conhecer, na sua realidade, cada uma das causas de atraso social, e procurassem afastá-las, atendendo, não aos interesses exclusivos do Estado (e compreendidos de um ponto de vista estreitamente material), mas atendendo às necessidades efetivas das sociedades. Seria

preciso, sobretudo, que procurassem saber em que estado se acha a massa geral da população, esse elemento essencial na constituição de uma nacionalidade, e a educassem, e interviessem, trazendo-a ao nível da civilização atual, transformando em gentes úteis, instrumentos de progresso, esses 90% da população que apodrecem por ali, apáticos, miseráveis, inúteis... Infelizmente ninguém pensa nisto;[79] prosseguem todas essa quimera, que é antes uma imbecilidade: constituir uma nacionalidade próspera e livre, deixando a massa da população estúpida, embrutecida, inaproveitada, ignorante, nula...

Este rápido olhar pela história torna bem evidentes as razões das desordens e agitações constantes em que têm vivido as nações sul-americanas. Com o regime colonial que a metrópole lhes impôs, e feita a independência como foi feita, as lutas se continuariam, fatalmente, terríveis, contraditórias muitas vezes, ainda mesmo que a educação política das populações e os hábitos guerreiros anteriores não as arrastassem para os conflitos armados. Ficou dentro do organismo das novas nacionalidades o germe das discórdias, a causa do mal-estar – a herança, a educação, os remanescentes dessas ondas que vinham aqui parasitar. Se a causa persiste, nada mais natural do que o ver rebentar a revolução no momento em que uma circunstância qualquer agrava esse mal-estar permanente. Muitas vezes, nem é preciso mesmo uma circunstância em especial; basta que um

---

[79] A situação, grave e triste hoje, será mais grave e mais triste amanhã, quando esta massa popular, agora abandonada, inculta e inapta para o progresso, se transformar em elemento ativo contra o mesmo progresso. Ela para lá caminha, e foram os políticos e dirigentes que o quiseram. Esquecida pelos que deviam cuidar de realçá-la e instruí-la e educá-la, a massa popular, ainda ingênua e primitiva, está, naturalmente, servindo de pasto à exploração da fradaria católica, que precisa *ganhar a vida* e fazer clientela. A disposição constitucional invocada por todos para justificar esta licença absoluta que se deixa às gentes de batina para difundir o obscurantismo e abafar a razão – essa mesma disposição constitucional é diariamente desrespeitada pelos que, de ano a ano, crescem as subvenções, favores e regalias, concedidas às instituições religiosas, para que lhes não faltem os meios de prosseguir a obra de ignorantismo, e escravização intelectual e moral. Deste modo, aí temos os pobres filhos do povo abandonados à inépcia e às crendices (tal como esses bons portugueses do século XVII), votados e entregues aos resíduos de superstições trazidas pela monacagem, que a civilização européia elimina de si, e que os nossos pró-homens acolhem solícitos e prazenteiros, num gesto de cabotinagem liberalesca, supondo serem tolerantes e adiantados, quando são incoerentes e perversos. Aí temos a massa popular, desviada da liberdade, monopolizada para o reacionarismo, pela fradaria que para aqui se despeja, ignorante e parasita, sórdida como a avareza, suja como um escapulário...

caudilho se levante e saiba explorar o descontentamento e os instintos guerreiros das populações, para armar uma revolta. Assim continuam as lutas, que vêm desde a independência, e são anteriores a ela; nasceram com as próprias colônias e representam, na América do Sul, o eterno vaivém das revoluções abortadas, labor infinito das infelizes gerações que se sucedem, rolando o simbólico rochedo que as esmaga, nesses levantes sucessivos, que só as facções dominantes aproveitam – escravos, rompendo cadeias e entregando imediatamente os pulsos a novos senhores (aos mesmos senhores), para que os acorrentem de novo; lutas que são, ainda e sempre, o conflito fatal entre o espírito novo, o instinto vivaz das sociedades nascentes, contra o elemento opressor, refratário, privilegiado; conflito absorvente aqui, agressivo e brutal, e no qual se consomem todas as atividades sociais; conflito que se não resolverá por duas ou três reformas, e persistirá longos anos ainda, como persiste por toda parte, pois que são poderosíssimos os que o provocam e o entretêm. Fora preciso, ao menos, dar uma outra forma a este conflito, transformando-o de agressivo e brutal, como ele aqui se apresenta, em luta pacífica, combate de idéias e opiniões. É pela difusão da instrução, criando um meio intelectual mais largo e mais elevado, tornando possível a propaganda de cada ideal, formando novos campos de atividades, onde se desafoguem os espíritos combatentes e ardorosos – é por esse meio que se obterá a transformação dessas lutas: elevando suficientemente o nível intelectual das populações, porque não se prestam a quanto levante a caudilhagem prepara, porque não vão bestialmente atrás de todo o ambicioso que as convida para assaltar o governo, pronto a espingardeá-la depois. Enquanto não derem à massa popular essa instrução, continuando a pesar sobre as sociedades esta influência nefasta do passado, as lutas materiais persistirão, concorrendo para fazer estas nacionalidades cada vez mais infelizes. Só há paz quando um elemento consegue dominar por completo o outro.

A perspectiva da agressão – resistência

> Il y a peu de plaisir à conquérir des gens qui ne veulent pas être conquis.
>
> *P. L. Courier*

I

Tal é o viver que os antecedentes têm imposto à América Latina. É à custa de um sofrer contínuo que ela se vai libertando um pouco dessa perniciosa influência; no entanto, o resto do mundo civilizado, ao saber destas lutas e dificuldades que as novas nacionalidades vêm atravessando, investe para elas, com o mau humor do pedagogo rebarbativo, com a arrogância dos fortes pouco generosos; investe, invectiva-as, detrata-as, condena-as, como se estivesse no poder dos povos sul-americanos o ter dirigido os sucessos históricos que prepararam a sua própria existência. Somos ainda bem atrasados, bem pobres; vivemos uma vida política agitada e instável; e os mentores do Velho Mundo, sem indagar das causas desse atraso e dessas agitações, voltam-se para nós, inexoráveis: "Sois povos inferiores, incapazes; estais condenados. Tendes liberdade, fizestes a vossa independência há 80 anos, possuís os mais ricos territórios do mundo, e estais assim miseráveis e atrasados?!... É que sais ingovernáveis, indignos de ser nações livres, senão estareis hoje, todos, tão adiantados e prósperos como nós outros..."

Não se pode ser mais injusto e malévolo do que esses que nos acabrunham com tais sentenças, cruelmente iníquas. Só uma coisa as justifica: a absoluta indiferença de todos esses censores pelas nossas condições político-sociais, no passado e no presente. É inadmissível que homens conscienciosos e justos, conhecedores da história destas nacionalidades, exijam delas o apresentarem-se hoje tão ricas e industriosas como os Estados Unidos, tão ajuizadas e poderosas como a Inglaterra!... Vimos todas as longas torturas e deformações parasitárias a que elas foram sistematicamente submetidas, por toda a vida colonial; conhecemos os poderosos elementos perturbadores e refratários ao progresso que nelas se encravaram – é possível que sociedades em tais condições, uma vez decretada a emancipação, fossem logo viver tranqüilas, harmonizadas, sábias e iluminadas?... É possível que um tal milagre se fizesse, só porque a antiga metrópole assinou um tratado considerando-as independentes?.. Os Estados Unidos, no dia em que afirmaram a sua independência, eram uma nação feita, constituída espontaneamente, livre desde o seu nascimento; as repúblicas sul-americanas, no dia da separação, eram nações em que tudo estava por fazer. Não só havia a executar o trabalho inteiro e complexo da construção social e administrativa, como ainda era preciso destruir, quase radicalmente, todo o edifício político anterior. Quer dizer: não se tratava,

apenas, de educar populações novas para a justiça e a liberdade; tratava-se também de combater, vencer e anular todos os vícios herdados do regime anterior, todas as poderosas influências retardatárias, abusos e maus hábitos. Deste modo, é de justiça condenar estas repúblicas, porque não são tão ricas e sensatas como a América do Norte?!... Num caso tal, para formular um juízo pela comparação das nações sul-americanas e os Estados Unidos, ou qualquer outro país, é mister não contrapor somente "números, que abstratamente nada significam"; seria preciso ter em consideração o ponto de partida, e as dificuldades com que lutam umas e outras. É a riqueza, o progresso industrial e comercial principalmente, que impressiona os sociólogos e políticos que nos condenam; este progresso prova efetivamente uma grande energia e tenacidade por parte dos norte-americanos, prova o espírito empreendedor de que eles são dotados. Não refletem, porém, tais políticos e sociólogos, nas condições favorabilíssimas em que se achavam os mesmos norte-americanos – estabelecidos num território fértil, com um clima estimulante, e ao mesmo tempo saudável e propício, possuindo no próprio solo o ferro e a hulha, elementos indispensáveis e bastantes para organizar uma indústria desenvolvidíssima e apurada como essa que atualmente se vê ali. Hoje, eles poderiam, até, substituir esse carvão-de-pedra, se tal fosse preciso; mas bastaria que então lhes houvesse faltado o precioso combustível, para que a situação atual fosse infinitamente inferior.

Da América do Sul exigem o mesmo progresso, e falam insistentemente e alegam a emancipação, como se esta se tivesse feito, em verdade, no dia em que os tratados reconheceram a separação!... A realidade é toda outra: em quase todas as nações sul-americanas a emancipação só chegaria muito mais tarde. Se fosse possível fotografar épocas, fácil seria provar que os dias seguintes à independência não se distinguem, quase, dos anteriores, nem do ponto de vista político nem do econômico... São organismos aos quais os fatos impuseram uma herança má, de uma cura demorada e difícil, cruciante e tormentosa. Os homens de coração, que saibam da existência triste e dolorosa desses povos, tão longamente infelizes, e a bravura com que eles têm resistido, e o ímpeto com que, apesar de tudo, se lançam para a vida e para o progresso – esses não pensarão em vir renovar, com opressões novas, as causas desses infortúnios, nem agravar-lhes a situação... tanto isto seria desumano e imoral, iníquo e anti-social.

II

Infelizmente, porém, tratando-se de política internacional, os homens não têm moral, nem conhecem justiça. O coração desaparece; restam livres e desencadeados os apetites vis, e terríveis, porque são impessoais. Ninguém se sente obrigado a combatê-los e, por vezes, nem mesmo pretendem mascará-los. E tudo leva a crer que a América do Sul será sacrificada a esses interesses vis, a esses egoísmos coletivos; não duvidemos de que ela será investida. Os otimistas sorrirão destas *cassandrices*. Para eles, só há uma prova possível: é a agressão em si. Por esse meio talvez que se convencessem.[80] Antes disto, a deliciosa

---

[80] O trecho que se segue, copiado da nota enviada pelo governo argentino ao Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos, mostra que os próprios políticos – os próprios governos, já confessam o perigo. "A obtenção de novos domínios coloniais neste continente tem sido aceita muitas vezes por homens políticos da Inglaterra. À sua simpatia, pode dizer-se, deve-se o grande êxito que a doutrina de Monroe alcançou, apenas promulgada. Nos últimos tempos, porém, notou-se uma tendência sensível nos publicistas e nas manifestações diversas da opinião européia, que assim dão estes países como campo adequado para as futuras expansões territoriais. Pensadores da mais alta hierarquia têm indicado a conveniência de orientar nesta direção os grandes esforços que as principais potências da Europa têm aplicado à conquista de regiões estéreis, com um clima inclemente nas mais apartadas latitudes do mundo. São muitos já os escritores europeus que designam os territórios da América do Sul, com as suas grandes riquezas, com o seu céu feliz e o seu clima propício para todas as produções, como o meio obrigado, onde as grandes potências, que têm já preparadas as armas e os instrumentos da conquista, hão de disputar-se o predomínio no curso deste século. A tendência humana expansiva, caldeada assim pelas sugestões da opinião e da imprensa, pode em qualquer momento tomar uma direção agressiva, mesmo contra a vontade das atuais classes dirigentes. E não se pode negar que o caminho mais simples para as apropriações e a fácil suplantação das autoridades locais pelos governos europeus é precisamente o das intervenções financeiras como com muitos exemplos se poderia demonstrar. Não pretendemos de modo nenhum que as nações sul-americanas fiquem por nenhum conceito isentas das responsabilidades de toda a ordem que as violações do direito internacional comportam para os povos civilizados. Não pretendemos nem podemos pretender que esses países ocupem uma situação excepcional nas suas relações com as potências européias, que têm o direito indubitável de proteger os seus súditos, tão amplamente como em qualquer outra parte do globo, contra as perseguições ou injustiças de que podem ser vítimas. A única coisa que a República argentina sustenta e que veria com grande satisfação consagrada com relação aos sucessos da Venezuela, por uma nação que como os Estados Unidos goza de tão grande autoridade e poderio, é o princípio já aceito de que não pode haver expansão territorial européia na América, nem opressão dos povos deste continente pelo fato de que uma situação financeira infeliz pudesse levar alguns deles a diferir o cumprimento de seus compromissos. Em uma palavra, o princípio que quisera ver

despreocupação em que vivem só poderia ser perturbada se, em falas categóricas e explícitas, os governos das nações imperialistas viessem dizer que estão dispostos e resolvidos a conquistar a América do Sul. E como é por essa declaração que eles esperam, terão de esperar ainda...

A verdade é que tais nações consideram a América meridional como um reino encantado de riquezas, e ao mesmo tempo consideram as populações que por aqui vivem como absolutamente incapazes de fazer valer estas riquezas, e de as defender eficazmente contra um invasor forte. E é por isto, principalmente, que os povos sul-americanos são tidos como inferiores. Pouco importa que eles estejam constituídos em nações, que se chamam a si mesmas de soberanas e modernas... Pouco importa: realmente, a Europa não as trata de igual para igual, nem lhes reconhece a soberania efetiva. Não lhe parece sejamos povos a quem se deva respeito... Ora, a conduta das grandes nações civilizadas para com os povos fracos, estabelecidos em territórios férteis, tem sido uma só, única e invariável: agredi-los, tiranizá-los, ou destruí-los quando não é possível reduzi-los a colonos dóceis. Só há um meio de impedir essa agressão: é o levantar-se diante dessas nações, levantar-se vigoroso, armado, decidido e apercebido de tudo, rivalizando com elas, não só em força, mas, principalmente, em competência – tal como fizeram os Estados Unidos, tal como fez o Japão. A estas sim, a Europa lhes reconhece a soberania e as respeita, que são nações feitas, completas – não países essencialmente agrícolas, sinônimo de colonial. São nações que souberam fazer a sua emancipação primordial a emancipação econômica; podem tirar de si tudo de que precisam, e provam assim, exuberantemente, ser impossível a sua absorção por outras. Fora daí, descontadas estas, não há nenhuma outra para quem a Europa não seja uma ameaça. Por que razão respeitará ela a América do Sul, a cujos Estados

reconhecido é o de que a dívida pública não pode dar lugar à intervenção armada, e menos à ocupação material do solo das nações americanas por uma potência européia. O desprestígio e o descrédito dos Estados que deixam de satisfazer os direitos dos seus legítimos credores traz consigo dificuldades de tal magnitude que não há necessidade que a intervenção agrave com a opressão as calamidades transitórias da insolvência". A este convite, o governo de Washington respondeu, absorvendo, ele próprio, mais um trecho da América Latina. Os sucessos do istmo do Panamá (novembro de 1903) nos mostram bem que não são diferentes dos da Europa os sentimentos dos Estados Unidos a nosso respeito. A ameaça é a mesma, pois que é a mesma política – a política dos fortes, ou melhor: a moralidade do salteador que apunhala o ferido na estrada deserta para despojá-lo...

nega uma soberania perfeita, e cujos povos considera ostensivamente como inferiores? Por que razão poupará esta parte do mundo, ela que tem a Oceania sob o seu domínio, e já reduziu a África a quinhões, e vai, pouco a pouco, invadindo a Ásia?... São os Estados Unidos que, por ora, nos protegem e nos garantem. Ora, em verdade, nem é por mera generosidade que as grandes nações estendem a sua proteção às outras, nem é por feia ingratidão que os povos dignos dispensam os protetores. "Proteção" já é meia conquista, e um povo ou uma nação só se pode considerar livre e soberano quando por si mesmo se garante, e é bastante forte para defender-se e bastante caracterizado e culto para não se deixar assimilar ou eliminar. As nações da América Latina não podem aceitar, comentes ou resignadas, esta condição de protegidas, porque ela terá como resultado fatal a absorção progressiva da nossa soberania, por parte dos mesmos Estados Unidos. Tal situação se resolverá finalmente por um protetorado efetivo, e pela ingerência da mesma república nos nossos negócios internos. Tudo isto é perigosíssimo, porque, em certos momentos, as grandes nações não sabem resistir às tentações de expansão e absorção, principalmente esses povos anglo-saxônicos.

Acaso as dificuldades da partilha e a complexidade dos interesses diplomáticos terão também afastado por um pouco as possibilidades da agressão. Será uma questão de tempo. No entanto, talvez que a agressão não fosse tentada, assim facilmente, se esses homens que dirigem a política nas grandes nações conhecessem melhor as condições históricas e atuais das nacionalidades sul-americanas. Pelo menos, as nossas crises e agitações políticas não seriam alegadas e apontadas como desatinos e banditismos de políticos desonestos; e se a malevolência não desarmasse de todo, certamente o descrédito de que somos vítimas se atenuaria, e seria mais difícil justificar um ataque à nossa existência nacional.

III

Ao mesmo tempo, reconheceriam esses povos salteadores, que a agressão, tão fácil na aparência, não traria os resultados desejados, e que a absorção da América Latina é dificílima. Conhecendo os antecedentes destas populações, eles se convenceriam de que é fatal a resistência a qualquer tentativa desse gênero – resistência brutal e horrenda. É do próprio caráter das populações. Sem dúvida que, na guerra formal, as nações sul-

americanas sucumbirão. Fracas, desorganizadas, pobres, elas não lutarão por muito tempo; mas é esta fraqueza, mesmo, esse estado de desorganização e atraso, que lhes permitirá resistirem longamente, e bravamente, à conquista e ao domínio ou influência política, mais ou menos disfarçada, do estrangeiro. Gentes incultas, afeitas às lutas cruentas, amando-as; resistentes, destemidas, bravas até à ferocidade, quase insensíveis à dor – tal é o grau de selvageria em que ainda se acham, desabituadas de todo o conforto, vivendo ao acaso, despreocupadas do futuro – estas populações passarão a viver na guerra permanente, sem que isto lhes traga nenhum gravame especial. Pelo contrário, nas aventuras bélicas, encontram elas satisfação às inclinações e necessidades mais vivaces da sua organização moral, tecida de instintos guerreiros, desenvolvidos por três séculos de revoltas e lutas contra todos, e principalmente contra o próprio governo. "Mas são governos fracos...", repetem alguns políticos, convencidos de que bastaria instalar-se aqui um Estado forte – muitos canhões e fuzis – para que todas essas populações se resignassem a uma obediência integral, e passassem a viver a vida calma e regulada dos cativos disciplinados. É que tais políticos mal conhecem as razões de proceder destas gentes – alheias à influência dos elementos que compõem os governos fortes. Que é que vem a ser um tal governo? Aquele que tem o apoio da opinião e está resolvido a fazer valer as suas prerrogativas e direitos. Tudo isto, e mais os fuzis e canhões, pouco valem diante da rebeldia irraciocinada de indivíduos que a si mesmos repetem com orgulho: "fique só têm o dia e a noite..." E isto lhes basta: a fome os não reduz – porque sabem alimentar-se do frugal que a natureza lhes dá; e a morte os impressiona tanto como ao bruto acuado e enfurecido. Que é que tem adiantado o governo forte dos Estados Unidos sobre a resistência dos filipinos?...

Na América do Sul, essa mesma resistência se fará – fatal, e facílima. Fatal, porque está no caráter, no temperamento, nos instintos, na educação das populações; está na índole dos povos latinos, principalmente esses de origem ibérica. Facílima, porque as condições de vida da massa popular – do elemento que alimenta as campanhas – nada sofrem com a perpetuação da luta. Será uma luta feroz, implacável, primitiva, intransigente como a do Paraguai, lutando cinco anos contra mais de metade da América do Sul, bestial como a desses 300 "jagunços", que não se deixam apanhar vivos. Será uma resistência desorganizada, muitas vezes, mas por isto mesmo

permanente, irredutível, garantida pelas condições gerais de vida, mais propícias do que não eram as dos portugueses e espanhóis, investidos pelas hostes de Bonaparte. A organização econômica é tão rudimentar, e a barbaria é tal, e o clima tão favorável, que o viver eternamente em guerrilhas parecerá uma delícia.

Além disto, é preciso considerar que há entre estas nacionalidades sul-americanas uma certa homogeneidade de sentimentos, ou que, pelo menos, não existe nenhuma incompatibilidade de raça ou de tradições, que as impeça de se unirem e se acordarem para a resistência. As condições em que se acham todas elas são tais, que o avanço do estrangeiro sobre um ponto qualquer do continente dará a todos os outros países o sinal de um perigo sério e imediato: a ameaça é para todos, e é natural que se combinem todos para a defesa. O ataque, para ser eficaz, teria de ser simultâneo – a todos os pontos importantes do continente; a empresa é, assim, mais difícil, e será, isto, uma causa a retardar qualquer agressão formal. Esta dificuldade, porém, resolve-se com um acordo diplomático entre os promotores da agressão possível. O que se deve examinar são as conseqüências de um tal ataque...

Estas nacionalidades sul-americanas estão, ainda, quase informes, mal se distinguem; mas são realidades, são coisas que existem. Nasceram, têm vivido, têm lutado séculos, lutas estimuladas e entretidas todas elas por estas idéias de liberdade. "São veleidades", dirão... talvez; e é bem certo que elas estão muito longe ainda do regime de liberdade, consagrado nas suas leis. Não conhecem, quase, a verdadeira liberdade; todavia, só o prestígio, o mágico prestígio dessa palavra "liberdade" será bastante para revolucionar todos esses povos. Desde que um destemido, um patriota, um agitador, se levante – terá um exército consigo. Basta que lhes lembrem a "liberdade perdida", e lhes falem da situação de "subordinados e oprimidos" a que serão reduzidos...

A verdade é que, nas condições atuais da América do Sul, só há dois meios de se constituírem aqui nacionalidades prósperas, cultas e fortes: ou deixar que as atuais, entregues a si mesmas, completem a sua evolução, e consigam remover as causas que ainda hoje entorpecem o seu progresso; ou, então, eliminá-las, eliminar literalmente as populações existentes, corno sucede aos selvagens da Austrália (contando, porém, que somos um pouco mais resistentes). Fora daí, supor que, depois de quase um século de

soberania ostensiva, estas nacionalidades – suficientemente esclarecidas para compreender o ultraje e a degradação de que são vítimas, e suficientemente inorgânicas e guerreiras para resistir facilmente, e manter a luta com sucesso e sem maiores prejuízos, por tanto tempo quanto for preciso – supor que tais nacionalidades irão aceitar, agora, como um presente do céu, a soberania estrangeira, que se oferece para educá-las e dirigi-las, é um engano tão grosseiro que torna os ares de urna estultícia. Se estas populações estivessem no caso de admitir, quietas e pacíficas, a intervenção governamental de nações estrangeiras, então viveriam pacificamente nos seus territórios, e não veríamos revoltas nem lutas, porque não seria possível agitá-las ou comovê-las e arrastá-las tão facilmente aos conflitos armados. Contam as grandes nações coloniais poder eliminar e destruir estes 40 milhões de habitantes, já hoje aclimados e estabelecidos na América do Sul? É difícil; e ainda é mais difícil subjugá-los. As grandes cidades, os portos, a zona dos caminhos de ferro serão dominados – e será tudo. E, para isto, quantos exércitos terão de ser mantidos aqui?... E a distância?.. Uma população de 250 mil bôeres fez frente, durante três anos, a todas as forças de terra da Grã-Bretanha; e, no entanto, os ingleses estavam em situação bem mais vantajosa que a de qualquer invasor neste continente: tinham a colônia do Cabo corno base de operações... Estabelecida aqui urna potência estrangeira qualquer, não dominará senão esta zona estreita da costa, o curso de alguns rios; e este domínio mesmo será eternamente contestado, a vida tornará o terrível aspecto das sedições locais. Quanto ao resto do continente – este mundo imenso – permanecerá em domínio dos naturais, já agora definitivamente barbarizados, em guerrilhas e rapinas. E, assim, é que se retardará a organização de sociedades pacíficas e cultas na América do Sul. Será o meio de incompatibilizar por urna vez estas gentes com a civilização; será este o meio de perpetuar o regime de conflitos em que têm vivido, e de fazer nascer e fortificar-se o ódio entre os naturais e os estrangeiros, tornando a vida difícil, tanto para uns corno para os outros.

IV

Estes serão os efeitos reais de uma tentativa de absorção ou de conquista sobre a América do Sul. Ninguém lucraria com a aventura. Certamente que os mais prejudicados seríamos nós mesmos; já não é pouco

o mal que nos causa esse descrédito sistemático, essa malevolência permanente contra nós outros. Desanima, faz nascer apreensões; leva-nos muitas vezes a pôr em prática conselhos absurdos; gera a desconfiança contra os representantes dessas nacionalidades, que serão, amanhã talvez, os nossos agressores; e obrigar-nos-á, dentro em pouco, a consumir os poucos recursos de que dispomos, armando-nos quanto possível, transformando-nos assim, definitivamente, em nações guerreiras, quando os nossos interesses, todos, nos levariam justamente a abandonar as veleidades belicosas e militares.

Invadidos, atacados, o nosso destino será tristíssimo: senão o extermínio completo, pelo menos o retardamento do nosso progresso por muitas dezenas de anos; e mais ainda os males e dores, conseqüência dessas lutas cruéis. Com isto sofrerão os interesses superiores da justiça e da solidariedade humana, e sofrerão os próprios interesses materiais da Europa. O progresso geral da nossa espécie será prejudicado, forçosamente, nesta luta bárbara que se, acenderá; mas a responsabilidade do mal não poderá ser lançada aos agredidos. A defesa, a resistência, é, agora, um dever superior. Mesmo os que desejamos ardentemente a realização desse ideal de solidariedade e justiça, que anula entre os homens todas as distinções de castas ou de pátrias, mesmo os que sonhamos com essa unificação completa da espécie humana, e com a diminuição das barreiras que os Estados opõem à socialização completa de todos os esforços e à harmonia de todas as vontades; mesmo os que alimentamos estas aspirações não podemos admitir a intromissão violenta de governos estrangeiros em nossa vida interna; seria uma ofensa aos nossos direitos de homens livres. São estes nobres ideais mesmo que nos levam a não entregar a América do Sul, como uma presa certa e fácil, à pirataria das grandes nações; são estes ideais que nos ensinam a não encorajar, com o abandono de nós mesmos, esses crimes internacionais. Para ser livre, é preciso estar disposto a repelir a violência pela violência, e responder à guerra pela guerra. É nestas circunstâncias que o mais desabusado comunista não hesitaria em "tomar armas pela defesa da pátria". Enquanto a força permanecer como razão suprema entre os povos, cada povo deve fazer-se forte, apto a defender os seus territórios e a sua liberdade, e fazer-se vigoroso para não ser absorvido. A liberdade é a condição essencial para progredir. A. Naquet, internacionalista, reconhece: "Um povo está morto, se não evolui segundo a sua própria tendência". É-lhe indispensável o ser livre; e a mais elementar das liberdades para um

povo é esta: de escolher o regime político e o governo sob o qual tem de viver. Não se trata de uma simples questão de patriotismo; não, os que pedem a abolição de fronteiras e o esquecimento de preconceitos e privilégios patrióticos, pedem, finalmente, o afastamento de tudo o que possa impedir a generalização de uma justiça perfeita e de uma igualdade natural entre os homens. Ora, não há nada mais ultrajante a essa justiça e igualdade que o domínio de um povo sobre outro, tenha este domínio o nome que quiserem. Pede-se solidariedade e fraternidade, e não conquista e violência; e não há de ser pelas vitórias guerreiras de um povo sobre outro, impondo-lhe costumes e leis, violentando-lhes todos os sentimentos e tradições, que a humanidade se congraçará. Daí, só podem nascer conflitos, com que se retardará essa obra de unificação, porque ela não é para ser feita a tiros de canhão, nem pela submissão dos fracos aos fortes; ela se fará pela conquista das idéias, pela cultura do sentimento e pela harmonia das vontades.

Se é a verdade que a América do Sul é um dos pontos do planeta destinados a ir recebendo o excesso de população do Velho Mundo, torna-se um crime provocar as populações aí estabelecidas, acendendo-lhes os instintos guerreiros e anti-sociais, que naturalmente se associam aos sentimentos patrióticos. Em tal circunstância, o interesse moral está em auxiliar o progresso normal destas populações, em desenvolver quanto possível os laços de simpatia, facilitando a assimilação dos povos...

Repetindo estas verdades, aliás sediças e banais, nós o fazemos simplesmente por mostrar quanto é monstruosa e inútil uma agressão sobre a América do Sul; não pensamos em apresentá-las como argumento em favor dos "nossos direitos de nações soberanas". No entanto, esses direitos existem; são tão reais e sagrados como os de qualquer outro povo; a violência de que fôssemos vítimas seria tão clamorosa e injusta como a dos alemães e russos sobre a Polônia, ou a dos ingleses sobre a Irlanda, ou a dos turcos sobre os macedônios e armênios. Mas, vendo que tais injustiças e opressões se perpetuam e se repetem, temos de reconhecer que tais direitos não se discutem com os fortes. Falando para eles, para este Ocidente implacável e ávido, o que há de prático é mostrar-lhe que, sob o ponto de vista mesmo dos interesses materiais e sórdidos que dirigem a política exterior dos Estados fortes, estes não têm nada a lucrar em investir contra a América do Sul: a campanha é difícil e o sucesso duvidoso. De certo, só haverá o seguinte: que toda a vida econômica se perturbará, e que, por

muitas dezenas de anos, estas nações comprarão muito menos do que atualmente compram nos mercados europeus ou americanos. Tais argumentos modificarão, talvez, os planos a nosso respeito: que vantagem pode haver em inutilizar a América do Sul por trinta ou quarenta anos?...

V

Será este o modo de pensar de todos os que se acreditam com o direito de "pensar" na América do Sul? Naturalmente. Todavia, é possível que um ou outro pessimista, em momento de crise, tenha dito para si mesmo: "Ora, é fato que somos gentes ingovernáveis, e que estas loucuras não cessarão jamais; melhor será que venham logo ingleses, alemães e americanos; que nos governem, uma vez que não sabemos viver como povos livres". São almas cândidas, que o desespero cegou; esquecidas da história dos povos conquistados, acreditam que a ação imperativa de um povo sobre outro seja capaz de produzir o progresso deste último. Que se voltem a estudar a vida do.hindu na Índia, do felá no Egito, do árabe na Argélia... Pois é este o destino das populações sul-americanas, no dia em que outros nos vierem governar. Em primeiro lugar, é preciso compreender que a nação que nos agredir, não vem com o intuito humanitário de nos trazer o bem, a civilização e a paz, e de preparar a nossa organização social e política; a justiça, a moral, o direito, o conforto que eles aqui estabelecessem seriam para eles... Para os conquistados, as geenas. Se vêm cá, é para fazer negócio – é o termo próprio; vêm buscar riqueza, impor os seus gêneros e indústrias, e extrair deste solo as fortunas latentes que aí estão. Para se garantirem, trazem governo, autoridades, leis, fuzis, canhões e soldados; o braço, o trabalhador será tirado das populações naturais; a teoria das raças inferiores justificará todas as opressões e cativeiros, mais ou menos disfarçados, que nos serão impostos – tal como sucede na África.[81] Certamente, não será com discursos que eles tratarão de arrancar aos infelizes americanos o trabalho de que precisam, nem será com

[81] Senhores do Transvaal, os ingleses reconheceram que era preciso obrigar os cafres a trabalhar para eles, ingleses, nas minas. Como fariam? O cafre não se preocupa com riqueza e despreza o salário: impuseram-lhe, então, um imposto de capitação, pesadíssimo, e o cafre, para ter a soma, é obrigado a trabalhar, quando não – é condenado...

blandícias que os levarão a aceitar o regime conveniente aos interesses dominantes.

Mais do que nunca, a América do Sul, conquistada, será uma associação de malfeitores, regida por tratantes e cruéis, fazendo reinar o mal e a servidão. Tal é, para as vítimas, a epopéia da colonização, soberbamente ilustrada no quadro atual dessa Índia, rica e inteligente, descendo da poesia dos Vedas e da moral do Buda à banalidade e à mercancia dos caixeiros britânicos, degradada, de dominação em dominação, degradando os próprios dominadores....[82] Haverá prosperidade aparente – prosperidade nas classes dirigentes, que serão todas constituídas pelos agressores; e, ainda assim, é preciso que as populações se submetam e se resignem, o que não lhes será fácil, nem impedirá que elas sejam infinitamente mais infelizes do que o são atualmente. Basta pensar no seguinte: se já é difícil a estes povos suportar a disciplina social e política, direi mesmo as opressões representadas nos governos saídos das próprias nacionalidades, quanto mais aturar o domínio e os rigores de autoridades e instituições que estão em conflito com os seus sentimentos e tradições!... Em tais casos, há sempre duas justiças e duas liberdades – uma para o dominante e outra para o dominado. E esta desigualdade não existirá somente para os desgraçados, que serão reduzidos ao trabalho obrigatório, à reclusão por vagabundagem, e desterrados de um ponto para outro do território, arrancados ao meio e aos costumes a que estavam adaptados. Não; ela existirá para todos. Ingênuo o que pensar que, estabelecida aqui a “influência” de uma nação estrangeira, as atuais classes dirigentes e privilegiadas continuarão a manter a situação de hoje. Elas serão as primeiras e as mais implacavelmente aniquiladas, porque são menos resistentes, mais reduzidas em número, e as mais perigosas como instigadoras à revolta; e também porque seriam inteiramente inúteis aos novos dominadores. Não é sobre a massa popular da Polônia que os agentes do kaiser ou do czar mais se encarniçam... As influências, tutelas, protetorados, conquistas etc. caracterizam-se justamente

[82] Todos os povos ocidentais participam dessas atrocidades; mas a palma, atualmente, cabe aos implacáveis anglo-saxões. Como desfaçatez e crueldade, nenhum os sobreleva. A fome, organizada e preparada periodicamente na Índia, como recurso para melhor dominar as populações, as atrocidades de Cartum e das Filipinas, a guerra feita à China para manter o direito de envenenar-lhes as gerações com o ópio tirado ao trabalho do hindu, tudo isto nos diz muito bem que esses anglo-saxões, já tenazes por temperamento, são de uma tenacidade especial quando se aplicam a oprimir e espoliar os outros povos.

por isto: a substituição das classes dirigentes – no todo ou em parte – por outras, constituídas por indivíduos da nação protetora ou conquistadora. Esta espoliação é fatal; não só porque ela resume em si a conquista, e é o meio prático de tirar todo o partido da colônia ou do protetorado, como porque vem a ser a garantia mais segura de submissão. Quanto ao povo, propriamente dito, este só será eliminado se se mostrar irredutível, insubmisso, e eternamente incompatível com os novos costumes que lhe quiserem impor, ou se os indivíduos se mantiverem inteiramente inúteis.

Em verdade, porém, seria desconhecer as mais explícitas das qualidades de caráter nos americanos do Sul (refiro-me a indivíduos que por sentimento e origem se prendem efetivamente a estas nacionalidades), seria desconhecê-las, o acreditar que haja alguém capaz de desejar o domínio de uma outra nação sobre a sua pátria, ou, sequer, a simples interferência estranha nos negócios da sua vida privada. Pelo contrário, todos padecem de exageros de patriotismo, e de excessos de suscetibilidades. Reconhecem todos ser um erro pensar que um povo que já tem uma existência política autônoma por um século, quase, pode prosperar, e, principalmente, ser feliz, governado por um outro. Mesmo para as populações mais rudimentares e ingovernáveis, é preferível – não só para elas, como para a humanidade em geral- que o seu governo saia espontaneamente do seio delas, representando o sentir da maioria, e que exprima a vontade, mais ou menos consciente, da coletividade. Esta é a convicção geral – dos que têm convicções no assunto; e ninguém admite a possibilidade de um domínio estranho. O que há, da parte de muitos, e que provoca comentários mortificantes, é o desalento, a desconfiança no futuro, atenta à lentidão do nosso progresso; é o receio de que essa lentidão não signifique uma incapacidade social para organizarmo-nos definitivamente e sairmos desse estado de atraso, ignorância e desordem. Tal desalento deriva mais da influência dessa reputação malevolente feita e generalizada sobre a América do Sul do que mesmo de um exame das nossas condições reais. Se se deixassem um pouco de lado estes maus juízos sistemáticos a nosso respeito, e se se estudassem bem os fatos reais, reconhecer-se-ia que não há razão para desânimos absolutos.

As nações sul-americanas em face à civilização e ao progresso

> Toute velleité de dogmatisme est impuissante à établir la paix morale. La paix ne sera donnée aux consciences humaines que quand elles auront su la mériter par la probité intellectuelle, qui consiste à ne respecter qu' apres avoir vérifié.
>
> *Louis Havet*

I

Há desanimados? É natural; isto não significa, porém, que tenham razão os que sustentam que estas nações jamais se organizarão definitivamente, e que jamais progredirão. As alegações pseudocientíficas com que se queria provar uma pretensa inferioridade étnica são tão insubsistentes que nem encobrem a natureza dos sentimentos onde se inspiram os célebres sociólogos e cientistas inventores das raças nobres. E quanto à história? Haverá, aí, elementos que autorizem esse juízo sobre a nossa incapacidade para a civilização? Dar-se-á que as leis gerais do progresso impliquem a nossa condenação?

De forma nenhuma.

Têm-se visto, é verdade, povos que, após um certo período de progresso, chegados a um estado de civilização superior, degeneram e decaem; mas não se pode afirmar que existam povos condenados a uma eterna barbaria, por serem essencialmente incapazes de progredir. É que a decadência e degradação têm como causa um fator que surge com o próprio progresso da civilização – é o parasitismo, sempre e por toda parte o parasitismo, causa das causas, causa primeira, resumindo a história de todas as decadências em que vão desaparecendo os povos e as civilizações, Progride um povo ,a sua vida se complica, organiza-se o trabalho, acumula-se riqueza, e a nação se distribui, então, em duas camadas – uma espessa, a maioria, embaixo, penando, trabalhando; outra em cima, d minando, dirigindo, gozando o fruto do trabalho dos que vivem miseravelmente e que são os únicos a produzir. Se chega um momento em que essa classe dominante concentra em si, efetivamente, todas as funções sociais (fora o trabalho material), assenhoreando-s de todos os encargos oficiais,

resumindo toda a riqueza, monopolizando o saber, reduzindo todas as vontades – se chega esse momento em que ao parasitismo da classe dominante se junta a opressão absoluta, o embrutecimento sistemático da massa popular, a nação está perdida. Assim têm morrido todos os grandes impérios, assim s esgotaram as velhas civilizações.

Já foram estudados alguns dos desastrosos efeitos do parasitismo de uma classe sobre a outra, numa mesma sociedade – efeitos acusados pela decadência física e pela extinção progressiva dessas mesmas classes superiores, extinção que só não é mais sensível pelo renovamento que se fez continuamente, à custa das camadas sociais inferiores. Completemos agora esse estudo, analisando os efeitos morais de te parasitismo, e as suas conseqüências sociais e políticas, quando chega o momento em que esta renovação não se pode fazer.

No estado primitivo, o homem não trabalhava senão o bastante para ir tirando a natureza os produtos elementares que ela lhe oferecia, tirando-se à medida que a fome, a sede, o frio, a isto o impeliam; trabalho aturado, contínuo, acúmulo de riqueza não havia. Lutavam entre si s vários grupos pela posse dessa mesma natureza, donde pudessem haver os elementos de vida; e foi somente quando os costumes já se humanizaram um pouco, e o homem se libertou um tanto das sua condições naturais de “animal lutando pela vida”, foi quando o homem se humanizou bastante para não sacrificar e eliminar o inimigo vencido que o trabalho se organizou, e pôde haver riqueza. Estes vencidos já não eram mortos, mas escravizados – obrigados a trabalhar para o vencedor, a trabalhar tanto que pudessem nutri-lo, e ai da sobrasse alguma coisa para ir-se acumulando. Grandes vantagens advieram daí ao progresso humano. Não cabe aqui discorrer sobre elas; queremos, apenas, mostrar como se fez que as sociedades humanas se constituíssem de duas classes – dominantes e dominados, trabalhadores e exploradores do trabalho alheio. Foi esta uma fase necessária na evolução social, uma transformação de costumes decisiva na história desse progresso; mas, justamente porque foi o resultado de uma transformação, é evidente que não pode ser uma forma última, definitiva, senão um simples estágio na evolução; e que a sociedade não pode persistir eternamente sob a forma de parasitas e parasitados. No momento em que uns homens se constituíram em domina dores de outros e os obrigaram, e os habituaram a trabalhar, houve um grande avanço na conquista da civilização; mas, desde esse momento, em cada grupo, a classe que se constituiu em parasita foi

condenada a declinar e a extinguir-se, a degradar-se em todos os sentidos. A própria evolução e o progresso humano ficaram ameaçados de retardamentos e recuos por parte desses mesmos dominantes.

Na discussão geral dos vícios derivados do parasitismo, ficou patente que um dos principais é o conservantismo obstinado das classes superiores, pelo aferro à situação que lhes parece mais cômoda, pela atrofia das energias físicas, pelo divórcio da natureza. Em regra, elas se tornam, mesmo, inimigas do progresso. Só quando a miséria se generaliza e vem até eles, pensam os dirigentes em "melhorar"; ainda assim, na prática, as suas reformas tendem sempre a satisfazer aos próprios interesses, e querem conduzir as massas para afeiçoá-las a esses mesmos interesses. O verdadeiro impulso para o progresso é dado, naturalmente, pelos que sofrem e são oprimidos. São eles que, mordidos pela miséria, de arranco em arranco, atiram a sociedade para diante, ora quebrando os diques da resistência conservadora, ora disputando um lugar entre os mesmos dominantes, tornando-se voz ativa nos seus conselhos, forçando-os a uma ou outra concessão. O caso dos raros progressistas e inovadores saídos das classes conservadoras não destrói a regra comum porque, em verdade, é na classe dos oprimidos que eles se vêm amparar, quando, ou a ambição, ou mesmo o altruísmo, os leva a lutar em prol da justiça.

Felizmente, o próprio parasitismo, degradando os dominadores, os enfraquece e os elimina a pouco e pouco, e torna possível a infusão de elementos novos. É à regressão parcial e constante das gentes conservadoras que a sociedade deve o não ser sufocada, afogada na estagnação. Todavia, essa renovação não se faz tão facilmente que a resistência inicial não produza os seus males, ou que se não reflita sobre a sociedade a degradação moral e intelectual, que acompanha a degeneração geral das classes elevadas. Em todos os tempos foi notada essa degradação física. Maudsley, já citado noutra parte a propósito do enfraquecimento e da extinção gradual dos parasitas, continuando a sua observação, diz: "Quando isto não se dá (a extinção), resta sempre, nestas famílias enriquecidas, uma velhacaria e duplicidade instintivas, um extremo egoísmo, ausência de verdadeiras idéias morais". Jacoby,[83] se bem que apontando como causa

[83] Jacoby, *Estudos sobre a seleção no homem, e suas relações com a hereditariedade*.

desta decadência fatores verdadeiramente metafísicos, não pode negar a sua evidência.

> Da imensidade humana surgem indivíduos, famílias, raças, que tendem a elevar-se sobre o nível comum; alcançam penosamente os cimos abruptos, chegam ao alto do poder, riqueza, inteligência, talento, e uma vez aí estabelecidos (dominantes – parasitas), são precipitados embaixo, e desaparecem nos abismos da loucura e da *degenerescência*... Este fenômeno explica o ciclo de vida das nações civilizadas. Pelo fato da seleção e da lei fatal da extinção das raças privilegiadas, os povos se civilizam, sobem ao fastígio da grandeza, depois declinam rapidamente e desaparecem, *esgotados*, aniquilados; e são substituídos por povos mais jovens... isto é, que não estão esgotados.

Jacoby fala em "seleção e hereditariedade"; nem um, nem outro destes dois fatores explica, só por si, a decadência em questão, a qual parece justamente desmentir a realidade de um e de outro. Se um povo, uma casta ou uma classe, é mais vigorosa, mais apta hoje, a ponto de vencer, dominar uma outra, como se pode dar então que, persistindo a seleção natural a conservar os mais aptos, e concorrendo a hereditariedade para manter, de geração em geração, no grupo vencedor, as qualidades que o caracterizam – como sucede, então, que, depois de certo tempo, seja esse grupo superior ao que se vai eliminando pouco a pouco?!... Em tal caso, ou a hereditariedade falhou às suas leis, ou não há esta seleção natural dos mais aptos, a menos que não intervenha um novo fator, provocando, nos que eram primitivamente mais aptos, a perda das energias que lhes davam tal primazia. E é isto justamente o que sucede. A posição de parasitas em que esses dominantes se colocam provoca a degeneração e a decadência; e a seleção natural continuando a fazer-se, são eles os eliminados, porque se tornaram por seu turno menos aptos. Se assim não fora, os infelizes e oprimidos não veriam jamais o dia de libertar-se. É por isto que Spencer[84], referindo-se à eliminação das classes privilegiadas, diz: "A seleção produz efeitos contrários, que se neutralizam". No entanto, na sua generalidade, historiadores, sociologistas e psicólogos ainda não tomaram na devida conta a ação preponderante do parasitismo, nessa decadência constante dos povos dominadores e das classes privilegiadas; constatam o fato e, ao explicá-lo,

[84] Spencer, *Biologia,* t. II, cap.12.

ou invocam razões de ordem verdadeiramente mística, ou, então, suspendem o juízo, não sabendo o que pensar desse fato, que aparentemente se contrapõe às idéias correntes de hereditariedade e seleção. Em 1847, já indagava Lucas:

> Por que jogo da natureza, do sábio Péricles podem sair dois tolos como Parolos e Xantipos, e um furioso como Clínias? do íntegro Aristipo, um infame Lisímaco? do grave Tucídides, um inepto Milésio, um estúpido Stefanos? de Fócion, o temperante, um dissolvente como Focus? de Sófocles, de Aristarco, de Sócrates, de Temístocles, filhos indignos?[85].

E assim continua, citando os filhos degenerados de Cícero, Germânico, Vespasiano, Marco Aurélio, Henrique IV, Luís XIV, Cromwell, Pedro, o Grande etc. A resposta a esta pergunta já se acha em Aristóteles, quando salienta o fato de serem aquelas cidades gregas constituídas por duas sociedades: os cidadãos – dominantes, e os escravos, à custa de cujo trabalho vivem todos. Eis aí a razão por que aqueles gregos, que produziram relativamente o maior número de gênios de que se honra a humanidade – os criadores da arte e da filosofia, degeneraram e chegaram a esse declínio triste, de arte afetada, morta, abandonada pela inspiração, e de "filosofia copiosa e nula, logomaquia vã". É aí que se devem buscar as verdadeiras causas, e não nos motivos metafísicos, como os formula Jacoby:

> As nações se esgotam como os terrenos não adubados, e é neste sentido que se deve compreender o fenômeno que se chamou, na história, velhice e decrepitude das nações (...) As leis da natureza são imutáveis; e ai de quem as viola! Cada privilégio de que o homem se investe é um passo para as degenerescências, as frenopatias, a morte da raça. Abaixando quem quer elevar-se acima do nível comum da humanidade, castigando os orgulhosos, vingando-se do excesso de felicidade, a natureza encarrega os privilegiados de serem os algozes de sua raça.

Retóricas; a natureza não castiga ninguém, nem conhece orgulhosos. Ela é inexorável, efetivamente – para aqueles que a abandonam, para aqueles que, achando o meio de viver, sem pôr em contribuição as suas energias e atividades, as vão perdendo gradualmente, no todo ou em parte.

[85] Lucas, *Traité philosophique et physiologique d'hérédité naturelle,* p.153.

Falar em vinganças da natureza sobre os excessos de felicidade, não é dar uma explicação científica do fato. Melhor seria substituir natureza por Deus; pelo menos, a gente de sacristia compreenderia a importância da causa, e o tal castigo aos orgulhosos teria sentido.

É por não tomar em consideração essa influência parasitária, que o próprio Ribot apresenta razões bem parecidas com essas de Jacoby:

> Toda família, todo povo, toda raça traz consigo ao nascer uma certa dose de vitalidade, uma soma de aptidões, que duram até o momento em que a família, o povo, a raça, cumpriu o seu destino. Desde então, essa dose de vitalidade começa a enfraquecer-se e a decadência começa (...) A causa direta (desta decadência) está nos costumes, nos hábitos e nas idéias religiosas, nas instituições e leis, que são tão eficazes quanto possível para trazer o abastardamento da raça[86].

Como se vê, o respeitado psicólogo explica o fato pelo fato.

Em primeiro lugar, constata que os povos, chegados a um certo grau de evolução, decaem; e, então, nos diz que eles cumpriram o seu destino. Pura metafísica; raças, com um destino preestabelecido, e uma porção de vitalidade, dosada proporcionalmente ao supradito destino – são coisas que se não distinguem quase dos *povos predestinados, direito divino, povo de Deus*... Em segundo lugar, ele acusa os costumes, hábitos, instituições, religiões, regimes... Explicação nula; sob um mesmo regime, com a mesma religião e instituições, têm-se visto os povos progredir, elevar-se e decair depois. Quanto aos costumes e hábitos, é preciso não considerá-los com fatores que vêm do além, para agir com força própria sobre os homens. Em verdade, não são os costumes depravados e os hábitos dissolutos e as leis retrógradas que produzem a degeneração e a decadência dos indivíduos; é, sim, a degeneração que produz a depravação dos costumes e da moral. Aliás, é o próprio Ribot quem o reconhece – que estas explicações não explicam grande coisa: "Os historiadores explicam ordinariamente as decadências pelo estado dos costumes e dos hábitos, das instituições e do caráter, o que é exato num certo sentido; mas são razões um pouco vagas; há, como se vê, por detrás delas, um causa mais profunda, uma causa orgânica..."[87]. Esta causa, Ribot não a nomeia; acredita mesmo que, "por

[86] Ribot. *op.cit.,* p.275.
[87] Ribot. *op.cit.,* p.277.

muito tempo ainda, ela será ignorada". No entanto, ela é bem fácil de ser reconhecida; nós bem sabemos qual é. Vamos aos fatos para ver como esses povos, essas nações antigas decaíram, no momento em que a opressão e a exploração do conservantismo dominante mataram, por sua vez, todas as energias das classes inferiores.

Vivendo parasitariamente, séculos e séculos, essas classes dominantes perderam todas as qualidades de caráter, moralidade e inteligência, e quanto mais se corrompiam mais conservadoras se faziam; num certo momento, tornaram-se incapazes não só de progredir como até de defender-se. Por seu turno, a massa popular, embrutecida, degradada pela servidão secular, já não conhece estímulos; se a nação é atacada, esta massa popular, passiva e anulada, não oporá nenhuma resistência. É assim que a Assíria, Egito, Pérsia, Índia, Grécia, Roma... foram abatidas.

No dia em que Roma foi constituída por um grupo de gentes enfastiadas de riqueza, grandes proprietários gozadores, vivendo sobre o trabalho de milhares de escravos nos latifúndios e minas, e que estes proprietários se organizaram de modo a tirar desse trabalho o custo dos seus gozos e o soldo para os mercenários; no dia em que as contribuições e os tributos dos vencidos permitiram ao governo imperial o alimentar do erário público toda a população da cidade eterna; no dia em que a grande massa dos escravizados foi bastante degradada para não trazer sombras nem desassossegos aos senhores no gozo desbragado dos seus privilégios parasitários – nesse dia Roma entrou a desaparecer. Durante muito tempo, a antiga pátria dos Cévolas e Numa Pompílios viveu iluminada, defendida e dirigida pelas gentes que se levantavam das camadas inferiores, dentre os antigos servos, ou dos vencidos das províncias. Foram esses novos elementos que sustentaram, por centenas de anos, o antigo nome romano; a velha Roma, corrompida pelo parasitismo, dissolvia-se. Que diferença entre o heroísmo dos Cocles e a covardia das legiões nobres de Pompeu, que fugiam antes de feridas pelos bárbaros de César! Entre a virtude das Lucrécias e o desregramento dessas romanas que vinham gemer delíquios nas termas!... Foi porque a política dos antigos latinos permitia a renovação incessante das classes dominantes, degeneradas, por elementos novos, que a grande nação subsistiu por tanto tempo. Todavia, num certo momento, o parasitismo foi tão extenso que abrangia toda a população; só não eram

parasitas esses escravos que, no fundo das minas, arrastavam a miséria de uma existência, onde não havia mais nada de humano.[88] Roma tinha o mundo inteiro para sustentá-la, ninguém trabalhava – panem et circenses distribuía o Estado a toda gente; a degeneração foi completa, não houve mais, dentre os que se orgulhavam do nome romano, quem fosse capaz de resistir às ondas bárbaras, vigorosas e sãs.

Nas grandes nações atuais, o que se vê é isto mesmo: classes dominantes, parasitando sobre o resto da sociedade. Mas, aí, as condições de liberdade permitem a renovação constante dessas classes. As camadas inferiores são os viveiros donde saem continuamente os novos elementos, que lhes vêm dar vigor, e cobrir os claros, compensando o que a degradação parasitária tem consumido. São esses elementos que, assim, asseguram a vida à nação, garantindo o seu progresso, contra o conservantismo essencial dos parasitas, até que, afeiçoando-se ao parasitismo, os novos entrados se tornem por sua vez conservadores, e resistam amanhã aos que tiverem surgido depois. Eis aí por que "a revolta social de ontem é a opressão política de amanhã"... São esses novos elementos que, pelas energias próprias de que são possuídos, mantêm na sociedade a soma de vigor e de inovação precisa para que se continue a obra civilizadora. É à custa deles que as sociedades vivem e progridem, até o dia em que a justiça se imponha a todos os homens, e desapareçam estas iniqüidades e distinções – dominantes e dominados, parasitas e explorados. Até lá, é a massa popular que representa a garantia, o futuro e o progresso das nacionalidades. Quando o abandono e a miséria lhe aniquilam todas as energias, quando o embrutecimento lhe mata os estímulos, reduzindo-a à imbecilidade, quando a opressão e a exploração a deformam e a degradam, até o ponto de lhe abafar todos os ímpetos, e que a multidão perde mesmo a faculdade de se revoltar contra esta opressão – nesse dia, morreu a nacionalidade.

[88] "(...) Esses desgraçados, que nem sequer podem manter o asseio do corpo, nem cobrir a sua nudez, nem chorar a sua sorte miseranda. Nem para os enfermos há compaixão, nem para os mutilados, nem para os velhos, nem para as mulheres frágeis". Assim descreve Diodoro, da Sicília, a condição dos escravos naqueles tempos.

II

Não é este o caso das repúblicas sul-americanas. Delas, nem mesmo se pode dizer que sejam nações decadentes; porque, em verdade, nunca estiveram em estado mais próspero, nem mais adiantado e culto que o atual. Pelo contrário, têm progredido, mais ou menos lentamente, é certo, mas têm progredido, e continuarão a progredir, porque não há nenhuma causa essencial que a isto se oponha, nem as condições sociais são tais que elas se vejam fatalmente condenadas à decadência e ao desaparecimento. Vêm avançando lentamente, dificilmente, porque a influência do passado ainda é muito viva, porque os elementos refratários, mais ou menos conscientes, são muito fortes. Todavia, apesar da infinita complexidade dos processos, a história nos mostra que os elementos progressistas vão vencendo geralmente, ganhando terreno sobre os outros, e estas sociedades têm dado provas de poder alcançar uma cultura superior. A massa da população, onde entra em tão grande dose o sangue de raças novas e sadias e as ondas de emigrantes, gentes fortes – pois que, é bem certo, só os fortes emigram – a massa da população tem revelado possuir o vigor e a energia precisos para exigir, promover e alimentar esse esforço no caminho do progresso. Tudo está em que a tratem como é mister.

Convém repetir: não há razões científicas, nem outras, que autorizem o sociólogo a declarar um povo, qualquer que ele seja, incapaz de progredir. Neste particular, tudo o que a observação e o exame histórico alcançam se resume nestas duas verificações: que certos grupos humanos, devido às condições favoráveis do meio ou do momento, alcançaram mais cedo do que outros uma forma elevada de cultura; e que, devido ao parasitismo exagerado, de umas classes sobre as outras, certas nações se corromperam e decaíram. Têm-se visto, é certo, povos que, mesmo antes de chegar a um estado adiantado de civilização, são vitimados, oprimidos e exterminados ou absorvidos, como os indígenas nas duas Américas, na Oceania, como os bôeres no Sul da África. Mas esta fraqueza relativa não significa, de modo nenhum, incapacidade orgânica para o progresso. Na Inglaterra, os celtas foram vencidos e dominados e absorvidos pelos normandos e anglo-saxões, e ninguém dirá que o celta seja uma raça refratária ao progresso. Mesmo quanto aos hotentotes e australianos, a ciência não pode afirmar que, tratados humanamente, entregues a si mesmos, recebendo apenas o influxo suasório do progresso social, tais povos não progrediriam, chegando a constituir sociedades vigorosas, prósperas e altamente moralizadas.

III

Pelo que respeita aos americanos do Sul, é até insensato negar-se-lhes essa aptidão ao progresso. Tal aptidão existe, desde que existe inteligência capaz de compreender e acompanhar o progresso intelectual dos outros povos, adaptando-o às próprias necessidades, inteligência apta, em suma, a elevar-se até o movimento científico do momento; e desde que existem qualidades ou instintos sociais, capazes de se desenvolver pela educação, estreitando de mais em mais os laços de solidariedade humana. Contestará alguém que possuam tais dotes os sul-americanos?... Nega-se-lhes, é verdade, força de vontade... Sim, a vontade nesses povos parece frouxa. Já estudamos e discutimos longamente as causas que produzem este amortecimento de vontade, essa falta de tenacidade nas gentes dominantes: o viver divorciado da natureza, fora de todos os estímulos de inovação e de progresso, o regime anti-social, de fixação absoluta, de conservantismo integral, de opressão e parasitismo. Um tal regime conduz fatalmente ao aniquilamento da vontade. Vontade é o ato do espírito pelo qual o homem examina, escolhe, delibera e decide, em vista das condições e situações novas que a vida lhe oferece, no seu transformar contínuo; é a faculdade de achar o caminho para avançar, e de atender aos imprevistos que se ofereçam na derrota para o futuro. Não há exame, nem escolha, nem deliberação, nem decisão, para quem se acha fixado num programa, parado, imóvel, voltado exclusivamente à função de conservar. Assim, a vontade, que se não exerce, embota-se, atrofia-se. "Só o costume é conservador; a vontade é inovadora (Tarde)". Para estar parado, conservando, não é mister empenho, nem vontade; basta dormir, entregar-se à inércia.

A vontade é essência da atividade e da transformação, como a inércia é a essência da conservação e da resistência. Não podiam desenvolver, nem apurar a vontade, no esforço e na tenacidade, essas gerações que assim viveram.

Nem o podiam fazer, tampouco, os miseráveis escravos, ou oprimidos das classes inferiores, a quem era negada toda liberdade. Quem diz vontade, diz liberdade para querer, alternativas para escolher, conhecimento para julgar e deliberar; não se queira achar vontade culta e tenaz em quem nasceu escravo, e viveu toda a existência dominado, abatido, subjugado o corpo, anulada a inteligência pela ignorância. Não percamos de vista que a vontade não é uma faculdade primitiva; ela tem a

sua origem nas outras energias físicas; é uma faculdade que existe sempre em germe – nas outras atividades, e que se desenvolve pelo exercício e se fortalece pela educação. O homem tem a vontade que os seus sentimentos lhe crêem e impõem, e orienta-a segundo o grau de cultura da sua inteligência – segundo esta lhe indica a inconveniência ou a conveniência do ato. Em verdade, toda a gente tem vontade, porque toda a gente quer, e toda a gente sabe dirigir sistematicamente os seus atos para um fim; toda a gente se decide, quer dizer, escolhe entre as várias solicitações orgânicas e morais que nos assaltam a cada momento, e toda a gente sabe de antemão do resultado dos atos que empreende. O gaúcho que suporta frio, fadiga e fome, atrás do caudilho chefe, e morre lutando por ele; o caboclo ou o cabra que faz três léguas a pé, depois de uma jornada trabalhosa, e passa o resto da noite a sapatear num samba, têm vontade – têm "poder de vontade", tal qual o sábio que se entrega, por oito, dez anos, à investigação de uma verdade, esquecido o resto do mundo; qual o "politiqueiro" que sacrificou todas as preocupações de dignidade pessoal, suprimiu o amor-próprio, acumulou infinitos de intrigas para... desiludir-se amanhã, quando alcançar a pasta apetecida. Falta ao primeiro essa constância de querer, essa continuidade de ação, dirigindo a vida para um fim único, subordinando o presente ao futuro... Mas aí o que falta não é propriamente a vontade: são as preocupações superiores, é a cultura moral e intelectual, mercê da qual o indivíduo pode fazer da vida uma representação ideal, e traçar a sua linha de proceder para alcançar o fim entrevisto e desejado.

Essa é a condição primordial para a educação, formação e desenvolvimento da vontade. "Nos momentos críticos, o difícil não é cumprir o dever – é saber em que ele consiste; o difícil não é só ter vontade" – é saber orientá-la. Obtida essa cultura do sentimento, e preparada a inteligência, apurar a vontade, fortalecê-la, é coisa relativamente fácil. É sempre à sensibilidade e ao entendimento que se faz apelo na educação da vontade, para adquirir as decantadas virtudes: "tenacidade, resolução, decisão, inflexibilidade, força de caráter", que resumem essa mesma coisa – uma vontade esclarecida, apoiada em sentimentos vigorosos. Em verdade, não há raças tenazes, nem povos irresolutos; há gentes de vontade educada, e gentes incultas, que agem segundo a inclinação e os apetites ou necessidades do momento, e nas quais as funções cerebrais superiores não são ainda suficientemente desenvolvidas para exercer o seu poder inibitório sobre a vida emotiva,

sobre as paixões e violências da baixa animalidade. "*Il n'y a point d' âme si faible qu 'elle ne puisse, étant bien conduite, acquérir un pouvoir absolu sur ses passions*" – isto já o sabia Descartes. A vontade se adquire, a vontade se perde... Eduquem-se as almas inconstantes destas populações, habituem-nas a vencer as impressões do momento, ensinem-lhes a conhecer as conseqüências últimas dos atos imorais, esclareçam-lhes as inteligências, de forma que possam prever as conseqüências longínquas do seu proceder atual, haja em torno delas uma opinião pública, cada vez mais justa e livre, e daí sairão as gerações de fortes, capazes de dominar-se a si mesmos, capazes de lutar e progredir. Desenvolva-se a educação social pela propaganda dos interesses coletivos e das aspirações superiores; cultivem-se as inclinações altruísticas, faça-se apelo aos instintos de simpatia, fale-se de bondade e amor; ponham-se a nu as iniqüidades, comentem-se as injustiças – e a noção do dever próprio e do direito alheio se imporá a todos, e os indivíduos irão, pouco a pouco, habituando-se a coibir os apetites baixos e a evitar tudo o que possa ofender a liberdade dos outros; e os homens se esforçarão por satisfazer seus instintos de bondade e compaixão. Ensinem-lhes como se fazem as grandes obras pelo concurso dos esforços múltiplos; façam a ciência do trabalho, evitando as fadigas inúteis, tornando o trabalho remunerador, mostrando o meio de bem utilizar o preço do labor diário; dêem-lhes estímulos e necessidades novas; ofereçam-lhes conforto, indiquem-se os meios de adquiri-lo; salientem a importância de cada gênero de atividade – e todos virão, pouco a pouco, labutar, não coagidos, mas conquistados pelo exemplo, impelidos pelos desejos. Eduque-se a sensibilidade, fale-se ao gozo estético, haja bons modelos – e o gosto se apurará. Então, eles poderão amar, de um amor igual, o bem, a justiça, o belo, a verdade e o trabalho; serão capazes de conceber ou compreender um ideal – uma forma de existência superior à atual, e serão homens para consagrar a vida à realização de uma conquista: eis a vontade em toda a sua plenitude... Pois não é verdade que nas classes mais cultas das sociedades sul-americanas se encontram dezenas de indivíduos que deram provas de possuir vontade culta, indivíduos que, pelo esforço próprio, por uma auto-educação, e guiados apenas pela própria inteligência, dedicaram a sua vida a um fim e se tornaram modelos de tenacidade?!... Por que é que a maioria, educada conveniente e sistematicamente, não adquiriria essas mesmas virtudes?... Não há nisto nada de impossível.

IV

Nem é impossível fazer destas sociedades atuais nacionalidades livres, prósperas e felizes; o que é impossível é transformá-las em grandes, ricas e poderosas nações, dentro de seis ou oito anos, como o pretendem os estadistas de vistas curtas, cuja ambição mais nobre é a de mirar-se na grandeza das próprias obras e que, por isto, se obstinam em *curar sintomas*, desprezando as causas dos males sociais, e se esforçam em criar Estados arquipotentes e prósperos sobre nações atrasadas, entanguidas e depauperadas. Raros, raríssimos são os que pensam nestas obras de educação social, instrução popular e aperfeiçoamento da produção, indispensáveis ao progresso do país e essenciais para a constituição de sociedades harmônicas, adiantadas e felizes. Apesar de tudo, examinando-se imparcialmente a situação, é inegável que as nacionalidades sul-americanas já se acham, hoje, bem mais próximas de um estado de organização regular do que estavam há 50 anos. Algumas delas progrediram bastante para mostrar que são perfeitamente aptas a fazer-se tão cultas e prósperas como os tão citados países do Ocidente. O México e a Argentina são, atualmente, países mais progressistas que algumas das nações secundárias da Europa; têm uma indústria, uma instrução popular, uma atividade intelectual e uma vida econômica mais desenvolvidas que alguns dos países europeus de população equivalente. Outras, como o Brasil e o Chile, já se desabituaram bastante dos levantes e conflitos armados, o que prova que esse estado de agitação guerreira não é um mal incurável nas outras nacionalidades. Convertidas, hoje, a sociedades pacíficas, é-lhes muito mais fácil promover o progresso e adotar costumes políticos livres e democráticos. Assim o queiram os que se têm como dirigentes.

Certo, o estado destes países novos não é, em nenhum deles, comparável ao da França, Alemanha ou Inglaterra, e, por isso, a alguns parece que eles não progridem. Pensem esses pessimistas no que eram as nações latino-americanas há 60 ou 80 anos atrás, e reconhecerão que, nas mais adiantadas e livres, o pouco de civilização que existe é conquistada dos últimos anos, e veio depois de venci da a resistência obstinada dos refratários. Em verdade, aqui, o essencial para o progresso não fora a independência, e sim o substituir-se um regime arcaico e opressivo por instituições livres e progressistas. Por isto, em certos pontos o progresso não começou ainda; mas, aí mesmo, uma vez *desembaraçada* de todo o caminho, a evolução será rápida, principalmente porque a massa da população, em si, é menos conservadora, é mais maleável que nas velhas sociedades européias, com os seus costumes e tradições multisseculares.

Aqui estão duas afirmativas que parecem contradizer quanto ficou dito nas páginas anteriores, a propósito dos efeitos degenerativos do parasitismo sobre as colônias. Se o parasitismo produz a decadência – e é inegável que as nações metrópoles decaíram – e se às sociedades coloniais foram transmitidas, por educação e por herança, as qualidades, defeitos e virtudes das metrópoles, como é que se pode afirmar, agora, que estas sociedades não são degeneradas e decaídas, como é que se pode pretender que elas são, mais que nenhumas outras, aptas ao progresso?...

Expliquemo-nos. A aparente contradição é bem fácil de desembrulhar-se. Note-se, em primeiro lugar, que no parasitismo há o parasita e o parasitado, cujas condições são inteiramente diversas. É sobre o parasita que a decadência se manifesta; o parasitado sofre, não de uma degeneração propriamente dita, mas de um depauperamento. As colônias representavam o parasitado e, neste sentido, o parasitismo teve uma influência decisiva sobre elas. Há, entre a colônia e a metrópole, a mesma relação que há entre a classe de trabalhadores escravizados ou explorados e a classe dos senhores ou exploradores; o regime parasitário de uns sobre os outros se reflete sobre as duas classes, mas não da mesma forma. Os primeiros, os parasitados, enfraquecem, degradam-se às vezes, mas não é a degeneração – o aniquilamento das energias orgânicas e morais por falta de atividade – o que os assalta; é o esgotamento do organismo por fadiga, o enfraquecimento por escassez de alimentação etc. Esses parasitados, se um dia se libertam de tal regime, podem curar-se perfeitamente destes males, que não são, em si, constitucionais. O mesmo sucede às colônias: espoliadas, oprimidas, esgotadas pelas metrópoles, elas podem curar-se perfeitamente.

Todavia, ocorre lembrar a circunstância particular de que nesta forma parasitária, a vítima sofre não só os “efeitos gerais” do parasitismo, como os outros efeitos, “especiais”, devidos ao fato de que o parasitado deriva diretamente do parasita; é gerado e educado por ele. Neste caso, parece evidente que a degeneração do primeiro se deve comunicar ao segundo. Não; mesmo assim, não há a transmissão da degeneração propriamente dita. O organismo da colônia perturba-se, não há dúvida, pelo efeito do regime parasitário; adquire, mesmo, grande número dos vícios e defeitos sociais

que se desenvolvem por influência desse regime – tais são os vícios de caráter, longamente estudados na seção especial; mas não participa da degeneração integral que invade a metrópole. O que há de característico nessa decadência degenerativa é a inaptidão, a incapacidade manifesta do parasita para prover as suas necessidades pelos recursos naturais; habituou-se a viver à custa de outro, perde a faculdade de produzir, obliteram-se-lhe as faculdades de engenho, anulam-se os instrumentos de produção – eis a degeneração. Tal não pode suceder à colônia, pois ela é forçada, até, a produzir duplamente. Ao passo que, na metrópole, toda a gente aceita o parasitismo, se afeiçoa a ele, e tudo faz para conservá-lo; na colônia, uma grande parte – a maior parte mesmo das sociedades nascentes – protesta logo contra o regime, põe-se em oposição a ele, resiste, por conseguinte, à marcha degenerativa.

É verdade que, na sociedade colonial, esta parte da população sofre a influência indireta do regime e, por educação e por imitação, adquire certos hábitos de espírito, certas qualidades viciosas. É verdade, também, que, no organismo da colônia, existem certos elementos que representam diretamente a metrópole e participam imediatamente do parasitismo; são os elementos refratários – os resíduos ou remanescentes. Sim, tais elementos apresentam-se, sempre, decadentes, francamente degenerados; e é por isto mesmo que a luta pelo progresso é principalmente uma luta contra eles. Tais refratários, porém, formam a minoria; eles existem nas novas sociedades sul-americanas, como existem as classes parasitárias ou dominantes em todas as outras sociedades.

Finalmente, pode-se repetir, aqui, isso mesmo que já ficou dito a propósito das antigas metrópoles: o parasitismo social não é irredutível como o parasitismo biológico; os grupos parasitas se podem regenerar; tudo depende de que, uma vez reconhecida a causa da decadência, uma parte ao menos da sociedade se esforce por combatê-la – a essa causa –, desabituando-se uns da vida parasitária, contrariando as tendências, os hábitos e as tentativas desses que já não sabem nem podem viver, senão parasitariamente.[89] Eis o que é mister lembrar para responder à última das objeções: mesmo quando essas novas sociedades estivessem de alguma forma contaminadas pela degeneração parasitária, isto não as incompatibilizaria, em absoluto, para o progresso. Seria preciso, apenas, corrigir, educar ou eliminar os elementos degenerados.

V

De fato, esses elementos existem, como existem em todos os outros povos, sem que se possa dizer, por isso, que a sociedade, em geral, está decaída. No que se refere a estas nacionalidades sul-americanas, é positivamente uma estultícia dizer como Gustave Le Bon: "Todas elas, sem uma só exceção, chegaram a esse estado em que a *decadência* se manifesta pela mais completa anarquia, e em que os povos só têm a ganhar em ser conquistados por uma nação bastante forte para os dirigir..."[90]. O termo *estultícia* parecerá exagerado, mas é o que melhor corresponde ao disparate. Países decaídos!... Decaídos de quê?... Dar-se-á o caso de que algum deles, ao menos, já houvesse possuído uma civilização superior à atual, ou tivesse sido mais próspero, rico ou adiantado?.. Esta pergunta não acudiu nunca ao espírito deste terribilíssimo filósofo; nem esta, nem outras que indiquem a curiosidade natural de quem deseja conhecer os objetos e os fatos, sobre os quais discorre. A América do Sul é um pedaço de mundo de que o sr. Le Bon se serve discricionariamente, ao sabor do momento, sempre que tem necessidade de um exemplo de nações ou povos absolutamente abjetos:

"Sujeitam-nos a um regime de ferro, único de que são dignos estes povos, desprovidos de virilidade, de moralidade, e incapazes de se governar"[91]. E, nestes termos, ele nos empresta os mais contraditórios defeitos e crimes. Repugna o dar atenção a conceitos como estes seus, que têm tanto de grosseiros como de vazios; mas, visto que é preciso citar o disparate, e deixar patentes as extravagâncias e a malevolência dos que nos assinalam como decaídos, nomeemos o Sr. G. Le Bon; é ele o mais

[89] "(...) Nos parasitas sociais não há transmissão hereditária do parasitismo (...) O parasitismo social não acarreta modificações tão profundas como o parasitismo orgânico; o homem não *nasce* parasita, torna-se parasita. Todavia, essas modificações se fazem no mesmo sentido: a sociedade parasitada se enfraquece, o parasita degenera (...) Notemos que esta evolução para o parasitismo não é irreversível, a menos que se trate de degenerados..." J. Massart e E. Vandervelde, *Parasitismo orgânico e parasitismo social.*

[90] G. Le Bon, *Psychologie du socialisme*.

[91] *Ibidem.*

categórico e completo na espécie; as suas afirmações dão bem idéia do valor e importância que se devem atribuir à opinião que elas exprimem.

São juízos feitos de injúrias. A ouvi-los, os americanos do Sul não prestariam nem para adubar as terras que ocupam... Não nos impressionemos por isto, e aceitemos a sociologia do homem pelo que ela vale; lembremo-nos de que, para ele, o nosso crime capital é que

> (...) situados nas regiões mais ricas do globo, somos incapazes de tirar um partido qualquer destes imensos recursos (...) Ao passo que a grande República anglo-saxônia se acha no mais alto grau de prosperidade, as repúblicas hispano-americanas, apesar do seu solo admirável e das riquezas inesgotáveis, se acham no mais baixo da escala da decadência...

Não enriquecem! Por que não enriquecem?... Eis a preocupação única desse filósofo; não vê outra razão de proceder, nem outro liame entre os homens. À lembrança das riquezas, o entendimento se lhe obscurece por uma vez. Na fúria de exaltar os anglo-saxônios dos Estados Unidos porque enriqueceram, ele nem reflete que ali mesmo, ao lado, existem outros anglo-saxônios – no Canadá – que nem enriqueceram, nem prosperaram; vivem uma vida mais mesquinha, têm menos valor que o México, o Chile ou a Argentina. E por que razão, apesar de anglo-saxônio, o Canadá vale tantas vezes menos que os Estados Unidos?... O pobre homem não saberia responder.

Ele pertence a essa espécie de filósofos cuja inspiração é a inveja e cujo ideal é a riqueza, espécie que há 30 anos quer fazer escola na própria França. São indivíduos nos quais o espírito quase não vê o que a mão alcança e para quem o progresso humano se mede exclusivamente pelas toneladas de exportação, pela extensão dos domínios coloniais, pelo número bruto de habitantes: "Em 1787, a Grã-Bretanha tinha 9.600.000 habitantes, a França 26.300.000; o orçamento da Grã-Bretanha era de 391.250.000 francos, o da França de 600 milhões; hoje, os povos falando inglês, sem contar os povos conquistados, chegam a um total de 101 milhões, ao passo que o povo francês atinge, apenas, a cifra de 40 milhões". Com os anuários comerciais em mão, tais filósofos esvaziam todos os problemas sociais... Para os Le Bon, Cumplowitz e outros, a teoria do progresso assim se resume: a força é o instrumento único; a riqueza é o sucesso; o fim, a consagração; nem tréguas aos fracos, nem esperança para os infelizes... É

em nome desses princípios que eles, passeando os olhos pelos povos, dão a palma da excelência aos alemães e anglo-saxões, principalmente a estes últimos, que, além de mais fortes, são os mais ricos. Obcecados pela inveja, fascinados pela grandeza dos Estados Unidos e da Inglaterra, eles não compreendem que "progredir" possa ser outra coisa senão adquirir uma situação comparável à desses dois países; e, por um raciocínio mais curto que o de um lagarto, concluem – "só há um meio de progredir, é ser como os anglo-saxões; o povo que se não anglicizar está decaído... Façamos como os ingleses!..." Imaginemos os filósofos e políticos do passado, os sociólogos do futuro, raciocinando pelos mesmos processos!... Em tempo, era Roma a senhora do mundo – adotem todos os povos a alma dos romanos; um dia, Roma desapareceu, e agora?... Viviam mesquinhos os árabes, não eram contados, quase, entre os povos; veio a sua vez, levantaram-se e fundaram um império que foi, no momento, o mais rico, o primeiro – sejam como os árabes!... Sete séculos depois, em 1450, Espanha e Portugal eram sem importância; em 1600 possuíam quase metade do mundo e riquezas sem conta, exércitos que atravessaram a Europa, armadas soberanas no mar – façamo-nos espanhóis e portugueses!... Um século passa, e é a França quem se impõe à Europa, é a primeira – depressa! depressa! sejamos como os franceses!... Em 1750, a Inglaterra, pobre e acanhada, não seduzia ninguém; em 1850, é a mais rica e poderosa – sejamos ingleses!... E, daqui a 50 ou a 60 anos, que é que devemos ser?... Em 1870 só havia a Inglaterra no mundo – era única: poder, riqueza, comércio, domínios... a França, vencida, malferida; a Alemanha, sem comércio, sem indústria, sem marinha; a Rússia, no seu nimbo de orientalismo, quase bárbara, valia menos que a Alemanha; a Itália começava a existir; o resto da Europa não se contava; os Estados Unidos, ofegantes, sangrando ainda pela terrível luta civil, apareciam sob o aspecto caricatural que a imprensa européia lhes fizera... Era a Inglaterra só, impávida, a desprezar o mundo, no seu majestoso isolamento. O orgulho britânico formulou, então, o célebre programa de política exterior: nada de alianças; a sua marinha é superior à de todas as outras nações reunidas... Passam-se apenas 30 anos: a França cria um domínio colonial que entesta com o da Inglaterra por toda a parte, quase; a Alemanha arrebata-lhe o comércio, e corta os mares com as suas linhas de navegação; a Rússia destrói-lhe a onipotência no Extremo Oriente, obrigando-a a ir solicitar o apoio e a aliança do Japão, ontem ignorado, hoje primeira potência; os Estados Unidos arrancam-lhe o resto do comércio que os alemães ainda lhe

deixam, batem-na industrialmente, produzindo melhor e mais barato; a Itália desdobra linhas de vapores e constitui uma marinha que fará sombra às esquadras britânicas do Mediterrâneo; e, hoje, qualquer coalizão de grandes nações baterá a Inglaterra no próprio oceano... Em terra, 250 mil bôeres desprestigiaram, durante três anos, todas as forças de campanha da Grã-Bretanha, e ainda os socorros que lhe vieram da Índia, Austrália, Canadá!... Naturalmente, todos esses povos se fizeram anglo-saxões... à proporção que os ingleses se vão *desanglicizando* – é a única explicação possível, segundo as doutrinas desses pobres filósofos, que, no entanto, fazem escola. Não é sem razão que um latino de sangue replica em tom veemente: "Porque a Inglaterra está farta e rica, não vamos nós latinos condenar o nosso gênio e curvar a cabeça, aceitando como ideal de progresso a utilidade prática!...".

Os Le Bon sorriem destes *sentimentalistas* e *latinos* incorrigíveis; e, agora, é que proclamam alto o seu ideal: a fortuna, os cabedais acumulados, muito comércio, filas de cifras... Riquezas! Riquezas! ainda que sejam o fruto das piores violências e injustiças. Veja-se, por exemplo, o tom com que, lá do alto da sua filosofia, ele menospreza todos esses "ditirambos sobre o direito e a justiça", que, no seu entender, têm tanta influência sobre o progresso *como os açoites de Xerxes* sobre o mar. Em compensação, pobre filósofo! para basear uma sociologia sobre essas doutrinas imorais, ele cai em tais contradições, que faz pena, até, acentuá-las; dão a impressão de uma inconsciência sem remissões, e levam-no a fazer prognósticos capazes de o cobrir de ridículo, ainda que as suas teorias tivessem a originalidade de um Nietzsche, ou a beleza moral de um Tolstoi[92]. A sua lógica, tão curta como o senso moral que a inspira e a ciência histórica que a fortalece, expande-se num intricado laborioso – disparates por entre contradições, inverdades cruzando-se com absurdos e imoralidades. A propósito das repúblicas sul-americanas, diz ele, no começo dessas duas páginas que lhes consagra no capítulo VII: "As guerras civis são permanentes", e, cinco linhas adiante, garante que alguns milhares de

[92] Referindo-se aos ingleses, em cujas instituições só descobre maravilhas, faz Le Bon um grande elogio dos "exércitos profissionais, tais como este de que se contenta a Inglaterra e com o qual ela domina o mundo..." Isto escreveu ele em 1898; nem de propósito, um ano depois, o referido exército era batido e escorraçado no Sul da África por alguns milhares de *burghers* camponeses, que nada tinham de *profissionais (op.cit.,* p.390).

homens seriam bastantes para "realizar a conquista fácil" destas mesmas nações, cujas populações estão assim afeitas à guerra permanente. Continuando a sua objurgatória, ele chega a esta extraordinária conclusão: "Elas conseguiram subtrair-se por meio de revoluções ao sombrio governo dos monges e governadores ávidos... mas o subirem era-lhes impossível, porque os monges se tinham encarregado, há muito tempo, de *suprimir todos os espíritos tendo manifestado qualquer traço de independência ou de inteligência*". De forma que, não obstante o terem sido suprimidos todos os espíritos onde havia qualquer traço de independência, ainda houve espíritos com traços de independência bastantes para revoltar-se e sustentar uma luta violenta por dez anos até conseguir subtrair-se a esse sombrio governo. Nessas mesmas páginas, ele condena sumariamente as nações sul-americanas "porque ainda não se refizeram e não se reconstruíram completamente, eliminando os vícios todos desse passado sombrio", e no Prefácio do livro diz que: "a reconstituição de uma sociedade é sempre muito lenta, e precisa séculos de esforços".

Só não o abandona a coerência quando ele conclui pela condenação formal do altruísmo e da sociabilidade nas relações dos homens entre si; se são forçados a viver juntos, ele quer que não haja outros móveis sociais além do interesse refletido, o egoísmo coletivo; tudo mais considera funesto ao progresso. Não lhe digam que as sociedades sedentárias, as mais cultas, hoje, se desenvolvem justamente pela influência do altruísmo; afirma que é mentira, ou que, pelo menos atualmente, esses dotes são de todo "inúteis, antes prejudiciais". E volta a citar essa Inglaterra, onde "a ausência de escrúpulos é às vezes completa... Para eles – os ingleses – os outros povos não existem", tal é o seu comentário elogioso. Transpondo o Atlântico, vem buscar esses ingleses americanizados, reforçados na intrepidez do ianque, e fica maravilhado: "Nunca se viu sociedade onde o fraco seja mais implacavelmente esmagado", e reconhece que "são, evidentemente, inconvenientes necessários". A riqueza da grande república revela-lhe o estado definitivo das sociedades, o termo das aspirações civis e políticas; ela, a riqueza, encerra em si todas as soluções; aumentem-na até "ser tal que a nação possa entreter um exército de mercenários, e que, assim, não tenha mais nada a temer de ninguém. Não considero", continua ele, radiante do seu achado – "não considero como irrealizável no futuro tal hipótese". Para que lembrar à memória enfraquecida do pobre filósofo que Roma já teve às suas ordens a riqueza de todo o mundo para pagar mercenários?...

Afora essa preocupação de riqueza e a devoção pela força, não há mais nada na sua sociologia. Enriquecer, dominar, estender-se; nem moral, nem justiça, nem direitos, nem ideais, nem crenças de nenhuma espécie: "Os limites dos direitos dos povos são medidos pela força de que eles dispõem para os defender", afirma sem nenhuma intenção irônica. Amontoa volumes de dissertações sobre a civilização, o progresso e as coisas sociais, e nem uma palavra pelos fracos e infelizes, nem um gesto de horror pelas injustiças, nem um grito de humanidade, nem vestígio de uma tendência altruística!... No entanto, eis aqui páginas e páginas dedicadas às suas filosofias e extravagâncias anti-sociais, por quê? Porque era preciso fechar essa discussão sobre as condições atuais das sociedades sul-americanas, e mostrar a importância que se deve atribuir a essa última asserção, de que "estamos condenados e fora do progresso, por sermos gentes decaídas e essencialmente incapazes de cultura social".

Concluamos.

RESUMO E CONCLUSÃO

> Organizar a democracia, fazer dela uma realidade; e para isto abrir a todos o acesso à vida espiritual, e levar todos os homens à consciência e à liberdade; achar uma forma de civilização sem escravos, sem bárbaros, do qual todos colaborem – eis aí o ideal novo.
>
> *G. Seailles*, Educação e revolução

Em face à civilização, na marcha em que ela vai, e como a conduzem, os povos não têm muito o que escolher: ou participam do trotear geral, ou são esmagados. A América Latina está ameaçada; a civilização transborda sobre ela, e esse transbordamento será uma ameaça e um perigo, se ela, por um esforço consciente e metódico, não buscar a única salvação possível: avançar para o progresso, entrar no movimento, apresentar-se ao mundo, vigorosa, moderna, senhora de si mesma, como quem está resolvida a viver, livre entre os livres. A este progresso se opõem males antigos; é mister conhecê-los e conhecer as suas causas essenciais. A natureza e a origem dos males nos indicarão o remédio. Desprezemos dissertações e preceitos formulados à distância; demos férias aos doutores e mais oráculos – economistas e sociólogos que não se cansam de disparatar, doutrinando a nosso respeito; esqueçamo-los, e voltemo-nos para o principal.

Voltemo-nos para estes povos, abandonados por aí, atrasados, nulos. Observemo-los, tristes e resignados, ou revéis e convulsos – e sempre miseráveis, ao lado de uma natureza compassiva e úbere. É o bastante para afirmar a convicção de que o mal é fundamental, orgânico, e vem da herança, da educação social e política, das próprias condições da nossa formação: a opressão parasitária, que logo dividiu as populações coloniais contra elas mesmas, e as conduziu a esta quase incapacidade para o progresso, afundando-as na ignorância, perturbando-as, pervertendo-as, à proporção que nasciam e se desenvolviam. Basta observar, sabendo observar, penetrando o nevoeiro das aparências, dominando o desencontro dos detalhes, para achar o fundo sólido das causas reais. Observação difícil e geralmente incompleta. Uma sociedade é um fenômeno vasto demais; para dominá-lo, no conjunto das suas manifestações, é preciso que o

espírito se sobreponha a si mesmo, e não se deixe nunca tentar nem absorver por uma série de efeitos. No entanto, a tentação é por vezes irresistível, na vida e na própria natureza.

Por uma tarde de luz, subi a uma destas pontas de granito, que irrompem, aqui e ali, na linha suave das nossas costas, e, lá de cima, entregai-vos ao espetáculo. Ao longe, o mar, deserto e puro, sob a curva azul e profunda do infinito sensível, que a vista confunde, adiante, na imensidade das águas... Em torno, a vaga ruge, salta, dança, reflui, numa fúria alegre ou terrível, uma após outra, a escalar o penedo impassível, atirando para o ar agitado e quente a poeira úmida da sua salsugem, mordendo aqui a trama áspera do *gneiss*, lambendo ali a areia fatigada, amontoando estrépitos e sussurros, num fragor contínuo, que se perde nessa névoa de luz, suspensa ao longe, do chamalote das águas para o verde das terras: golpes e ímpetos da vaga irreprimível, repetida e sempre nova, arrancando-se violenta ao abismo, para voltar ligeira e mansa, uma teia de espuma no dorso, até encontrar a outra, que lá vem sôfrega, irritando-a, fazendo-a erguer a crista luxuriante, que se despende como uma lâmina... Movimento, cor, som e luz – uma agitação encantadora ou temível, mas sempre bela. Agora, aparece um retalho de lenho, estilha de tempestades longínquas, uma carcaça a boiar sem vida, frangalhos de algas despedaçadas, abandonados à loucura da onda... pontos que a vista acompanha interessada; vão, vêm, entrechocam-se, ora ligeiros, ora incertos; e insensivelmente, se apodera deles a imaginação; dir-se-ia que a vaga não se agita, e corre, e salta senão para eles; o seu giro esconde o resto do espetáculo, que nos parece, então, um frenesi inexplicável...

Mas, se tentamos uma observação mais íntima do fenômeno, e buscamos interpretá-lo efetivamente, penetrando a sua profundeza, não nos tarda reconhecer que toda essa agitação, encantadora ou formidável, o colorido da paisagem, esse estrépito sem fim, a fúria sempre renovada, a poeira úmida e a névoa iluminada, a teia de espuma, a estilha de lenho, arrancada a naufrágios em tempos que se perderam... tudo isto é superficial, são parcelas de efeitos, aspectos infinitos de um fenômeno único, que ali está, em toda a sua harmonia – o mar, cuja vista complexa e imensa nos impressiona de mil modos, e nos aparece diversa e nova em cada um desses mil efeitos, que, no entanto, procedem de uma mesma energia. A sociedade é o oceano; a energia que a convolve e lhe sacode as vagas, é este surto para a vida, instintivo no íntimo de cada indivíduo. Impossível compreender a

fúria e o atropelo das ondas, o estrépito do seu vozear, ou a poeira que se levanta dos embates contínuos, num ou em outro oceano, se se perde de vista o fenômeno total, as suas energias primeiras – as forças que empolam as águas, as necessidades e tendências que impelem as sociedades e as agitam...

Contemplemos ainda uma vez estas sociedades, qual nos aparecem agora, e qual se mostram na história.

Nasceram do assalto a este continente e do estabelecimento violento e transitório dos aventureiros ibéricos, devorados de cobiça, sequiosos de riqueza, vivendo de guerras e depredações desde muitos séculos. Não tiveram outra razão de ser as colônias de espanhóis e portugueses. Sonhavam conquistas para haver tesouros; acharam o novo mundo, e atiraram-se a ele como ao sonho realizado. Ferozes e insaciáveis, só queriam enriquecer; onde encontraram nações constituídas, civilizações feitas, riquezas acumuladas, tudo destruíram na fúria do saque. Aí, como por toda parte, lançaram-se aos naturais da terra, escravizaram-nos, e não pouparam cruezas para arrancar ao trabalho desses infelizes a riqueza apetecida. O indígena defendeu-se; impelido por uma incoercível necessidade de liberdade, indiferente à dor e à morte, o aborígene repeliu a civilização do cativeiro; uma luta tremenda se ascendeu, luta de séculos, que incompatibilizou desde o primeiro dia os naturais com os adventícios. Os invasores venceram, exterminaram, reduziram as populações índias, assenhorearam-se da terra; mas, em vez de estabelecerem-se aqui, definitivamente, normalmente, pacificamente, continuaram o mesmo sistema de exploração e cativeiro. Vinham da península, não para fazer aqui uma nova pátria – americana e livre, como essas da América inglesa –, mas unicamente para entesourar; onde o indígena se negou absolutamente a trabalhar, onde o massacre os eliminou, logo o substituíram pelo negro africano, cujo comércio o gênio parasitário do lusitano inventara, e explorava sem olhar a ignomínias. Na colônia, só o cativo trabalhava; todo mundo explorava e oprimia; a produção dependia, apenas, do número de cativos e da crueza dos açoites; o progresso foi condenado por inútil, a inteligência perseguida como perigosa. O colono sobre o cativo, o fisco sobre o colono, o absolutismo e o arcaísmo religioso sobre todos, afundavam, de mais em mais, estas sociedades na miséria, no aviltamento e no obscurantismo. A metrópole rolou, uivou de gozo, realizou o seu ideal, o parasitismo integral. As classes dirigentes e a Igreja, que as absorvia e as

dominava, fizeram-se parasitas do Estado – parasita-mor –, ou parasitavam diretamente nas colônias; o comércio se fez instituição régia, confundiu-se no fisco; a justiça era a garantia da espoliação; a mãe-pátria, um feixe de sanguessugas sobre a colônia. Sugavam todos, julgavam-se todos no melhor dos mundos, e não pensavam senão em conservar aquele estado de coisas, onde os únicos, em verdade, que teriam razão para querer alterá-lo eram os cativos; mas estes não tinham voz para queixar-se, nem para gemer, sequer. O mundo ibérico possuíra até então um ideal – aventuras, conquistas, saques heróicos; agora, abraçado à presa, um novo programa se define, um novo ideal político e nacional se elabora, e logo se impõe: conservar; nem inovações, nem progresso; nenhum direito, nenhuma liberdade, principalmente nas colônias, porque liberdades e direitos representavam ataques aos privilégios dos exploradores, à custa dos quais viviam todos. Para manter e assegurar definitivamente esse domínio implacável, fechou-se a América ao mundo e à civilização; proibiu-se a indústria; o único trabalho lícito era o trabalho animal do escravo. Dos resíduos dessa exploração ignóbil, brotou uma nova sociedade americana; e a vida já se lhe apresentou como um conflito permanente com as gentes da metrópole. Perturbadas, embaraçadas no seu desenvolvimento natural, estas sociedades nascentes se rebelaram desde logo contra a opressão e a espoliação – a mesma luta do aborígene primitivo, transformada, agora, em ódio, em incompatibilidade, que se propaga e cresce de geração em geração. Ao ódio do americano, o reino responde com a represália feroz e o desprezo ostensivo. Um quer viver, quer ter uma pátria; o outro quer defender o seu privilégio, que lhe vem do regime. Essas populações novas, levadas, na sua expansão para a vida, a odiar, repelir e combater a metrópole e os seus instrumentos, são forçadas, ao mesmo tempo, a imitá-las, pois descendem, em grande parte, das gentes da metrópole, e foram por elas educadas e dirigidas. Ignorantes, votados ao embrutecimento, os povos americanos nem sabem como conquistar um lugar na vida, nem como organizar uma pátria. Revoltam-se porque são vigorosos, revoltam-se porque o açoite é cortante... De tudo isto, resulta, apenas, que eles se habituam à rebeldia, ao guerrear, e a não conhecer outra espécie de justiça nem disciplina social que a força. Na alma, cresce-lhes o ódio e o horror a essa opressão; e como ela se concretiza nas autoridades: é o ódio à autoridade, ao Estado – que lhes aparece como a síntese do mal. Não são pátrias que nascem e se desenvolvem; são acampamentos onde o vencido, rebelde, renasce irredutível em cada geração. Nem os colonos ibéricos aqui estabelecidos

cuidavam de constituir pátrias normais, nem o consentiriam as metrópoles, pois todo o seu interesse é perpetuar o regime da exploração direta, embaraçando por toda forma a organização de sociedades americanas, definitivas e homogêneas, em harmonia com as tendências e necessidades normais. O governo, a direção, a educação política e social que recebem as novas populações, são justamente em oposição à sua expansão natural.

Assim se formam, e assim vivem estes povos, até a hora em que, degeneradas, atrofiadas todas as energias pelo parasitismo, de decadência em decadência, as nações ibéricas chegam ao ponto de não mais poder conservar as suas presas; é o momento em que o ideal de liberdade e justiça tem revolvido a França, e se propaga a todo o Ocidente, chamando as consciências à posse de si mesmas. Nas colônias latinas – por isso mesmo que são latinas – não deixam de repercutir essas aspirações de liberdade. A população natural aumentava, e com ela aumentava o mal-estar; e, por muito rasteiro que andasse o espírito público, os povos americanos não deixavam de sentir o estado de abjeção e atraso em que estavam: nem indústria, nem comércio, nem instrução, nem ciência, nem arte; nem uma administração regular, nem uma distribuição de justiça comum.... Nada, nada, em suma, que lhes atenuasse o desespero e o opróbrio da sujeição em que se viam.

Alguns corações ardentes apareceram; falaram em “liberdade, independência, pátria...” E o conflito de sempre, a velha revolta, se acendeu numa luta que em pouco estava generalizada. Os oprimidos atiram-se à guerra aberta, pedindo, proclamando a liberdade completa, a independência absoluta, guerra cruel, de lances heróicos, de aspectos sombrios, desumanos, asquerosos às vezes; guerra que se prolonga em alternativas complexas. Mas a resistência não tarda, vigorosa, dominando mais de uma vez o ímpeto revolucionário. É uma resistência formal, por toda parte; não que ela venha da metrópole, do seu governo oficialmente, que está por terra; é a repulsa oferecida por essa parte da população que, nas colônias, representa, direta ou indiretamente, a mãe-pátria – os seus privilégios e opressões. Esses privilegiados sabiam que, defendendo-a, defendiam-se a si mesmos, e batiam-se com o vigor e com a fúria que dá o instinto da própria conservação. Mas os tempos são contra eles; o impulso que a idéia de liberdade trazia era muito forte, os seus soldados não desanimam; o regime colonial ibérico tinha contra si a evolução humana, que não parara, como a

Espanha, no ideal do século XVI – no ideal conservador. Em face do mundo, era tal regime uma monstruosidade...

Finalmente, os elementos refratários e conservadores das colônias se convenceram disto; os irredutíveis foram anulados; intervieram os moderados, os legítimos conservadores; transigiram com as fórmulas dos revolucionários, concordaram em fazer a separação, a independência governamental das colônias. Era o meio de escamotear ou nulificar a revolução, e impedir o advento da verdadeira liberdade. Alijaram a metrópole, para conservar todos os privilégios, injustiças e opressões, que ela tinha gerado, e por entre os quais se haviam formado as novas sociedades. Por processos vários, chegaram eles ao mesmo resultado; por toda a América Latina, apropriaram-se da independência; e quando, no dia seguinte, anunciaram "fechada a quadra das revoluções e reformas", e firmada a estabilidade política e social, verificou-se que houvera, apenas, uma mudança de nomes nos altos postos, e fórmulas abstratas e estéreis, incritas em Constituições mortas. Todos esses elementos infensos à liberdade, retrógrados e anti-sociais, resíduos da opressão, aí ficam: não há razão para que estas sociedades, que vivem em luta civil desde os seus primeiros dias, se pacifiquem e se normalizem.

Feita a independência, nós os vamos encontrar por toda parte – a esses realistas de ontem, conservadores de sempre: "monarquistas e clericais" no México, "conservadores" no Chile, "unitaristas" no Rio da Prata, "bragantistas e moderados" no Brasil... Aderindo, incorporando-se aos primitivos lutadores da liberdade, eles plantam a cizânia, deturpam os ideais, fomentam ambições, exploram fraquezas e misérias, cavam divergências; e a luta se reacende, revoltas e conflitos, em nome de outros princípios, mas entretidos, no fundo, pelas mesmas causas. Essa mesma luta vai eliminando os bons, os fortes de espírito e de coração, os sãos de caráter – e esse é o mais usual efeito das guerras civis, já o notara Tácito; eliminam-se os bons, e, em breve, a luta é a disputa brutal pela posse do governo, a posse material do poder – oprimir, para não ser oprimido.

A massa geral da população, formada e nutrida por essa cultura intensiva da ignorância e da servidão, não tem estímulos, nem desejos, nem necessidades definidas, acima dos apetites da baixa animalidade; ignora tudo, não sabe trabalhar, não vê beleza, nem interesse no trabalho, nada a convida a isto; inteiramente nula para o progresso, é facilmente aproveitada

pela caudilhagem nas más aventuras e assaltos políticos. As classes dirigentes, herdeiras diretas, continuadoras indefectíveis das tradições governamentais, políticas e sociais do Estado-metrópole, parecem incapazes de vencer o peso dessa herança; e tudo o que o parasitismo peninsular incrustou no caráter e na inteligência dos governantes de então, aqui se encontra nas novas classes dirigentes; qualquer que seja o indivíduo, qualquer que seja o seu ponto de partida e o seu programa, o traço ibérico lá está – o conservantismo, o formalismo, a ausência de vida, o tradicionalismo, a sensatez conselheiral, um horror instintivo ao progresso, ao novo, ao desconhecido, horror bem instintivo e inconsciente, pois que é herdado. De longe em longe, surge um espírito capaz de ação eficaz – é uma miragem perdida no deserto; e a sociedade continua a arrastar-se ao sabor dos que a dirigem. Assistidos, reconfortados por estes, os elementos refratários, remanescentes do passado parasitário, revivem, proliferam, doutrinam, orientam; e a nova pátria não chega nunca a ser uma pátria, senão a ex-colônia, que se prolonga pelo Estado independente, contra todas as leis da evolução, sufocando o progresso, presa a mil preconceitos, peada pela ignorância sob o conservantismo.

O resultado desse passado recalcitrante é esta sociedade que aí está: pobre, esgotada, ignara, embrutecida, apática, sem noção do próprio valor, esperando dos céus remédio à sua miséria, pedindo fortuna ao azar – loterias, jogo de bichos, romarias, "ex-votos"; analfabetismo, incompetência, falta de preparo para a vida, superstições e crendices, teias de aranha sobre inteligências abandonadas... Ou a putrefação passiva, ou o agitar de interesses baixos, conflitos de grupos, dominados por um utilitarismo estreito e sórdido, onde os mais astutos não sabem pensar nem querer, incapazes de um esforço contínuo, correndo de empresa a empresa, gemendo quando têm fome, grunhindo como bácoro quando estão fartos.

Isto, porém, não chega a impressionar aos que dirigem, que procedem como se não contassem com outros móveis senão o egoísmo, o medo, o interesse material; sem pensar, sequer, no quanto é frágil a obra social que se inspira de outros motivos. E cada um compreende a vida ao sabor dos seus interesses, ou a não compreende; tal é o caso da maioria, desleixada, entorpecida, sem direção moral, sem amparo, sucumbida à ignorância, que opõe um obstáculo invencível ao desenvolvimento de todas as virtudes cívicas. No mais, é o cansaço, a descrença, a desilusão antecipada. Se "as campanhas sociais dão medida da vitalidade e do progresso de um povo", as

sociedades, no geral da América Latina, e notavelmente no Brasil, dão tristíssimo atestado do que valem atualmente.

De tudo isto resulta, mesmo para os mais esclarecidos, um pessimismo doloroso, um ceticismo negativista e triste, contra o qual não prevalecem entusiasmos, nem ideais, nem sonhos de sacrifícios generosos...

> Le progres humain ne saurait résider dans la puissance d'une formule économique et sociale. L 'amélioration de l'humanité est tout entiere dans cette culture, qui permettra de choisir entre les formules proposées, et fera l' adaptation des hommes ou nouvel essai de vie supérieure.
>
> *G. Clemenceau*

O mundo civilizado nos acabrunha com o seu desprezo, e nos condena sumariamente. É iníquo, porque, em verdade, esse passado horrendo e tenaz que nos persegue não fomos nós que o preparamos; somos antes as vítimas. Mas reconheçamos que é triste a condição em que nos achamos. É triste, é vergonhoso, quase, que, após 400 anos de existência, ao fim de um século de vida autônoma, a civilização não seja para os americanos do Sul mais que um fardo a esmagá-lo, fonte de dores e de lutas sangrentas; e que o progresso não passe de aspiração mal definida, grito pomposo na retórica estafada. Daí, pretende a sociologia da cobiça que somos incapazes, essencialmente inferiores, refratários ao verdadeiro progresso. Estes conceitos só nos devem impressionar pela ameaça que contêm, e não pelo seu mérito científico, nem para que duvidemos do futuro e de nós mesmos. A ciência alegada pelos filósofos do massacre é a ciência adaptada à exploração; a verdadeira, a pura, nos mostra a espécie humana progredindo sempre, em todas as suas variedades – com alternativas, sim, devidas à degeneração de grupos e parcialidades, que abandonaram o esforço e a vida. Ela nos ensina o caminho do progresso, e nos garante o êxito. Sofremos, neste momento, uma inferioridade, é verdade, relativamente aos outros povos cultos. É a IGNORÂNCIA, é a falta de preparo e de educação para o progresso – eis a inferioridade efetiva; mas ela é curável, facilmente curável. O remédio está indicado. Eis a conclusão

última desta longa demonstração: a necessidade imprescritível de atender-se à instrução popular, se a América Latina se quer salvar.

Parecerá anacrônico, neste momento da história ocidental, vir fazer a apologia da instrução. Será anacrônico, mas é indispensável; não há propaganda mais urgente. Apesar de que nas classes dominantes, entre os inteligentes e cultos, todos se digam convencidos da excelência e das vantagens da instrução; apesar de que pretendam considerar essa excelência e vantagem como verdades banais; apesar disso, e por isso mesmo, a propaganda se impõe: porque o assunto é tido hoje como indiscutível e banal, é que ninguém dele se ocupa, nem para impugná-lo, nem para executar o programa que daí se deriva. Para o progresso e para a civilização, desde que a massa popular continua ignorante, e que ninguém cogita em instruí-la, é como se não houvesse tal convicção. É mister retomar a propaganda, e não cessar enquanto a idéia não tiver realização.

Aí está o remédio contra o nosso atraso, contra a miséria geral; e os que têm o coração bem no seu lugar não se podem negar a essa obra de redenção social. A própria apatia geral abate os entusiasmos; mas, depois de refletir sobre o grau de abjeção a que está reduzida a massa da população nestes países americanos, e de pensar no futuro que a espera, o coração se revolta. A vista do sofrimento é talvez mais dolorosa que o próprio sofrimento; por isso, a alegria, o riso, só é puro nos lábios da criança, que ainda não viu, nem compreendeu a dor. O coração se constringe e se revolta, e o homem "que pensa, compreende quanto é indigno ouvir dizer a esses abandonados de hoje, e infelizes de amanhã, que o seu sofrimento é uma conseqüência inelutável das leis que regem o universo"; que a injustiça, a desigualdade, é um fato social como os outros, que a miséria exprime, na ordem moral, um dos aspectos da seleção natural; que se consolem, talvez, em verificar o admirável encadeamento de causas e efeitos. A dignidade humana está em não aceitar, nem resignar-se a esta necessidade do mal; está em revoltar-se e lutar contra ele. A indignação e a luta contra o mal são também fatos sociais e funções legitimamente humanas, mais nobres que a pura contemplação, se elas se completam pelo estudo das causas da miséria e do atraso social, e se buscam o meio de combatê-las e suprimi-las.

A grandeza e a extensão do infortúnio não são razões para cruzar os braços. Façamos a campanha contra a ignorância; não há outro meio de

salvar esta América. Os paliativos, expedientes, empirismos e sagacidades políticas já deram o que podiam dar. Esse progresso, que uns resumem nas cifras dos orçamentos, e outros no número de navios, e outros na extensão das minas em exploração, não é só mal definido, é fugaz e ilusório. O progresso há de ser da própria sociedade, no seu todo; e isto só se obtém pela educação e cultura de cada elemento social. Não Sé eleva o meio sem melhorar os indivíduos; não há progresso para quem seja incapaz de compreendê-lo e desejá-lo, prevê-lo e buscá-lo. O progresso é um triunfo – a vitória crescente sobre a natureza; e na batalha que a ele conduz, a primeira condição é estar desembaraçado da ignorância, dos preconceitos e dos desalentos que nela se geram, conhecer os inimigos a vencer, conhecer os obstáculos a suprimir ou transpor, conhecer os recursos que podem servir, conhecer o alcance de cada tentativa, conhecer, conhecer... conhecer de mais em mais.

Nesta hora de mercantilismo universal, a América do Sul não vê do progresso humano senão a prosperidade material, as riquezas e o poder; e cada político acreditaria ter levado a sua pátria à extrema avançada da civilização, se os milhões soassem nos cofres dos engrandecidos pelo quadro aparatoso de uma nação poderosa. Sim, essa riqueza virá; é, porventura, fatal; mas, para que ela venha, é mister, justamente, que alguns pensem em outro progresso, que não seja a pura riqueza material. Antes que os infelizes adquiram os cabedais sonhados, é preciso que adquiramos o cabe dai do espírito, mais fácil, mais importante ao progresso, e indispensável para preparar qualquer outro.

Sem isto, sem a instrução da massa popular, sem o seu realçamento, não é só a riqueza que nos faltará – é a própria qualidade de gentes entre as gentes modernas. Pouco importa o que está inscrito nas Constituições, que as camadas políticas vão depositando nos armários oficiais. Como estamos, não somos nem nações, nem repúblicas, nem democracias. A democracia moderna é um produto do progresso; e nós somos, ainda, uma presa do passado, recalcitrante em tradições e preconceitos, que não soubemos vencer ainda. Querer um regime moderno, com as almas cristalizadas nos costumes de três séculos atrás, não é uma utopia – é uma monstruosidade. Proclamar democracia e liberdade, e manter e defender as condições sociais e políticas das eras de absolutismo, é mais que insensato – é funesto, mais funesto que o próprio absolutismo formal. Este é criminoso, mas é pelo

menos lógico; o crime pode ser lógico sem deixar de ser crime; o regime de democracia sem povo é absurdo, sem deixar de ser igualmente pernicioso.

Por isso, há um século se luta na América do Sul com esse nome de liberdade e democracia nos lábios, sem que nos chegue a verdadeira liberdade, nem a democracia; por isso as invocações ao progresso e à civilização permanecem quase estéreis. Governantes e apóstolos serão, talvez, de boa-fé; o resultado não poderia variar, ainda que as suas energias fossem outras, realizassem todos eles os sonhados super-homens de Nietzsche... Pretendem conciliar antagonismos: república, democracia, liberdade – e ignorância.... Tanto vale construir sobre uma costa de dunas, aberta a todos os ventos – amanhã, ou falta o solo, ou vem a areia e tudo submerge. Um povo não pode progredir sem a instrução, que encaminha a educação e prepara a liberdade, o dever, a ciência, o conforto, a arte e a moral. A evolução humana é o progresso do espírito, é a cultura da inteligência para conhecer, a cultura do sentimento para amar. “O homem é adaptado à vida cerebral como outros animais se adaptaram e se transformaram em vista do vôo, da natação, do salto ou da carreira...” (Haeckel). A ignorância só é fecunda para o mal; anula ou imobiliza os mais viris; é mais radical das fraquezas, porque entrega o homem de pés e mão atados aos choques da vida, aos rigores da natureza; rodeia-o de enganos, fatiga-o de erros; e condena de antemão todo esforço a um insucesso. Se um ignorante, no seio de uma população apta e preparada, já é um mal, porque é um inútil, um valor morto pesando sobre os outros – imagine-se aonde vai esse mal, quando a população é constituída na sua generalidade de ignorantes, nulos, sem estímulos e sem aptidões!...

> A evolução física é muito lenta e a conservação física muito poderosa; o principal elemento de progresso é, pois, a evolução das idéias. E, de fato, é este o principal característico da vida humana; porque a essência da vida, em si, é antes o progresso que a ordem.
>
> *D. Folkmar*

Reclamando a difusão da instrução, a prática da ciência, como o meio de curar os nossos males essenciais, e de avançar para o progresso, não queremos atribuir à cultura intelectual nenhuma virtude miraculosa, senão a importância que ela teve e tem na história da civilização. Demos que a instrução não seja o objetivo único do progresso; não se poderá negar, porém, que é um dos seus objetivos, um dos fins e, ao mesmo tempo, um

meio – o meio principal. A primeira condição para conquistar a civilização é conhecê-la, conhecer a vida, as suas necessidades, os recursos possíveis; e nenhum outro processo existe de trazer os indivíduos ao nível do século, de os pôr de acordo com o momento.

Quem diz difusão de instrução, diz progresso intelectual, porque é o meio social que estimula e provoca a alta cultura científica, que alimenta os pensadores originais, os criadores, em arte ou em filosofia. A época, as condições propícias fazem florescer os gênios e os talentos, que, num mundo de ignorantes, morrem abafados, sem inspiração, ou não compreendidos.

O progresso material, esse deriva diretamente da ciência, das suas descobertas e aplicações. É certo que a riqueza e a prosperidade material exigem atividade, trabalho; isto até os políticos o percebem; é mesmo sintomático das classes dirigentes, na América do Sul, o clamar contra a "inatividade das populações". Calemos queixas e condenações vãs; na hora atual, só há um meio seguro de convidar os indivíduos à atividade – é instruí-los; não se compreende, hoje, trabalho que não seja inteligente. É mister fazer-lhes a educação, adaptá-los à atividade; e temos que principiar por ativar-lhes a inteligência. Instruir é fazer pensar. Pensar já é atividade. Pensar é criar, agitar o mundo das imagens, alargá-la. Levar os homens a ter idéias novas, é fazê-los ativos, de uma atividade superior, porque a idéia é o ato pelo qual o espírito, mercê de impressões várias e diferentes, cria uma entidade nova – o elemento mental, que representa uma síntese: a harmonia última que, no seu espírito, se faz com o resíduo de sensações passadas, observações e ensinamentos. "Esta harmonia – a idéia – é obra essencial do espírito, um desdobramento dele mesmo, no caminho da verdade, do bem, da cultura ou da justiça; a idéia que assim se gera não é uma fórmula; não restringe; é um ser vivo, cresce, produz, anima; reage por seu turno sobre o organismo e o impele a novas atividades". Eis a noção superior e social da inteligência. Criar as aspirações, sugerir o bem e o belo, fazer das idéias o princípio da ação, eis o papel da instrução.

A atividade pressupõe método, ordem no trabalho; e o espírito é a ordem por excelência. É no esforço natural para bem pensar que o indivíduo adquire esta disciplina voluntária – que não é a ordem passiva, sufocante, mas a harmonia na ação. Método e autonomia fazem de cada personalidade uma unidade original. Esclarecida a inteligência, compreende o indivíduo a

necessidade de dar um sentido e um fim à vida, e ei-lo, naturalmente, ativo para realizá-lo; a cultura do espírito deu-lhe as forças positivas para a conquista e o método para dirigi-la. Não há esforços fecundos sem o saber, e o verdadeiro mérito da ciência está na ação que ela facilita e provoca. A ignorância, quando não é a inércia, é a covardia do espírito; gera o fatalismo supersticioso e místico, onde adormece toda iniciativa; mutila a vontade, e enraíza as almas nessa resignação ao mal e à miséria – invencível obstáculo a todo progresso. Qual outro meio – senão a instrução – de fazer compreender aos homens que eles não devem esperar o bem-estar e a prosperidade da força dos decretos, nem da *fatalidade das leis econômicas*, e sim do próprio esforço – do trabalho inteligente?..

Quando se pensa nos liames complicados e infinitos que prendem o indivíduo e o tornam dependente do meio, compreende-se facilmente que ele – e portanto a sociedade – não possa prosperar sem conhecer esse meio, sem estudá-lo, sem recorrer ao que a ciência ensina, para achar o processo de apropriá-lo às suas necessidades, realizando, assim, a indispensável adaptação recíproca, entre o organismo e a natureza. Para o homem moderno, é esta a primeira necessidade; e é pela instrução que isto se obtém, preparando o indivíduo de modo a bastar-se a si mesmo, compensando as deficiências naturais pelos recursos da ciência. A natureza é inesgotável, com a condição, porém, de que a estudemos, para bem compreendê-la, e que alcancemos aproveitá-la e explorá-la, sem que a inutilizemos.

Não perdem de vista, os homens sensatos, a riqueza, a prosperidade material: pensem, então, nas ferozes devastações dos nossos bosques e matas, tão úteis à vida; pensem no que se tem perdido, irremediavelmente perdido, da uberdade do nosso solo, nos incêndios bárbaros que a ignorância da nossa lavoura acende todos os dias, desde quatro séculos, por sobre milhares de léguas quadradas de terras, que, férteis e virgens ontem, férteis desse húmus que aí se acumulara desde as primeiras eras da vida, estão hoje convertidas em campos ásperos, agrestes, nus, que só muito trabalho e muita ciência poderão restituir à cultural.

Foi o estudo direto da natureza, a nova concepção do universo, que deu ao homem essa força incomparável, a previsão dos fenômenos, o avassalamento das energias naturais, utilizando umas, neutralizando outras – força que leva de vencida as maiores dificuldades, e produz os milagres

da indústria atual. Foi esse estudo e essa nova compreensão da vida que faltaram aos povos ibéricos, nas épocas em que vivíamos à sombra deles; e assim nos retardamos de séculos. E, hoje, o indispensável e urgente é aplicar ao nosso meio e às nossas necessidades a ciência que já está feita, difundir as verdades adquiridas e os bons métodos de estudo; ao mesmo tempo, nos é preciso observar, estudar e interpretar aquilo que, sendo peculiar ao nosso meio, ainda não é do domínio corrente da ciência; fazer que tais noções – umas e outras – entrem para a vida comum, e que todos se tornem capazes de as assimilar e utilizar. Que a ciência não seja um adorno de doutores, mas um recurso para todos, na luta comum contra as dificuldades da vida. Fiquemos certos de que não há outro instrumento para transformar o meio material e apurar o ambiente moral; contra o mal físico, ela cria o conforto, contra os abusos da força, traça a justiça...

Pretender atividade da parte do ignorante, é pretender o impossível; a atividade está na medida das necessidades, dos desejos e apetites a satisfazer. Um ignorante, fora do mundo e da civilização, é uma alma nula, pura animalidade; come e ama qual a besta primitiva; está satisfeito, por que agitar-se e labutar?... Não lhe trabalha o espírito nenhuma aspiração superior, ou sequer de mero conforto. Desconhece o bem-estar, e quando a miséria é profunda sente-se infeliz; mas não sabe achar, nem a verdadeira causa, nem mesmo a expressão do sofrimento; na consciência obtusa, a dor e o mal se desenham com a fatalidade do dia e da noite... Abram-lhe a inteligência, revelem-lhe o mundo; e a cada recanto dos novos horizontes que se rasgarem ao seu espírito, corresponderá fatalmente uma necessidade nova. O desejo a espicaçar-lhe a mente, a sacudir-lhe a vontade e a desenvolvê-la: ei-lo rodeado de estímulos, no caminho da atividade espontânea e fecunda.

Não serve a instrução somente para fazer surgir necessidades novas; serve também para definir necessidades normais; e serve principalmente para indicar o meio de atender a umas e outras, e de satisfazer a todos esses desejos adiados, oprimidos pela ignorância dos recursos comuns.

Esta expansão do pensamento se acompanha de uma complicação crescente de desejos e estímulos; a própria inteligência cria para si necessidades, formula exigências: o desejo de saber, jamais saciado, de indagar, descobrir, estudar, explicar, conhecer, criar, aplicar, imaginar, compor um ideal, um sistema. E as necessidades estéticas que a cultura

desenvolve?.. Este desdobramento de necessidades faz-se ao mesmo tempo que se faz uma multiplicação e diferenciação de aptidões mentais, que permitem atender à “diferenciação de funções e à divisão do trabalho”, essenciais no progresso. É a instrução, a cultura intelectual, que provoca o aparecimento de variações individuais superiores, de curiosidades novas. Não há dúvida de que o progresso é obra de um pequeno número de inteligências; faz-se preciso, todavia, que haja milhões de cérebros trabalhados, explorados, para que se revelem essas poucas inteligências de elite; sem isto, lá ficariam elas perdidas, esquecidas, na ignorância primitiva. Revela-se o talento e define-se ao mesmo tempo a sua utilidade, porque, em suma, um cérebro vale pelo uso que dele se faz.

É a instrução que, na complexidade da vida, cria essa infinidade de aptidões, onde toda função acha órgão adaptado; quanto mais se revolvem as inteligências, mais probabilidades há de as estimular para caminhos novos. Todas essas exigências da economia social, traduzidas pela sabedoria inglesa no *The right man in its right place*, só encontram satisfação possível se cada inteligência se conhece, se não lhe faltam os meios de aperfeiçoar-se.

> La liberté d’agir, c’est-à-dire, liberté de traduire en acte une volonté quelconque est la seule liberté existante. Elle est un atribut de l’être humain, car elle n’ est que le fonctionnement de son organisme.
>
> *A. Hamon*

Depois de enumerar as vantagens da instrução, e de mostrar a necessidade de levá-la a todos os espíritos, se queremos partilhar do progresso – depois desta longa demonstração, será preciso provar que difundir a instrução constitui um dever iniludível, para todos que são responsáveis pela sorte destas sociedades americanas.

Dever, sim; dever de honra para os que são capazes de compreender um dever – tal é o aspecto moral da questão. O dever supremo dos que ocupam as posições dominantes em nome de um regime democrático e livre é o de suprimir a injustiça, quanto possível, defender a liberdade, estabelecer a igualdade. Se assim é, que há de mais urgente que o fazer desaparecer dentre os indivíduos essa causa de desigualdade, essa causa de inferioridade intelectual e econômica, e de incapacidade política – qual o “não saber ler nem escrever”?... Compreende-se, porventura, uma democracia de onde 90 por 100 dos indivíduos são excluídos por

analfabetos? Tanto vale dizer: uma democracia sem povo, sem cidadãos. Um tal regime, ainda que o levassem a uma prática de pureza ideal, não passaria da opressão e despotismo de uma aristocracia, sem nobreza, sobre a plebe servil. Não se trata de fazer o libelo dos políticos; basta, para aqueles que são de boa-fé, a tristeza de contemplar a própria obra e ver como esses 80 anos de democracia na América Latina têm desmoralizado o regime e os ideais que eles sinceramente apregoavam. Trata-se de acentuar as causas do fracasso em que se desfazem todos os programas e governos, até demonstrar como este fracasso resulta de que, nos políticos, a ação não corresponde à palavra. Os desastres e os males procedem unicamente de que eles pregam a liberdade, e não promovem os meios de torná-a efetiva.

Não há regime livre na ignorância; para libertar os homens, o primeiro passo é desembaraçá-los dessa ignorância e entregá-los à posse da própria inteligência: "Uma democracia não tem razão de ser senão para dar a todos liberdade e consciência de si". São verdades velhas, bem o sabemos. O mais humano dos Andradas – Martim Francisco – já escrevia em 1824: "O homem embrutecido não compreende em política outra idéia além das de escravo e de senhor. Nós temos a prova disto nos portugueses e nos brasileiros, que deles descendem".

A verdadeira concepção da história exige que não consideremos senão realidades; mas real não quer dizer apenas coisa material; a necessidade de liberdade é bem uma realidade; na civilização atual, o homem não pode ser conduzido como um ser incapaz, um inconsciente, nem o meio social poderá ser um entrecruzamento de vontades arbitrárias. Devemos considerá-lo uma complicação de leis definidas, dentro das quais todo homem deve saber dirigir-se. A democracia é o mais perfeito dos regimes políticos adotados, justamente porque permite ao indivíduo o viver livre, numa perfeita inteligência com o resto da sociedade. A liberdade é, pois, essencial.

"Liberdade!"... A idéia impõe-se, conquistou as consciências, e, nesta hora, as reações não ousam mais negá-la abertamente; mas, não podendo suprimi-la, deturpam-na; e a palavra tem servido de pretexto a tanta exploração e aventura política, tem figurado em tanta proclamação vã, tanta frase oca e pomposa, que é quase perigoso, e sempre duvidoso, empregá-la sem fixar-lhe a significação positiva.

Partícula minúscula do universo, preso à trama das suas leis, o homem não é um ser objetivamente livre; o "determinismo científico"[93] se impõe aos atos humanos como à queda dos astros, ou à afinidade dos átomos. As inclinações, tendências, hábitos, necessidades e apetites, onde se inspira a vontade, dependem de uma multiplicidade de causas naturais e inflexíveis. "Ser livre, objetivamente livre", define muito bem Renouvier, "é ser suscetível de começar a vida em absoluto, fora de todas as vidas e influências, no tempo e no espaço"; e o homem é o produto da vida anterior e da vida ambiente; os seus atos não são mais que o modo pelo qual a máquina orgânica reage ou responde às impressões exteriores e interiores. Sucede, porém, que ele tem consciência de parte do trabalho mediante o qual se fez esta reação. A inteligência humana desenvolveu-se, a consciência esclareceu-se, e, mercê da memória, esta mesma consciência se prolonga pela vida; o indivíduo guarda a lembrança dos seus atos conscientes e das reações superiores do espírito, compara uns e outros, adquire experiência, e chega um momento em que pode conhecer o resultado de certas reações, mesmo antes de realizadas. Tem consciência ao mesmo tempo de muitas das influências que o arrastam; a elaboração das reações superiores se faz lenta, os motivos que o provocam desenham-se nitidamente, e ele hesita – delibera, sabe de antemão o que vai fazer: é a vontade. Age, o homem, segundo influências que não lhe é dado criar, nem mesmo modificar de momento; mas age conscientemente, age segundo a sua consciência lhe indica – é livre subjetivamente, se bem que objetivamente o não seja. É livre moralmente, se uma influência mórbida não lhe perverteu a consciência; e é responsável por seus atos. O importante, sob o ponto de vista moral e social, é que o indivíduo tem a impressão de que faz o que quer; e isto é o bastante para que ele deva agir sempre com esta convicção. A educação, o convívio social, a experiência do passado, a previsão do futuro, a noção das conveniências, farão com que ele queira o *BEM* – isto constitui uma questão à parte. O essencial, neste ponto, é atender a todas as necessidades do seu organismo, e satisfazê-las como a sua razão lhe indicar. Sem isto a atividade está entorpeci da, a personalidade deformada, mutilada; já não há responsabilidade moral.

---

[93] Não confundir "determinismo científico" com "fatalismo religioso"; vai, entre um e outro, a mesma diferença que há entre homem – produto natural da evolução biológica – e homem – fatura do Padre Eterno.

A vontade não é uma expressão absoluta; como todas as reações orgânicas, é uma conseqüência das condições em que o organismo se acha; mas, justamente por isto, é preciso que a inteligência esteja perfeitamente esclarecida, capaz de uma consciência nítida de todas as possibilidades de ação, de todas as soluções razoáveis, dos meios mais fáceis e probos de satisfazer a cada necessidade que se impõe, ou dos resultados longínquos de qualquer ato. Só quando o indivíduo chega a este estado é que ele é livre; é então que ele delibera. E quando a solução se apresenta ao seu espírito, ele deve estar desembaraçado de toda a coação exterior – *LIVRE* – para cumprir o que a consciência lhe indica. Sem isto, não há atividade possível, nem profícua; o homem não seria homem, senão um anulado, que se conduz à rédea. Sob este aspecto, liberdade se confunde com atividade; toda a coação à liberdade é um entrave à atividade. Demais, o homem não pode ser completamente ativo, enquanto não se acha adaptado ao meio; e para isto, ele deve ser devidamente instruído – para conhecer os processos dessa adaptação, e livre – para aplicar-se a ela, como lhe parecer mais próprio ao seu organismo físico e moral.

Eis a expressão psicológica da liberdade; e, assim, poderíamos defini-la – faculdade de agir, tendo consciência dos fins e podendo dar inteira expansão à atividade normal e útil. Mas, em verdade, a liberdade é, antes de tudo, um fato social; ela deriva da própria existência em sociedade. Ora, quem diz sociedade diz relações, trocas, encontros, que só podem existir e progredir quando os indivíduos se harmonizam, naturalmente, livremente. Mas sucede justamente que, dessa harmonia, desse acordo na vida comum, resulta uma certa disciplina, que se torna mais complexa à proporção que as relações, as trocas são mais freqüentes, íntimas e perfeitas, à proporção que a sociedade progride e que o bem-estar se acentua. E daí decorre que parece haver, exatamente, um antagonismo entre progresso e liberdade; parece que esta se restringe à proporção que aquele se realiza. É engano, engano que procede de uma má compreensão da liberdade, principalmente sob o ponto de vista moral. Não pode haver antagonismo entre o estado social e a liberdade, desde que é da vida social que o homem tira os elementos para dar pleno desenvolvimento à sua atividade, desde que não há liberdade fora da sociedade. – "E a disciplina social não é uma coação sempre crescente à liberdade?" Não, desde que se não confunda disciplina com imposição, ou melhor, desde que se substituam à disciplina a harmonia e o concurso social. O indispensável é que o homem esteja devidamente preparado para

compreender as vantagens da vida social, e para achar dentro dela a plena expansão da sua personalidade. – "E se esta personalidade não se quer desenvolver sem prejudicar os outros?" É que ela não está devidamente preparada; é que a instrução e educação foram imperfeitas; porque, em suma, se só a sociedade confere ao indivíduo os elementos para o seu bem-estar, entrar em conflito com ela é prejudicar-se a si próprio. Demais, existem na natureza humana tendências instintivas de altruísmo – e este é o principal fator da vida social – tendências que, devidamente educadas, antes o convidam a fazer-se bom e útil do que perverso e nocivo.

A liberdade não é nem o arbítrio, nem o capricho; a liberdade é o direito ao indivíduo de achar ele mesmo o modo de conduzir-se e de entrar em acordo com os seus semelhantes. É por isso que não pode haver liberdade sem instrução, onde o indivíduo aprenda a conhecer-se a si próprio e ao meio dentro do qual vive, e conhecer também os recursos de que pode dispor. Salvo casos mórbidos, o homem é um animal sociável, e sem dificuldade se acomoda à vida normal, se o preparam, e se o educam convenientemente. Guizot, um conservador, reconhecia que: "*Il est plus difficile de connaître son devo ir que de l'accomplir*". Isto não será, talvez, bem exato; mas é certo que o indivíduo não pode chegar a esse estado de verdadeira educação social- que consiste em saber governar-se a si mesmo, e a dominar os maus instintos – sem um preparo intelectual perfeito. E é só quando o homem alcança este domínio sobre si que ele é efetivamente livre. Só então, conseguirá ele pôr o seu microcosmo em harmonia com a sociedade, porque pode penetrar as relações íntimas e necessárias que o prendem ao todo, e não lhe permitem isolar-se.

Eis a razão por que o homem pretende apurar a vida social: porque reconhece que é este o meio de libertar-se dos obstáculos naturais, desenvolver a sua personalidade, firmar a sua autonomia e iniciativa. A liberdade passa a ser o esforço constante e consciente para progredir, a vontade sempre alerta, com o concurso espontâneo de todas as inteligências; ou, por outra, concurso de todas as vontades, cooperação de todas as inteligências numa reciprocidade perfeita. Assim, estaria definida a verdadeira democracia. Obtida deste modo – a liberdade na harmonia – está o homem no caminho da felicidade, porque a felicidade, coisa difícil de definir-se, é impossível de conquistar-se por um só caminho. É mister aos indivíduos a livre escolha dos meios de buscá-la; desabrocham as esperanças, desenham-se as aspirações, e isto já é o antegozo da felicidade.

A vida se faz suave, e dá gosto viver; a disciplina é toda voluntária, pois que têm todos inteira consciência dos seus direitos e deveres; e a ordem sai do livre concurso das vontades; é a ordem vivificante, que identifica a paz com a evolução, a atividade com a liberdade.

Uma tal liberdade, objetarão, exige uma adaptação. Sim, e é por isto que insistimos – para mostrar que essa adaptação consiste justamente na instrução bem entendida, servindo de base à verdadeira educação moral, educação de onde sejam banidos os velhos preconceitos de obediência. A obediência, que é a ordem na inércia, só pode ser defendida por esses que, fazendo-se apóstolos e diretores das turbas, não têm outro intento que explorar e dominar. Não se trata de fazer obedecer, mas de fazer com que todos participem ativamente da harmonia social, ou pelo menos compreendam o interesse superior que dela se deriva, e zelem por ela. E, para isto, fora preciso dar ao povo a consciência nítida das suas funções e do seu valor; fora preciso mostrar-lhe que o egoísmo é uma grande ilusão, e que os interesses e necessidades, em vez de se oporem, se devem combinar... Deste modo far-se-ia a adaptação da liberdade. É veleidade insana esperar cumprimento de deveres de quem não chega, ao menos, a compreendê-las, exigir progresso de um caos de ignorantes, mistura inorgânica de indivíduos nulos, arrastados pela vida inconscientemente, matilha dócil dos aventureiros e caudilhos.

A liberdade não é a vaidade, nem o isolamento. Ser livre é, antes de tudo, escapar da escravidão que a ignorância impõe, da escravidão que em nós mesmos reside, e trazer a inteligência a iluminar os atos e a vida; ser livre é compreender que a injustiça é o mal, e que a ordem social não deve ser a ordem exterior, prepotente, instável, resultando de uma imposição tirânica, mas sim o acordo normal de todas as aspirações. "Ser livre é elevar-se à idéia do bem superior, geral, humano", que só pode ser realizado pelo concurso de todos, pela solidarização de todos os esforços; é fazer-se obreiro deste ideal, querê-lo, buscá-la. Assim, o indivíduo é verdadeiramente autônomo, sem, no entanto, entrar em conflito com as atividades estranhas e bem dirigidas; lutará, apenas, contra o mal. A verdadeira liberdade não é a fantasia sem regras; ela não existe sem o exercício pleno da inteligência; consiste em dar um fim à vida, em conformar-se com ele.

Qual o melhor dos governos?
O que nos ensinasse a nos governar a nós mesmos.

Goethe

Fora a mais louca das pretensões o querer levar estas sociedades para a felicidade e o progresso, conservando-as na ignorância como até agora. A história dos povos contemporâneos aí está para que aprendamos: são as nações mais cultas e instruídas as mais adiantadas e próperas. Examinem-se, uma por uma, e achar-se-á uma relação direta entre a difusão do ensino, a generalização da instrução e o progresso social e econômico; aprofunde-se mais o exame, e verificar-se-á que esse progresso é precisamente um efeito imediato. Ele se traduz como uma conseqüência natural e necessária da extensão do ensino e do apuro das inteligências. Nem de outro recurso se valem os inovadores e progressistas, nas posições de governo, empenhados em engrandecer os povos e em conduzi-los ao sucesso. Na economia social da nossa época, dizer país de analfabetismo é dizer país da miséria, pobreza e degradação. É verdade que, dos fundos sedimentários do reacionarismo, político ou místico, alguns subapóstolos se têm levantado para acentuar o fato, naturalíssimo aliás – de que, não obstante a difusão da instrução, ainda não desapareceram da face da Terra todos os crimes... Daí, pretendem eles inferir a não eficácia da cultura intelectual para o aperfeiçoamento moral do indivíduo. Formulado o sofisma, já não hesitam, distendem o raciocínio até onde lhes convém, para concluir que "a instrução é, talvez, um instrumento de perversão moral..." "*Rien de ce qu 'ennoblit, instruit et releve l 'homme ne saurait lui nuire*" – responde-lhes a lógica e a verdade. "É uma mentira" – tal é a expressão veemente de Ibsen – "uma mentira, dizer que a cultura intelectual desmoraliza o povo; não, o que o desmoraliza são os esforços que se fazem para embrutecê-lo, são as misérias da vida". E a razão está com o grande norueguês. Dessas misérias e desses esforços maléficos é que procedem os crimes e vícios que ainda degradam uma parte da humanidade; contra uns e outros só há um recurso eficaz: fortalecer o espírito, abrir a inteligência, enriquecê-la, dilatá-la.

Isto bem o sentem os que se empenham por manter o povo na ignorância primitiva, que lhes permite e favorece todas as opressões e explorações. Queriam eles, esses subapóstolos do ignorantismo, que a meia instrução, já incompleta, já viciada, como a recebem os desprotegidos da fortuna, nas horas escassas, roubadas ao repouso necessário – que essa

pouca instrução tivesse a virtude arquimiraculosa de levar as gentes, em duas ou três gerações, à perfeição angelical... Não, esses que assim injuriam a razão e a lei das possibilidades – esses bem sabem que a instrução tem dado o que podia dar, o que se esperava ela desse. Sofismam, deturpam, para ver se conseguem, ao menos, manter o povo nesse estado de cultura, ainda elementar, que lhes concede continuar a secular espoliação. Não lhes repugnaria mesmo trazer as massas ao estado de obscurantismo definitivo. Felizmente, para o futuro da humanidade, a civilização e o progresso acham em si mesmos os elementos de resistência a esta propaganda de recuo; a inteligência conquistou todas as convicções, e todos reconhecem que não há outro instrumento de prosperidade econômica e material como a cultura intelectual. Eis por que se vêem as nações e os governos porfiando em difundir o ensino e a cultura, como porfiam pela extensão do comércio e pelo valor das esquadras... e eis por que, das altas classes, muitos se esforçam por essa obra civilizadora. Os móveis não são os mais puros; mas o progresso os aproveita, e a evolução redentora se fará, preparada, em parte, por esses mesmos que desejariam adiá-la indefinidamente, preparada por esses mesmos governantes e dirigentes, estimulados pelo desejo de riqueza e esplendor nacional, ou impelidos pelos utopistas.

Assim tem sido pelo resto do mundo; assim deve ser para a América Latina. Não há ilusão possível; no momento presente, seria insensato, e incompreensível até, pretender sucesso de uma campanha em favor da instrução popular, sem interessar nela uma parte, ao menos, das classes dirigentes; seria incompreensível, porque a massa popular está anulada, incapaz de sentir a realidade da própria miséria, e menos capaz, ainda, de tentar por si mesma um esforço aturado e metódico para instruir-se e reerguer-se. *Povo, consciente de sua existência, tal como o exige uma democracia, não existe aqui; é preciso fazê-lo*. Não haverá, nestes germes de sociedades e pátrias, algumas almas generosas e fortes para empenhar-se nessa empresa? Certamente que sim; e esperamos que elas, aceitando a tarefa como um dever social, se agitarão e conseguirão impor o assunto à indiferença dos governantes. É forçoso achar o meio de trazer a atenção das gentes dominantes para esta questão esquecida, e que lhe dêem a importância capital que ela tem efetivamente; não para inscrevê-la como luminária, em programas políticos, invariavelmente estéreis; mas para que a resolvam, para que façam a difusão da instrução, urgentemente, como a hora o reclama.

Fale-se-lhes ao coração, recorra-se ao amor-próprio, lembrem-se-lhes as glórias e o renome com que a grande obra consagrará quem a realize; fustigue-se o egoísmo imediato desses que estão com a República – porque esta lhes pertence, invoque-se o instinto da própria conservação, mostrando-se-lhes que uma República, uma democracia, que deixa fora de si, indiferente e nula, a grande maioria dos indivíduos é monstruosa, não pode ser duradoura. Mostremo-lhes ainda que se, hoje, é bem difícil, já, o alcançarmos os outros povos no seu avançar para o progresso, mais difícil será depois, visto como nos retardamos à proporção que a civilização se acelera. Faça-se-lhes sentir, em suma, que não há outro meio de evitar o fracasso absoluto destes esboços de civilização latino-americana e que, no desastre final, serão eles próprios – os dirigentes – os mais infelizes. É pueril pensar em resistir eficazmente à Europa, formidável e avassaladora, só com metralhas e fuzis; seremos fatalmente vencidos e devorados; o exemplo bôer dispensa qualquer demonstração mais longa. Certo, é necessário que estejamos prontos a nos defender materialmente de qualquer ataque brutal; mas o essencial, como garantia efetiva, é constituirmo-nos nacionalidades adiantadas, caracterizadas, inassimiláveis. Demais, do próprio progresso intelectual e da cultura científica é que poderemos tirar os elementos de boa resistência material.

Dirijamo-nos a esses que, sinceramente, quiseram ver florescer na América do Sul uma democracia republicana, e nomeadamente aos raros, em nossa pátria, cujos corações estremecem às aspirações de liberdade – dirijamo-nos a esses, para que se esforcem nesta campanha, que é o bom e o único caminho para o ideal sonhado, e que, depois de proclamada a democracia, não a deixem condenar sem a pôr em prática. Aos que não conseguem ver o progresso senão concretizado na prosperidade material, apresentemos o cálculo do que se perde diariamente, de atividade superior e de trabalho inteligente, com estes milhões de indivíduos, cujos cérebros dormitam por aí, abafados no analfabetismo e na estupidez primitiva; que pensem no concurso que tais indivíduos poderiam trazer ao progresso e na cooperação ativa que eles não souberam dar – milhões de homens, de cuja existência nem as gerações atuais, nem as futuras jamais tirarão nenhum proveito!... Os Estados Unidos, a França, a Alemanha, a Bélgica, são nações prósperas e adiantadas... Sim, e esse progresso e prosperidade parecem bem naturais, quando se pensa nas dezenas de milhões de indivíduos que ali existem, aptos, efetivamente aptos, para a vida

complicada do nosso século. Hoje, o homem vale como inteligência – para o simples trabalho físico, há a máquina. Trabalhemos por levar a todos a indispensável crença na eficácia das vontades livres e esclarecidas: liberdade para querer, inteligência para realizar. Propaguemos a convicção de que, assim, teremos obtido a vitória e garantido o progresso.[94]

A política praticante é uma engrenagem terrível; não só desseca as almas, como estreita os pontos de vista; falseia o critério e o julgamento de tal forma, que nós vemos o comum dos militantes absorvidos por questões de um interesse social menos que secundário, indiferente aos assuntos capitais; as questões que verdadeiramente influem sobre a evolução da nacionalidade não são lembradas sequer. Ocupam-se de uns tantos detalhes, a que dão o pomposo nome de questões financeiras ou políticas, e o resto não tem valor. Para eles, que diariamente sobrecarregam as gerações futuras, contraindo empréstimos ou adiando dívidas, para que os vindouros as paguem – para eles, o preparo dessas mesmas gerações futuras não chega a ser uma questão política. Nem compreenderão; talvez, como um Montesquieu podia afirmar que a "educação – inclusive a educação intelectual – é o principal dever de uma República". Apliquemo-nos em arrancá-los a este critério falso, e mostremo-lhes os grandes defensores do progresso a exigir para essa questão – Educação – a proeminência na política: Renan, o inspirado da tolerância, da bondade e da ciência, proclamando que "o fim da humanidade, e por conseguinte aquele a que se deve propor a política, é a mais alta cultura humana"; Zola, o artista da verdade e da justiça, afirmando que "a moral, como a política, se resume nesse grande lema: educar o povo". Mostremo-lhes que, até hoje, os legítimos republicanos não mudaram de parecer quanto a este ponto. Que ouçam Bourgeois, sempre acatado entre os democratas franceses – que o ouçam dizer ainda agora: "A educação é a primeira e a última palavra da política"; que ouçam Clemenceau, jamais infiel à liberdade e à democracia: "A educação popular deve ser o princípio fundamental de toda política republicana".

[94] "Se, num momento qualquer, os homens houvessem acreditado firme e dogmaticamente na própria liberdade, em vez de vir a crer nela tão lenta e imperceptivelmente, por um progresso que é talvez a essência do próprio progresso – desde esse momento, a face do mundo teria mudado bruscamente" (Renouvier).

E só não pensarão assim aqueles a quem a politicagem desvirtuou o julgamento. Que estes – os do Brasil principalmente – vençam por um momento a estreiteza do horizonte que os cerca, e vejam a situação moral desta sociedade, e reflitam no seguinte: a proclamação da República, francamente democrática, com exclusão por parte do Estado de qualquer doutrina religiosa, pressupõe desde logo a difusão do ensino verdadeiramente leigo-científico; a eliminação do dogma religioso como disciplina intelectual implica a extensão de um serviço público – a instrução; o homem – ente de razão – não pode existir moralmente sem ter essa base de equilíbrio mental, uma explicação qualquer sobre si mesmo, seu destino, suas origens, o mundo onde vive, a razão de ser das regras morais; é grotesca e insensata a explicação contida no dogma, em todo o caso, é uma explicação; vem a República, dispensa a disciplina religiosa, liberta as consciências... para deixá-las vazias, não tendo outro recurso, se querem satisfazer a esta necessidade normal do espírito – não tendo outro recurso senão absorver as insanidades e puerilidades católicas, ou andar por aí às tontas, até voltarem à animalidade primitiva, pois que os políticos não têm como necessário fornecer às inteligências em formação as verdades positivas e sãs, adquiridas pela ciência...

> A vida como a antiga Tebas tem cem portas. Fecha-se uma, outras se abrirão... Os tempos serão retificados. O mal acabará; os ventos não espalharão mais, nem os germes da morte, nem o clamor dos oprimidos, mas tão-somente a cantiga do amor perene e a bênção da universal justiça...
>
> *Machado de Assis*

Não percamos esforço lamentando o que não se fez; vejamos o que é preciso fazer, e, para maior vigor na campanha, pensemos no que será este pedaço de mundo, quando esses muitos milhões de inúteis representarem unidades sociais efetivas, no concurso das atividades humanas. Em vez de esperar que os analfabetos, entusiasmados pela ciência, se combinem e se cotizem, e venham organizar escolas para si e para os filhos, ou que, desiludidos da própria ignorância, nos venham pedir instrução, vamos nós oferecer-lhes essa instrução, que eles desconhecem e que os reerguerá. Comecemos pelo princípio: difusão do ensino primário. Espanejemos as inteligências, despertemo-las; é o caminho para chegarmos à educação integral. Forcemos a nota, numa campanha generalizada; chamemos à atividade quantas inteligências possam acudir ao nosso apelo; milhares de

leitores virão estimular a produção literária e a cultura científica, que, uma e outra, se refletirão por seu turno sobre o público, alargando-o cada vez mais, educando-o. Imprensa, revistas, círculos de estudos, bibliotecas, universidades populares – verdadeiramente populares, e não arremedos de academias, de onde o povo foge, e com razão. Para tudo isto devemos recorrer, e o êxito será infalível, contanto que não nos abandone, nem a convicção na excelência da nossa campanha, nem a tenacidade no esforço. Depois, a própria obra virá auxiliar aqueles que a conduzem; da cooperação das idéias nascerá a cooperação das vontades – é este um resultado incontestado da instrução. É um movimento que de si mesmo se acelera; da pura instrução intelectual, se desprenderão os princípios de educação técnica e moral, que tornam viáveis as democracias, formando-lhes cidadãos moralmente livres e úteis.

Já não se trata simplesmente da cultura intelectual, considerada nas suas aplicações práticas – a ciência a serviço da indústria; trata-se do papel da inteligência na constituição das sociedades atuais, e na formação dos séculos que se aproximam, noção que não devemos esquecer, porque a sociedade que pretende durar deve, não só organizar o presente, como preparar o futuro; assim o quer o interesse social bem entendido.

A ciência não é um regime, nem prevalece pela imposição; mas, por si mesma, ela conquista os espíritos e vence rebeldias; e nada mais salutar, porventura, do que ouvir, no desconcerto dos egoísmos estonteados, a sua palavra serena – luz pura e natural, sobre as inteligências que se perdem nesta agitação triste. Se o verdadeiro progresso consiste em transformar a natureza animal do homem em natureza social, nada tem concorrido mais para este progresso que a ciência, mesmo quando reconhece e demonstra a nossa verdadeira filiação na linhagem animal; porque, descobrindo esta verdade, ela descobre ao mesmo tempo que a perfectibilidade é inerente à própria vida, e que esses maravilhosos atributos de espírito, cuja cultura e apuro tanto almejamos, não são mais que a expansão de faculdades ainda embrionárias em outros tipos da série a que pertencemos, e onde representamos o grau de evolução mais elevado. Contemplando e medindo o progresso já realizado, podem o filósofo e o apóstolo esperar e antever todas as perfeições. Em tempo, éramos uns simples brutos, apenas conscientes; tornamo-nos homens, assenhoreamo-nos da Terra, criamos o céu, descobrimos a força e a inteligência, sonhamos a bondade e a justiça, inventamos a divindade, e enriquecemo-la com os nossos sonhos de beleza

e de virtude; hoje, dissipamos este céu ilusório, apropriamo-nos da força, reivindicamos a inteligência, apuramo-la; dilatamos o coração, lutamos para realizar na Terra esse paraíso de felicidade e justiça, que ontem nos parecia impossível neste mundo, e somos mais generosos e bons que a própria divindade; amanhã estaremos para lá de todas as utopias.

Viver é progredir, declinar já é morrer; a moral, o aperfeiçoamento, é a vida que se desenvolve. Mas, não esqueçamos, a vida não se deixa mutilar; quem não queira declinar tem de aceitá-la e vivê-la integralmente, ativamente. Viver é progredir, e progredir é agir eficazmente, dirigindo o esforço no sentido de um plano determinado, harmonizando os atos e as aspirações, dando à existência essa unidade de que é a própria beleza moral.

Aceitemos a vida integralmente; busquemo-la em todas as suas fontes de energia, que resumem não só as exigências materiais, como as necessidades intelectuais, afetivas e estéticas; restituamos estes grandes estímulos na proeminência do progresso. A necessidade de beleza – como o desinteresse na dedicação e a curiosidade de saber – é bem mais geral do que se pensa; mas não se pode exigir do miserável ignorante que sinta a harmonia de linhas do Partenon ou se extasie ao ouvir uma fuga de Bach; há belezas que só um preparo preliminar torna sensíveis. Não há nenhuma razão, porém, para que o gozo estético se faça o privilégio de um pequeno número; difunda-se a instrução, preparem-se os espíritos, e que a arte venha constituir uma função normal na vida, tal como o compreendem os seus grandes apóstolos modernos, os Ruskin e os Morris. A arte tem sido, e será, uma força na evolução humana, força prodigiosa, que alcança por igualo coração e a inteligência, desperta entusiasmos e cria admirações. Como o pão material, é preciso ao indivíduo, para que a sua harmonia moral seja completa, o alimento de verdade e beleza.

"O fim do homem" – já o pretendia Aristóteles – "é o seu aperfeiçoamento em vista da felicidade". Bem-estar, saber, liberdade, amor e beleza – tais são as tendências que, em todos os tempos, têm arrastado a humanidade e, agora mesmo, a convolvem numa crise terrível, que terminará fatalmente pela reparação das seculares iniqüidades; contra elas se empenham todas as almas generosas e fortes, todos os espíritos que desejam caminhar para a luz, a verdade e a justiça.

Atiremo-nos à ação; não esperemos que uma corrente fatal nos leve ao progresso; atiremo-nos à ação, como quem está convencido de que o

progresso e a felicidade se conquistam, e que só os alcançam os que os sabem conquistar. Busquemos da ciência os seus recursos eficazes, infalíveis; e, emancipados pela crítica, iluminados pelo saber, voltemo-nos à vida, confiantes e fortes, preparando para nós mesmos o conforto, a fraternidade, os gozos elevados, morais e estéticos; e esforçando-nos por transmitir às gerações futuras o esboço de uma felicidade mais perfeita. Será este o mais digno tributo que podemos oferecer à nossa pátria; destarte seríamos patriotas sendo ao mesmo tempo essencialmente humanos, que o único patriotismo compreensível e nobre é o que se traduz em melhorar as condições de existência dentro de cada país, solidarizando os indivíduos na luta pela vida, solidarizando as pátrias no sentido da civilização e da humanidade. Consagremos numa expressão superior essa necessidade de amar os horizontes e as paisagens que nos revelaram a natureza; demos uma significação moral a esse interesse natural pelas gentes que nos ensinaram a vida, pelas gerações que trouxeram o indispensável afago aos nossos afetos renascentes.

Nestes sentimentos, toda aspiração é nobre, e o coração, já ardente e vigoroso, mais se fortalece e se exalta na evocação do próprio sonho: por todo este continente, a liberdade e o progresso fraternizando os povos, na justiça e na beleza; a democracia excelsa sobre o futuro, serena, alegre e sã, olhando a vida e servindo-a, marchando para uma glória verdadeiramente humana, no concertante triunfal dos esforços felizes e fecundos, à luz de horizontes largos e puros, como esses que se desdobram pelas nossas cordilheiras.

Utopia... Utopia... repetirá a sensatez rasteira. Utopia, sim; sejamos utopistas, bem utopistas; contanto que não esterilizemos o nosso ideal, esperando a sua realização de qualquer força imanente à própria utopia; sejamos utopistas, contanto que trabalhemos. "Sem os utopistas de outrora, os homens viveriam, ainda hoje, nas cavernas, miseráveis e nus. São os utopistas que traçaram as linhas da primeira cidade. Dos sonhos generosos saem realidades benfazejas. A utopia é o princípio de todos os progressos e o esboço de um futuro melhor".[95]

Deixemos às gentes *conservadoras e refletidas* o condenar e desprezar a utopia – Marthas, absorvidas na banalidade comum, que o uso

[95] Anatole France.

já mecanizou; queiramos o que será a glória de amanhã: uma América feliz, na clemência do seu clima, no esplendor deste céu, inteligente, laboriosa e pacífica na comunhão social, meiga e fraternal na expansão natural da instintiva cordialidade, apartada dos egoísmos ferozes que aviltam outras civilizações. Que "os mortos enterrem os seus mortos"; voltemo-nos para a ação fecunda, demos à vida toda a nossa atividade, e ela nos levará para o progresso e para a vitória, como leva a árvore para o alto e para a luz.